

PANORAMA DA MIGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS EM 1995 - 2000

77



SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

2007

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento

Ronald de Arantes Lobato

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas

José Ribeiro Soares Guimarães

Coordenação de Pesquisas Sociais

Cláudia Monteiro Fernandes

Ficha Técnica

Coordenação Editorial

Patricia Chame Dias

Equipe de Elaboração

Cândida Ribeiro Santos
Mayara Mychella Sena Araújo
Patricia Chame Dias
Simone Araújo de Pinho
Stela Soares

Sistematização dos Dados

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)

Elaboração de Cartogramas

Margarida Mota

Edição de Texto

Vera Brito

Colaboração

Diva Maria Ferlin Lopes

Normalização

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)

Coordenação Gráfica e Editoração

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000. — Salvador : SEI, 2007.

268 p. il. (Série estudos e pesquisas, 77).

ISBN 85-85976-60-8

I. Migração – Bahia. I. Título. II. Série.

CDU 314. 7 (813.8)

■ SUMÁRIO

5	APRESENTAÇÃO
7	INTRODUÇÃO
11	ASPECTOS METODOLÓGICOS
15	GLOSSÁRIO
17	PARTE I
	IMIGRAÇÃO, EMIGRAÇÃO E PERFIL DOS MIGRANTES NOS MUNICÍPIOS DA BAHIA
19	PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA MIGRAÇÃO BAIANA (1995 - 2000): ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES DOS MUNICÍPIOS <i>Simone Araújo de Pinho</i>
65	PERFIS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS MIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRA-ESTADUAIS DA BAHIA (1995 - 2000) <i>Cândida Ribeiro Santos</i>
105	NOTAS SOBRE A OCUPAÇÃO DO MIGRANTE DOS MUNICÍPIOS BAIANOS EM 1995 - 2000
113	PARTE II
	SALDO MIGRATÓRIO DAS REGIÕES ECONÔMICAS E MUNICÍPIOS BAIANOS
115	BREVES COMENTÁRIOS SOBRE OS SALDOS MIGRATÓRIOS DAS REGIÕES ECONÔMICAS DA BAHIA <i>Patricia Chame Dias</i> <i>Mayara Mychella Sena Araujo</i>
145	ARTICULAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS DE “ATRAÇÃO” E DE “REPULSÃO” DE POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O SALDO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS <i>Patricia Chame Dias</i>
201	MIGRAÇÃO INTRA-ESTADUAL E A REDE DE CIDADES BAIANAS <i>Mayara Mychella Sena Araujo</i>
241	ANEXO

APRESENTAÇÃO

As mudanças experimentadas na dinâmica demográfica brasileira nas últimas décadas do século XX — que se caracterizaram pela emergência de novos padrões de reprodução e de distribuição da população, ampliação dos níveis de urbanização e de envelhecimento populacional — também foram observadas na Bahia. Dadas às especificidades histórico-sociais do estado, ainda que de forma mais tardia em relação às unidades da Federação do Sul e do Sudeste, ocorreram o declínio dos níveis de fecundidade e de mortalidade, o envelhecimento populacional, o aumento da urbanização e alterações nos volumes e direções das correntes migratórias.

Especificamente com relação ao fenômeno migratório — um dos componentes da dinâmica demográfica e elemento indissociável da vida social —, têm sido escassos os estudos que versem sobre a mobilidade de pessoas entre os municípios baianos, e, sobretudo, que analisem o perfil do migrante e verifiquem a intensidade e a direção dos fluxos. Frente a tal carência e com a intenção de contribuir para preencher essa lacuna, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI desenvolveu este trabalho cujo propósito é tratar o fenômeno migratório observado nos municípios da Bahia, no período de 1995 a 2000, com destaque para aqueles que apresentaram maior relevância na composição dos volumes de imigrantes e de emigrantes e que registraram os mais expressivos saldos migratórios do estado.

Composto de duas partes — uma em que se abordam os municípios com os maiores volumes de imigrantes e de emigrantes e outra em que se estudam os saldos migratórios —, este trabalho contempla uma ampla gama de dados sobre migração municipal inter e intra-estadual extraídos do Censo Demográfico de 2000, bem como informações sobre o contexto socioeconômico dos municípios selecionados obtidos a partir de diferentes fontes. Com isso, pretendeu-se elaborar cenários que permitissem levantar indícios sobre as possíveis causas da migração, de modo a contribuir para a compreensão do processo e a subsidiar um tipo de planejamento que tenha como propósito a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Para a realização deste estudo, contou-se com a importante participação de Daniela Franco, Flávia Santana Rodrigues, Laumar Neves, Luis André da Aguiar Alves e Lucas Lima, na elaboração do Box sobre ocupação dos migrantes. De grande relevância também foram as informações fornecidas por Ana Mônica Hughes de Paula, Ítalo Guanais e Nícia Moreira da Silva Santos. A todos esses colegas da SEI, agradecemos a colaboração.

INTRODUÇÃO

O final do século XX foi marcado por intensas transformações nos mais diferentes campos da vida social brasileira. De modo célere, observaram-se a intensificação do neoliberalismo e da globalização, a reestruturação produtiva, o aumento da concentração de capital e a exacerbação das desigualdades sócio-espaciais. Tais processos ocorreram associados ao avanço da ciência e à criação de novas tecnologias que facilitaram a articulação e a circulação (material e imaterial) entre os lugares, o que permitiu a alteração das lógicas de localização dos investimentos públicos e privados e das estruturas, ao mesmo tempo em que promoveram redefinições das funções de cada parte dos territórios. Acrescente-se ainda que se esses novos ou renovados processos atingiram indistintamente as mais diferentes áreas do país, sua penetração nos lugares não se fez de forma homogênea: estabeleceu-se um jogo de forças entre as condições existentes (sociais, políticas, econômicas, históricas, culturais etc.) e aquela que se apresentou como preponderante. Seja por conta dos interesses dos grupos dominantes ou pela resistência construída (conscientemente ou não) à aceitação da ordem global, nem todas as porções do país foram atingidas com a mesma velocidade e da mesma forma pelas mudanças decorrentes das novas (ou renovadas) ideologias e tecnologias.

Da combinação dos interesses globais com os processos locais, portanto, é que se constroem e reconstroem as relações entre os espaços, que passam a ser portadores de novos papéis ou consolidam sua antiga condição funcional. Nesse sentido, só é possível dimensionar o impacto e o significado das múltiplas transformações sociais em um local, se se compreende o seu processo de formação e a relação que, historicamente, estabeleceu com outros locais. Mas, o fundamental é ter sempre em mente que, quando se fala dos lugares, se fala de um resultado da ação humana: o fato de morar, produzir, reproduzir, transitar, é, em si, um cotidiano recriar e re-colocar o espaço frente aos demais. Sendo assim, ao deslocar-se de um lugar para o outro, independentemente dos motivos que o impulsionaram, o homem tanto reage às circunstâncias como age — altera, por conta mesmo de seu deslocamento, tanto o seu lugar de origem, como o seu lugar de destino.

A migração, portanto, elemento fundamental da dinâmica demográfica, constitui-se num integrante indissociável da dimensão social, uma vez que é condicionada e condicionante da realidade. Por isso mesmo, as migrações internas brasileiras experimentaram, nas últimas décadas, alterações no que tange ao volume e direção dos fluxos, o que pode ser entendido como consequência do conjunto de processos em curso no país. Na Bahia, em particular, que desde o século XIX figurava como grande centro

de emigração, devido ao grande contingente dos que daqui saíam com destino a outros estados brasileiros, estabeleceram-se condições (internas e externas) para que esse montante diminuísse e para o aumento do significado do retorno daqueles que, em outros tempos, migraram para outras partes do Brasil, situações já identificadas em diferentes estudos¹.

Estado importante do ponto de vista econômico e demográfico para o Brasil e para o Nordeste, a Bahia vem experimentando interessantes modificações nas tendências dos seus componentes demográficos. Trabalhos anteriores da SEI comprovaram que ocorreu redução no seu ritmo de crescimento demográfico entre 1970 e 2000. Evidenciou-se a queda acentuada dos níveis de fecundidade, a estabilização dos níveis de mortalidade e chamou-se atenção para a migração. Destacou-se que a emigração líquida vem diminuindo progressivamente, dado que reduziu o número daqueles que saíram do estado e aumentou o volume dos imigrantes. Tal situação foi associada às novas dinâmicas econômicas empreendidas na Bahia, ao plano de estabilização econômica do Governo Federal (Plano Real), à reestruturação produtiva e ao fechamento de postos de trabalho, especialmente em São Paulo (historicamente principal destino dos emigrantes baianos), e ao processo de realocização de empresas, favorecido pelos avanços tecnológicos e por políticas de isenção de impostos que geraram uma competição entre as unidades da Federação, o que ficou conhecido como “guerra fiscal”.

Com relação aos municípios baianos, à exceção de trabalhos pontuais, há muito não se encontram estudos sobre a migração nos mesmos. Embora os ritmos de crescimento demográfico indiquem aqueles onde o contingente de imigrantes ou de emigrantes possam ter sido mais significativos, não existem análises que versem sobre os volumes dos migrantes dos municípios de modo que se perceba aqueles que tenham maior importância para a composição do saldo migratório da Bahia, muito menos que tratem das características dos migrantes, sua origem e destino. Diante dessa situação e com a intenção de contribuir para preencher essa lacuna, o propósito desta publicação é tentar dar conta de algumas dessas questões, ou seja, pretendeu-se estudar a migração nos municípios da Bahia apresentando-se um panorama da mobilidade de pessoas no e para o estado nos anos 1990.

Para tanto, considerando-se o contexto anteriormente apresentado e os dados do Censo de 2000, realizou-se um estudo que teve como objetivo central tratar o fenômeno migratório verificado nos municípios da Bahia em 1995-2000, destacando-se aqueles que apresentaram maior relevância para a composição dos volumes de imigrantes, de emigrantes e do saldo migratório do estado. Com esse intuito, dividiu-se o trabalho em duas partes, além desta introdução e do capítulo metodológico.

Na primeira parte, estão os trabalhos de Simone Araújo de PINHO e de Cândida Ribeiro SANTOS que versaram sobre os municípios com os maiores volumes de imigrantes

¹ Ver as referências dos textos desta publicação

e de emigrantes. PINHO contemplou o importante estudo da origem e o destino dos migrantes desses municípios nas escalas inter e intra-estaduais. SANTOS, por sua vez, traçou um perfil dos imigrantes e dos emigrantes desses municípios também nas duas escalas, apresentando ainda informações referentes à ocupação.

Na segunda parte, composta por três textos, o foco de análise foram os saldos migratórios. O primeiro, de Patricia Chame DIAS e Mayara Mychella Sena ARAÚJO verificou e comparou os saldos migratórios das Regiões Econômicas da Bahia nas escalas interestadual e intra-estadual. Tratou, também, do saldo total e discutiu a participação das regiões do semi-árido na composição do saldo migratório do estado. No segundo, Patricia Chame DIAS traçou um perfil demográfico e socioeconômico dos municípios com os mais importantes saldos migratórios do estado; também analisou aspectos referentes à sua localização. O terceiro texto desta segunda parte foi elaborado por Mayara Mychella Sena ARAÚJO. Neste, o principal propósito foi analisar mais detalhadamente os saldos migratórios intra-estaduais dos municípios com maior destaque na rede de cidades do estado, dando especial atenção aos contextos histórico e econômico e à espacialização dos mesmos.

Em todos os trabalhos, sem nenhuma intenção de esgotar ou de aprofundar as análises, e sim com o intuito de levantar aspectos para futuros estudos mais detalhados, encontram-se algumas informações e reflexões sobre os contextos socioeconômicos mais gerais em que ocorreram os processos migratórios, buscando-se levantar indícios que apontem para algumas das possíveis causas da migração.

Entendendo-se que os processos sociais só podem ser apreendidos se pensados de forma articulada e como componentes de uma totalidade em constante transformação, com este estudo espera-se poder contribuir para ampliar o conhecimento dos processos de redistribuição espacial da população do estado da Bahia numa escala, de forma geral, pouco tratada: a escala municipal. Considera-se que os dados e informações aqui apresentadas e as discussões e questões a partir deles traçadas sejam elementos importantes para a compreensão da realidade baiana e que, desse modo, sirvam para embasar um tipo de planejamento que tenha como foco a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho apresenta como eixo norteador a tentativa de identificar os municípios baianos com maiores volumes de migrante em 1995-2000, discutindo aspectos referentes à origem e ao destino dos fluxos migratórios interestaduais e intra-estaduais, ao perfil do migrante e à possibilidade da localização, da dinâmica socioeconômica e das acessibilidades serem elementos influenciadores do processo de mudança do local de domicílio. Realiza-se, igualmente, a identificação daqueles municípios com maiores e menores saldos migratórios (interestadual, intra-estadual e total), bem como a interpretação dos saldos migratórios das Regiões Econômicas¹, verifica-se também a apresentação dos saldos migratórios intra-estaduais e a rede de cidades baianas.

Como em trabalho anterior desenvolvido pela SEI² que também abordou a temática migração baiana, neste estudo não foram considerados os migrantes internacionais da Bahia, seja por serem pouco expressivos numericamente, ou por não se ter estimativas seguras para este estado dessa categoria de migrantes. Quanto aos migrantes de retorno, embora seu volume tenha se revelado significativo para a Bahia nos anos 1990, quando os dados são desagregados por município, perdem representatividade; desse modo, foram considerados junto aos migrantes interestaduais.

Os dados sobre migração utilizados neste trabalho foram extraídos dos microdados³ do questionário da amostra⁴ do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Por representarem uma amostra do universo censitário, tais dados foram expandidos⁵, estratégia comumente utilizada para ampliar sua representatividade. Por conta disso, conforme a variável e o nível de desagregação tratados, os valores encontrados nas tabelas dos distintos textos desta publicação po-

¹ Regiões Econômicas são unidades espaciais, estabelecidas pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia, comumente utilizadas para a divulgação de estatísticas agregadas. Comportam grande heterogeneidade interna – entre os municípios integrantes – em termos econômicos, sociais e demográficos.

² Trata-se do volume 76 da Série de Estudos e Pesquisas intitulado *Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos* (ver referência nos textos desta publicação).

³ Microdados consistem no menor nível de agregação dos dados de uma pesquisa, retratados na forma de códigos numéricos.

⁴ Os censos demográficos no Brasil, desde 1960, contemplam dois tipos de questionários: um básico ou questionário da não amostra, que consiste num formulário resumido aplicado a todos os domicílios, com um número restrito de quesitos; e um outro questionário, denominado questionário da amostra, com um número muito maior de quesitos, aplicados a uma amostra dos domicílios.

⁵ De acordo com as notas metodológicas do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, a expansão dos dados é um subsídio utilizado no processo de estimação das informações da amostra do censo, de forma que os pesos ou fatores de expansão para obtenção das estimativas satisfaçam à condição de igualar estimativas amostrais aos valores conhecidos do Conjunto Universo, para um grupo de variáveis auxiliares comuns, de cada área de interesse de estimação.

dem apresentar diferenças que, sendo geralmente inferiores a dez unidades, são consideradas estatisticamente inexpressivas.

Associada às possibilidades de uso das informações sobre migração contidas no Censo Demográfico de 2000, a noção de migrante adotada para este estudo é a de data fixa, ou seja, considerou-se migrante a pessoa de cinco anos ou mais de idade que declarou residir em uma unidade da Federação ou município diferente daquele em que foi enumerado, numa data fixa, nos cinco anos anteriores à data de referência do censo. Mais especificamente, no caso, trata-se dos indivíduos que em 1995 residiam em um município e em 2000 foram recenseados em outro — no mesmo estado ou em outro do território nacional.

Os dados relativos aos imigrantes e emigrantes, assim como os saldos migratórios, portanto, correspondem a um residual, onde são contabilizados apenas migrantes que sobreviveram no quinquênio considerado e que não empreenderam deslocamentos antes da realização do Censo Demográfico de 2000. Em outros termos, os dados de migração não contemplam os indivíduos que empreenderam movimentos migratórios durante o período de 1995 a 2000, mas que não permaneceram no novo local de residência até a realização do Censo, seja por nova transferência de domicílio ou por morte. Isto significa dizer que os fenômenos migratórios encontram-se subdimensionados e que as análises desenvolvidas tiveram o objetivo de indicar tendências e oferecer uma visão aproximada dos fenômenos.

De qualquer maneira, é importante ressaltar que nenhuma definição operacional de migrante, atrelada a algum tipo de fonte de dados, é capaz de apreender a totalidade dos movimentos migratórios. No Brasil, geralmente, o migrante é visto como o indivíduo que morava em um determinado município e atravessou a fronteira deste, indo morar em outro. Entretanto, de acordo com a escala de análise, o tipo de migração (internacional, interestadual, intra-estadual), ou ainda, em função da fonte de informações (dados censitários, pesquisas amostrais – por exemplo), o conceito de migrante pode ser redefinido.

Com relação à estrutura deste trabalho, todos os artigos versam sobre aspectos específicos da migração baiana na década de 1990; e, mesmo sendo de autoria independente, estão articulados quanto à temática e à metodologia e se complementam nas discussões. A unidade principal de análise é o município, sempre sendo referenciada à Região Econômica a que pertence. Contudo, dadas essas especificidades do processo migratório na Bahia, o número de municípios existentes nesse estado em 2000 (um total de 415) e os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão imersos, ficaria inviável entendê-lo com propriedade para o conjunto dos municípios que o integram. Nesse sentido, optou-se por elaborar critérios distintos para selecioná-los conforme os objetivos do estudo que, por isso, foi metodologicamente agrupado em duas partes: a primeira que trata dos municípios com os maiores volumes de imigrantes e de emigrantes e a segunda onde são estudados os saldos migratórios.

Na primeira parte, adotou-se como critério de seleção dos municípios o registro de um volume igual ou superior a 5.000 migrantes com cinco anos ou mais de idade. Seguindo essa lógica, o artigo de PINHO contemplou, dentre outros elementos, a apresentação de um panorama dos municípios, de acordo com o volume de imigrantes e emigrantes interestaduais e intra-estaduais, caracterizando economicamente aqueles que mais se destacaram. No seu trabalho, SANTOS traçou o perfil dos imigrantes e dos emigrantes dos municípios selecionados, também nas duas escalas de análise, a partir da investigação das variáveis, idade, sexo e escolaridade, apresentando ainda informações referentes à ocupação dos migrantes.

Algumas particularidades devem ser levadas em consideração para a compreensão das análises do perfil dos migrantes. Em relação à *estrutura etária*, foi considerada a contribuição dos grandes grupos etários tradicionalmente utilizados nos estudos socio-demográficos: 5-14 anos (idade potencialmente inativa), 15-59 anos (idade potencialmente ativa) e 60 anos ou mais (idade potencialmente inativa). Sobre a *composição das populações por sexo*⁶ foi tratada a partir da observação da razão de sexo — o número de homens para cada 100 mulheres. Por fim, o estudo do *perfil educacional* dos migrantes foi traçado mediante a análise da escolaridade dos indivíduos agrupados nas seguintes categorias de anos de estudo: até 03 anos, de 04 a 07 anos, de 08 a 10 anos, 11 anos ou mais e não determinados⁷. Em se tratando ainda das análises referentes a este último aspecto, salienta-se que foi levada em consideração a idade dos indivíduos, já que este fator interfere diretamente nas possibilidades de escolarização e em seus significados socioculturais. Visando a eliminar distorções nas possíveis interpretações dos dados pela inclusão de crianças, optou-se por considerar para a variável *anos de estudo* apenas os migrantes de 15 a 49 anos de idade.

Ainda na primeira parte, há um Box onde se discutem alguns dados referentes à ocupação dos migrantes de 10 anos ou mais. Frisa-se que essa idade considerada refere-se à População em Idade Ativa (PIA) que o IBGE tem como referência para os dados relacionados ao mercado de trabalho. Nas tabelas nele contidas — assim como as que seguem anexadas ao texto de SANTOS — as diferentes categorias ocupacionais aparecem agregadas, a exceção dos Serviços, em função da importância relativa dos serviços domésticos e da administração pública na ocupação do imigrante e do emigrante.

⁶ Esse indicador é importante para dimensionar os eventuais desequilíbrios entre os quantitativos referentes aos sexos, que podem influenciar aspectos como as taxas de casamentos, nascimentos e óbitos, do local de origem e destino dos migrantes.

⁷ De acordo com as notas metodológicas do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, as pessoas com *até 3 anos de estudo* são aquelas que estão entre as que nunca freqüentaram a escola ou que, embora a tenha freqüentado, não concluíram pelo menos a 1ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar, e aquelas que concluíram a 3ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar; as pessoas *com 4 a 7 anos de estudo* incluem aquelas que concluíram a 4ª série do ensino fundamental ou 1º grau, ou, no mínimo, a 4ª série e, no máximo, a 6ª série do elementar até aquelas que concluíram até a 7ª série do ensino fundamental ou 1º grau, ou a 3ª série do médio 1º ciclo; *com 8 a 10 anos de estudo* estão aqueles indivíduos que completaram até a 8ª série do ensino fundamental ou 1º grau, ou, no mínimo, a 4ª série e, no máximo, a 5ª série do ensino médio 1º ciclo e no máximo a 2ª série do ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo; e as pessoas *com 11 anos ou mais de estudo* são aquelas que concluíram, no mínimo, a 3ª série do ensino médio até aquelas que chegaram até a 6ª série do superior ou mestrado ou doutorado. Como *não-determinados* estão as pessoas que freqüentavam 1º grau não seriado.

A segunda parte do trabalho não apresentou uma metodologia única, tal como ocorreu anteriormente, dadas as especificidades apresentadas na composição dos saldos migratórios, temática agora enfocados. Ao adotar como recorte metodológico as Regiões Econômicas da Bahia, DIAS e ARAÚJO verificaram e compararam os saldos migratórios interestaduais e intra-estaduais das 15 Regiões Econômicas abordando principais pontos de partida e destino dos fluxos migratórios e os volumes dos saldos migratórios das porções litorânea, semi-árida e do cerrado da Bahia.

Em função da grande variação dos volumes de migrantes que se deslocaram para fora da Bahia e dentro deste estado, DIAS selecionou, para o estudo dos saldos migratórios interestadual, intra-estadual e total dos municípios, as unidades municipais que registraram saldo de 500 ou mais migrantes e as que possuíam saldo igual ou menor que -2.000 no caso da migração interestadual; para o saldo intra-estadual foram estudados os municípios com saldos acima de 1.000 e os inferiores a -1.000 indivíduos; e, na análise da composição do saldo migratório total, foram trabalhados aqueles com saldos acima de 1.000 e menores que -2.000 migrantes.

Em seu artigo, ARAÚJO se propôs a compreender os saldos migratórios intra-estaduais dos municípios da Bahia pertencentes à considerada rede urbana "principal" e "secundária", conforme definida em estudo anterior desenvolvido pela SEI⁸. Na análise priorizou-se a observação dos contextos histórico e econômico e a espacialização dos municípios investigados.

Serão apresentadas também, anexadas neste trabalho, tabelas com dados referentes aos saldos migratórios inter, intra-estadual e total do conjunto dos municípios baianos por Regiões Econômicas.

Por fim, vale ressaltar que nas Tabelas deste estudo, as Regiões Econômicas, que são oficialmente enumeradas de 1 a 15, estão representadas por siglas, a saber:

1. Região Metropolitana de Salvador - RMS
2. Região Litoral Norte - LN
3. Região Recôncavo Sul - RS
4. Região Litoral Sul - LS
5. Região Extremo Sul - ES
6. Região Nordeste - NOR
7. Região Paraguaçu - PAR
8. Região Sudoeste - SUD
9. Região Baixo Médio São Francisco - BMSF
10. Região Piemonte da Diamantina - PIE
11. Região Irecê - IRC
12. Região Chapada Diamantina - CD
13. Região Serra Geral - SG
14. Região Médio São Francisco - MSF
15. Região Oeste - OES

8 Ver referência no texto da autora.

GLOSSÁRIO

Emigração: é o movimento de saída de pessoas de uma unidade geográfica para outra, que passa a ser adotada como local de residência.

Imigração: é o movimento de entrada de pessoas numa unidade geográfica, que passa a ser adotada como local de residência.

Migração: é o movimento de pessoas através de uma divisão político-administrativo para estabelecer uma nova residência.

Migração data fixa: é o movimento de pessoas através de uma divisão político-administrativo para estabelecer uma nova residência, no qual o migrante declara residir em uma unidade da Federação ou município diferente daquele em que foi enumerado, numa data fixa, nos cinco anos anteriores à data de referência do censo.

Migração familiar: deslocamento de todos os indivíduos de uma mesma família, podendo ser induzida pelo responsável pela família.

Migração interestadual: tipo de migração em que o migrante efetua mudança (temporária ou permanente) de residência entre dois ou mais estados da Federação.

Migração intra-estadual ou migração interna: tipo de migração em que o migrante efetua mudança (temporária ou permanente) de residência entre dois ou mais municípios de um mesmo estado.

Migração líquida: é o efeito líquido da imigração e da emigração sobre a população de uma zona num determinado período de tempo, expresso como aumento ou diminuição da população de uma divisão territorial, ou a diferença entre as entradas ou chegadas e as saídas ou partidas.

Migração pendular: movimento migratório cuja periodicidade é diária ou semanal, realizado entre o lugar de residência e o local de trabalho ou de estudo, por exemplo.

Migrante de retorno: indivíduos naturais de uma unidade geográfica que, durante algum tempo, residiram em localidades distintas do local de nascimento e que, no momento da realização do Censo Demográfico, residiam na unidade geográfica de origem.

Pessoa não-natural da unidade geográfica em que reside: é aquela pessoa que não nasceu na localidade em que residia na data de referência do censo.

Pirâmide etária: é a representação gráfica (histograma) da população classificada normalmente por sexo e grupos quinquenais de idade. Deve ser construída considerando

os percentuais de homens e mulheres em cada grupo etário com relação à população total.

Razão de sexo: é a relação entre o número de homens para cada 100 mulheres.

Saldo migratório (total): é o resultado da diferença entre totais de emigrantes e de imigrantes; seu volume mede a migração líquida.

Saldo migratório interestadual: é o resultado da diferença entre totais de emigrantes e imigrantes interestaduais.

Saldo migratório intra-estadual (interno): é o resultado da diferença entre totais de emigrantes e imigrantes intra-estaduais.

PARTE I

IMIGRAÇÃO, EMIGRAÇÃO E PERFIL DOS IMIGRANTES NOS MUNICÍPIOS DA BAHIA



PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA MIGRAÇÃO BAIANA (1995-2000): ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES DOS MUNICÍPIOS

Simone Araújo de Pinho*

O crescimento de uma população aberta, aquela em que é permitida a saída e entrada de pessoas, passa por um jogo que envolve quatro mecanismos demográficos: fecundidade, mortalidade, imigração e emigração, que, juntos, determinam o ritmo e o padrão de crescimento demográfico.

Os dois primeiros componentes definem o processo de sucessão das gerações ou dinâmica exógena da reprodução demográfica cuja velocidade de desdobramento é captada pelo conceito de crescimento vegetativo, resultante do jogo conjugado entre fecundidade e mortalidade; quanto aos componentes exógenos, estes definem o saldo migratório, resultantes líquidos dos movimentos de imigração (chegada de pessoas) e emigração (saída de pessoas) [...] (MURICY, 2003, p.15).

O entendimento dos princípios básicos da demografia é fundamental para a compreensão do que ocorre na Bahia, no que diz respeito ao crescimento de sua população, que vem acontecendo em ritmos bem menos acelerados desde a década de 1970. Tal situação tem se constituído em fonte de inspiração de diversos estudos demográficos que, de forma geral, tem associado tal processo a fatores como: queda dos níveis de fecundidade, estabilização das taxas de mortalidade e elevada emigração.

Em termos gerais, dizemos que “[...] migrante é o indivíduo que mora em um determinado município e atravessou a fronteira deste município indo morar em um outro distinto [...]” (GOLGHER, 2004, p. 7). Porém, é necessário destacar que existe uma infinidade de conceitos de migrante.

Considerando que o conceito de emigrante e imigrante ainda provoca recorrentes discussões entre estudiosos da questão, tomamos as palavras de Golgher (2004, p. 7) para evidenciar o nosso posicionamento em referência ao tema:

O migrante sai de um local e vai para outro. Ele tem uma origem e um destino. Uma pessoa que sai de uma região é um emigrante de seu local de origem. Uma pessoa que vem para uma região é um imigrante em seu local de destino. Eu morava em Belo Horizonte e fui morar em São Paulo. Sou um migrante, pois troquei de município. Minha origem é Belo Horizonte. Eu sou um emigrante deste município. Meu destino foi São Paulo. Eu sou um imigrante em São Paulo.

A migração é um fenômeno que acompanha a humanidade desde o início de sua existência até os dias atuais. Porém, não mais como antes, com o objetivo apenas de buscar espaços que ofereçam condições de sobrevivência. Hoje a migração pode ser motivada por uma infinidade de fatores. Nesse sentido, segundo Souza (1986, p. 7):

* Socióloga, especialista em educação e pesquisadora da SEI. simone@sei.ba.gov.br

As migrações manifestam-se de formas diversas e com uma natureza muito variada, podendo assumir rumos diferenciados ou até mesmo contraditórios e significar, para os indivíduos, famílias e grupos sociais envolvidos, mudança permanente ou transitória de residência ou, ainda, deslocamentos com periodicidade sistemática.

Vários estudiosos da demografia, assim como Golgher (2004, p. 6), afirmam que mudamos, ou migramos, todo o tempo. Mas estas mudanças não beneficiam apenas aqueles que as realizam:

[...] a migração não é importante apenas para as pessoas que trocam de lugar de domicílio. Ela também é decisiva em muitos outros aspectos como: no desenvolvimento de regiões e países, no desenvolvimento populacional das cidades, na troca de experiências e tecnologia entre povos etc. [...].

Considerando esse cenário, este trabalho traz como principal finalidade a realização de um estudo que aponte os dados mais relevantes da migração dos municípios baianos no período 1995-2000, considerando os deslocamentos interestadual e intra-estadual¹. Expandem-se assim, os estudos demográficos realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), uma vez que, em trabalhos realizados anteriormente, a fecundidade assim como a dinâmica demográfica baiana, já foram contemplados.

Para tanto, foi resgatada boa parte do que se refere à migração interestadual apresentado pelo estudo "Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos" (SEI, 2006), utilizado como referência para o estudo ora proposto, na medida em que nele se encontra um amplo número de informações demográficas que contemplam as escalas regional, estadual e municipal.

O presente texto está dividido em três partes, além desta introdução. A primeira apresenta um breve histórico do processo migratório no estado. A segunda trata da análise comparativa entre a imigração e a emigração da Bahia, e aborda duas outras dimensões: (a) análise do mesmo processo para o conjunto dos municípios em relação a sua população total e (b) a relação da imigração e emigração total, com a migração interna dos municípios. A terceira parte analisa o movimento dos migrantes, nos âmbitos interestadual e intra-estadual de municípios baianos, selecionados a partir do critério específico para este trabalho², verificando a origem e o destino desses indivíduos.

Vale lembrar que o migrante aqui tratado será aquela pessoa com idade a partir de 5 anos e mais, que realizou movimento entre a Bahia e as outras unidades da Federação (migração interestadual), e, também, entre os municípios baianos (migração intra-estadual), numa data fixa, nos cinco anos anteriores à data de referência do censo³.

¹ Para maiores esclarecimentos desses e de outros conceitos demográficos adotados neste estudo, ver glossário.

² Foram selecionados os municípios que apresentaram, no Censo 2000, total de imigrantes e emigrantes igual ou superior a cinco mil pessoas. Ver o capítulo metodológico.

³ Ver glossário.

BREVE HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO BAIANA

Conforme demonstram numerosos estudos demográficos, o estado da Bahia, em sua formação inicial, na constituição do Brasil Colônia, necessitou de um forte fluxo de portugueses, que se fixaram particularmente e em maior número no litoral, espalhando-se, posteriormente e, de forma lenta, para o interior.

Esse tipo de corrente migratória se manteve ao longo do tempo, passando a apresentar mudanças, especialmente quando ocorreram transformações mais efetivas na política econômica nacional, associadas às crises do cultivo da cana-de-açúcar. Com isso, entre os anos de 1920 e 1940, na Bahia, delinearam-se algumas características migratórias instigantes.

Retomando a análise até o ponto em que as estatísticas censitárias são mais fidedignas, percebe-se que o primeiro tipo de correntes migratórias, correntes de emigração para outros Estados, começa a se manifestar em algum momento, entre os anos 20 e 40 (SOUZA, 1986, p. 7).

Na parte econômica também:

[...] a economia regional assume as características básicas de uma economia colonial, estruturando-se com um caráter agrário-mercantil, voltada para o mercado internacional e [...] a decadência secular das principais culturas comerciais [...] como as próprias características da economia baiana nesta fase não permitiram a emergência de um processo de diversificação das atividades produtivas, nem uma maior expansão do capitalismo nessa atividade (CARVALHO; SOUZA, 1980, p. 72).

O novo modelo econômico adotado no Brasil, a partir dos anos 20, atingiu a indústria do país como um todo. A crise internacional de 1929 afetou todo o mundo capitalista e o Brasil também, que, a partir de então, com a Revolução de 30, passou a basear sua economia na indústria, o que beneficiou especialmente a região Sudeste do Brasil.

[...] as principais mudanças ocorridas na economia brasileira como um todo, [...] nas primeiras décadas deste século [...] decorreram principalmente da mudança de "modelo" de desenvolvimento do país. Anteriormente centrada no setor de mercado externo, basicamente agroexportador, a economia brasileira passou a ser comandada pela indústria de transformação (SOUZA, 1980, p. 109).

A economia baiana também perdeu espaço com o mercado internacional, voltando-se apenas para o pouco dinâmico mercado interno. Nesse período, sua incipiente indústria, de caráter quase artesanal e agro-exportador, também foi afetada.

Se até então o Nordeste e a Bahia integravam-se ao desenvolvimento nacional através da agro-exportação da cana-de-açúcar, couro, fumo, algodão e, posteriormente, o cacau, o quadro econômico nacional era objeto do início de uma importante transformação: a transição de uma economia de base agrária para uma economia industrial (FERREIRA; RIBEIRO, 2001, p. 10).

E, retratando da Bahia especificamente, Menezes (2001, p. 112) afirma:

[...] Dependente da exportação de produtos primários, particularmente o cacau, a Bahia vinha, desde fins do século XIX, perdendo espaço no cenário econômico nacional, em função do reduzido dinamismo de sua estrutura produtiva.

O advento da emergente indústria de São Paulo, a partir de 1930, atingiu não só a tradicional base econômica agro-exportadora baiana, como favoreceu a necessidade de migrar para a região Sudeste, em maior volume para São Paulo.

A decadência das culturas tradicionais importou na queda da indústria de transformação com elas diretamente relacionadas. Assim, até o fim dos anos 40 a economia baiana apresentava uma tendência mais de retração ou estagnação do que de expansão (SOUZA, 1986, p. 8).

Dessa forma, na análise da migração da Bahia referente ao período que vai da década de 1920 a 1940, observa-se o fenômeno da emigração de baianos para outros estados, especialmente para a zona rural e, em grande parte, com escala em Salvador.

O Censo de 1940 indica que, se considerarmos o acumulado de emigrantes oriundos da Bahia que se dirigiram para outros estados brasileiros até aquele ano, chegaremos a um montante superior à população de Salvador, que era de 290.443 habitantes (SOUZA, 1986, p. 8), o que indica o forte fluxo de saída de mão-de-obra excedente liberada pela decadente economia agrária.

[...] a economia baiana crescia menos que a nacional, com o mercado interno limitado pelos níveis de renda local [...] A produção que mais cresceu na década de 40 foi a de produtos alimentícios [...]. Nesse tipo de mercado, se do lado da demanda havia a baixa renda inibindo a expansão da produção local, do lado da oferta os custos do trabalho estimulavam o investimento, ainda que predominantemente em indústrias pequenas [...] (AZEVEDO, 2000, p. 52).

Com o objetivo de produzir insumos para a crescente indústria paulista, grandes investimentos passaram a ser alocados na Bahia, a partir dos anos 1950. Isso acabou repercutindo em sua economia que, até meados do século XX, era incipiente e fortemente estruturada na agricultura “[...] a indústria baiana aparece de modo subordinada à expansão da grande indústria de bens e consumo no Sudeste” (MENEZES, 2001, p. 113). Inúmeras políticas nacionais foram implementadas em áreas menos desenvolvidas do país e com disponibilidade de matéria-prima para a produção desses insumos, sendo a Bahia uma dessas áreas.

É nesse contexto que, a partir dos anos 1950, após a descoberta de petróleo no Recôncavo, ocorreu uma série de transformações na economia estadual, iniciada com a instalação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM, da Petrobras), localizada em Mata-ripe, Recôncavo baiano.

Essa nova etapa econômica foi acompanhada pela redução do emprego agrícola em relação ao emprego industrial. Ocorreram mudanças também na estrutura do mercado de trabalho, com o surgimento de novas atividades, o pagamento de salários relativamente altos pagos pela Petrobrás, e os investimentos em infra-estrutura, causando forte impacto no comércio e nos serviços.

O primeiro grande salto da intensificação dos fluxos migratórios para fora da Bahia [...] verificou-se na década de 50 [...] quando a natureza do desenvolvimento baiano começou a mudar [...]. As culturas tradicionais, em persistente retração, viram, nesta década, se esgotar inteiramente as suas possibilidades de recuperação ou de manutenção [...] (SOUZA, 1986, p. 9).

No início da década de 1960, começou a funcionar o Centro Industrial de Aratu (CIA), também com a finalidade de produzir bens intermediários para a indústria paulistana. A década de 1970 foi marcada com a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), consolidando o perfil do estado da Bahia como produtor intermediário.

É assim que, na Bahia, o fluxo de saída de pessoas se intensificou de tal forma, que entre 1940 e 1970, o estado passou a se caracterizar como o principal estado nordestino a liberar população para outras regiões, sendo São Paulo, o principal receptor. A Bahia também recepcionava pessoas vindas principalmente do Nordeste do Brasil. Contudo, apresentando número maior de emigrantes do que de imigrantes, figurava, no país, como expulsora de população.

A partir de 1970, com a finalidade de inserir as áreas mais distantes do estado na nova economia de integração nacional, o setor agrícola passou a ser estimulado. A esse respeito Ferreira (2001, p. 12) afirma que:

[...] a partir do final dos anos setenta se podia observar a implantação da fronteira agrícola e inserção de novas áreas de modernização agroindustrial (Médio São Francisco, Oeste e o Extremo Sul) que passavam a contribuir para a revitalização e modernização econômica em áreas que também se encontravam geograficamente longe da faixa litorânea.

Ainda na década de 1970 ocorreu uma modificação no quadro migratório baiano apresentado, até então, com o aumento do número de imigrantes oriundos de outros estados.

Sendo o saldo migratório resultante da subtração dos emigrantes do total de imigrantes, a Bahia passou a apresentar tendência à atenuação do até então elevado saldo migratório negativo. A partir daí já se verificou uma redução na intensidade da emigração, enquanto ocorreu aumento na imigração no estado, ainda que mantivesse a perda de população.

Entre os anos 1950 e 1980 a indústria baiana recebeu um substancial volume de investimentos, ocasionando, além de elevado crescimento industrial, a ampliação de outros setores da economia. Segundo Menezes (2001, p. 116), o crescimento industrial baiano mostrou:

[...] que a expansão industrial, puxada naqueles anos pelos elevados investimentos na indústria produtora de bens intermediários, estimula o desenvolvimento de outras atividades econômicas – com ênfase para o comércio e os serviços [...].

Em conseqüência, até a metade da década de 1980 foi registrado elevado crescimento dos setores de comércio e serviços, iniciado na década anterior. A outra metade da década foi marcada pela crise no mercado nacional e pelo encerramento do investimento industrial baiano, que gerou a desaceleração da economia.

Assim, ainda no início dos anos 1990, persistiam as dificuldades enfrentadas pela indústria baiana, dada a abertura comercial que levou à concorrência com o mercado mundial, reduzindo seu espaço na comercialização com o mercado exterior. Somente a partir de 1992 [...] começa a se registrar uma leve recuperação [...]. A instalação de uma grande empresa produtora de celulose altamente intensiva em capital no extremo-sul do estado contribuiu para esse processo [...] (MENEZES, 2001, p. 125).

Os investimentos direcionados para a economia baiana, contribuíram para que o estado se inserisse no seletivo grupo das áreas de crescimento econômico brasileiro nos anos 1990, dado confirmado a partir de índices, como o PIB, que atingiu média superior à registrada no país, além da indústria que obteve crescimento acima da média nacional.

É nesse contexto que Ferreira (2001, p. 15) afirma:

No limiar do novo século, a Bahia continua recebendo novos investimentos. A implantação do complexo automotivo da Ford na RMS, a indústria calçadista em diferentes regiões do estado, e investimentos de porte em turismo apontam para um crescimento econômico nos próximos anos, o que poderá constituir-se na base para permitir uma atuação mais eficaz do estado no sentido de melhorar as condições de vida da população, reduzir os índices de desemprego, elevar o nível de renda das famílias baianas e erradicar a pobreza.

Ainda que seja inegável o peso de tais investimentos no desempenho econômico baiano, a verdade é que a erradicação da pobreza ainda é um sonho.

PANORAMA DA MIGRAÇÃO INTERESTADUAL E INTRA-ESTADUAL BAIANA (1995-2000)

No final da década de 1990, o número de emigrantes supera, em muito, o de imigrantes. A participação da Bahia no total de emigrantes interestaduais do Brasil representou 9,9%. Os imigrantes, por sua vez, representaram apenas 4,8% (SEI, 2006).

A Bahia, desde 1950, apresentou saldo migratório negativo, bastante significativo e crescente. Porém, o ritmo das perdas de população por migração, vem arrefecendo desde 1970, fato decorrente não só da gradativa redução da emigração, mas também

do aumento expressivo no número de imigrantes. Assim, o crescimento do saldo migratório negativo vem ocorrendo em ritmos cada vez menores.

A esse respeito, o trabalho da SEI confirmou a tendência, para os períodos 1986-1991 e 1995-2000, de redução das perdas líquidas, por conta da diminuição da emigração — que vem crescendo em ritmo decrescente — e do aumento da imigração para o estado.

Na Tabela 1 pode ser observado o número expressivo de emigrantes (totais⁴) da Bahia em relação ao de imigrantes, o que revela a persistente perda de população do estado (1.170.005 emigrantes e 905.207 imigrantes), dado que o saldo migratório⁵ ainda permanece negativo⁶.

O Gráfico 1 apresenta claramente a dimensão do peso da migração interna baiana. Pode-se observar, quer seja na imigração ou na emigração o movimento realizado dentro do próprio Estado se apresenta, de longe, superior a aquele realizado externamente.

Tabela 1
Participação dos migrantes interestaduais, intra-estaduais no total dos migrantes baianos com 5 anos e mais, Bahia, 1995-2000

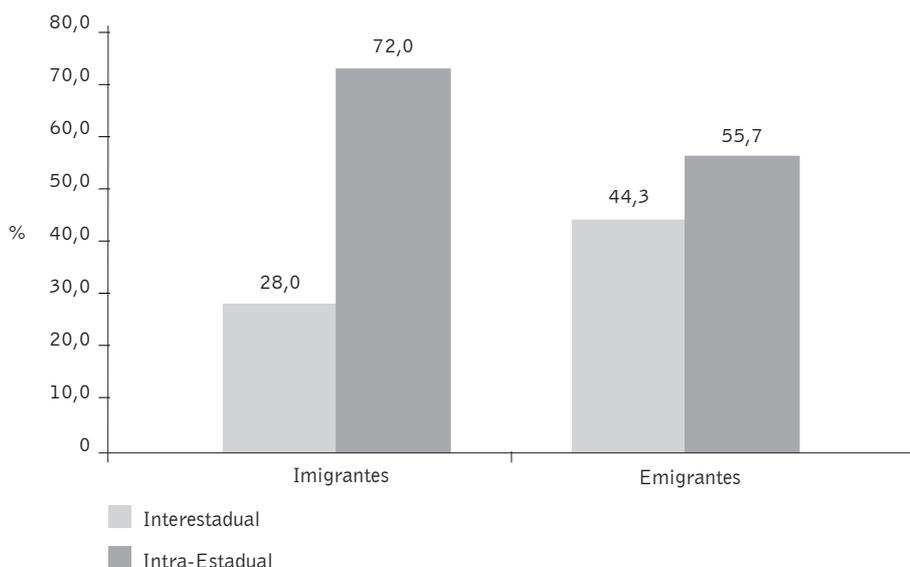
Categorias	Imigrantes		Emigrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Interestadual	253.238	28,0	518.036	44,3
Intra-estadual	651.969	72,0	651.969	55,7
Total	905.207	100,0	1.170,005	100,0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Nota: Inclui-se os migrantes que não declararam unidade da Federação/município de origem (imigrantes) e de destino (emigrantes).

Gráfico 1

Participação relativa dos migrantes interestaduais e intra-estaduais no total dos migrantes baianos com 5 anos e mais, Bahia, 1995-2000



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Nota: Imigrantes e emigrantes - Inclui-se os migrantes que não declararam unidade da Federação/município de origem.

⁴ Ver glossário.

⁵ Ver glossário.

⁶ Ver maiores detalhes no artigo de ARAÚJO e DIAS, nesta publicação.

No caso específico da imigração, verificou-se representatividade superior da interna em relação à externa, pois a primeira abarcou mais de 70% do volume total, ou seja, das pessoas que entraram para algum município baiano, estas eram, em sua maior parte, do próprio Estado.

Na emigração a tendência é a mesma, mas em dimensão diferente. Observa-se que, quando o movimento se realizou dentro da Bahia, seu peso atingiu 55,7% do total. Ou seja, no movimento de saída dos municípios baianos, as proporções foram mais próximas, havendo menor disparidade em relação ao identificado para os movimentos de imigração. Percebe-se, assim, a importância do estudo mais detalhado da migração interna baiana.

Representatividade da migração dos municípios baianos na população total desses municípios

A participação dos imigrantes baianos em relação ao total da população de 5 anos ou mais foi de 7,7%, enquanto que a proporção de emigrantes foi maior, representando 9,4% do conjunto estadual de 2000.

A importância do fenômeno migratório nos municípios baianos, 1995-2000, também é um dado significativo. Dessa forma, agrupando-se os municípios por faixas de participação da migração na população, foram obtidos os seguintes resultados:

1. Quanto à imigração – 51,6% dos municípios baianos apresentaram imigração, correspondendo de 5% a menos de 10% de sua população total. Na outra ponta temos os municípios cujo peso da imigração ficou acima de 20% do total, fato ocorrido apenas em 6 casos – Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Lauro de Freitas, Barreiras, Mucuri e Dias D'Ávila. Assim, verifica-se que a maior parte dos municípios baianos tem, na sua população total de 2000, uma pequena participação de imigrantes (Tabela 2).

2. Quanto à emigração – Quando verificado o peso da emigração na população total dos municípios baianos, há uma grande concentração na faixa mediana. A participação de emigrantes na faixa "menor que 15% até 10%" atingiu 30,6% dos municípios baianos (127 deles). Outros 185 municípios foram enquadrados na faixa "menor que 10% até 5%", (44,6% do total). Note-se que em 12 municípios a participação dos emigrantes na composição da população foi acima dos 20%, e que a maior frequência, tanto de emigrantes quanto de imigrantes, coincide com a faixa "menor que 10 até 5%".

Tabela 2

Participação relativa dos imigrantes e emigrantes com 5 anos e mais na população com 5 anos e mais dos municípios baianos, por faixa de participação, Bahia, 1995-2000

Faixas de participação da migração na população total de 2000 (%)	Imigrantes		Emigrantes	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
Acima de 20	6	1,4	12	2,9
Menor que 20 até 15	15	3,6	46	11,1
Menor que 15 até 10	53	12,8	127	30,6
Menor que 10 até 5	214	51,6	185	44,6
Menor que 5	127	30,6	45	10,8

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Participação dos municípios na migração intra-estadual

A análise da importância da migração intra-estadual na migração total dos municípios é outra abordagem que comprova a representatividade da migração interna da Bahia à total.

Verifica-se que quase 90% do total dos municípios do estado têm na imigração intra-estadual peso superior a 50% do total (Tabela 3). Em cinco (1,2%), todos os imigrantes eram oriundos de outras localidades do estado da Bahia. Em 43,7% municípios, a imigração interna pesou entre 70% a menos que 90% do total de imigrantes.

A emigração interna registrada por 31,8% dos municípios baianos, foi inferior a 50% do total de seus emigrantes. Foram encontrados 19,5% dos municípios com participação da emigração interna na emigração total na faixa de "menos que 70 até 60%". Dom Macedo foi o único município que registrou apenas emigração intra-estadual.

Tabela 3

Participação dos municípios na migração intra-estadual, por faixa, na migração total dos municípios, Bahia, 1995-2000

Faixas de participação na migração (%)	Imigrantes		Emigrantes	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
Igual a 100	5	1,2	1	0,2
Menor que 100 até 90	68	16,4	16	3,9
Menor que 90 até 80	87	21,0	50	12,0
Menor que 80 até 70	94	22,7	66	15,9
Menor que 70 até 60	67	16,1	81	19,5
Menor que 60 até 50	50	12,0	69	16,6
Menor que 50	44	10,6	132	31,8

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006

Na análise da migração registrada pelos municípios baianos no período 1995-2000, verifica-se que a imigração intra-estadual teve grande expressividade: em 61,3% , os deslocamentos alcançaram 70% do conjunto dos que imigraram.

A emigração intra-estadual concentrou aproximadamente 68% dos municípios nas menores faixas de participação (abaixo de 70%) mesmo sendo preponderante em relação à emigração total dos municípios.

A MIGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Neste ponto, vale esclarecer que este estudo sobre as migrações baianas se restringiu a uma parte dos municípios baianos: aqueles cujo total de imigrantes e ou emigrantes, registrados no período 1995-2000, foi igual ou superior a 5.000 pessoas⁷.

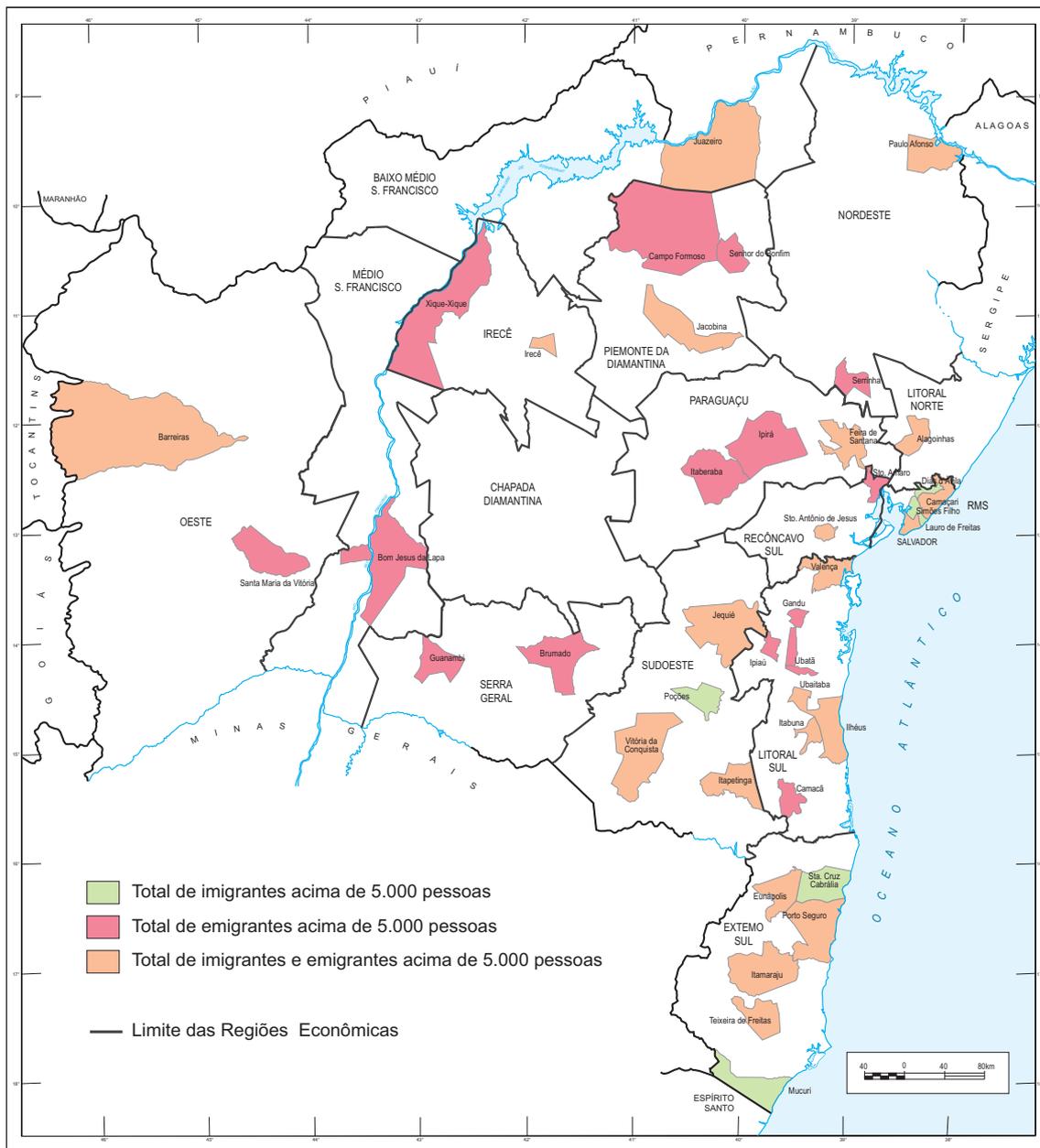
Seguindo esse critério chegou-se a um grupo de 26 municípios, situados em doze das 15 Regiões Econômicas, excetuando-se as regiões da Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco. No grupo dos emigrantes foram selecionados 36 municípios, dos quais nenhum na Chapada Diamantina. Vinte municípios figuram nos dois grupos, ou seja, apresentam tanto elevado volume de imigrantes, quanto de emigrantes. Assim, trabalha-se nesse texto com 42 municípios.

Entre os municípios selecionados, alguns se destacam apenas na imigração, a saber: Lauro de Freitas, Dias d'Ávila e Simões Filho na Região Metropolitana de Salvador (RMS), Santa Cruz Cabralia e Mucuri na Região Extremo Sul (ES) e Poções, na Região Sudeste (SUD). Entre aqueles que apresentaram valores elevados apenas na emigração, foram encontrados 16 municípios: Santo Amaro, Camacan, Gandu, Ipiauí, Ubaitaba, Ubatã, Serrinha, Ipirá, Itaberaba, Campo Formoso, Senhor do Bonfim, Xique-Xique, Guanambi, Brumado, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória. No Cartograma 1 é possível ver a distribuição desses três grupos de municípios na Bahia.

⁷ Ver capítulo Aspectos Metodológicos.

Cartograma I

Municípios selecionados cujo total de imigrantes e emigrantes com 5 anos e mais foi superior a 5.000 pessoas, Bahia, 1995-2000



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI 2006

Expressividade da migração intra-estadual dos municípios selecionados

Verificou-se que, em termos absolutos, os imigrantes intra-estaduais desses 26 municípios representaram mais que o dobro do conjunto dos que se deslocaram para outras unidades da Federação (UF's). Considerando-se o peso relativo, em ambas as categorias ultrapassaram a casa do 50,0% do total de imigrantes baianos, o que indica à baixa representatividade dos demais 391 municípios nesse universo de imigrantes. Dito de outro modo, 26 dos 415 municípios da Bahia foram responsáveis pela metade do seu total de imigrantes em 1995-2000 (Tabela 4).

Tabela 4						
Imigrantes interestaduais e intra-estaduais com 5 anos e mais, dos municípios com imigração total acima de 5.000 pessoas e participação no total do estado, Bahia, 1995-2000						
Municípios	Total de imigrantes		Imigrantes intraestaduais		Imigrantes interestaduais	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Salvador	124.787	13,8	89.074	13,7	35.714	14,1
Feira de Santana	32.806	3,6	25.945	4,0	6.861	2,7
Porto seguro	26.890	3,0	20.967	3,2	5.923	2,3
Barreiras	24.534	2,7	16.285	2,5	8.248	3,3
Lauro de Freitas	24.037	2,7	21.093	3,2	2.947	1,2
Camaçari	22.573	2,5	18.690	2,9	3.882	1,5
Vitória da Conquista	22.271	2,5	15.078	2,3	7.193	2,8
Juazeiro	19.535	2,2	8.674	1,3	10.861	4,3
Ilhéus	17.904	2,0	13.431	2,1	4.472	1,8
Itabuna	16.248	1,8	11.827	1,8	4.420	1,7
Teixeira de Freitas	15.582	1,7	9.802	1,5	5.782	2,3
Simões Filho	12.807	1,4	11.185	1,7	1.621	0,6
Jequié	10.009	1,1	7.268	1,1	2.742	1,1
Eunápolis	9.770	1,1	5.991	0,9	3.779	1,5
Paulo Afonso	9.413	1,0	2.299	0,4	7.114	2,8
Irecê	8.179	0,9	6.356	1,0	1.823	0,7
Dias d'Ávila	8.136	0,9	7.189	1,1	946	0,4
Alagoinhas	7.743	0,9	6.242	1,0	1.502	0,6
Santo Antônio de Jesus	6.441	0,7	5.834	0,9	607	0,2
Santa Cruz Cabrália	6.102	0,7	4.639	0,7	1.464	0,6
Itapetinga	6.011	0,7	3.590	0,6	2.421	1,0
Itamaraju	5.812	0,6	3.249	0,5	2.563	1,0
Jacobina	5.779	0,6	4.079	0,6	1.701	0,7
Valença	5.559	0,6	4.724	0,7	836	0,3
Poçoões	5.309	0,6	3.020	0,5	2.291	0,9
Mucuri	5.016	0,6	1.435	0,2	3.579	1,4
Total	459.251	50,7	327.968	50,3	131.293	51,8
Bahia	905.207	100,0	651.969	100,0	253.238	100,0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006

Nota: Imigrantes - Inclui-se os imigrantes que não declararam unidade da Federação/município de origem

Dentre os municípios selecionados, a importância dos que se dirigiram para outros locais da Bahia foi predominante na determinação do volume total dos imigrantes. As exceções foram Juazeiro, Paulo Afonso e Mucuri – situados em pontos extremos ao norte e ao sul do estado – onde os imigrantes interestaduais foram numericamente superiores aos intra-estaduais (Cartograma 2).

Salvador, capital do estado, registrou a maior participação de imigrantes entre os municípios baianos. Abarcou por volta de 14% do total de pessoas que se deslocaram de outros municípios ou de fora da Bahia.

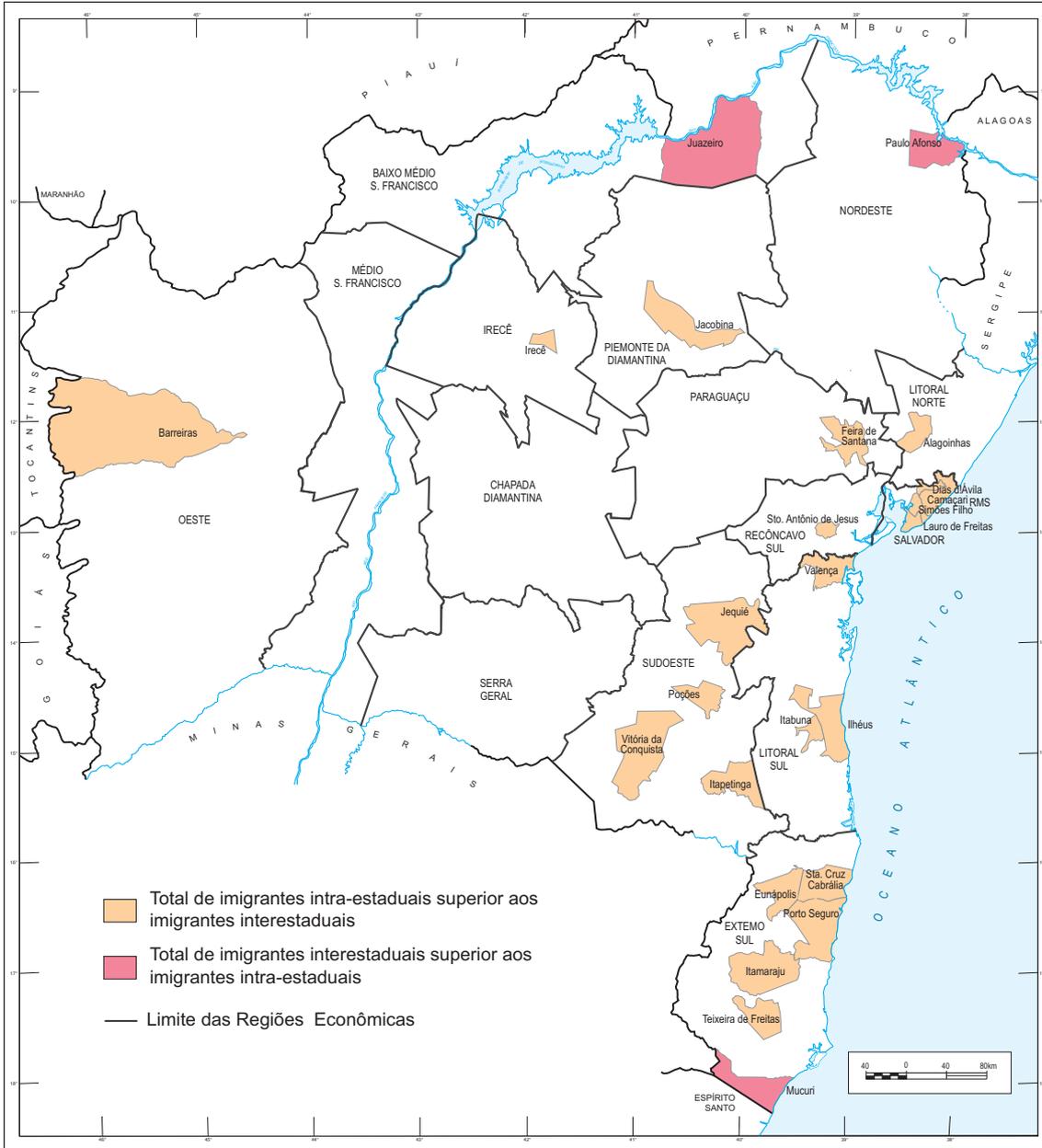
Tanto na imigração interestadual — Juazeiro, com 4,3% — quanto na intra-estadual — Feira de Santana, 4,0% —, os municípios que aparecem depois de Salvador separaram-se desse por uma diferença que alcança a casa dos nove pontos percentuais.

O total de emigrantes encontrado nos 36 municípios selecionados correspondeu a 47,1% do conjunto de emigrantes baianos. A importância maior na composição desse total, diferente do observado em relação aos imigrantes, foi a dos deslocamentos realizados para outros estados — representaram 50,7% dos emigrantes interestaduais e 44,3% dos intra-estaduais em 1995-2000. Note-se que em 18 desses municípios a maior parte dos emigrantes se dirigiu para fora da Bahia (Tabela 5).

Salvador, com volume e peso preponderante, se distancia largamente dos demais, sendo que o segundo colocado foi Feira de Santana. Ambos apresentam volume de emigrantes intra-estaduais superior ao de interestaduais, ao contrário do registrado entre a maioria dos municípios analisados.

Considerando-se as Regiões Econômicas e o número de emigrantes, verifica-se que a Região Econômica Litoral Sul (LS) foi a que apresentou o maior número dos municípios selecionados - 8 dos 36. Algumas Regiões Econômicas reúnem exclusivamente municípios que apresentam emigração intra-estadual superior à interestadual: Região Metropolitana de Salvador (RMS), Litoral Norte (LN), Recôncavo Sul (RS) e Piemonte da Diamantina (PIE). O contrário ocorre com as Regiões Econômicas do Baixo Médio São Francisco (BMSF), Irecê (IR), Serra Geral (SG), Médio São Francisco (MSF) e Oeste (OES), onde a totalidade dos municípios destacados registrou a emigração interestadual superior à intra-estadual (Cartograma 3).

Cartograma 2
Municípios selecionados cujo total de imigrantes com 5 anos e mais foi superior a 5.000 pessoas, por categoria preponderante, Bahia, 1995-2000



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI 2006

Tabela 5

Emigrantes interestaduais e intra-estaduais com 5 anos e mais, dos municípios com emigração total acima de 5.000 pessoas e participação no total do estado, Bahia, 1995-2000

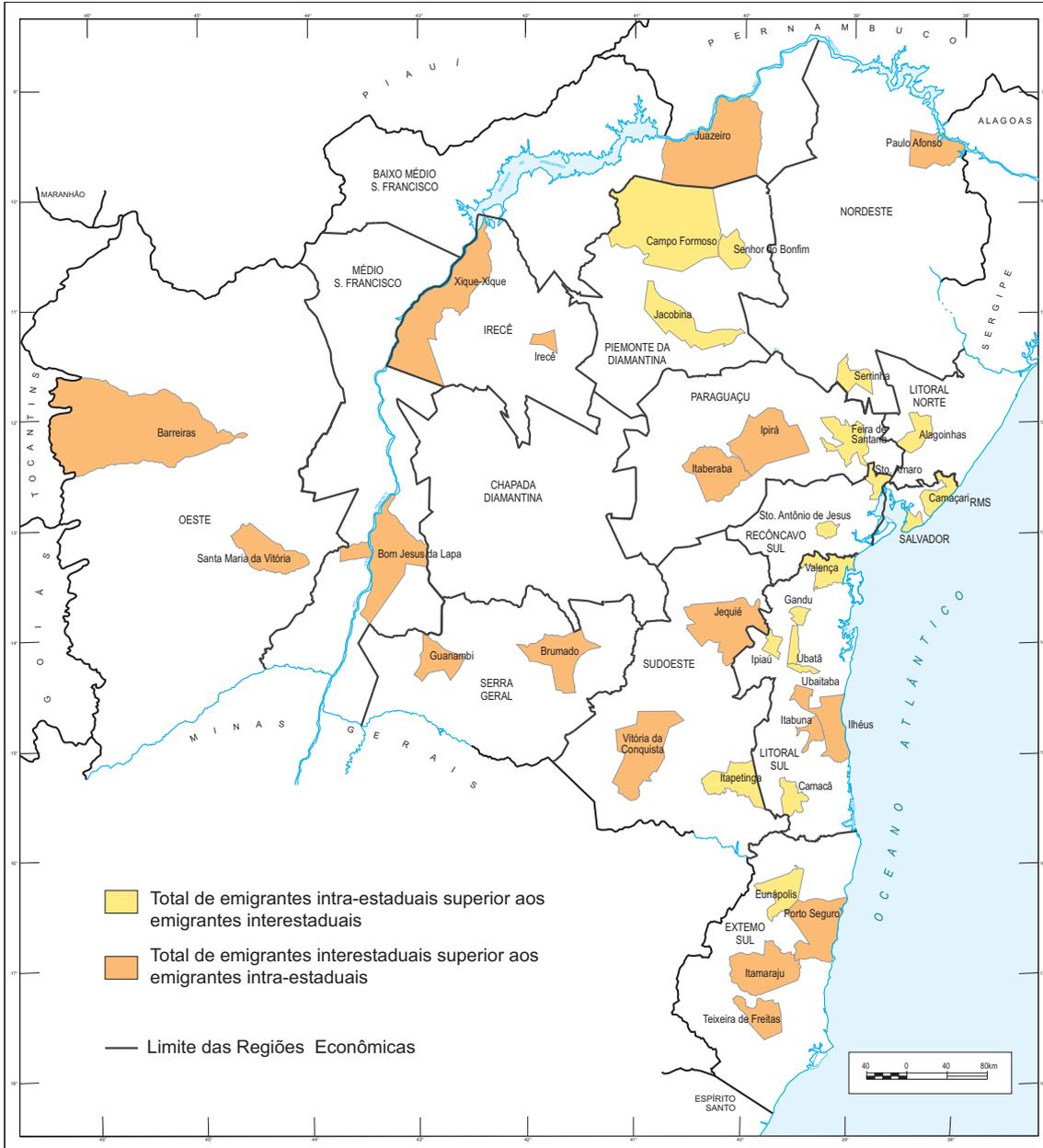
Municípios	Total de imigrantes		Imigrantes intra-estaduais		Imigrantes interestaduais	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Salvador	146.871	13,2	91.372	14,7	55.499	11,4
Feira de Santana	32.615	2,9	18.884	3,0	13.731	2,8
Itabuna	28.354	2,6	13.059	2,1	15.295	3,1
Vitória da Conquista	22.989	2,1	8.523	1,4	14.466	3,0
Ilhéus	22.455	2,0	9.040	1,5	13.415	2,8
Teixeira de Freitas	14.291	1,3	4.547	0,7	9.743	2,0
Jequié	14.030	1,3	6.602	1,1	7.428	1,5
Juazeiro	13.679	1,2	5.585	0,9	8.094	1,7
Irecê	13.586	1,2	5.542	0,9	8.044	1,6
Barreiras	12.471	1,1	4.568	0,7	7.903	1,6
Paulo Afonso	11.896	1,1	2.299	0,4	9.597	2,0
Itamaraju	11.607	1,0	5.642	0,9	5.965	1,2
Jacobina	11.446	1,0	5.818	0,9	5.628	1,2
Santo Amaro	11.171	1,0	6.354	1,0	4.817	1,0
Alagoinhas	10.830	1,0	7.326	1,2	3.505	0,7
Eunápolis	10.630	1,0	6.336	1,0	4.294	0,9
Porto Seguro	9.103	0,8	4.086	0,7	5.018	1,0
Camaçari	8.570	0,8	6.246	1,0	2.324	0,5
Bom Jesus da Lapa	8.316	0,8	2.458	0,4	5.858	1,2
Camacan	7.524	0,7	4.913	0,8	2.610	0,5
Guanambi	7.217	0,7	2.291	0,4	4.926	1,0
Itaberaba	7.123	0,6	3.509	0,6	3.614	0,7
Senhor do Bonfim	7.039	0,6	3.774	0,6	3.265	0,7
Itapetinga	6.754	0,6	4.011	0,6	2.743	0,6
Santa Maria da Vitória	6.595	0,6	1.420	0,2	5.174	1,1
Valença	6.504	0,6	5.394	0,9	1.110	0,2
Ipiaú	6.381	0,6	3.598	0,6	2.783	0,6
Campo Formoso	6.264	0,6	3.748	0,6	2.516	0,5
Ipirá	6.227	0,6	3.107	0,5	3.120	0,6
Serrinha	6.212	0,6	4.933	0,8	1.279	0,3
Gandu	6.145	0,6	4.313	0,7	1.833	0,4
Ubaítaba	6.045	0,5	3.510	0,6	2.535	0,5
Santo Antônio de Jesus	5.658	0,5	4.885	0,8	772	0,2
Brumado	5.312	0,5	1.873	0,3	3.439	0,7
Ubatã	5.240	0,5	3.173	0,5	2.068	0,4
Xique-Xique	5.238	0,5	2.398	0,4	2.840	0,6
Total	522.389	47,1	275.136	44,3	247.253	50,7
Bahia	1.108.753	100,0	621.059	100,0	487.694	100,0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Nota: Emigrantes - Exclui-se os emigrantes que não declararam Unidade da Federação/município de destino

Cartograma 3

Municípios selecionados cujo total de emigrantes com 5 anos ou mais foi superior a 5.000 pessoas, por categoria preponderante, Bahia, 1995-2000



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI 2006

PARTICIPAÇÃO DA MIGRAÇÃO NA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Na Bahia, desde sua formação, os movimentos migratórios aparecem como fator de alta importância para a composição da população. Dessa forma, cabe saber, para o período em análise, o grau de expressividade desses movimentos na composição da população dos 42 municípios selecionados. Vale lembrar que o referido grupo é composto, em quase sua totalidade, por municípios que apresentam os maiores volumes populacionais do estado em 2000, havendo apenas sete exceções: Camacan (LS), Gandu (LS), Ubaitaba (LS), Ubatã (LS), Santa Cruz Cabrália (ES), Mucuri (ES) e Santa Maria da Vitória (OES).

Considerando-se o jogo de entrada e saída de pessoas de cada município, apenas sete desses (destacados em negrito na Tabela 6), apresentaram saldo migratório⁸ positivo: Barreiras (OES), Camaçari (RMS), Feira de Santana (PAR), Juazeiro (BMSF), Porto Seguro (LS), Santo Antônio de Jesus (RS) e Teixeira de Freitas (LS).

Os demais registraram, em comum, saldo migratório negativo, ou seja, em todos eles havia maior número de pessoas saindo do que entrando. Isso se repetiu nas regiões Litoral Norte, Nordeste, Piemonte da Diamantina, Irecê e Serra Geral, que apresentaram todos os municípios perdendo pessoas, o que confirmou o perfil do estado baiano como emissor de população.

Com relação à importância da emigração na população total dos municípios selecionados, os maiores percentuais (superiores a 20%) foram identificados em Santo Amaro, Camacan, Gandu, Ubaitaba, Ubatã, Itamaraju e Irecê. Vale destacar ainda que, destes, apenas em Irecê (com 16%) e Itamaraju (com 10%) o volume de imigrantes também foi importante.

Ressalte-se que em Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Barreiras, Lauro de Freitas, Mucuri e Dias d'Ávila os imigrantes participaram na composição da população total de 2000 (representaram mais de 20%). Contudo, em Porto Seguro e Barreiras, houve, aproximadamente, a emigração de 11% dos seus moradores, enquanto que nos demais a emigração não foi significativa.

Note-se que há casos onde a participação dos imigrantes no contingente total dos municípios é bastante semelhante, como em Santo Antônio de Jesus, Valença, Eunápolis, Feira de Santana, Itapetinga e Vitória da Conquista.

⁸ Maiores explicações em DIAS, nesta publicação.

Tabela 6		
Participação dos imigrantes e emigrantes com 5 anos e mais na população com 5 anos e mais dos municípios selecionados. Bahia, 1995-2000		
	(%)	
Municípios	Participação dos imigrantes na população de 2000	Participação dos emigrantes na população de 2000
Alagoinhas	6,6	9,2
Barreiras	21,1	10,7
Bom Jesus da Lapa	*	17,1
Brumado	*	9,4
Camacan	*	27,3
Camaçari	15,7	5,9
Campo Formoso	*	11,4
Dias d'Ávila	20,1	*
Eunápolis	13,0	14,2
Feira de Santana	7,6	7,5
Gandu	*	25,2
Guanambi	*	11,0
Ilhéus	8,9	11,2
Ipiaú	*	16,2
Ipirá	*	11,3
Irecê	15,9	26,5
Itaberaba	*	13,5
Itabuna	9,1	15,8
Itamaraju	10,1	20,3
Itapetinga	11,5	12,9
Jacobina	8,4	16,6
Jequié	7,5	10,5
Juazeiro	12,6	8,8
Lauro de Freitas	23,6	*
Mucuri	20,3	*
Paulo Afonso	10,8	13,7
Poções	13,4	*
Porto Seguro	32,4	11,0
Salvador	5,6	6,6
Santa Cruz Cabrália	29,3	*
Santa Maria da Vitória	*	17,9
Santo Amaro	*	21,2
Santo Antônio de Jesus	9,2	8,1
Senhor do Bonfim	*	11,5
Serrinha	*	8,3
Simões Filho	15,3	*
Teixeira de Freitas	16,2	14,8
Ubaitaba	*	28,3
Ubatã	*	26,7
Valença	8,0	9,3
Vitória da Conquista	9,4	9,7
Xique-Xique	*	13,4
Total	9,2	9,7

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada por COPES/SEI, 2006

Nota: * Categoria na qual o município não teve destaque por não ter alcançado 5.000 pessoas

ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES BAIANOS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

O propósito desta parte do texto é identificar origem e destino dos migrantes interestaduais e intra-estaduais dos municípios selecionados, considerando-se as Grandes Regiões do país e as Regiões Econômicas baianas.

A migração pode ser mais bem compreendida se considerarmos seu resultado final, isto é, seu saldo. Contudo, a análise dos seus elementos, quanto ao que a impulsiona, merece ser tratada de forma separada. Assim, este item do trabalho tem também a finalidade de buscar eventuais explicações quanto ao que possa definir a entrada ou saída de migrantes em alguns municípios baianos.

Ciente da amplitude dessa temática e dada a não pretensão de discutir o fenômeno como um todo, este estudo tenderá a apenas sugerir algumas possibilidades de entendimento. Assim, foram utilizados os dados referentes aos setores de atividades de maior expressividade entre os migrantes baianos, ainda que de forma superficial, mesmo tendo a certeza que isso, isoladamente, não explica o fenômeno migratório na totalidade.

Os dados sobre setores de atividades referenciados adiante, que servirão para embasar as sugestões quanto aos possíveis motivos da migração, encontram-se no texto de Santos. Contudo, a apreciação dos trabalhos de Araújo, Dias, Santos e Araújo e Dias, presentes nesta publicação, complementam essa análise.

Em um trabalho da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006), verificou-se que dentre as Grandes Regiões brasileiras o Sudeste se destacou como principal fonte de origem dos imigrantes da Bahia (62,0%), no período 1995-2000. A Região Econômica Nordeste apareceu em segundo lugar (24,8%), enquanto que a participação apresentada pelas outras regiões foi bem menor. No mesmo estudo foi assinalada a mudança nos movimentos migratórios no país, quando se destacou o crescimento da migração de retorno⁹. O migrante de retorno para a Bahia representou, no período 1995-2000, 43,1% do conjunto dos imigrantes. Entre os retornados, a principal região de origem foi o Sudeste, representando 77,3% do total.

O referido estudo ainda destaca que dois terços da toda emigração ocorrida na Bahia teve como principal destino a Região Sudeste (72,4%), seguida pela Região Centro-Oeste (12,3%).

Não se constitui surpresa o fato de a Região Sudeste aparecer como a principal origem e destino dos interestaduais, no período em estudo, uma vez que os municípios selecionados foram aqueles que apresentaram maior expressividade no estado. A segunda

⁹ Migração de retorno é o deslocamento de indivíduos naturais de uma unidade geográfica que durante algum tempo residiam em localidades distintas do local de nascimento e que, no momento da realização do Censo Demográfico, residiam na unidade geográfica de origem.

região de origem dos imigrantes foi a Nordeste e, entre os emigrantes, o segundo principal destino foi a Região Centro-Oeste (Tabelas 7 e 8).

Essa análise pretende, a seguir, oferecer melhor visibilidade aos municípios - quanto ao movimento de entrada e saída de pessoas, apontando suas origens e destinos, possibilitando que se observe, com isso, o impacto da migração. Assim, os municípios serão analisados a partir de blocos, tendo como base as Regiões Econômicas a que pertencem e apresentados a partir da subdivisão em três grupos: (1) Municípios com destaque na imigração e emigração baiana; (2) Municípios com destaque apenas na imigração baiana; (3) Municípios com destaque apenas na emigração baiana.

Tabela 7								
Imigrantes interestaduais, com 5 anos e mais, dos municípios com imigração acima de 5.000 pessoas, por Grandes Regiões de origem, Bahia, 1995-2000								
(%)								
RE's	Municípios	Grandes Regiões de origem						Total
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil s/ especificação	
RMS	Camaçari	2,3	45,8	44,1	1,8	3,6	2,5	100,0
RMS	Dias d'Ávila	5,3	61,4	25,7	4,4	1,2	2,0	100,0
RMS	Salvador	4,3	31,8	50,7	6,4	5,5	1,3	100,0
RMS	Simões Filho	4,9	41,9	47,1	2,6	3,6	0,0	100,0
RMS	Lauro de Freitas	1,7	33,0	50,3	11,8	1,7	1,5	100,0
LN	Alagoinhas	0,8	35,5	56,9	3,1	3,7	0,0	100,0
RS	Santo Antônio de Jesus	1,6	37,2	50,1	4,3	3,3	3,5	100,0
LS	Ilhéus	2,5	10,8	81,7	1,9	2,9	0,2	100,0
LS	Itabuna	3,6	11,0	78,1	2,7	4,1	0,6	100,0
LS	Valença	2,4	23,8	61,2	1,7	9,8	1,1	100,0
ES	Eunápolis	3,4	7,9	84,3	1,4	2,6	0,3	100,0
ES	Itamaraju	4,8	3,0	88,1	0,7	2,3	1,1	100,0
ES	Mucuri	1,3	1,8	94,7	1,2	0,7	0,3	100,0
ES	Porto Seguro	4,1	8,9	75,2	4,9	6,2	0,8	100,0
ES	Santa Cruz Cabrália	5,3	8,7	73,0	6,8	6,1	0,0	100,0
ES	Teixeira de Freitas	4,4	2,7	89,5	1,0	2,0	0,4	100,0
NOR	Paulo Afonso	1,8	74,4	20,0	0,6	2,6	0,7	100,0
PAR	Feira de Santana	3,6	36,4	51,8	3,5	3,6	1,0	100,0
SUD	Itapetinga	1,1	11,8	83,0	3,2	0,9	0,0	100,0
SUD	Jequié	0,4	10,6	81,6	4,5	2,5	0,4	100,0
SUD	Poções	0,0	7,1	86,4	1,9	4,1	0,5	100,0
SUD	Vitória da Conquista	1,2	9,0	81,9	3,2	3,8	0,9	100,0
BMSF	Juazeiro	0,9	79,4	17,0	0,6	1,1	1,1	100,0
PIE	Jacobina	1,8	25,0	63,0	1,9	7,9	0,4	100,0
IRC	Irecê	3,6	33,5	36,4	1,5	23,9	1,0	100,0
OES	Barreiras	10,2	22,4	17,5	24,9	24,9	0,0	100,0
	Total	3,4	29,9	55,4	5,0	5,4	0,9	100,0
	Bahia	2,7	24,5	61,3	3,5	7,0	1,1	100,0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI, 2006.

Tabela 8

Emigrantes interestaduais, com 5 anos e mais, dos municípios com emigração acima de 5.000 pessoas, por Grandes Regiões de destino, Bahia, 1995-2000

(%)

RE's	Municípios	Grandes Regiões de origem					
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
RMS	Camaçari	2,2	39,4	48,3	4,3	5,9	100,0
RMS	Salvador	2,7	22,8	63,1	4,2	7,3	100,0
LN	Alagoinhas	0,6	21,3	73,2	2,3	2,6	100,0
RS	Santo Amaro	1,5	51,7	30,7	9,8	6,2	100,0
RS	Santo Antônio de Jesus	0,0	10,9	73,8	0,0	15,4	100,0
LS	Camacan	0,0	0,6	94,4	0,7	4,3	100,0
LS	Gandu	2,3	2,6	89,5	1,1	4,5	100,0
LS	Ilhéus	1,7	4,5	86,6	1,5	5,7	100,0
LS	Ipiaú	4,8	5,5	86,8	0,5	2,5	100,0
LS	Itabuna	1,7	5,5	89,0	1,1	2,7	100,0
LS	Ubaítaba	1,2	0,0	97,7	0,2	0,9	100,0
LS	Ubatã	2,6	0,5	93,3	0,4	3,3	100,0
LS	Valença	1,6	6,2	85,1	0,6	6,6	100,0
ES	Eunápolis	7,0	3,0	87,3	0,7	2,0	100,0
ES	Itamaraju	4,9	2,3	90,7	0,5	1,6	100,0
ES	Porto Seguro	3,0	2,8	82,6	6,5	5,1	100,0
ES	Teixeira de Freitas	4,1	2,3	90,9	0,5	2,1	100,0
NOR	Paulo Afonso	4,0	38,9	50,1	1,8	5,2	100,0
NOR	Serrinha	4,1	7,9	80,6	0,5	6,9	100,0
PAR	Feira de Santana	3,2	22,8	65,7	1,2	7,2	100,0
PAR	Ipirá	0,0	5,1	94,2	0,0	0,8	100,0
PAR	Itaberaba	0,9	5,7	83,3	1,5	8,6	100,0
SUD	Itapetinga	0,6	5,2	90,0	0,0	4,1	100,0
SUD	Jequié	2,1	4,1	87,4	1,9	4,4	100,0
BMSF	Vitória da Conquista	1,3	4,5	87,5	0,9	5,9	100,0
PIE	Campo Formoso	0,2	12,3	76,3	1,6	9,6	100,0
PIE	Jacobina	3,4	12,9	67,7	1,3	14,7	100,0
PIE	Juazeiro	1,5	50,7	38,6	1,3	7,9	100,0
PIE	Senhor do Bonfim	0,0	16,6	72,3	1,5	9,6	100,0
IRC	Irecê	0,7	15,0	58,2	0,6	25,5	100,0
IRC	Xique-Xique	1,4	10,0	66,4	0,0	22,1	100,0
SG	Brumado	1,8	2,3	91,0	1,7	3,2	100,0
SG	Guanambi	1,6	1,4	83,4	1,6	11,9	100,0
MSF	Bom Jesus da Lapa	3,3	3,5	56,0	1,5	35,7	100,0
OES	Barreiras	5,2	10,1	13,4	7,5	63,8	100,0
OES	Santa Maria da Vitória	1,2	1,6	10,9	0,2	86,0	100,0
	Total	2,4	14,6	69,7	2,3	11,0	100,0
	Bahia	2,1	11,7	72,2	1,8	12,2	100,0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI, 2006

Nota: Emigrantes - Exclui-se os emigrantes que não declararam unidade da Federação de destino.

Na discussão desses dados serão apresentadas informações sobre a ocupação dos migrantes. Note-se que se trata apenas de dados referentes aos que estavam ocupados na realização do Censo¹⁰.

Municípios com destaque na imigração e emigração

O grupo dos municípios selecionados que apresentaram destaque tanto pelo volume de imigrantes como de emigrantes é composto por: Salvador, Camaçari, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Ilhéus, Itabuna, Valença, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Itamaraju, Paulo Afonso, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Juazeiro, Jacobina, Irecê e Barreiras.

A Região Metropolitana de Salvador apresentou dois municípios que se destacaram tanto na imigração quanto na emigração – *Salvador* e *Camaçari*. Salvador se revelou como o principal receptor do estado, absorvendo muitos imigrantes vindos do Sudeste (50,7%) e do Nordeste (31,8%), assim como de outros municípios da Bahia, sendo mais representativos os valores encontrados para os das Regiões Paraguaçu (18,8%), Recôncavo Sul (17,6%) e Litoral Sul (14,1%) (Tabela 9).

Na emigração interestadual, grande parte das pessoas que deixaram Salvador para outros estados se dirigiu ao Sudeste (63,1%), cujo histórico de absorção de nordestinos já vem de décadas. O Nordeste brasileiro, apesar de aparecer em segundo lugar (23%), registrou um volume bem menor de emigrantes de Salvador, comparativamente ao Sudeste. Já a emigração intra-estadual foi bastante diluída entre as Regiões Econômicas baianas, mas com algum predomínio da RMS, com 37% do total (Tabela 10).

O fato de ser mais bem provido de infra-estrutura urbana, quando comparado aos demais municípios baianos, confere a Salvador a ilusão de ser um espaço que tem muito a oferecer às pessoas que para aí se deslocam de diversos lugares, de dentro e de fora do estado, à procura de melhoria de condições de vida e oportunidades de emprego, educação etc.

Essa visão de Salvador se avolumou principalmente a partir da instalação de indústrias em municípios vizinhos. As pessoas — principalmente, funcionários de cargos mais elevados, portanto, mais exigentes e de melhor poder aquisitivo — que se deslocavam para os novos empregos surgidos na RMS, ao analisarem opções de moradia, lazer, educação etc, optavam por residir, inicialmente, em Salvador.

¹⁰ Ver Box, no texto de Santos que consta nesta publicação.

Tabela 9 - Imigrantes intra-estaduais da Bahia com 5 anos e mais, por Regiões Econômicas de origem, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's	Municípios	Regiões Econômicas de origem															BA s/ especifica- ção	Total
		RMS	LN	RS	LS	ES	NOR	PAR	SUD	BMSF	PIE	IRC	CD	SG	MSF	OES		
RMS	Camaçari	47,6	11,0	5,0	6,7	0,4	7,0	10,4	2,1	1,2	4,3	0,5	0,8	0,2	0,4	0,1	100,0	
RMS	Dias d'Ávila	53,5	28,0	2,6	1,4	0,0	3,7	4,1	0,9	1,1	1,4	0,4	0,4	0,0	0,0	0,1	100,0	
RMS	Lauro de Freitas	70,4	2,4	5,0	4,1	0,3	4,0	5,3	2,6	0,2	1,3	0,5	0,5	0,4	0,1	0,2	100,0	
RMS	Salvador	7,6	9,2	17,6	14,1	1,2	7,7	18,8	6,0	1,5	5,0	1,6	1,5	1,0	0,6	0,6	100,0	
RMS	Simões Filho	60,4	6,7	7,2	4,1	0,4	5,5	7,9	1,8	0,6	1,8	0,0	0,5	0,3	0,2	0,0	100,0	
LN	Alagoinhas	40,1	27,3	3,8	2,0	2,1	8,6	7,3	0,9	0,8	1,8	0,0	0,0	0,2	0,7	0,0	100,0	
RS	Santo Antônio de Jesus	35,3	0,6	36,1	13,8	0,7	0,3	3,7	4,2	0,0	1,9	0,7	0,0	1,1	0,0	0,2	100,0	
LS	Ilhéus	10,5	1,2	1,4	65,2	4,6	0,6	1,7	9,5	0,1	0,1	0,0	0,1	0,8	0,1	0,1	100,0	
LS	Itabuna	10,9	0,8	2,5	62,1	7,1	1,0	1,8	7,2	0,1	0,4	0,1	0,2	0,6	0,2	0,6	100,0	
LS	Valença	27,1	0,7	13,5	43,8	3,8	0,0	2,6	3,8	1,0	0,2	0,9	0,0	0,2	0,0	0,0	100,0	
ES	Eunápolis	4,7	0,1	1,7	31,8	44,3	0,5	4,2	4,7	0,0	0,7	0,8	0,1	1,1	0,0	0,0	100,0	
ES	Itamaraju	0,4	0,0	1,0	13,8	71,2	0,0	0,2	9,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	
ES	Mucuri	1,5	0,0	0,6	9,8	79,7	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	
ES	Porto Seguro	3,0	0,0	0,4	47,9	33,1	0,0	0,9	3,7	0,0	0,3	0,0	0,1	0,6	0,1	0,0	100,0	
ES	Santa Cruz Cabralia	3,0	0,1	0,6	33,3	53,6	0,0	0,2	5,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	100,0	
ES	Teixeira de Freitas	5,1	0,2	0,4	13,9	65,7	0,3	2,2	2,3	1,1	0,2	0,4	0,2	0,4	0,1	0,3	100,0	
NO	Paulo Afonso	26,0	1,6	2,5	1,0	0,3	42,0	5,8	3,3	4,7	3,9	0,0	0,5	2,2	0,0	0,0	100,0	
PAR	Feira de Santana	25,4	4,4	7,8	4,4	1,0	10,0	29,5	3,7	1,7	3,6	1,3	1,4	0,2	0,3	0,8	100,0	
SUD	Itapetinga	10,1	0,0	1,1	13,8	4,5	0,6	4,4	56,3	0,2	0,8	0,4	0,2	2,1	0,0	0,0	100,0	
SUD	Jequié	16,2	0,3	8,2	40,0	2,3	0,4	2,7	23,8	0,1	0,0	0,1	1,1	1,8	0,3	0,0	100,0	
SUD	Poções	2,6	0,3	3,2	10,0	0,3	0,3	0,5	72,3	0,4	0,0	0,0	0,3	2,5	5,2	0,3	100,0	
SUD	Vitória da Conquista	15,0	0,7	2,5	6,5	3,1	0,3	2,5	51,3	0,0	0,3	0,0	3,0	8,2	0,6	1,2	100,0	
BMSF	Juazeiro	10,1	1,2	0,8	3,6	1,2	10,7	3,9	1,7	24,4	29,0	4,9	0,2	0,1	0,9	1,5	100,0	
PIE	Jacobina	19,0	0,0	1,3	0,3	0,0	6,3	12,5	1,1	1,5	42,4	6,3	0,8	0,0	0,5	2,8	100,0	
IRC	Irecê	4,9	0,2	1,0	0,2	0,1	0,9	6,3	2,1	2,1	6,7	63,1	1,4	0,0	0,8	5,6	100,0	
OES	Barreiras	4,7	0,2	0,9	1,7	0,9	1,0	5,6	0,7	3,3	3,2	21,6	3,8	1,8	13,0	33,5	100,0	
	Subtotal	19,8	5,2	7,9	17,1	8,0	4,8	10,3	8,0	1,6	3,8	3,2	1,0	1,1	1,0	2,2	100,0	
	Demais municípios	14,8	3,8	5,7	17,2	4,8	7,5	9,6	7,5	1,9	5,4	4,0	4,0	3,5	2,8	2,9	100,0	
	Total	17,3	4,5	6,8	17,2	6,4	6,2	9,9	7,7	1,8	4,6	3,6	2,5	2,3	1,9	2,6	100,0	

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI, 2006.

Tabela 10
Emigrantes intra-estaduais da Bahia com 5 anos e mais, por Regiões Econômicas de destino
Bahia, 1995-2000 (%)

RE's	Municípios	Regiões Econômicas de destino															Total
		RMS	LN	RS	LS	ES	NOR	PAR	SUD	BMSF	PIE	IRC	CD	SG	MSF	OES	
RMS	Camaçari	47,2	14,3	2,7	3,3	1,2	11,0	12,4	2,9	0,2	3,5	0,2	0,7	0,0	0,0	0,3	100,0
RMS	Salvador	37,0	7,5	12,1	7,8	2,0	5,9	13,0	6,0	1,3	2,9	0,8	1,3	0,8	0,4	1,0	100,0
LN	Alagoinhas	51,7	22,9	1,2	1,8	0,4	9,6	8,4	0,6	0,8	1,2	0,2	0,7	0,0	0,0	0,4	100,0
RS	Santo Amaro	50,8	3,2	6,2	8,6	2,4	2,8	8,0	8,5	0,7	1,9	1,3	3,3	1,5	0,3	0,6	100,0
RS	Santo Antônio de Jesus	54,9	0,8	20,7	8,1	0,7	1,0	6,3	4,1	0,0	0,2	0,4	1,0	0,3	0,0	1,5	100,0
LS	Camacan	2,0	0,6	0,0	36,4	59,1	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
LS	Gandu	26,9	0,0	6,3	50,8	3,8	1,1	3,5	5,0	0,0	0,3	0,0	0,0	1,6	0,4	0,3	100,0
LS	Ilhéus	21,3	0,0	1,4	47,1	11,7	0,9	3,2	9,4	0,7	0,7	0,0	0,5	1,0	1,1	0,9	100,0
LS	Ipiau	20,2	0,6	0,8	51,1	9,4	1,8	0,9	12,7	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
LS	Itabuna	19,6	1,1	1,3	44,5	20,3	0,6	2,0	8,0	0,2	0,4	0,0	0,3	0,2	0,4	1,3	100,0
LS	Ubatuba	15,5	1,9	0,3	69,3	5,9	0,0	0,8	4,6	0,0	0,2	0,0	0,4	0,0	0,0	1,2	100,0
LS	Ubatã	18,1	1,0	0,0	60,7	10,4	0,0	0,3	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	100,0
LS	Valença	43,4	0,2	16,2	27,5	4,4	0,5	3,6	2,9	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,2	0,7	100,0
ES	Eunápolis	5,6	0,4	0,4	12,4	67,4	0,5	1,7	8,0	1,1	0,7	0,1	0,0	0,9	0,0	0,7	100,0
ES	Itamaraju	2,6	0,6	0,0	4,6	88,9	0,0	0,7	1,6	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	100,0
ES	Porto Seguro	6,6	1,0	0,9	29,5	53,0	0,0	3,8	4,4	0,2	0,2	0,0	0,3	0,0	0,0	0,1	100,0
ES	Teixeira de Freitas	3,0	0,9	1,0	8,8	79,5	1,6	0,4	3,5	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	1,0	100,0
NOR	Paulo Afonso	44,8	0,4	1,3	0,5	3,0	27,5	1,7	0,4	10,0	2,8	1,5	0,0	2,4	0,0	3,6	100,0
NOR	Serrinha	43,6	5,3	1,3	2,3	0,2	22,5	21,6	0,6	0,0	2,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,3	100,0
PAR	Feira de Santana	43,1	4,9	5,4	2,5	2,1	7,7	18,8	3,8	1,4	4,5	1,6	0,9	0,3	0,5	2,4	100,0
PAR	Ipirá	28,6	0,0	3,5	3,4	0,0	1,6	60,4	0,0	0,0	1,2	0,5	0,3	0,0	0,4	0,0	100,0
PAR	Itaberaba	25,4	0,1	3,0	6,0	1,9	1,7	31,9	3,1	0,0	0,5	0,8	16,2	2,1	0,6	6,7	100,1
SUD	Itapetinga	9,8	0,0	1,7	17,5	6,7	0,4	0,9	60,6	0,0	0,7	0,2	0,0	0,8	0,6	0,0	100,0
SUD	Jequié	28,9	1,5	2,8	29,9	3,5	0,0	4,1	23,9	0,7	1,3	0,2	0,5	1,4	0,7	0,7	100,0

continua

conclusão

RE's	Municípios	Regiões Econômicas de destino															Total
		RMS	LN	RS	LS	ES	NOR	PAR	SUD	BMSF	PIE	IRC	CD	SG	MSF	OES	
BMSF	Vitória da Conquista	16,1	1,5	1,4	7,4	6,9	1,1	6,0	45,0	0,0	0,8	1,3	2,6	6,7	1,2	2,1	100,0
PIE	Juazeiro	22,5	2,0	0,6	2,6	2,3	8,9	7,8	0,2	19,7	20,1	3,0	0,9	0,0	1,0	8,3	100,0
PIE	Campo Formoso	13,7	2,8	0,3	0,0	0,0	3,1	1,2	0,2	27,6	47,6	2,7	0,1	0,0	0,0	0,7	100,0
PIE	Jacobina	38,3	0,7	2,0	0,8	1,9	6,0	10,8	0,8	3,0	27,1	4,0	0,3	0,1	0,3	3,9	100,0
PIE	Senhor do Bonfim	26,4	1,5	0,3	1,8	0,2	4,3	3,6	1,6	17,5	34,4	2,3	0,8	0,0	0,0	5,2	100,0
IRC	Irecê	16,7	0,4	0,4	0,0	0,3	3,1	5,9	0,5	7,3	5,0	23,3	3,5	2,0	0,6	31,1	100,0
IRC	Xique-Xique	11,5	0,0	0,0	1,7	0,0	0,2	2,0	0,4	5,8	1,5	37,3	0,3	0,0	21,0	18,3	100,0
SG	Brumado	13,0	0,3	0,3	4,0	4,4	0,0	0,9	30,5	0,0	0,0	0,0	4,9	33,1	0,0	8,5	100,0
SG	Guanambi	16,2	0,0	0,0	1,2	2,4	0,3	2,0	12,2	0,0	0,0	0,2	6,5	33,0	17,6	8,3	100,0
MSF	Bom Jesus da Lapa	13,0	0,4	0,0	2,4	1,4	1,9	3,3	5,2	2,0	0,9	2,3	4,8	3,0	39,3	20,3	100,0
OES	Barreiras	8,6	1,0	0,8	1,6	0,3	1,9	6,1	2,2	2,3	3,7	18,1	3,2	1,9	8,1	40,1	100,0
OES	Santa Maria da Vitória	4,6	0,6	0,8	2,7	0,6	0,8	3,0	2,2	2,5	3,0	3,3	1,1	2,0	15,0	57,8	100,0
	Subtotal	29,7	4,3	5,9	13,7	9,9	4,5	9,4	7,5	2,1	4,0	1,9	1,3	1,3	1,2	3,3	100,0
	Outros Municípios	19,9	3,6	5,1	14,8	8,7	6,6	8,6	8,9	2,0	4,2	3,9	3,8	3,0	2,2	4,7	100,0
	Bahia	24,3	4,0	5,4	14,3	9,2	5,6	9,0	8,3	2,0	4,1	3,0	2,7	2,2	1,8	4,1	100,0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI, 2006.

Nota: Emigrantes - Exclu-se os emigrantes que não declararam Município de destino.

A chegada de grupos menos abastados para a capital baiana, fosse de outros estados ou de municípios baianos, levou a transformações do espaço habitacional da RMS, conforme assinalado por Dias (2004, p. 30):

Dentre as conseqüências do crescimento desses setores sociais [setores médios], chamou a atenção para o aumento do solo custo metropolitano, a ampliação da demanda por habitações mais sofisticadas, localizadas essencialmente nas "novas" áreas centrais de Salvador e a expulsão gradativa dos moradores dos bairros populares, mais centrais, para locais mais distantes e fora da capital.

A necessidade de ampliação dos locais destinados à moradia em Salvador para atender a todas as classes sociais, fez com que fossem criados loteamentos e bairros em toda a cidade, processo que se espraiou, ampliando-se para os municípios vizinhos que se transformaram em área de expansão da capital, absorvendo muitos dos que seriam seus moradores.

O fato de não oferecer oportunidade de emprego a todos que se deslocam para Salvador, faz com que esse município se constitua um espaço que tanto "absorve" como "expulsa" pessoas, servindo, portanto, como "ponte" de deslocamento para diversos lugares.

Tanto na imigração como na emigração interna do estado, Salvador aparece como o município onde a informação de origem ou destino dos migrantes entre os municípios se apresentou melhor distribuída, ainda que com elevada participação de algumas regiões. Na imigração destacaram-se as regiões Paraguaçu, Recôncavo Sul e Litoral Sul (Tabela 9). Historicamente, Salvador já se configurou também como o principal ponto de passagem, seja de partida ou de chegada, de pessoas para outros estados.

Na emigração, RMS se destacou como principal destino, podendo-se supor que Lauro de Freitas tenha sido o principal receptor, devido à conurbação existente entre esse município e a capital, conforme pode ser observado nos dados apresentados para esse município (Tabela 10).

Os setores de atividades que mais absorveram os imigrantes interestaduais de Salvador que estavam ocupados¹¹ foram: comércio e serviços (mais da metade dos casos). Já as pessoas que chegaram de outros municípios baianos foram absorvidas principalmente pelo setor serviços — com destaque para o emprego doméstico, quase 60% dos casos —, seguido pelo setor industrial.

Dos emigrantes de Salvador que se dirigiram para outros estados e estavam ocupados na data do Censo, a maioria estava nos setores de serviços e industrial. Porém, pode-se perceber que o antigo sonho de encontrar emprego na indústria paulistana perdeu lugar para a área de serviços. Os moradores da capital que se deslocaram

¹¹ Ver Box do texto de SANTOS nesta publicação.

para outros municípios baianos ocuparam espaços principalmente nos setores de serviços e comércio.

A instalação do pólo petroquímico em *Camaçari*, com o deslocamento de elevados investimentos para a produção de bens intermediários, fez com que esse município fosse, deste então, procurado por elevada quantidade de pessoas, de dentro e fora do estado. Nos anos 1990, entre os baianos, o destaque foi para os residentes da própria RMS, que se deslocaram à procura de oportunidades de empregos, encontrados especialmente na indústria, serviços e comércio, fato que pode ser confirmado a partir do texto de Santos, nesta publicação.

Entre os migrantes interestaduais, *Camaçari* absorveu grande proporção de pessoas vindas do Nordeste brasileiro (45,8%), ficando o Sudeste pouco atrás (44,1%).

Ao se cruzar setores de atividade dos migrantes ocupados e categoria inter e intra-estadual, nota-se que a indústria aparece como o setor de maior participação entre os migrantes interestaduais, sinalizando que as pessoas que dele participam, certamente, são mais preparadas que aquelas que ocupam o setor de serviços, que aparece em maior proporção entre os migrantes intra-estaduais, situação que pode ser confirmada pelos dados de escolaridade desses imigrantes, já apresentados por Santos, nesta publicação.

Semelhante ao ocorrido na imigração, respeitando as categorias inter e intra-estaduais, os setores que mais absorveram emigrantes de *Camaçari* se repetiram.

Ao que tudo indica, embora tenha ocorrido um grande investimento em sua economia na década de 1990, o que contribuiu para o deslocamento de pessoas à procura de empregos, *Camaçari* não ofereceu emprego a todos, assim como ainda não oferecia boa infra-estrutura urbana que pudesse reter as pessoas de maior escolaridade.

Estudos afirmam que trabalhadores de empresas que ocupam melhores cargos e conseqüentemente, almejam maior conforto, lazer, moradia, educação etc, não elegeram *Camaçari* como local de moradia. Alguns deixam o município e voltam para seus estados de origem, outros se deslocaram para outros municípios contíguos que ofereçam tais oportunidades, como é o caso de Salvador e Lauro de Freitas.

Tratando especificamente da emigração intra-estadual de *Camaçari*, a cada ciclo de finalização de implantação das indústrias — atividade para a qual não eram exigidas grandes qualificações —, muitas pessoas eram dispensadas (por não apresentarem a formação exigida). Não sendo absorvidas pelo mercado de trabalho local, então, acabavam inchando as periferias do município ou se deslocando para municípios próximos, na própria RMS (principal destino). A segunda opção dos emigrantes de *Camaçari* foi a Região Litoral Norte.

Alagoinhas, município com destaque quanto à participação no comércio e serviço estadual, exerceu função de articulador local e regional, além de, também poder ser considerado como área de extensão e de absorção de Salvador. Além da agropecuária, Alagoinhas conta também com atividades como das demandas de refinamento de petróleo, silvicultura, celulose, produção e distribuição de bebidas, como a Schincariol, que dinamizou sua economia nos últimos anos. Essas atividades permitem a ocupação de pessoas com diferentes níveis de escolaridade e experiência profissional.

Os movimentos de imigração e emigração interestadual verificados em Alagoinhas registraram maior participação da Região Sudeste (73%). Já na imigração e emigração intra-estadual, os maiores valores foram encontrados na RMS, sendo que, na emigração, a RMS participou com mais da metade do total (52%).

Possivelmente seus imigrantes internos fossem pessoas que se encontravam em Salvador e adjacências, que, ao vislumbrarem empregos oferecidos na emergente economia do município, para lá se deslocaram. Entre aqueles que chegaram de outras unidades da Federação, dentre aqueles que foram absorvidos pelo mercado de trabalho, a maior parte estava nos setores de serviços e comércio. Já entre os imigrantes intra-estaduais prevaleceu a ocupação nos serviços e na indústria.

Salvador e Camaçari provavelmente foram os municípios mais procurados pelos emigrantes de Alagoinhas que se dirigiram para a RMS. O primeiro, por ser percebido como local de boas oportunidades, tanto para trabalho quanto para estudos. O segundo, certamente, pelos investimentos direcionados para a dinamização da economia local, favorecendo a ampliação da oferta de empregos em diversos setores, inclusive na construção civil.

Vale ressaltar que em Alagoinhas, apesar do investimento econômico, principalmente nos últimos anos, como a implantação da indústria de bebidas, além de seu dinâmico comércio e serviços, ainda é considerável o volume de emigrantes.

Santo Antônio de Jesus pode ser considerado abastecedor de mercadorias e prestador de serviços, principalmente educacionais, para as áreas vizinhas. Esse município é dotado de uma infra-estrutura urbana diferenciada, sendo o único da Região Recôncavo Sul a apresentar alguma diversidade nas categorias migratórias.

Em se tratando dos valores encontrados nos movimentos interestaduais, a Região Sudeste surgiu como a área mais relevante (com 50% dos imigrantes e 74% dos emigrantes). Tudo indica que grande parte dos imigrantes seja de retornados. Na emigração, a participação da Região Centro-Oeste também foi bastante expressiva, superando, inclusive, a da Região Nordeste que geralmente ocupa a segunda posição (15,4% e 11%, respectivamente).

No movimento intra-estadual, os emigrantes de Santo Antônio de Jesus se dirigiram, em grande parte, para a RMS (54,9%), sendo Salvador o município que recebeu o maior volume de pessoas. Já seus imigrantes foram da própria Região Econômica, provavelmente dos municípios vizinhos, em busca de empregos em área mais dinâmica. A RMS foi a que registrou a segunda maior participação.

Os migrantes interestaduais de Santo Antônio de Jesus encontraram-se mais concentrados no setor da indústria, depois no de serviços, com destaque para o de serviço doméstico, no caso do imigrante interestadual.

O setor de serviços foi o principal entre os migrantes intra-estaduais. Os imigrantes tiveram a indústria como o segundo setor de absorção, enquanto que dentre os emigrantes, foram o comércio e o serviço doméstico.

Assim, entre os que chegaram a Santo Antônio de Jesus, vindo de outros estados, provavelmente dispostos de melhor qualificação, ingressaram principalmente no setor industrial, só depois pelo setor de serviços. O inverso ocorreu entre os imigrantes internos, provavelmente por não apresentarem os requisitos exigidos para atuarem em melhores postos e funções.

Entre as pessoas que deixaram esse município, deslocando-se para outros do próprio estado, foram admitidos principalmente em atividades que, de forma geral, não exigem maiores conhecimentos (serviços, comércio e serviço doméstico). Entre os que buscaram oportunidades em outros estados, uma parcela foi formada por pessoas que apresentaram algum grau de instrução, o que lhes permitiu encontrar funções nas indústrias. O mesmo não ocorreu para outra parcela, que assumiu funções nas áreas de serviço, com destaque para o doméstico, confirmação encontrada em Santos, nesta publicação.

Os municípios da Região Litoral Sul – *Ilhéus, Itabuna e Valença* - têm atraído pessoas de outros estados, mas em grande parte advindas da Região Sudeste: 81,7%, 78,1% e 61,2%, respectivamente. A região que apresentou maiores participações na emigração interestadual desses foi também a Sudeste com valores sempre superiores a 85% (Tabela 8).

Na imigração interna ocorreu forte deslocamento de indivíduos da própria região, sendo, em menor proporção, em Valença. O destino preferido dos emigrantes internos de Ilhéus e Itabuna foram municípios da própria região, sendo que a segunda opção para aqueles que deixaram Ilhéus foi a RMS e, para os de Itabuna, o Extremo Sul. Os que deixaram Valença preferiram os municípios da RMS, e, em segundo lugar, os da própria região.

A distribuição dos imigrantes ocupados pelos setores de atividades registrados em tais municípios foi semelhante. Nas quatro categorias, o principal setor em que se encon-

travam os migrantes foi o de serviços. O segundo lugar, na imigração interestadual, foi o comércio e, na imigração intra-estadual, o industrial. Na emigração interestadual foi o setor industrial e na interna, o comércio.

O município de Ilhéus, por ser historicamente o principal produtor de cacau na Bahia, conta com intensas atividades comerciais e de serviços. Com reforço recente da indústria de informática, além do apreciável volume de investimento na atividade turística, gerou expectativa de ocupações formais e informais.

Itabuna, por sua vez, se destaca pelos serviços que oferece e pelo comércio varejista, o que atrai pessoas da própria região, e, ao que tudo indica, pessoas vindas, em grande parte, de Ilhéus.

A intensa imigração interestadual associada a melhores empregos nas áreas recentemente incentivadas, ainda não representa o esforço suficiente que resulte na retenção de pessoas nos citados municípios. Assim, a baixa oferta de emprego, quando comparado ao volume de pessoas que já se encontram no município, acrescido daquelas que chegam, leva à ocorrência da saída de muita gente, possivelmente daquelas pessoas de baixa escolaridade, que ocupavam funções precárias especialmente no setor de serviços. Considerando-se os valores encontrados na emigração interestadual, pode-se supor que as pessoas envolvidas apresentaram melhor qualificação.

No caso da emigração interna, muito provavelmente, ocorreram trocas entre as três unidades, uma subsidiando a outra naquilo que melhor tinham a oferecer.

Valença, que tem recebido investimentos na indústria do turismo, assim como na de calçados, confecções e têxtil, química e petroquímica — sendo que essas se reativaram a partir da década de 1990 —, atraiu pessoas, certamente motivadas pela crescente economia local. Além disso, sua sede possui razoável infra-estrutura urbana, com transporte, saúde, saneamento básico etc.

Contudo, isso não foi suficiente para deixar de expulsar pessoas, principalmente as de baixa escolaridade que não conseguiram espaço no mercado emergente que, em grande medida, emprega pessoas que tenham alguma especialização. Isso se percebe no número de emigrantes, tanto inter quanto intra-estaduais, do setor de serviços, mais expressivo no primeiro grupo.

Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju integram a Região Extremo Sul da Bahia e se destacaram entre aqueles com maior número de imigrantes e emigrantes no Estado. De modo geral, apresentaram características sócio-demográficas bem semelhantes, possibilitando um estudo em bloco, guardadas as especificidades apenas em relação aos diferenciais dos setores de atividades.

Em comum, na imigração interestadual, todos tiveram como origem principal a região Sudeste, com participação na casa dos 80%, excetuando-se, apenas Porto Seguro

(75,2%). Como segunda opção apareceu a Região Nordeste — predominante em Eunápolis e Porto Seguro — e a Norte, idem em Itamaraju e Teixeira de Freitas. Os imigrantes intra-estaduais de Eunápolis, Itamaraju e Teixeira de Freitas, deslocaram-se para municípios da própria Região. Os de Porto Seguro foram para a Região Litoral Sul.

Na emigração interestadual, todos registraram o Sudeste com participação acima de 80% (Tabela 8). Na intra-estadual, observou-se forte emigração para a própria região. No caso de Porto Seguro, foram expressivos também os valores encontrados para a Região Litoral Sul (Tabela 10).

Tudo indica que as novas possibilidades de emprego, favorecidas pelos investimentos nos setores industrial e de turismo, atraíram muitas pessoas para a região como um todo, em especial, para esses municípios. Dessa forma, verifica-se aí grande volume de imigrantes, que foram absorvidos, primeiramente, pelo setor de serviço — nas duas categorias aqui tratadas —, seguido pelo setor de comércio, excetuando-se Itamaraju, cujo principal setor de ocupação foi o de agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, seguido pelo de serviços. Esse dado parece ser explicado pelo assentamento de elevado número de famílias ocorrido na década de 1990.

Semelhante à imigração, para os emigrantes foi registrado maior proporção nas atividades do setor de serviços, ocorrendo unanimidade também na segunda opção - indústria. No caso da intra-estadual, o setor a agricultura, pecuária, silvicultura e pesca apareceu como o segundo de atividade, com exceção de Eunápolis, onde predominou o comércio.

Os imigrantes de Porto Seguro, originários, em grande parte, da Região Sudeste, contaram com a presença do imigrante de retorno. No caso do imigrante interno, estes foram originários, em maior número, dos municípios vizinhos, tanto da própria Região Extremo Sul, como da Litoral Sul. Mais importante espaço turístico do sul da Bahia, destacando-se também pelo comércio e serviços, a expectativa em torno da instalação da empresa Vera Cruz Florestal também exerceu forte influência no dinamismo sócio-econômico e demográfico de Porto Seguro, que, em função de sua melhor infra-estrutura urbana, possivelmente atraiu para si grande parte das pessoas que se dirigiram para a região.

Porto Seguro também serviu como espaço de entrada e saída freqüente de pessoas, não só para a própria região como para a região vizinha (Litoral Sul), o que o levou a alcançar a marca de quase 30,0% do total de emigrantes da Região Litoral Sul, caso mais significativo quando considerados os demais municípios da região (Tabela 10).

Por outro lado, o grande volume de investimento empregado em alguns municípios da Região Extremo Sul, dirigido tanto ao turismo, como na indústria de papel e celulose, não foi suficiente para assegurar a permanência das pessoas.

Vale salientar que o imigrante interestadual provavelmente foi atraído pelos grandes empreendimentos, pela busca de vagas criadas para especialistas, cargos que requerem melhor nível de escolaridade. Como se especula que tenha havido forte presença de retornados, pode-se pensar que eles possivelmente ocuparam os empregos ligados aos setores de serviços e comércio.

Os imigrantes intra-estaduais encontraram maior possibilidade de ocupação no período da instalação das grandes indústrias e, no caso da indústria do papel e celulose, na época do plantio dos eucaliptos. Assim, quando a indústria entrou em operação, reduziu-se em muito o número de empregos para pessoas de baixa escolaridade ou sem especialização- aspecto educacional encontrado, em grande medida, entre os imigrantes internos. Contudo, essas pessoas passaram a ser absorvidas em ocupações nas áreas de comércio, serviços e, em certa medida, até na indústria.

As observações apresentadas para Porto Seguro podem ser, em certa medida, utilizadas para os demais municípios da Região Extremo Sul. No caso de Eunápolis — que contou com a instalação da indústria de celulose (Vera Cruz Florestal) — e Teixeira de Freitas —, que se beneficiou com a instalação da Bahia Sul Celulose, em Mucuri —, ambos exerceram forte atração de pessoas, tanto de outros estados como da própria Bahia, mas, por não conseguirem absorvê-las, também perderam população em elevada proporção.

Vale tratar, à parte, o município de Itamaraju, que se destacou pelo grande comércio que possui, e que, apesar de não participar dos investimentos industriais nos municípios vizinhos, vem se dinamizando em decorrência disso. Desta forma, justifica-se ali a grande presença de imigrantes, nas duas categorias, ocupando funções no setor de agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, seguido pelo de serviços.

Paulo Afonso, único município da Região Econômica Nordeste que absorveu tanto elevada imigração quanto emigração, destaca-se na Bahia pela localização da hidrelétrica do São Francisco (CHESF), além de contar com forte comércio e o turismo, que têm papel secundário na economia municipal, além da pecuária e da produção de mel de abelha.

Sua proximidade com os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, favorece a movimentação de pessoas vindas principalmente do Nordeste brasileiro, em busca de emprego, o que o torna diferente da maior parte dos municípios em estudo. Provavelmente são pessoas que apresentam melhor formação e que buscam empregos que exigem melhor escolaridade (Tabela 7).

No caso da migração intra-estadual, Paulo Afonso atrai muitas pessoas dos municípios vizinhos. Em se tratando da emigração, aparentemente houve deslocamento de pessoas com melhor formação buscando oportunidades, de melhor remuneração, dirigindo-se, sobretudo, para a RMS. Muito provavelmente entre estes estão aquelas pessoas que vieram dos outros estados nordestinos.

A maior parte dos imigrantes interestaduais que estavam ocupados exercia principalmente atividades típicas do setor de serviços, em segundo lugar, do comércio. Seguindo tendência apresentada pelos municípios acima citados, o setor de serviços também foi o mais expressivo entre os emigrantes interestaduais, enquanto que na segunda opção apareceu a indústria. Para os emigrantes intra-estaduais, predominou o comércio.

Situado na Região Paraguaçu, *Feira de Santana* é o segundo maior município baiano e, não só atrai muitas pessoas, como também traz as características de ser espaço de passagem de muitas outras, seja para a própria região, para a RMS, ou para outros estados brasileiros, principalmente das Regiões Sudeste e Nordeste. Essa condição se deve, provavelmente, ao fato de o município não conseguir reter o grande número de pessoas que para aí se deslocam.

Feira de Santana apresentou maior volume dos seus emigrantes interestaduais se deslocando para a Região Sudeste do país (Tabela 8). Registrou também proporções elevadas para a Região Nordeste e a Região Centro-Oeste. Na emigração interna registrou grande parte de seus emigrantes tendo como destino a RMS (43,1%), seguida da própria Paraguaçu (18,8%).

Acrescente-se que Feira de Santana possui destaque no comércio e nos serviços; também conta com um centro comercial, gerando empregos e possibilitando circulação de capital, fluxo de passagem de pessoas e mercadorias. Esse dado explica a maior proporção de imigrantes interestaduais em relação aos que vieram de outras partes da Bahia, que, se supõe, deve contar com uma parcela considerável de retornados, que ocuparam funções nas áreas de serviços e comércio.

A área de serviços ocupou quase 50% dos imigrantes internos, que tiveram como segunda opção a indústria. Entre os que deixaram o município em direção a outros estados, a maioria passou a atuar nas áreas de serviços e indústria, enquanto que os emigrantes internos ficaram nas áreas de serviços e comércio.

Vitória da Conquista, *Jequié* e *Itapetinga* atraíram principalmente imigrantes interestaduais cuja origem foi o Sudeste do Brasil, o que pode ser explicado pela proximidade desses municípios com a região, como também, pode sugerir o retorno de baianos. Na imigração interna, a absorção foi principalmente de pessoas da própria região, exceto Jequié, que registrou maior participação de indivíduos da Região Litoral Sul. A elevada importância do Sudeste na recepção dos emigrantes oriundos da Região Econômica Sudoeste foi verificada a partir dos registros desses municípios, que ficaram acima de 87,0%. Como opções subseqüentes, as Regiões Nordeste e Centro-Oeste ficaram empatadas.

Os maiores registros para o destino de emigrantes de Itapetinga e Vitória da Conquista foram a própria Região, 60,6% e 45,0%, respectivamente. O Litoral Sul e RMS foram as opções subseqüentes dos emigrantes de Itapetinga. Em Vitória da Conquista,

a segunda opção foi a RMS (Tabela 10). Contudo, devem ser observadas as participações registradas pelas Regiões Litoral Sul, Extremo Sul, Paraguaçu e Serra Geral, que ficaram em torno de 6,0% e 7,0%. Por outro lado, Jequié teve como principal destino os municípios da Região Litoral Sul (29,9%), seguida pela RMS (28,9%) e só em terceiro lugar apareceu a própria Região (23,9%).

Itapetinga e Jequié apresentaram características econômicas mais gerais muito próximas, contando com a presença forte do comércio e serviços, além da agropecuária. O primeiro tem recebido investimentos na indústria de calçados e o segundo, da têxtil, fortalecendo sua indústria. Isso pode ser relacionado ao registro de absorção pela indústria, de quase 50,0% dos imigrantes interestaduais que estavam ocupados em 2000, confirmação encontrada em Santos, nesta publicação. O setor de serviços surgiu como segundo setor que mais empregou os imigrantes internos, sendo que, nesse caso, a indústria apareceu em segundo lugar. Os emigrantes interestaduais, em maior proporção, se concentraram na área de serviços, mas boa parte encontrou espaço na indústria. Os que vieram de outras partes do estado, também tiveram o setor de serviços como principal opção, explicando o Litoral Sul baiano como forte destino. A agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, apareceram em segundo lugar.

Os imigrantes externos de Jequié também registraram como principais setores de atividades os serviços e a indústria, assim apresentados segundo ordem de participação. Entre os imigrantes internos também apareceram os serviços e indústria, porém com participação mais forte.

Para os que deixaram Jequié, os dados de registros indicam que se ocuparam, primeiramente pelo setor de serviços em quase 50,0%, seguido pela indústria. Os emigrantes internos encontraram colocações nos setores de serviços e comércio.

Mais importante município da Região Econômica Sudoeste, Vitória da Conquista se destaca na agropecuária, em especial na cafeicultura. A grande transformação econômica aconteceu na década de 1970, com a introdução da cafeicultura e a criação do Distrito Industrial dos Imborés, que teve como principais ramos industriais o de produtos alimentares, seguido do ramo de minerais não metálicos. Com a crise que se abateu sobre a cafeicultura no final dos anos 1980, a economia do município foi sustentada pelo setor de serviços e pelo comércio varejista. Contou também com a indústria têxtil e ultimamente a de calçados.

Contudo, o setor de serviços foi aquele apontado como o principal, seguido pelo de comércio, na ocupação dos seus imigrantes interestaduais. Já o de serviços e a indústria foram as principais opções entre os imigrantes internos. Os emigrantes interestaduais que estavam trabalhando em Vitória da Conquista encontraram colocação no setor de serviços e indústria. Já os intra-estaduais, foram absorvidos pelos setores de serviços, agricultura e comércio, seguindo a ordem decrescente de participação. Colocação na indústria do turismo pode ser a explicação para a forte presença da emigração para o Litoral Sul, principalmente no setor de serviços.

Juazeiro, único representante da Região do Baixo Médio São Francisco a ter amplo volume de imigrantes e emigrantes, tem na imigração interestadual a Região Nordeste do Brasil, como a de origem do maior número de pessoas (79,4%). Na imigração interna, a maior parte dos imigrantes se originou na Região Piemonte da Diamantina e, em segundo lugar, a própria região (Tabela 9). O Nordeste brasileiro foi o destino predominante para os emigrantes interestaduais - 50,7%, sendo a região Sudeste aquela que ocupou o segundo lugar. Para o emigrante interno, a região de preferência de destino foi a RMS, seguida pela Região do Piemonte da Diamantina e, em terceiro, a própria Região.

Em referência aos dados obtidos sobre o município de *Juazeiro*, o destaque é o fato de que os imigrantes interestaduais foram absorvidos pela agricultura pecuária, silvicultura e pesca e serviços, enquanto que os da Bahia se dirigiram para os setores de serviços e indústria. Provavelmente, entre os interestaduais ocorreu forte presença dos retornados, pessoas que se dirigiram para o Sudeste brasileiro à procura de oportunidade de emprego e retornaram ao tomar conhecimento da retomada de crescimento municipal.

A ocupação do imigrante interno no setor de serviços e indústria se deveu, provavelmente, ao fato de que o dinamismo econômico do município o tornou mais exigente quanto à qualificação da mão-de-obra. Isso explicaria a atração sobre pessoas da RMS entre as quais estariam retornados melhor qualificados.

Entre os emigrantes interestaduais, a predominância nos setores de serviços e indústria coincidiu, em grande parte, com os demais municípios. Vale observar que na agricultura, pesca etc. houve deslocamento de pessoas com conhecimento da atividade para estados próximos com oferta de empregos na área.

A diluição espacial dos emigrantes intra-estaduais de *Juazeiro* na Bahia, como um todo, é visível e, provavelmente, reflete a distância que o município apresenta em relação a grande parte das áreas mais promissoras do estado, nas quais se inseriu nos setores de serviços, agricultura, pecuária, silvicultura e pesca.

O município de *Jacobina* apresentou forte atração sobre pessoas da própria região, Piemonte da Diamantina, assim como daquelas oriundas do Sudeste brasileiro. Também registrou maior número de emigrantes para a RMS, e a própria Região em segundo lugar. Contudo, a Região Paraguaçu também apresentou contingente bastante expressivo (Tabela 10).

Destaque do Piemonte da Diamantina, *Jacobina*, município historicamente conhecido pela sua mineração, apesar de ter passado por um período de estagnação, ainda mantém esta característica, destacando-se regionalmente como centro de serviços, comércio e pecuária, setores que, em igual ordem, ocuparam os maiores volumes de imigrantes interestaduais em 2000. O setor industrial e o de serviços, assim como a agricultura, absorveram grande parte dos imigrantes internos.

Entre os que deixaram Jacobina para outros estados brasileiros ou para municípios baianos, a maior parte dos que estavam ocupados desenvolviam atividade na indústria, no setor de serviços e no comércio, valendo destacar os serviços domésticos. A perda de pessoas que se ocuparam na indústria sinaliza que o município teve pouco a oferecer a pessoas de melhor qualificação, fazendo com que essas buscassem oportunidades em outros locais, gerando, com isso, empobrecimento para a localidade.

Importante na região a que pertence, *Irecê*, diferente dos municípios aqui destacados, recebeu muitos imigrantes do Sudeste e Nordeste, em proporções razoavelmente próximas e, também do Centro-Oeste brasileiro. No caso, muitos dos imigrantes internos eram da própria Região Econômica Irecê e, em segundo lugar aparecem os oriundos da Região de Piemonte da Diamantina, valendo destacar a concentração encontrada no Oeste baiano (5,6%).

Na emigração interestadual verificou-se elevada participação da Região Sudeste do país, seguida pela Centro-Oeste, com valor bastante expressivo (Tabela 8). Na emigração intra-estadual, Irecê apresentou como o principal destino a Região Oeste da Bahia, deslocamento provavelmente influenciado pela dinâmica econômica da região. A segunda opção foi a própria região.

Como grande produtor de feijão, Irecê também contava, em 2000, com investimentos na área da irrigação, além de possuir boa estrutura de comércio e serviços, motivo pelo qual os que chegaram e saíram do município, tanto de outras unidades da Federação como dos demais municípios baianos, encontraram espaço de emprego nos diversos setores do comércio, serviços e agricultura.

Barreiras possui um perfil diferenciado em relação aos demais municípios desse grupo, apresentando na migração interestadual 24,9% imigrantes oriundos das Regiões Sul, e do Centro-Oeste do Brasil, e 22,4% da Nordeste. Na imigração interna, absorveu maior número de pessoas oriundas da sua própria região (RE Oeste) e, em seguida, das Regiões Econômicas Irecê e Médio São Francisco. De Barreiras, o principal destino do emigrante interestadual é a Região Centro-Oeste do Brasil, provavelmente por sua proximidade, dinamismo e perfil econômico. A emigração intra-estadual indicou troca de pessoas entre os municípios da região Oeste baiana, dado que o maior volume registrado se concentrou na própria região (Tabelas 9 e 10).

Município que vem recebendo incentivos do governo, desde a década de 1970, para a implantação da agricultura de grãos, tornando-o destaque na RE Oeste, Barreiras tem atraído muitas pessoas tanto de fora quanto de dentro do estado. Assim, além da irrigação, o município teve na produção de frutas e olerícolas, crescimento bastante expressivo a partir dos incentivos recebidos, além de melhorar o setor serviços que também atende a municípios vizinhos.

Apesar do dinamismo da agricultura irrigada, os serviços e comércio foram os principais setores de atividades em que trabalhavam muitos dos imigrantes de Barreiras, o que se justifica pelo fato de a agricultura local ser baseada em tecnologia de ponta, portanto, pouco absorvedora de mão-de-obra. Entre os que deixaram Barreiras também encontraram ocupação nos mesmos setores, porém em ordem invertida. Quanto aos emigrantes internos, os registros apontaram a agricultura e, em seguida, os serviços e comércio. Provavelmente, os que se ocupavam na agricultura foram os dispensados das grandes lavouras locais.

Municípios selecionados com destaques apenas na imigração baiana

Compõem esse grupo os municípios de Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, Simões Filho, Santa Cruz Cabralia, Mucuri e Poções.

Dias D'Ávila, por ter recebido investimento para a implantação de indústrias de alimentos e bebidas, atraiu pessoas principalmente dos estados nordestinos, além daquelas oriundas principalmente da própria RMS, onde está localizado esse município.

Seus imigrantes interestaduais foram absorvidos principalmente pelas indústrias (53,3%), enquanto que os intra-estaduais encontraram espaço inicialmente na área de serviços e só depois na área industrial. Isso sinaliza que o baixo nível de escolaridade de tais imigrantes não lhes permitiu ocupar os espaços surgidos com os investimentos direcionados ao desenvolvimento da economia local. Em Santos, nesta publicação, encontram-se maiores detalhes a esse respeito.

Considerando os vários estudos realizados para a RMS, *Lauro de Freitas* se apresenta como município que recebeu, em maior proporção, pessoas que se deslocaram do Sudeste para o parque industrial baiano localizado, em grande parte, em Camaçari. O elevado valor da terra em Salvador fez com que Lauro de Freitas se transformasse numa opção de habitação para os que possuísem maior poder de compra — característica de grande parte desses imigrantes, especialmente dos interestaduais — e desajassem usufruir dos serviços da capital. Devido à pequena distância que separa os três municípios, tais pessoas podiam fixar moradia no local que considerassem oferecer melhor possibilidade em termos de qualidade de vida, fugindo da conturbada Salvador e trabalhando em Camaçari, Salvador, ou mesmo, em Lauro e Freitas. Tal fato transformou esse município em “extensão” de Salvador.

Nos últimos anos, Lauro de Freitas tem recebido fortes investimentos nas áreas de habitação, saúde, educação etc, principalmente para uma população, como já mencionado, dotada de bom poder aquisitivo.

Assim, a necessidade de melhoria na infra-estrutura do município para atender aos segmentos mais abastados da população, causou o aumento da oferta de empregos nas

atividades que não exigem melhores qualificações, como a construção civil, sem falar no atendimento à crescente necessidade por serviços, como o doméstico, também exigidos por essa população.

Entre os imigrantes internos, o acesso à indústria se fez presente, porém o setor de serviços reuniu maior número de pessoas, com destaque para a atividade doméstica.

A análise sobre a forte imigração de Lauro de Freitas pode ser considerada para *Simões Filho* em referência à proximidade de Salvador, pois o município se apresenta, hoje, como atraente pólo de investimentos industriais que vão desde a indústria agro-alimentar à química e petroquímica.

Como especificidade, pode-se destacar o fato de estar localizado próximo a Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas, além do CIA – Centro Industrial de Aratu, que fez o município de Simões Filho se tornar local de residência de grande parte da população trabalhadora menos qualificada da RMS. Dessa forma, seus imigrantes interestaduais foram encontrados principalmente nos setores de comércio e serviços, enquanto que os intra-estaduais se dirigiram aos setores de serviços e à indústria.

Santa Cruz Cabrália atraiu muitas pessoas de fora (a maior parte dos quais oriundos do Sudeste) e do próprio estado (53% deles da própria Região Extremo Sul). Este fato se deve, em grande medida, ao turismo local e à proximidade com Porto Seguro, garantindo a chegada de pessoas em busca de emprego nos novos empreendimentos. O setor de serviços foi o que absorveu o maior contingente de imigrantes, sendo que os interestaduais alcançaram o percentual de 57,4% do total. Os imigrantes internos foram absorvidos pelo setor industrial.

Ainda que pertencente à Região Econômica Extremo Sul, *Mucuri* difere completamente dos acima citados. A instalação da Bahia Sul Celulose causou grande corrida de pessoas para o município em busca de inserção nesse novo mercado de trabalho que, na fase inicial, necessitava de trabalhadores para a plantação de eucaliptos. Tal fato, associado ao grande volume de famílias assentadas no município, contribui para entender tanto para os imigrantes locais como para os interestaduais, a maior participação na agricultura, pecuária, silvicultura e pesca. Porém, na indústria do turismo se encontram explicações para a absorção dos imigrantes no setor de serviços. Observe-se que, dentre aqueles que vieram de outros estados, 94,7% eram da Região Sudeste. Quanto aos migrantes internos, 79,7% eram da própria Extremo Sul (Tabelas 7 e 9)

O município de *Poçoas* situa-se na Região Econômica Sudoeste, que tem na agricultura seu principal destaque econômico, com produtos como: café, feijão, tomate, mandioca, banana, milho, aipim e mamona e, na pecuária, o rebanho equino. O setor de bens minerais (produção de ferro) também merece destaque.

Com 86,4% da imigração interestadual originária da Região Sudeste absorvida principalmente pelos setores de comércio, serviços e com a indústria, estando em terceiro lugar, o impacto dos retornados pode ser uma explicação plausível para tal fenômeno; sendo a imi-

gração intra-estadual oriunda principalmente da própria região; a agricultura, o comércio e serviços domésticos se constituíram nos os principais setores de atividade a absorverem esse contingente.

Municípios selecionados com destaques apenas na emigração baiana

Os municípios selecionados que revelaram apenas volumes expressivos de emigrantes foram Santo Amaro, Gandu, Ipiaú, Ubaitaba, Ubatã, Camacan, Serrinha, Ipirá, Itaberaba, Campo Formoso, Senhor do Bonfim, Xique-Xique, Brumado, Guanambi, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória.

Santo Amaro, município do Recôncavo baiano que, historicamente, foi identificado como destaque na lavoura canavieira, nos últimos anos sofreu intenso impacto econômico, quando foi abatido pela forte queda na produção agrícola.

Os estados nordestinos foram os de maior procura (51,7%), entre seus emigrantes interestaduais e, ao que tudo indica, esse fluxo foi, em muito, formado por trabalhadores dispensados das lavouras (Tabela 8). Tal sugestão se deu quando se verificou os setores de atividades em que os emigrantes interestaduais passaram a atuar: serviços (com destaque para o doméstico) e o industrial, provavelmente em atividades que não exigiam maiores qualificações.

Semelhante a inúmeros municípios baianos, a emigração interna de Santo Amaro tem a RMS como o principal destino (mais de 50,0%). Nessa região Salvador foi o município privilegiado, uma vez que absorveu grande parte dos migrantes da Bahia, principalmente das regiões próximas. Outras regiões baianas apareceram com a emigração com peso percentual muito próximo, podendo se pensar nas seguintes possibilidades: Litoral Sul, área que apresenta investimentos na indústria do turismo e serviços; Sudoeste, com a implantação da indústria calçadista, por exemplo; e Paraguaçu, região que atrai pela oportunidade de emprego nos serviços e comércio.

Em *Camacan, Gandu, Ipiaú, Ubaitaba e Ubatã*, municípios pequenos e com população mais empobrecida, cuja perspectiva de melhoria não consegue ir além dos locais que oferecem empregos simples — localizados na Região Litoral Sul, observa-se emigração, em primeiro lugar, para a própria região, apresentando a RMS como segunda opção.

Os emigrantes internos de Camacan se deslocam, em maior número, para a Região Extremo Sul (59,1%, ver Tabela 10) e, ao que tudo indica, para Porto Seguro, muito provavelmente para trabalho em pequenos serviços. A segunda opção foram os municípios da própria Região Litoral Sul, provavelmente Ilhéus e Itabuna, nas atividades.

Em comum, os emigrantes interestaduais de Gandu, Ipiaú, Ubaitaba, Ubatã e Camacan se deslocaram, em maior número, para o Sudeste. Entre os setores de atividade, a indústria apresentou maior prevalência na ocupação desses indivíduos, excetuando-se

apenas o município de Gandu, que teve como principal registro a atividade de serviços. Também em comum foi o setor de serviço doméstico, presente em todos eles, ocupando o segundo ou o terceiro lugar.

Em se tratando da emigração intra-estadual, os dados encontrados reforçaram a idéia do baixo grau de escolaridade das pessoas que deixaram os municípios acima citados, dirigindo-se para os vizinhos ou para a RMS. O principal setor de atividade em que passaram a atuar foi a agricultura (municípios vizinhos) e o de serviços, incluindo o doméstico (RMS).

O município de *Serrinha* apresentou, na emigração interestadual, prevalência de destino para o Sudeste do Brasil (80,6%), enquanto que na intra-estadual a RMS registrou 43,6%, a própria Região Nordeste (22,5%) e a Região Paraguaçu (21,6%), especialmente Feira de Santana.

Provavelmente, considerando os dados sobre setores de atividade, as pessoas mais escolarizadas devem ter deixado o município em direção ao Sudeste, para ocupar funções na indústria. Aquelas com menor qualificação foram atuar nos serviços, destacando-se o serviço doméstico. Ao apresentar o serviço doméstico como a principal atividade dos emigrantes internos, explica-se a forte saída para a RMS. O comércio dos municípios vizinhos, assim como Feira de Santana absorveu ainda uma grande parcela desses indivíduos.

Comparados à grande parte dos municípios baianos, *Ipirá* e *Itaberaba*, apresentam valores de emigração interestadual superior à intra-estadual. Entre esses, o registro da saída de pessoas para a Região Sudeste foi mais expressiva, ficando acima de 80,0%. Vale destacar a participação apresentada pela Região Centro-Oeste, que ocupou o segundo lugar, nos dados de Itaberaba, quando, em geral, tem-se a região Nordeste.

No caso da emigração intra-estadual de *Ipirá* e *Itaberaba*, o destino preferido pelos emigrantes foi a própria Região (Paraguaçu), com 60,4% e 32,0% do total, respectivamente, e a segunda opção foi a RMS. Itaberaba foi o único município a apresentar destino de emigrante bastante elevado também para a RE Chapada Diamantina (16,2%).

Na emigração interestadual, ao que tudo indica, ainda persiste a velha história de se conseguir melhores oportunidades na Região Sudeste, mais precisamente em São Paulo, especialmente entre as pessoas menos escolarizadas. Os emigrantes de ambos os municípios atuavam nos setores da indústria e serviços, destacando-se o doméstico.

A opção pela própria região como destino se deveu, muito provavelmente a Feira de Santana, pelo seu dinamismo econômico já mencionado, que atrai pessoas vindas de todo o estado à procura de melhores oportunidades na agricultura e nos serviços, com destaque mais uma vez para o serviço doméstico.

Em *Campo Formoso* e *Senhor do Bonfim* (Região Piemonte da Diamantina), os emigrantes interestaduais também têm a Região Sudeste como seu principal destino, mas o Nordeste e Centro-Oeste também foram regiões de escolha. Na emigração intra-estadual foi a própria região a que pertencem (Piemonte da Diamantina). No caso de *Campo Formoso*, este apresenta elevada participação da vizinha Região do Baixo Médio São Francisco na recepção de seus emigrantes. A segunda opção dos emigrantes do *Senhor do Bonfim* foi a RMS (Tabela 10). Tais dados podem estar associados à estagnação na economia regional, forçando as pessoas a saírem dos seus municípios para outros estados, ou para municípios não tão próximos.

Os emigrantes de *Campo Formoso* e *Senhor do Bonfim*, ao de dirigirem para o Sudeste brasileiro, foram absorvidos, especialmente nos setores da indústria e de serviços, destacando-se também o setor doméstico. Já na emigração interna, tais municípios não guardam semelhanças quanto aos setores de atividades. Os emigrantes de *Campo Formoso* atuaram nos setores da agricultura e indústria principalmente da própria região, enquanto que, no caso de *Senhor do Bonfim*, foram encontrados nos setores de serviços e comércio.

O município de *Xique-Xique* também se destaca pela elevada expressão nos números referentes aos emigrantes interestaduais que se dirigem para o Centro-Oeste brasileiro (Tabela 8). Porém, apresentou como a principal região de destino a Sudeste. *Xique-Xique* também perdeu população para a Região Oeste da Bahia, mas o deslocamento mais expressivo foi entre os municípios da própria região (Tabela 10).

As pessoas que deixaram esse município se ocuparam com atividades nos setores da indústria e de serviços em outros estados. Enquanto que internamente, as pessoas de baixo nível de escolaridade que se dirigiram principalmente para os municípios vizinhos, ocuparam-se em atividades de agricultura e serviços.

Em *Brumado* e *Guanambi* também ocorreu saída para o Sudeste brasileiro como primeira opção, seguido pelo Centro-Oeste. Na emigração interna o destino preferencial foi a própria Região Serra Geral. A atividade mineradora existente em *Brumado*, assim como a indústria do algodão, em *Guanambi*, não têm conseguido fixar as pessoas, o que as obriga a se dirigirem para outros espaços.

Os setores da indústria e serviços apareceram como os que mais ocuparam emigrantes interestaduais, com destaque para o serviço doméstico, no caso de *Brumado*. Os serviços também absorveram grande parcela dos emigrantes internos desses municípios, seguidos pela agricultura, no caso de *Guanambi*, e da indústria e serviços domésticos, em se tratando de *Brumado*.

Bom Jesus da Lapa possui a economia muito ligada ao turismo religioso e ao rio São Francisco. Tem como principais atividades econômicas a pesca, o comércio e a pecuária. Destaca-se também no agronegócio, onde foram desenvolvidas áreas com agricultura irrigada. Ainda assim, o município não conseguiu reter parte da população. As Regiões Sude-

te e Centro-Oeste também aparecem como as de maior expressão entre seus emigrantes. Teve, na emigração interna, perda de pessoas para a própria região e, em segundo lugar, da Região Oeste e RMS (13,0%), apesar de ter registrado expressivo volume de assentamento de famílias.

Tanto entre os que deixaram o município e se dirigiram para outros estados, como para aqueles que foram para outros municípios baianos, o setor de serviços foi o que prevaleceu. A indústria e o serviço doméstico também absorveram uma parcela dos emigrantes interestaduais, enquanto que a agricultura foi a segunda atividade mais procurada.

Santa Maria da Vitória apresentou a Região Centro-Oeste como principal destino de seus emigrantes interestaduais, com valor bastante expressivo (86%). Quanto a sua emigração intra-estadual, houve perda de pessoas para os municípios da própria região, onde se verificou maior registro (Tabela 10).

Semelhante ao ocorrido em Barreiras, provavelmente a fase de maior absorção de trabalhadores tenha acabado, já que em Santa Maria da Vitória a agricultura, principal atividade econômica do município, passou a utilizar máquinas de última geração com uso de alta tecnologia, dispensando boa parte da mão-de-obra antes requerida.

As pessoas que saíram em direção a outros estados ingressaram principalmente pelos serviços domésticos, além da indústria. Os emigrantes intra-estaduais passaram a atuar no setor de outros serviços.

CONCLUSÃO

Este estudo confirmou o perfil migratório da Bahia já registrado por diversos trabalhos. Ainda que estes dados se refiram apenas ao período, 1995-2000, podemos observar a persistente perda de população apresentada pelo estado.

O estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2006), já apontava que o volume de pessoas que emigram da Bahia é inferior ao das que se movimentam entre os municípios baianos. Tal fato se confirmou neste estudo ao se observar a representatividade dos imigrantes internos no total dos imigrantes dos municípios baianos. Esses últimos representaram cerca de 50% do total dos imigrantes em 90% dos municípios. O peso dos emigrantes internos na emigração total dos municípios foi menos representativo, dado que em 31,8% dos municípios do estado o total dos emigrantes internos teve peso inferior a 50% de seu total.

Vale ressaltar a importância da migração na população dos municípios baianos. Em mais da metade deles, a imigração representou entre 5 e 10% no conjunto da população. A emigração foi mais diversificada, dado que uma parcela considerável de municípios apresentou participação da emigração em sua população também nas faixas "menor que 15% até 10%" e "menor que 10% até 5%".

Entendendo que uma parcela dos municípios apresenta as mais importantes características do estado dado o peso desses representam, nos aspectos relacionados à população, economia, infra-estrutura etc, foram selecionados os municípios que registraram total de imigrantes e ou emigrantes, de 5 anos ou mais, no período 1995-2000, superior a 5.000 pessoas. Este recorte reuniu 46 municípios, sendo que 20 deles se destacaram tanto na imigração como na emigração.

Entre os 46 municípios selecionados, treze apresentaram saldos migratórios positivos, sendo que estes se localizam, em maior número, entre a RMS e a RE Extremo Sul.

O total de imigrantes apresentado pelo grupo selecionado representa mais de 50% do total do estado. Entre esses foi observada a preponderância dos imigrantes interestaduais se dirigindo para a Região Sudeste do país, seguida pela Nordeste. Observou-se a participação da imigração de retorno, com destaque para a Região Sudeste.

A representatividade dos emigrantes dos municípios selecionados ficou na casa dos 47% do total da Bahia. Mais uma vez a Região Sudeste apareceu como a principal Região de destino, com participação de 69,7%, coincidindo com o apresentado no estudo da SEI (2006) para a Bahia.

Quando observados os imigrantes internos de cada município destacado, verificou-se que, na maior parte deles, os imigrantes tiveram sua origem na própria região a que pertencem. Vale destacar o município de Mucuri, que registrou quase 80% de seus imigrantes internos como oriundos da mesma Região Econômica a que pertence.

Considerando o total dos imigrantes intra-estaduais do conjunto dos municípios selecionados, verifica-se que a RMS foi a principal origem desse total, seguida pelas regiões Litoral Sul e Paraguaçu. Entre os emigrantes internos, os principais destinos foram a RMS, Litoral Sul, Extremo Sul e Paraguaçu.

Ao se observar cada município selecionado, verificou-se que em muitos deles há a prevalência da emigração para municípios da própria região. Porém, é curiosa a incidência de municípios cujo destino principal de seus emigrantes foi a RMS, em especial, entre os que se localizam nas Regiões Econômicas Litoral Norte, Recôncavo Sul e Nordeste.

Tendo em vista a amplitude de fatores necessários à compreensão dos motivos que levam as pessoas a se mudarem de lugar (migração), foi escolhido um aspecto que viesse a facilitar tal inferência. Entendendo, portanto, que esta, por si só, não oferece o conhecimento como um todo, foi escolhido o setor de atividade econômica em que se encontravam os migrantes na data em estudo.

Os principais setores de atividades em que se encontravam os imigrantes, fossem eles interestaduais ou intra-estaduais, foi o comércio, seguido pela indústria de transformação. Agricultura, pecuária e silvicultura, no caso da imigração interestadual, e in-

dústria de transformação, agricultura, pecuária e silvicultura e serviços domésticos, no caso da intra-estadual.

Entre os emigrantes, o comércio também foi bastante expressivo, sendo, no entanto, superado na interestadual pelos serviços domésticos em mais do dobro. Na emigração intra-estadual, a maior relevância se encontrou na agricultura, pecuária e silvicultura.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Migração intra-estadual e a rede de cidades baianas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 201-239. (Série estudos e pesquisas, 77).
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.10, n. 1, p. 49-67, jun. 2000.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- DIAS, Patricia Chame. Articulação entre os espaços de "atração" e de "expulsão" de população: um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 145-200. (Série estudos e pesquisas, 77).
- DIAS, Patricia Chame. Lauro de Freitas: aspectos gerais da consolidação da função habitacional e da mudança do perfil população. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 124, p. 29-35, set. 2004.
- DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Breves comentários sobre os saldos migratórios das Regiões Econômicas da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 115-144. (Série estudos e pesquisas, 77).
- GOLGHER, André Braz. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 49p. (Texto para discussão, n. 231).
- FERREIRA, Djalma Neves; RIBEIRO, Sônia Pereira. *A espacialização do desenvolvimento social no território baiano*. Salvador: SPE/SEPLANTEC, 2001. (Série políticas públicas, 2).
- MENEZES, Vladson. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. In: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. *Reflexões de economistas baianos*. Salvador: CORECON, 2001. p. 111-141.
- MURICY, Ivana. Novos padrões de Reprodução sociodemográfica na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica na Bahia: 1980-2000*, Salvador: SEI, 2003. p. 15-44. (Série estudos e pesquisas, 60).
- SANTOS, Cândida Ribeiro. Perfis sociodemográficos dos migrantes interestaduais e intra-estaduais da Bahia do período 1995/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 65-103. (Série estudos e pesquisas, 77).
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Proletários e migrantes: livre para a subordinação. *Revista Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v. 1, n. 7, p. 7-14, maio/ago. 1986.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Migração e migrantes da Bahia nos anos 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos*. Salvador: SEI, 2006. (Série estudos e pesquisas, 76).

PERFIS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS MIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRA-ESTADUAIS DA BAHIA (1995-2000)

Cândida Ribeiro Santos*

Os movimentos migratórios são fenômenos sociodemográficos que, pela complexidade decorrente da sua interação com os vários aspectos inerentes à vida social, se manifestam a partir de uma diversidade de fatores considerados impulsionadores de seus processos. A mudança do local de residência se realiza através da motivação de pessoas influenciadas por fatores tais como os de natureza socioeconômicos e culturais, e suas possíveis inter-relações.

Nos clássicos estudos sobre migração, verifica-se a predominância de análises mais restritas às formulações puramente econômicas, como também àquelas que consideram a existência de fatores de expulsão e de atração de determinada localidade como o único aspecto com potencial explicativo para o fenômeno. Porém, segundo trabalhos mais recentes, esses elementos tidos como esclarecedores da questão parecem não dar conta da totalidade dos deslocamentos migratórios, sobretudo diante do número cada vez maior de diferentes indivíduos que se utilizam desses movimentos como parte de uma estratégia de vida, assim como, das distintas formas de como vêm sendo realizados.

A esse respeito explica Antico (1997, p. 97):

Os principais estudos e as importantes contribuições analisando os grandes movimentos migratórios do tipo rural-urbano, ligados à industrialização, e, portanto, a um contexto histórico específico, perderam parte do potencial explicativo com as transformações do processo produtivo e da configuração dos espaços e da dinâmica urbana em geral.

Ainda segundo a autora, a diversificação dos movimentos migratórios indica a necessidade de novas definições e abordagens na análise das interpretações que tratam da decisão de migrar. Essa diversificação pode ser vista em seu estudo, que ao levantar os motivos e as características dos chefes migrantes residentes no estado de São Paulo, apontou “[...] uma estrutura de escolha diferenciada para chefes migrantes em diferentes grupos sociais, idades, áreas de destino, tipos de movimentos e número de mudanças” (ANTICO, 1997, p. 112).

Dessa forma, observa-se que a relação existente entre a migração e estruturas macroestruturais se apresenta como parte da explicação para os fatores determinantes dos movimentos migratórios, tornando-se relevante considerar, para seu entendimento, as várias dimensões que participam desse processo, inclusive a que tange aos aspectos individuais dos migrantes.

* Socióloga, mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora da SEI. candida@sei.ba.gov.br

Nessa perspectiva, ao argumentar sobre a escolha de migrar, Golgher (2004, p. 33) acrescenta que “o indivíduo compara seu local atual de moradia com as diversas possibilidades de destino para onde ele pode se mudar, escolhendo a opção que lhe parece mais compensadora”. Na visão desse autor, a região mais atraente para cada pessoa pode se caracterizar por uma série de fatores, como características econômicas, além de outras facetas políticas, sociais e físicas do local.

Em seu trabalho, Golgher (2004) se refere ainda ao caráter seletivo do migrante, demonstrando que certos indivíduos têm maior propensão a migrar do que outros. Ao pesquisar a idade, renda, escolaridade, estado civil e tamanho da família dos migrantes e não-migrantes em Minas Gerais, para o ano de 2000, identificou resultados que demonstram o mesmo padrão apresentado para muitos outros países e regiões. Nos seus achados, verificou que os migrantes aparecem em maior proporção até as idades próximas aos quarenta anos, concentrando-se nas chamadas idades economicamente ativas; os indivíduos com maior renda e escolaridade tendem a ser mais móveis que os demais; e, as pessoas recém-casadas e com famílias menores tenderam a ser mais móveis do que os solteiros e com famílias maiores.

O estudo intitulado “Migração e Migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos”, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, em 2006, apresenta resultados que podem ilustrar o efeito da seletividade da migração ocorrida também entre os migrantes interestaduais¹ do estado da Bahia entre 1995-2000. Segundo esse trabalho, especificamente com relação à idade, cerca de 75,0% das pessoas que chegavam (imigrantes) ou saíam (emigrantes) do estado encontravam-se nas faixas etárias entre 15-64 anos.

Com base nessas observações, e, tendo em vista, especialmente a relevância da influência dos atributos pessoais na maior ou menor mobilidade dos indivíduos, o presente trabalho pretende conhecer características sociodemográficas, como idade, sexo e escolaridade² dos migrantes dos municípios da Bahia que realizaram deslocamentos interestaduais e intra-estaduais³, entre 1995-2000, em volumes de imigrante e emigrante iguais ou superiores a 5.000 pessoas. Num primeiro momento, propõe-se discutir, separadamente, as peculiaridades dos perfis dos migrantes inter e intra-estaduais, através da observação das características dos imigrantes e emigrantes, buscando, em seguida, identificar possíveis semelhanças e diferenças nos deslocamentos migratórios dos municípios selecionados para os dois tipos distintos de migração, a partir da comparação dos perfis encontrados.

¹ Tipo de migração em que o migrante efetua mudança (temporária ou permanente) de residência entre dois ou mais estados da Federação.

² Sobre a descrição das variáveis investigadas, ver maiores esclarecimentos em Aspectos Metodológicos.

³ Tipo de migração em que o migrante efetua mudança (temporária ou permanente) de residência entre dois ou mais municípios do mesmo Estado da Federação.

É importante mencionar que a metodologia aqui utilizada segue a adotada no trabalho da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006), anteriormente citado. Quanto à definição de migrante, considera-se aquela pessoa de cinco anos ou mais de idade que declarou residir numa unidade da Federação (UF) ou município do estado, diferentes dos mesmos em que foram enumerados, numa data fixa, cinco anos atrás (no caso, no período 1995-2000, conforme consta em capítulo metodológico desta publicação). Ressalte-se também que os dados usados na pesquisa originaram-se da análise dos resultados do questionário da amostra do Censo Demográfico de 2000, obtidos a partir dos seus microdados⁴.

CARACTERÍSTICAS DOS MIGRANTES INTERESTADUAIS

Perfil dos imigrantes

Conforme mencionado no Capítulo “Aspectos Metodológicos” desta publicação, 26 foram os municípios selecionados para a análise dos migrantes que realizaram deslocamentos de chegada ao estado da Bahia vindos de outras UF’s. Com volumes de imigrantes iguais ou superiores a 5.000 pessoas, tais municípios são, por ordem decrescente: Salvador, Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Feira de Santana, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Ilhéus, Itabuna, Camaçari, Eunápolis, Mucuri, Lauro de Freitas, Jequié, Itamaraju, Itapetinga, Poções, Irecê, Jacobina, Simões Filho, Alagoinhas, Santa Cruz Cabrália, Dias D’Ávila, Valença e Santo Antônio de Jesus.

A análise das *estruturas etárias* desses municípios foi realizada segundo a composição das populações por grupos etários de 05-14 anos, 15-59 anos e 60 anos ou mais de idade.

De maneira geral, constatou-se grande semelhança na distribuição etária de imigrantes para todos os municípios selecionados. Seguindo a estrutura apresentada pela população brasileira, assim como pela baiana, mais especificamente, houve maior concentração no grupo etário de 15-59 anos, com aproximadamente 75,0%; seguidos dos migrantes de 05-14 anos (21,3%); e, por último, com apenas 4,0% do conjunto dos imigrantes, participaram as pessoas com 60 anos ou mais de idade (Tabela 1).

⁴ Menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratado na forma de códigos numéricos.

Tabela I
Imigrantes interestaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por grupos etários, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Grandes Regiões de origem						Total
		05 - 14 anos		15 - 59 anos		60 anos ou mais		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	Salvador	6.135	17,2	27.945	78,2	1.634	4,6	35.714
BMSF	Juazeiro	2.193	20,2	8.359	77,0	308	2,8	10.861
OES	Barreiras	1.970	23,9	6.134	74,4	145	1,8	8.248
SUD	Vitória da Conquista	1.610	22,4	5.196	72,2	387	5,4	7.193
NOR	Paulo Afonso	1.903	26,7	4.952	69,6	259	3,6	7.114
PAR	Feira de Santana	1.485	21,6	5.125	74,7	252	3,7	6.861
ES	Porto Seguro	1.148	19,4	4.634	78,2	142	2,4	5.923
ES	Teixeira de Freitas	1.358	23,5	4.197	72,6	228	3,9	5.782
LS	Ilhéus	950	21,2	3.181	71,1	342	7,6	4.472
LS	Itabuna	1.136	25,7	3.034	68,6	250	5,7	4.420
RMS	Camaçari	820	21,1	2.960	76,2	102	2,6	3.882
ES	Eunápolis	729	19,3	2.878	76,2	172	4,5	3.779
ES	Mucuri	941	26,3	2.535	70,8	103	2,9	3.579
RMS	Lauro de Freitas	587	19,9	2.313	78,5	47	1,6	2.947
SUD	Jequié	616	22,5	1.954	71,3	172	6,3	2.742
ES	Itamaraju	736	28,7	1.731	67,6	95	3,7	2.563
SUD	Itapetinga	632	26,1	1.715	70,8	73	3,0	2.421
SUD	Poçoões	713	31,1	1.486	64,9	92	4,0	2.291
IRC	Irecê	410	22,5	1.353	74,3	59	3,3	1.823
PIE	Jacobina	435	25,6	1.226	72,1	40	2,3	1.701
RMS	Simões Filho	433	26,7	1.110	68,5	78	4,8	1.621
LN	Alagoinhas	259	17,2	1.175	78,2	69	4,6	1.502
ES	Santa Cruz Cabrália	281	19,2	1.119	76,4	64	4,4	1.464
RMS	Dias d'Ávila	194	20,5	675	71,4	77	8,2	946
LS	Valença	212	25,4	557	66,6	67	8,0	836
RS	Santo Antonio de Jesus	115	18,9	443	73,0	49	8,1	607
	Total	28.000	21,3	97.987	74,6	5.306	4,0	131.293

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Nota: Os imigrantes que não especificaram unidade da Federação de origem encontram-se distribuídos nos municípios.

Muito embora não se deva pensar a decisão de migrar como decorrente exclusiva da esfera econômica, a maior incidência dos fluxos de pessoas com idades entre 15-59 anos, - especialmente dos mais jovens dentro dessa grande faixa (como já se viu em muitos estudos) -, pode ter como uma de suas justificativas motivações relacionadas ao mundo do trabalho⁵. A esse respeito, Oliveira e Jannuzzi (2004, p. 4) afirmam que:

⁵ Nesse sentido, o estudo da SEI (2006), acima citado, acrescenta que: "Para além da busca de melhores oportunidades de trabalho, vem crescendo a importância de outras motivações nos deslocamentos demográficos com fins residenciais, a exemplo da perspectiva de uma vida mais tranquila, longe do stress e da violência cada vez mais presente nos grandes centros. No entanto, mesmo nesses casos as possibilidades de trabalho são, evidentemente, levadas em consideração, confirmando a centralidade que o trabalho ainda representa na vida contemporânea" (2006, p.57).

De modo geral, jovens em seus vinte e poucos anos estariam sujeitos a migrar mais do que qualquer outro grupo etário. Esse padrão etário de mobilidade estaria condicionado, sobretudo, aos ciclos de entrada e saída do mercado de trabalho. Neste sentido, a elevada concentração de jovens entre os migrantes seria explicada pela maior sensibilidade dos mesmos com relação às ofertas de trabalho e de melhores empregos, assim como pela maior 'adaptabilidade' a novas situações e maior desprendimento em deixar seu ambiente de origem.

Tais considerações podem ser empiricamente observadas a partir dos resultados encontrados por Antico (1997), em seu estudo acima mencionado, quando se verificou que a maior parte dos migrantes que declararam motivos profissionais para a migração estava concentrada nos estratos mais jovens das idades entre 15-59 anos. No trabalho da SEI (2006), já referido, é possível perceber que o fenômeno se repete, ao identificar que a maior proporção dos imigrantes da Bahia encontrava-se nas faixas etárias compreendidas entre 20-34 anos. Segundo Elizaga (1970, p.32-33), "isto pode ter uma explicação na circunstância de que o processo de incorporação e de adaptação à vida econômica é mais forte naquelas idades". De acordo com Golgher (2004), os migrantes apareceram em maior proporção até idades próximas de quarenta, com tendência à reversão, depois dessa idade.

Nessa perspectiva, percebe-se que "as pessoas mais jovens tendem a ser mais móveis do que o restante da população" (GOLGHER, 2004, p. 36). Fato que se acentua pela maior capacidade de adaptação desses indivíduos.

Por outro lado, a reduzida participação de imigrantes com 60 anos ou mais de idade é reflexo do maior peso dos obstáculos materiais e psicológicos sobre pessoas com idades mais avançadas em relação aos vínculos familiares e interesses econômicos. Na verdade, considera-se que há menor disponibilidade e/ou possibilidades de indivíduos mais velhos enfrentarem novos desafios.

No que se refere às crianças e adolescentes, observou-se uma contribuição significativa dessa população, 21,3% (grupo de 05-14 anos), no total dos imigrantes dos municípios em análise, o que pode estar indicando a presença de imigração familiar⁶. A pesquisa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006) corrobora essa suposição, ao identificar forte presença de pessoas nessas idades na imigração do estado como um todo.

A segunda característica sociodemográfica investigada para o conjunto de imigrantes interestaduais foi a *composição por sexo*. Observou-se, assim, a razão de sexo, ou seja, a proporção de homens para cada 100 mulheres para cada um dos 26 municípios em questão.

Verificou-se a predominância de mulheres na maior parte das unidades municipais, em 16 delas – dentre estas, as mulheres foram mais preponderantes em Valença (80,6%), Lauro de Freitas (84,6%), Paulo Afonso (85,2%) e Salvador (87,5%). Nas dez restantes, havia mais imigrantes do sexo masculino (Tabela 2).

⁶ Considera-se imigração familiar a vinda de crianças e adolescentes acompanhando seus pais.

Tabela 2

Razão de sexo dos imigrantes interestaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Razão de sexo dos imigrantes interestaduais
PIE	Jacobina	117,3
LN	Alagoinhas	117,2
IRC	Irecê	110,2
BMSF	Juazeiro	107,0
ES	Mucuri	106,9
ES	Santa Cruz Cabrália	106,6
OES	Barreiras	106,1
ES	Itamaraju	105,5
SUD	Poções	105,4
SUD	Jequié	103,9
LS	Ilhéus	99,7
PAR	Feira de Santana	99,6
SUD	Itapetinga	99,5
RS	Santo Antonio de Jesus	98,5
RMS	Camaçari	97,8
RMS	Dias d'Ávila	96,9
SUD	Vitória da Conquista	96,4
ES	Eunápolis	94,7
ES	Porto Seguro	91,7
ES	Teixeira de Freitas	91,5
LS	Itabuna	91,1
RMS	Simões Filho	90,1
RMS	Salvador	87,5
NOR	Paulo Afonso	85,2
RMS	Lauro de Freitas	84,6
LS	Valença	80,6

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Notas: Os imigrantes que não especificaram unidade da Federação de origem encontram-se distribuídos nos municípios.

Razão de sexo = Homens x 100 / Mulheres

De maneira genérica, uma explicação para esse maior movimento de mulheres parece fazer parte de um conjunto de transformações nas relações de gênero que se caracterizam por favorecer um processo de autonomia feminina e, ao mesmo tempo, maior mobilidade para as mulheres. Nesse sentido, a liberação das mulheres na esfera privada se reflete em sua maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho, que, juntamente com os níveis de escolaridades mais elevados alcançados mais recentemente, contribuem para a ocorrência de migrações femininas em volumes mais significativos.

A baixa razão de sexo apresentada pelo município de Valença pode ter sido influenciada, entre outros fatores, pelos investimentos na ampliação e reativação de indústrias voltadas para a fabricação de calçados, têxtil e confecções, segundo dados da SEI

(2006), referentes à Pesquisa de Investimentos Industriais realizados no estado da Bahia entre 1995-2000. Cabe destacar que essas atividades, por serem tradicionalmente mais desenvolvidas por mulheres, demandam, majoritariamente, a mão-de-obra feminina.

Em Paulo Afonso, município que apresenta uma intensa dinâmica urbana⁷, muito associada à produção de energia elétrica, a significativa chegada de mulheres pode ter relação com a oferta de trabalhadoras nas atividades do setor de serviços (43,8%), com representativa proporção de imigrantes ocupadas em serviços domésticos (12,9%) (ver Tabela 1, nos anexos deste texto⁸). Muito provavelmente, esse fato deriva, em grande medida, da possibilidade de absorção da mão-de-obra feminina em atividades que exigem pouca qualificação, como é o caso das empregadas domésticas.

As maiores participações de mulheres apresentadas nos conjuntos dos imigrantes de Lauro de Freitas e de Salvador parecem demonstrar, em parte, assim como se viu entre os imigrantes de Paulo Afonso, a possibilidade de aproveitamento da oferta da força de trabalho feminina nas atividades terciárias urbanas, vinculadas à expansão de serviços, tanto em empresas quanto em residências. Para melhor compreender tal suposição, considera-se fundamental fazer algumas observações acerca das características socioeconômicas das regiões onde estão inseridos esses municípios.

Em princípio, faz-se necessário destacar que esses dois municípios estão localizados na Região Metropolitana de Salvador (RMS), região cuja conformação oficial decorreu, sobretudo, dos investimentos industriais recebidos por essa área, a partir de fins de 1960. Essa noção torna-se necessária porque, ao se apresentar, historicamente, como um transbordamento de Salvador, essa região constitui-se no maior pólo concentrador de investimentos e infra-estrutura do estado, funcionando como um foco atrativo de fluxos migratórios.

No que se refere ao município de Salvador, mais especificamente, Carvalho et al (2004) informam que se constitui na principal praça comercial e financeira baiana, concentrando grande parte dos depósitos bancários estaduais, das sedes de empresas, da burocracia estatal, das atividades portuárias, dos serviços especializados e um intenso crescimento turístico. Segundo estudo da SEI (1997, p. 35), esse município apresenta-se “como centro concentrador dos maiores fluxos de comercialização, de dinheiro e de pessoas”.

Sobre Lauro de Freitas, mencionam ainda Carvalho e outros (2004, p. 283):

[...] Lauro de Freitas tem registrado um intenso crescimento populacional e econômico nas últimas décadas, ao concentrar [...] algumas atividades

⁷ Para maiores detalhes relacionados aos aspectos econômicos e locacionais do município de Paulo Afonso, ver Araújo (2007), nesta mesma publicação.

⁸ As tabelas referentes aos grupos de atividade dos migrantes interestaduais e intra-estaduais apresentam-se nos anexos deste texto.

de transformação, um comércio e serviços dinâmicos e condomínios de alta renda (onde reside parte dos empregados de melhor remuneração do pólo industrial de Camaçari), conurbando-se com Salvador.

Além disso, em Lauro de Freitas, o custo de moradia é inferior ao apresentado por Salvador, o que, juntamente com a idéia de qualidade de vida oferecida fizeram, provavelmente, com que pessoas oriundas de outras UF's optassem por morar nesse município.

Dessa forma, num cenário em que se viu crescer o peso do emprego no âmbito dos serviços, se verifica que a maior ida de mulheres para esses dois municípios pode ser associada à representativa participação de imigrantes nesse setor, com destaque para os domésticos, seguidos daqueles vinculados ao comércio. Em Salvador, acredita-se ainda que, possivelmente, parte dessas mulheres se inseriu na administração pública, setor que apresentou também considerável contribuição no total dos imigrantes desse município (ver Tabela 1 nos anexos deste texto).

No conjunto dos municípios que tiveram uma maior participação de imigrantes do sexo masculino, destacaram-se Jacobina, Alagoinhas e Irecê, com razões de sexo de 117,3%, 117,2% e 110,2%, respectivamente.

Em Jacobina, isso parece apontar, sobretudo, para a expressiva chegada de homens dispostos a trabalhar nas tradicionais atividades vinculadas à sua principal atividade econômica, a mineração, como também na prática da pecuária. Além disso, o papel de "centro da mineração regional, além de funcionar como pólo comercial e de serviços de uma rede de cidades que não dispõem de instrumentos geradores de renda [...]" (SEI, 1997, p.44), parece influenciar também na absorção de pessoas do sexo masculino, que chegam ao município e se inserem nas atividades atreladas ao setor comercial.

No município de Alagoinhas a alta razão de sexo apresentada se deveu, muito possivelmente, à atração exercida pelos incentivos industriais alocados no Distrito Industrial de Alagoinhas (DISAI) e nos postos de perfuração da Petrobrás, localizados em alguns de seus distritos (destaque para o de Buracica) e em distritos pertencentes a municípios vizinhos (como Catu, Pojuca e São Sebastião do Passé), cujo setor se utiliza, em maior parte, de mão-de-obra masculina. Ao longo dos anos 1980 e 1990, pode-se citar também como possíveis motivos de atração masculina a implantação de outras atividades como silvicultura voltada para celulose – COPENER Florestal Ltda e a fábrica de beneficiamento de couro, fumo e peles – BRESPEL, além da instalação da cervejaria Schincariol.

Nos anos de 1990, apesar das secas que prejudicaram a produção de feijão, considerada principal atividade econômica de Irecê, a introdução da agricultura irrigada pode ter influenciado na imigração interestadual predominantemente masculina nesse município. A respeito da iniciação dessa prática, o trabalho da SEI (1997, p. 45) explica

que “a implantação da agricultura irrigada nos anos 90 com a introdução das olerícolas (cenoura e beterraba) dinamizaram a economia da região com a diversificação da produção”.

A investigação da *escolaridade* dos migrantes foi traçada mediante a observação dos anos de estudo dos indivíduos. Para isso, os migrantes foram agrupados nas seguintes categorias: até 3 anos de estudo, 4 a 7 anos, 8 a 10 anos, 11 anos ou mais anos de estudo e não determinados. Vale ressaltar que visando à eliminação de distorções que poderiam ser geradas nas possíveis análises pelo fato de se ter incluído crianças nas categorias estudadas, optou-se por considerar os anos de estudo apenas das pessoas de 15 a 49 anos de idade.

No conjunto dos imigrantes dos municípios selecionados, observou-se maior incidência (32,7%) de pessoas com mais elevados níveis de escolaridade (Tabela 3). É importante notar o peso de Salvador e Lauro de Freitas nesse total, que, com maiores contribuições de pessoas mais qualificadas nos seus significativos montantes de migrantes, foram os grandes responsáveis pelo referido fenômeno. Verifica-se que, sem a presença desses dois municípios, haveria o predomínio de pessoas com 4 a 7 anos de estudo no grupo de imigrantes dos demais municípios selecionados.

A grande proporção de pessoas com elevados níveis de escolaridade que chegaram ao estado parece contradizer a idéia – que talvez seja originada pelas constantes notícias de retirantes da seca/migrantes nordestinos – de que migrantes são sempre indivíduos pobres de baixa renda e baixos níveis de instrução. Nesse sentido, atento à possível ligação existente entre processos migratórios e formação educacional, Golgher (2004) sugere que indivíduos com maior escolaridade tendem a ser mais móveis que os demais, ainda que a imagem que temos de migrantes do Brasil, daquela pessoa de baixa renda, fugindo de condições precárias, é parte do que realmente ocorre. Ao determinar uma articulação intrínseca dessa variável com o fator renda, o autor explica: “duas razões para que isso ocorra são que pessoas com maior renda absorvem melhor os custos da migração e participam de um mercado de trabalho mais amplo do que as pessoas com renda menor” (GOLGHER, 2004, p.37).

As maiores contribuições dos indivíduos mais qualificados nos conjuntos imigratórios de Salvador (54,8%) e Lauro de Freitas (49,3%) se associa, entre outros fatores, ao peso do mercado de trabalho no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e outros pólos industriais como o Centro Industrial de Aratu (CIA) e mesmo as demais empresas do centro comercial e financeiro de Salvador – que substituem permanentemente seus quadros de executivos e técnicos por pessoas (e suas famílias) de outros estados.

Tabela 3

Imigrantes interestaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por faixas de anos de estudo, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Anos de estudo										Total
		Até 3 anos		4 a 7 anos		8 a 10 anos		11 anos ou mais		N/determinados		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	Salvador	2.080	8,0	4.759	18,2	4.788	18,3	14.343	54,8	184	0,7	26.154
BMSF	Juazeiro	3.021	38,4	2.679	34,1	931	11,8	1.139	14,5	94	1,2	7.865
OES	Barreiras	1.216	20,9	1.701	29,2	1.212	20,8	1.587	27,2	114	1,9	5.829
PAR	Feira de Santana	926	19,9	1.295	27,8	863	18,5	1.539	33,1	32	0,7	4.655
SUD	Vitória da Conquista	1.025	22,0	1.947	41,8	759	16,3	815	17,5	107	2,3	4.653
NOR	Paulo Afonso	1.862	40,7	1.523	33,3	478	10,4	687	15,0	25	0,5	4.575
ES	Porto Seguro	646	15,2	1.354	31,8	670	15,7	1.592	37,3	0	0,0	4.262
ES	Texeira de Freitas	769	19,3	1.448	36,3	677	17,0	1.073	26,9	25	0,6	3.992
LS	Itabuna	517	17,8	903	31,1	679	23,4	747	25,7	60	2,1	2.906
LS	Ilhéus	567	19,9	908	31,8	586	20,5	771	27,0	21	0,7	2.854
RMS	Camaçari	569	20,3	1.125	40,0	596	21,2	483	17,2	37	1,3	2.810
ES	Eunápolis	361	13,2	969	35,5	574	21,0	767	28,1	58	2,1	2.729
ES	Mucuri	634	27,0	687	29,3	423	18,0	550	23,4	54	2,3	2.348
RMS	Lauro de Freitas	292	13,4	363	16,6	432	19,8	1.076	49,3	20	0,9	2.182
SUD	Itapetinga	394	20,8	843	44,6	366	19,4	269	14,2	18	1,0	1.890
SUD	Jequié	509	28,2	609	33,8	273	15,1	350	19,4	63	3,5	1.804
SUD	Itapetinga	439	27,0	531	32,6	314	19,3	317	19,5	26	1,6	1.627
ES	Itamaraju	566	35,6	609	38,3	295	18,6	120	7,5	0	0,0	1.590
SUD	Poções	501	37,0	500	36,9	197	14,5	149	11,0	8	0,6	1.355
IRC	Irecê	435	35,3	488	39,6	180	14,6	122	9,9	8	0,6	1.233
PIE	Jacobina	397	34,8	480	42,0	94	8,2	164	14,3	8	0,7	1.143
LN	Alagoinhas	212	20,1	296	28,0	179	17,0	362	34,2	8	0,8	1.057
RMS	Simões Filho	171	17,2	405	40,6	134	13,5	277	27,7	10	1,0	997
ES	Santa Cruz Cabrália	255	26,2	266	27,3	151	15,5	301	31,0	0	0,0	973
RMS	Dias d'Ávila	115	18,5	222	35,7	81	13,0	194	31,2	10	1,6	621
LS	Valença	35	7,6	132	28,4	95	20,4	203	43,6	0	0,0	465
RS	Santo Antonio de Jesus	70	16,6	159	37,7	90	21,3	103	24,4	0	0,0	421
Total		18.585	20,0	27.202	29,3	16.118	17,3	30.097	32,4	988	1,1	92.990

Fonte: IBGE. Microdados do Censo demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Notas: Os imigrantes que não especificaram unidade da Federação de origem encontram-se distribuídos nos municípios.

Visando eliminar distorções nas possíveis análises pela inclusão de crianças, optou-se por considerar os anos de estudo apenas das pessoas de 15 a 49 anos de idade.

No final da década de 1990, com a instalação da FORD e outras empresas subsidiárias em Camaçari, sabe-se que vieram técnicos especializados e executivos de fora da Bahia, muito embora ainda não se tivesse como dimensionar seu impacto atrativo na ocasião do censo de 2000. Vale mencionar que a ida de indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados de outros estados para Salvador e Lauro de Freitas pode ter decorrido também das suas inserções no quadro discente, docente ou administrativo das Universidades e Faculdades que funcionam na capital e em municípios vizinhos.

Assim como os dois citados municípios, Valença, Porto Seguro, Alagoinhas, Feira de Santana e Santa Cruz Cabralia também apresentaram predominância de imigrantes com 11 anos ou mais de estudo, com contribuições de 43,6%, 37,3%, 34,2%, 33,1% e 31,0%, respectivamente.

É muito provável que a grande participação de imigrantes mais qualificados em Valença e Alagoinhas tenha decorrido da sua grande absorção pelos melhores postos de trabalhos das indústrias favorecidas pelos investimentos industriais nos dois municípios, conforme anteriormente comentado. No caso particular de Alagoinhas, a procura pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que ali funciona, pode também ter funcionado como fator atrativo para essas pessoas.

Em Porto Seguro a grande incidência da imigração empreendida por grupo de indivíduos mais qualificados pode estar vinculada, mais efetivamente, às oportunidades de trabalho que exigem maior qualificação, relacionadas às atividades turísticas, e àquelas que lhes dão suporte, como também pela busca por uma vida mais calma, com melhor qualidade de vida. Com marcante presença de investimentos estaduais, e inserido na definida "zona turística da Costa do Descobrimento", Porto Seguro consolida-se, cada vez mais, como centro turístico e de lazer, conforme parecem demonstrar as relevantes participações de imigrantes nas atividades do setor de serviços (61,0%) e no comércio (21,6%) (ver Tabela 1 nos anexos deste texto).

A expectativa da instalação da Vera Cruz Florestal, implantada em Eunápolis⁹ (município com o qual Porto Seguro forma um bipólo urbano), no final da década de 1990, apesar de ter favorecido "a chegada de um exército de desocupados e/ou sub-empregados existentes na região direcionados a Porto Seguro" (ARAÚJO, 2007, p. 225), parece também ter atraído para esse município indivíduos com maiores níveis de escolaridade, embora em número muito mais reduzido, para ocupar postos de trabalho que demandavam pessoas mais qualificadas. Além disso, vale destacar a possível absorção desses imigrantes pelos melhores postos oferecidos pela Bahia Sul Celulose, instalada em Mucuri, município também pertencente à Região Extremo Sul. Ainda sobre a ida de pessoas para esse município, Dias (2007, p.154), em artigo desta publicação, acrescenta que houve a atração de "[...] novos moradores provenientes de outras unidades da Federação tanto para trabalhar [...] quanto para ter uma vida mais calma, em busca de qualidade de vida".

Em Santa Cruz Cabralia, município que também faz parte da "Costa do Descobrimento" e que tem crescido substancialmente nas atividades ligadas ao turismo, sugere-se que a maior chegada de pessoas com 11 anos ou mais de estudo se deveu, principalmente, assim como se viu em Porto Seguro, pela procura por oportunidades

⁹ A respeito da ligação de Porto Seguro com esse município, um estudo da SEI (1997, p.38) menciona que "[...] Eunápolis, que pela proximidade de Porto Seguro serve de aporte à cidade turística, ofertando serviços mecânicos, comercialização de peças de automóveis e acessórios, assim como serviços médicos, hospitalares e outros [...]".

de trabalho que exigem maior qualificação, relacionadas às atividades turísticas, como também pela busca por uma melhor qualidade de vida. Além disso, acredita-se que tal fato pode ter sido influenciado pela sua proximidade a municípios como Porto Seguro e Eunápolis.

Feira de Santana constitui-se num "pólo comercial, de serviços e centro industrial, onde circulam os mais importantes fluxos econômicos e sociais da Região [Paraguaçu] e do estado, pois articula o Centro-Sul e o Nordeste Brasileiro" (ARAÚJO, 2007, p. 222, acréscimo nosso). Além dessas peculiaridades, os investimentos industriais ocorridos nesse município podem ter também causado a representativa imigração de indivíduos mais qualificados para seu território (com destaque para a ampliação de um complexo eletroeletrônico, que ofereceu um número de 664 empregos diretos), segundo dados cedidos pela pesquisa da SEI (2006) sobre investimentos industriais realizados no estado da Bahia. Cabe considerar também as Faculdades que lá funcionam como possível motivo de atração de pessoas com mais elevados níveis de escolaridades.

Como visto na Tabela 3, seguidos dos indivíduos com mais elevados níveis de escolaridade, no total dos municípios enfocados, participaram os imigrantes com 4 a 7 anos de estudo, com cerca de 29,0%; os menos escolarizados (até 3 anos de estudo), 20,0%; e, finalmente, aquelas pessoas com 8 a 10 anos de estudo (17,3%).

Os dados referentes à escolaridade dos imigrantes revelaram também que Paulo Afonso (40,7%), Juazeiro (38,4%) e Poções (37,0%) tiveram maior contribuição de indivíduos com menores níveis de escolaridade (até 3 anos de estudo) no seus contingentes imigratórios.

Em Paulo Afonso, a chegada de pessoas com baixa escolaridade apresentou como um possível fator explicativo a significativa inserção desses imigrantes em atividades ligadas ao setor de serviços, com expressiva contribuição no serviço doméstico (como já suposto anteriormente ao se observar a grande participação feminina nesse contingente).

No município de Juazeiro, por sua vez, tal situação teve como uma provável causa a intensa prática da agricultura irrigada em seu território, que, conforme menciona Dias (2007, p.176), "segue aquele típico modelo de área onde existe uma atividade intensiva de mão-de-obra [...] sendo que entre seus imigrantes inter e intra-estaduais prevalecem pessoas com pouca escolaridade [...]".

Em Poções, a representativa imigração de pessoas com até 3 anos de estudo parece ser associada à possibilidade de inserção desses indivíduos em ocupações que demandam pouca ou nenhuma escolaridade, vinculadas às atividades ligadas ao comércio (28,3%) (ver Tabela 1 nos anexos deste texto).

Perfil dos emigrantes

Para a análise das características sociodemográficas dos migrantes que realizaram deslocamentos de saída do estado da Bahia em direção a outras unidades da Federação, foram selecionados os municípios com volumes de emigrantes iguais ou superiores a 5.000 pessoas. Com essa característica foram encontrados 36 municípios, listados nas tabelas a seguir, por ordem decrescente, são eles: Salvador, Itabuna, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Paulo Afonso, Juazeiro, Irecê, Barreiras, Jequié, Itamaraju, Bom Jesus da Lapa, Jacobina, Santa Maria da Vitória, Porto Seguro, Guanambi, Santo Amaro, Eunápolis, Itaberaba, Alagoinhas, Brumado, Senhor do Bonfim, Ipirá, Xique-Xique, Ipiaú, Itapetinga, Camacan, Ubaitaba, Campo Formoso, Camaçari, Ubatã, Gandu, Serrinha, Valença e Santo Antônio de Jesus.

Para a investigação desse tipo de deslocamento - considerado tradicional, por sua história de forte ocorrência, sobretudo em direção ao Sudeste do país, especialmente a São Paulo -, foram adotadas as mesmas variáveis das análises dos imigrantes interestaduais.

Ao verificar a *idade* dos emigrantes baianos dos municípios em foco, constatou-se que, de maneira geral, sua estrutura etária, assim como ocorreu entre os imigrantes, reflete a seletividade do fenômeno migratório, comentada anteriormente. Dessa forma, observou-se predominância de pessoas em idades economicamente ativas nesses fluxos (Tabela 4).

O mencionado estudo "Migração e Migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos" (SEI, 2006) também observou a predominância desse grande grupo etário para o conjunto dos emigrantes interestaduais baianos. Desagregando-se a análise das pessoas em idade ativa, por faixas quinquenais de idade, observou-se, de um lado, maior participação de emigrantes nas faixas compreendidas entre 15-29 anos, portanto, maior emigração de jovens; de outro, verificou-se que as pessoas que migraram para outras UF's do país eram mais jovens do que aquelas que chegaram ao estado entre 1995-2000: dentre essas últimas, havia maior incidência de indivíduos nas faixas entre 20-34 anos.

Tabela 4

Emigrantes interestaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por grupos etários, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Grupos etários						Total
		05 - 14 anos		15 - 59 anos		60 anos ou mais		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	Salvador	10.078	18,2	44.118	79,5	1.303	2,3	55.499
LS	Itabuna	3.515	23,0	11.255	73,6	526	3,4	15.295
SUD	Vitória da Conquista	2.940	20,3	11.103	76,7	423	2,9	14.466
PAR	Feira de Santana	2.889	21,0	10.510	76,5	332	2,4	13.731
LS	Ilhéus	2.942	21,9	10.116	75,4	358	2,7	13.415
ES	Teixeira de Freitas	2.501	25,7	6.975	71,6	268	2,7	9.743
NOR	Paulo Afonso	2.359	24,6	6.824	71,1	414	4,3	9.597
BMSF	Juazeiro	1.746	21,6	6.131	75,7	217	2,7	8.094
IRC	Irecê	1.707	21,2	6.214	77,3	122	1,5	8.044
OES	Barreiras	1.691	21,4	6.020	76,2	191	2,4	7.903
SUD	Jequié	1.546	20,8	5.641	75,9	242	3,3	7.428
ES	Itamaraju	1.305	21,9	4.457	74,7	203	3,4	5.965
MSF	Bom Jesus da Lapa	1.540	26,3	4.148	70,8	170	2,9	5.858
PIE	Jacobina	1.199	21,3	4.322	76,8	107	1,9	5.628
OES	Santa Maria da Vitória	1.304	25,2	3.696	71,4	174	3,4	5.174
ES	Porto Seguro	978	19,5	3.906	77,8	134	2,7	5.018
SG	Guanambi	1.186	24,1	3.639	73,9	101	2,1	4.926
RS	Santo Amaro	1.116	23,2	3.483	72,3	219	4,5	4.817
ES	Eunápolis	1.170	27,3	2.998	69,8	125	2,9	4.294
PAR	Itaberaba	681	18,8	2.853	79,0	79	2,2	3.614
RMS	Alagoinhas	737	21,0	2.666	76,1	102	2,9	3.505
SG	Brumado	650	18,9	2.736	79,6	53	1,6	3.439
PIE	Senhor do Bonfim	651	19,9	2.400	73,5	214	6,5	3.265
PAR	Ipirá	731	23,4	2.340	75,0	50	1,6	3.120
IRC	Xique-Xique	753	26,5	2.018	71,0	70	2,4	2.840
LS	Ipiaú	551	19,8	2.128	76,5	104	3,7	2.783
SUD	Itapetinga	576	21,0	2.073	75,6	94	3,4	2.743
LS	Camacan	700	26,8	1.762	67,5	149	5,7	2.610
LS	Ubaitaba	689	27,2	1.800	71,0	46	1,8	2.535
PIE	Campo Formoso	576	22,9	1.913	76,0	28	1,1	2.516
RMS	Camaçari	457	19,7	1.851	79,6	16	0,7	2.324
LS	Ubatã	448	21,7	1.570	75,9	50	2,4	2.068
LS	Gandu	456	24,9	1.314	71,7	62	3,4	1.833
NOR	Serrinha	216	16,9	1.050	82,1	13	1,0	1.279
LS	Valença	310	28,0	751	67,6	49	4,4	1.110
RS	Santo Antonio de Jesus	119	15,5	635	82,2	18	2,3	772
	Total	53.014	21,4	187.414	75,8	6.826	2,8	247.253

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Nota: Exclui-se os emigrantes que não declararam unidade da Federação de destino.

Nos 36 municípios em foco, depois da maior concentração de emigrantes no grupo etário de 15-59 anos (75,8%); seguiram-se aqueles com 05-14 anos (21,4%); e, por último, as pessoas com idades de 60 anos ou mais (2,8%). Da mesma forma que ocorreu entre os imigrantes, a expressiva participação da população de até 14 anos sugere a presença de emigração familiar, ou seja, a saída de crianças e adolescentes acompanhando seus pais. A reduzida participação do contingente de 60 anos ou mais de idade, assim como se observou antes em relação aos imigrantes, reflete o conjunto de dificuldades materiais e psicológicas que se colocam para as pessoas desse estrato etário.

A *composição por sexo* do contingente de emigrantes revelou que dos 36 municípios selecionados, apenas oito possuíam mais emigrantes homens do que mulheres. Assim como verificado entre os imigrantes, de forma geral, a maior mobilidade das mulheres parece ter relação, de algum modo, com uma ampliação da busca feminina por inserção no mercado de trabalho e da maior aceitação social de seu deslocamento espacial em busca de emprego. Uma busca que é alimentada pela possibilidade de inserção mais fácil do que no caso dos homens, especialmente dentre aqueles com pouca escolaridade.

No estudo realizado pela SEI (2006) foi possível verificar um aumento significativo da representatividade feminina no conjunto dos emigrantes da Bahia, entre 1986-1991 e 1995-2000. Desse modo, pode-se dizer que se consolidou o fenômeno observado por Souza (1985), desde 1970, quando nos movimentos de emigração baiana havia predominância feminina, intensificando-se na década seguinte.

Dentre os municípios que tiveram presença marcante de mulheres, Valença apresentou a menor razão de sexo, 65,3% (Tabela 5). Apesar de constatada maior participação feminina também entre os imigrantes desse município, foi entre os emigrantes que tal realidade se mostrou muito mais intensa. A grande contribuição dos emigrantes interestaduais desse município no setor de serviços domésticos (26,7%, ver Tabelas em anexo) parece indicar o deslocamento de mulheres que se dirigem para outras UF's do país com a intenção de trabalharem em residências como empregadas domésticas.

Camaçari (107,7%), Juazeiro (107,2%) e Santo Amaro (106,1%) tiveram as maiores razões de sexo. A provável justificativa para a maior participação de homens nos contingentes emigratórios de Camaçari para outras UF's, tanto para aqueles com poucos anos de estudo como para aqueles mais escolarizados, pode estar associada à busca de melhores oportunidades de trabalho, processo historicamente observado para as pessoas das camadas mais populares que há algum tempo vem sendo identificado dentre aqueles com maior poder aquisitivo.

Tabela 5

Razão de sexo dos emigrantes interestaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Razão de sexo dos emigrantes interestaduais
RMS	Camaçari	107,7
BMSF	Juazeiro	107,2
RS	Santo Amaro	106,1
ES	Porto Seguro	103,0
PIE	Campo Formoso	102,4
ES	Eunápolis	102,1
LS	Ubatã	102,0
LS	Ipiaú	101,2
SG	Guanambi	99,6
LS	Ubaitaba	99,4
OES	Santa Maria da Vitória	96,2
LS	Camacan	95,3
NOR	Serrinha	94,7
ES	Itamaraju	92,8
LS	Ilhéus	92,3
PAR	Feira de Santana	91,4
MSF	Bom Jesus da Lapa	91,2
RMS	Salvador	91,1
RS	Santo Antonio de Jesus	90,5
OES	Barreiras	90,0
PIE	Jacobina	89,2
PIE	Senhor do Bonfim	88,7
LS	Itabuna	87,4
PAR	Ipirá	87,3
IRC	Irecê	86,9
ES	Texeira de Freitas	86,3
LS	Gandu	86,0
SG	Brumado	86,0
NOR	Paulo Afonso	85,9
LN	Alagoinhas	85,8
SUD	Jequié	83,7
SUD	Vitória da Conquista	82,2
PAR	Itaberaba	80,6
IRC	Xique-Xique	78,3
SUD	Itapetinga	77,9
LS	Valença	65,3

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Notas: Exclui-se os emigrantes que não declararam unidade da Federação de destino.

Razão de sexo = Homens x 100 / Mulheres

Em Juazeiro, apesar da dinâmica da agricultura irrigada ocasionar estímulo à entrada de novos moradores, sobretudo, empresários, pequenos produtores e migrantes nordestinos, sua prática parece também, por outro lado, ter incitado a saída de homens que trabalhavam na agricultura familiar tradicional, e que se viram desocupados diante dos novos processos socioeconômicos decorrentes da utilização de técnicas mais modernas e da implantação/ampliação de áreas de cultivos que exigem maior especialização nesse município. Quanto a Santo Amaro verifica-se que, desde o declínio da produção açucareira, tem se apresentado com baixo dinamismo econômico, o que, muito provavelmente, tem influenciado a marcante saída de homens do seu território. Além disso, a paralisação, em 1993, de uma usina de produção de chumbo que funcionava no município parece ter também contribuído para esse processo.

Quanto à *escolaridade* dos emigrantes, verificou-se que no conjunto havia maior participação daqueles com 4 a 7 anos de estudo (36,9%): quase a totalidade dos municípios teve maior contribuição de pessoas com esses níveis de escolaridade (Tabela 6). A população com até 3 anos de estudo foi a segunda em contribuição (22,5%) – apenas Gandu apresentou maior participação de emigrantes com até 3 anos de estudo -; seguida daqueles indivíduos com escolaridades mais elevadas: 11 anos ou mais (21,7%) e, 8 a 10 anos de estudo (18,3%).

Com base nesses dados, é possível observar que, quando comparado aos imigrantes, os emigrantes baianos apresentaram menores níveis de escolaridade. Tal constatação parece fazer parte daquele pressuposto que defende que os emigrantes da Bahia são, normalmente, menos escolarizados do que os imigrantes, fenômeno que pode ser entendido, entre outras razões, pelo relativo atraso do sistema educacional nordestino como um todo, “embora algumas Universidades como as Federais de Pernambuco, Bahia e Ceará já despontem como centros de referência nas Ciências Exatas e Sociais Aplicadas” (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2004, p. 11).

Salvador foi o único município a apresentar, no que se refere a emigrantes interestaduais, maior volume de pessoas com 11 anos ou mais de estudo. Constituindo-se, dessa forma, num lugar onde se verificou tanto a chegada quanto a saída de expressivo contingente de migrantes mais escolarizados. Vale ressaltar que esses fluxos são constituídos, em sua grande maioria, por migrantes de classe média que representa, talvez, o contingente populacional mais móvel em períodos de relativa estabilidade econômica.

No que se refere à participação de emigrantes mais escolarizados nesse município, assim como aconteceu entre os imigrantes, evidenciou-se a crescente participação de mulheres, agora mais escolarizadas, que saem em busca de melhores oportunidades de trabalho em outras UF's do país, o que possivelmente explique, em parte, esse fenômeno.

Tabela 6
Emigrantes interestaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por faixas de anos de estudo, Bahia - 1995-2000

RE's	Municípios	Anos de estudo										Total
		Até 3 anos		4 a 7 anos		8 a 10 anos		11 anos ou mais		N/determinados		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	Salvador	5.313	12,6	11.472	27,3	8.126	19,3	16.956	40,3	172	0,4	42.040
LS	Itabuna	2.257	20,8	4.755	43,9	2.006	18,5	1.744	16,1	68	0,6	10.830
SUD	Vitória da Conquista	3.006	28,3	4.149	39,0	1.926	18,1	1.415	13,3	132	1,2	10.629
PAR	Feira de Santana	2.080	20,7	3.375	33,6	1.993	19,8	2.522	25,1	71	0,7	10.041
LS	Ilhéus	2.476	25,9	3.945	41,2	1.500	15,7	1.623	17,0	29	0,3	9.573
ES	Texeira de Freitas	1.679	25,4	2.702	40,9	1.223	18,5	917	13,9	83	1,3	6.605
NOR	Paulo Afonso	1.558	24,5	2.230	35,0	1.313	20,6	1.245	19,5	25	0,4	6.372
IRC	Irecê	1.735	29,0	2.564	42,8	935	15,6	721	12,0	38	0,6	5.993
BMSF	Juazeiro	1.869	32,1	2.069	35,6	959	16,5	896	15,4	23	0,4	5.817
OES	Barreiras	1.263	22,1	2.015	35,3	1.124	19,7	1.228	21,5	75	1,3	5.705
SUD	Jequié	1.607	30,6	2.117	40,3	801	15,3	714	13,6	14	0,3	5.253
ES	Itamaraju	1.267	30,2	1.755	41,9	707	16,9	388	9,3	72	1,7	4.189
PIE	Jacobina	1.018	24,4	1.640	39,2	741	17,7	774	18,5	9	0,2	4.182
MSF	Bom Jesus da Lapa	1.016	25,2	1.823	45,2	587	14,6	540	13,4	64	1,6	4.031
ES	Porto Seguro	695	18,8	1.359	36,8	661	17,9	974	26,3	7	0,2	3.697
SG	Guanambi	1.006	28,2	1.337	37,5	640	18,0	549	15,4	34	0,9	3.565
OES	Santa Maria da Vitória	1.072	30,6	1.415	40,4	489	13,9	502	14,3	26	0,8	3.505
RS	Santo Amaro	663	20,8	1.510	47,5	654	20,6	300	9,4	54	1,7	3.180
ES	Eunápolis	848	29,8	1.146	40,2	438	15,4	413	14,5	3	0,1	2.848
PAR	Itaberaba	685	25,0	1.438	52,4	403	14,7	210	7,6	6	0,2	2.742
SG	Brumado	633	23,7	926	34,6	552	20,6	541	20,2	22	0,8	2.674
LN	Alagoinhas	473	18,0	966	36,8	599	22,8	559	21,3	28	1,0	2.625
PIE	Senhor do Bonfim	496	21,4	720	31,0	595	25,6	476	20,5	34	1,5	2.320
PAR	Ipirá	703	30,6	1.216	52,9	288	12,5	69	3,0	22	1,0	2.298
LS	Ipiaú	460	22,8	829	41,2	419	20,8	306	15,2	0	0,0	2.015
IRC	Xique-Xique	574	29,8	771	40,1	296	15,4	265	13,7	19	1,0	1.925
SUD	Itapetinga	394	20,8	843	44,6	366	19,4	269	14,2	18	1,0	1.890
PIE	Campo Formoso	416	22,6	890	48,2	296	16,0	244	13,2	0	0,0	1.846
RMS	Camaçari	324	18,4	669	37,9	424	24,0	338	19,2	9	0,5	1.765
LS	Ubaitaba	545	31,3	748	42,9	287	16,5	155	8,9	10	0,6	1.745
LS	Camacan	550	32,3	738	43,3	295	17,3	106	6,2	14	0,8	1.704
LS	Ubatã	470	31,4	595	39,7	316	21,1	88	5,9	29	1,9	1.498
LS	Gandu	599	47,2	398	31,4	191	15,1	80	6,3	0	0,0	1.268
NOR	Serrinha	217	21,0	351	33,9	276	26,7	190	18,4	0	0,0	1.035
LS	Valença	154	21,7	270	38,0	179	25,2	97	13,7	10	1,4	710
RS	Santo Antonio de Jesus	85	14,2	260	43,7	115	19,3	136	22,8	0	0,0	596
Total		40.206	22,5	66.007	36,9	32.721	18,3	38.550	21,6	1.223	0,7	78.708

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Notas: Exclui-se os emigrantes que não declararam unidade da Federação de destino.

Visando eliminar distorções nas possíveis análises pela inclusão de crianças, optou-se por considerar os anos de estudo apenas das pessoas de 15 a 49 anos de idade.

Pode-se dizer que a grande incidência e a especificidade dos deslocamentos migratórios que ocorrem em Salvador refletem a sua condição de centro da metrópole do estado. Sua inserção nos processos que ocorrem na estrutura produtiva da Bahia lhe confere caráter definidor da dinâmica sociodemográfica e econômica da mesma. Desse modo, Salvador assume grande peso também na definição da base demográfica do estado se estruturando a partir de uma complexidade de fenômenos sociais, dentre eles a forte circulação de pessoas em seu território.

Finalmente, considera-se interessante notar que Lauro de Freitas, que apareceu no grupo dos de maior imigração, não consta na presente seleção de municípios. Isso porque, além da sua grande expansão de infra-estrutura no comércio e no setor de serviços na década de 1990, sua marcante e crescente importância da RMS como local de moradia de parte de sua população, aliada à adoção de maiores investimentos nos setores industriais nesse município e, sobretudo, em Camaçari, têm possibilitado a Lauro de Freitas a desenvolver, cada vez mais, a função residencial voltada aos segmentos sociais mais abastados, com forte presença de condomínios fechados, caracterizando-se, assim, como área menos propensa à saída de pessoas.

CARACTERÍSTICAS DOS MIGRANTES INTRA-ESTADUAIS

Para a investigação daqueles que realizaram deslocamentos de chegadas e saídas entre os municípios baianos foram consideradas as mesmas variáveis utilizadas das análises dos migrantes interestaduais. De acordo com os critérios adotados, constantes na metodologia desta publicação, os municípios destacados nesse momento coincidiram também com os investigados na escala interestadual, tanto para o conjunto dos imigrantes quanto para o dos emigrantes.

A iniciativa de abordar as trocas migratórias internas do estado, assim como realizado para aquelas ocorridas no nível interestadual, se apóia muito nas argumentações de Oliveira (2000, p. 415), ao mencionar que:

Uma primeira análise do perfil dos migrantes aponta para a importância em se estudar a migração separada pela escala em que se deu o deslocamento, uma vez que, associada à distância percorrida pelos fluxos e às relações estabelecidas entre os espaços de trocas populacionais há comportamentos distintos para as variáveis em questão. Homogeneizar a análise esconde diferenças importantes, que só são percebidos quando se trabalha as escalas de maneira desagregada.

Desse modo, considera-se que a análise das trocas dos fluxos internos da Bahia constitui-se um aspecto fundamental para o estudo da dinâmica migratória do estado como um todo, pois oferece uma visão complementar à apresentada pelos seus movimentos interestaduais. Para uma compreensão mais bem fundamentada da recente dinâmica dos deslocamentos de população dentro do estado, convém esclarecer, ainda que de

modo sucinto, a atual dinâmica da migração baiana, que resulta, de algum modo, do jogo existente entre os dois níveis de migração – interestadual e intra-estadual.

Diante de uma realidade em que ainda se vê grande ocorrência da tradicional saída de baianos para outros estados, especialmente para São Paulo, verifica-se, por outro lado, um recente crescimento da migração, que parte, principalmente, da Região Sudeste do país em direção à Bahia.

Em conjunturas econômicas desfavoráveis apresentadas pelos tradicionais locais de destino da emigração nordestina, onde “[...] a piora das condições de vida é sentida através do aumento da criminalidade, e, principalmente, do desemprego” (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2004, p. 10), a crescente participação da migração de retorno¹⁰ pode ser apontada como uma das causas para o citado fenômeno. Unido a isso está o provável aumento do fluxo de imigrantes considerados novos, ou seja, aquelas pessoas não-naturais do estado, vindas de outras UF’s do país, com maiores níveis de escolaridade e que vieram para a Bahia com a expectativa de ocupar posições que requerem alguma qualificação.

Os imigrantes com esse perfil foram encontrados principalmente nos municípios da RMS, onde há as melhores oportunidades de ocupação em trabalhos que requerem maior especialização, em função da concentração de investimentos industriais realizados desde os anos de 1960. Tal fato apresenta interdeterminação com os fluxos internos do estado, uma vez que sua expressiva participação envolve os municípios pertencentes a essa região, conforme revela Pinho (2007) em artigo desta mesma publicação.

Neste contexto, serão investigadas e entendidas, inicialmente, as características sociodemográficas das pessoas que realizaram movimento interno de chegada aos municípios baianos.

Perfil dos imigrantes

Em relação à *idade* desses imigrantes, observou-se uma distribuição similar para todos os municípios selecionados (Tabela 7). Destacaram-se as pessoas com idades entre 15-59 anos (75,4%), ou seja, aqueles em idade de trabalhar. Os indivíduos mais novos (05-14 anos) contribuíram com 20,1%, enquanto que, os com idades avançadas (60 anos ou mais) registraram um percentual de 4,5% do total dos imigrantes em análise. Vale ressaltar que, de maneira geral, as argumentações anteriormente desenvolvidas para o conjunto dos migrantes interestaduais valem, nesse

¹⁰ O movimento de volta ao Nordeste, entre outras causas, muito motivado “[...] por fatores possivelmente relacionados ao insucesso de inserção laboral ou de adaptação” (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2004, p.10), que se intensificou a partir dos anos 1980, refletiu as modificações na dinâmica migratória nordestina, decorrentes das novas configurações do desenvolvimento regional, que tinham como projeto principal a implantação de políticas de incentivo ao seu investimento industrial.

momento, para as pessoas que realizaram movimentos intra-estaduais encontrados nos grupos etários em análise, embora se tratem de tipos distintos de deslocamentos, com características específicas.

Tabela 7

Imigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por grupos etários, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Grupos etários						Total
		05 - 14 anos		15 - 59 anos		60 anos ou mais		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	Salvador	13.213	14,8	72.674	81,6	3.186	3,6	89.073
PAR	Feira de Santana	5.101	19,7	19.618	75,6	1.225	4,7	25.945
RMS	Lauro de Freitas	3.900	18,5	16.186	76,7	1.004	4,8	21.090
ES	Porto Seguro	5.333	25,4	15.077	71,9	557	2,7	20.966
RMS	Camaçari	4.084	21,8	13.846	74,1	761	4,1	18.691
OES	Barreiras	3.594	22,1	12.099	74,3	592	3,6	16.286
SUD	Vitória da Conquista	3.330	22,1	11.008	73,0	741	4,9	15.078
LS	Ilhéus	2.983	22,2	9.748	72,6	701	5,2	13.431
LS	Itabuna	2.534	21,4	8.613	72,8	680	5,8	11.828
RMS	Simões Filho	2.493	22,3	8.298	74,2	395	3,5	11.186
ES	Teixeira de Freitas	2.263	23,1	6.931	70,7	606	6,2	9.799
BMSF	Juazeiro	2.131	24,6	6.315	72,8	228	2,6	8.674
SUD	Jequié	1.409	19,4	5.203	71,6	655	9,0	7.267
RMS	Dias d'Ávila	1.608	22,4	5.162	71,8	420	5,8	7.189
IRC	Irecê	1.554	24,5	4.474	70,4	328	5,2	6.356
LN	Alagoinhas	1.437	23,0	4.460	71,5	343	5,4	6.241
ES	Eunápolis	1.367	22,8	4.276	71,4	349	5,8	5.991
RS	Santo Antonio de Jesus	1.289	22,1	4.200	72,0	345	5,9	5.834
LS	Valença	1.187	25,1	3.299	69,9	237	5,0	4.723
ES	Santa Cruz Cabrália	1.082	23,3	3.366	72,6	191	4,1	4.638
PIE	Jacobina	971	23,8	2.804	68,8	304	7,4	4.078
SUD	Itapetinga	637	17,7	2.652	73,9	301	8,4	3.590
ES	Itamaraju	874	26,9	2.252	69,3	122	3,8	3.249
SUD	Poçoões	732	24,2	2.009	66,6	277	9,2	3.018
NOR	Paulo Afonso	543	23,6	1.674	72,8	82	3,6	2.299
ES	Mucuri	356	24,8	1.029	71,7	51	3,6	1.437
	Total	66.004	20,1	247.274	75,4	14.680	4,5	327.958

Fonte: IBGE. Microdados do Censo demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Nota: Os imigrantes que não especificaram unidade municipal de origem encontram-se distribuídos nos municípios.

O município de Salvador apresentou concentração bastante expressiva, superior a todos os demais, de imigrantes pertencentes ao grupo que compreende as idades economicamente ativas. Isso parece indicar a forte predominância de pessoas que se deslocam de seus municípios de origem para a capital da Bahia, principalmente por motivo de trabalho, já que nela vislumbraram mais oportunidades de ocupação, característica inerente a sua condição de metrópole e de maior mercado de trabalho do estado.

Jequié (9,2%), Poções (9,0%) e Itapetinga (8,4%), que pertencem à Região Sudoeste da Bahia, registraram participações consideráveis de imigrantes com 60 anos ou mais, se comparado às contribuições nessas idades dos demais municípios selecionados. Sem desconsiderar as particularidades de cada um desses municípios, as explicações para tal fenômeno podem estar vinculadas à crescente participação dos migrantes de retorno, assim como às características ligadas às condições peculiares das pessoas com idades mais avançadas, como aposentadorias e pensões - fontes importantes de renda especialmente para as famílias mais pobres e nas áreas onde o desemprego é mais intenso.

Reflexo também da crescente inserção feminina no mercado de trabalho, antes discutida, ao investigar a *distribuição por sexo* dos imigrantes, constatou-se que grande parte dos municípios apresentou maior participação de mulheres entre os imigrantes intra-estaduais (Tabela 8).

Salvador teve baixa razão de sexo, 69,9%, sendo a menor apresentada pelo conjunto dos municípios selecionados. Esse fato está associado à presença marcante de mulheres dentre os emigrantes dos municípios localizados no interior do estado em direção aos seus grandes centros urbanos, e, em especial, para a capital. Tais fluxos parecem se constituir muito em função da procura por trabalho, uma vez que esse município, pela sua atual estruturação econômica, acena com a possibilidade de oferecer ocupações em serviços que podem ou não exigir maior qualificação, conforme já foi comentado. Vale mencionar que 64,0% dos imigrantes desse município se apresentaram inseridos nas atividades vinculadas ao setor de serviços, sendo que, dentre eles, 27,5% encontraram-se ocupados em serviços domésticos (ver Tabela 3 nos anexos deste texto). Acredita-se que parte desses deslocamentos se constitui também pela busca por melhor qualificação, através da ampliação dos seus níveis de escolaridade, já que na capital e nos grandes centros urbanos da Bahia estão as maiores densidades de instituições de ensino, especialmente de ensino superior público.

Apenas Santa Cruz Cabrália, Itamaraju e Eunápolis tiveram predominância de participação masculina, com razões de sexo de 111,4%, 107,2% e 106,7%, respectivamente. A instalação da Bahia Sul Celulose e da Vera Cruz Florestal, além das atividades relacionadas ao turismo, como já mencionado, parecem ter contribuído na dinamização socioeconômica desses municípios, assim como nas regiões localizadas mais ao sul do estado, ocasionando uma dinâmica migratória interna, sobretudo entre o Extremo Sul e Litoral Sul. Sabendo-se que parte dessas atividades ocupa predominantemente mão-de-obra masculina – especialmente no que se refere ao plantio de eucalipto para a instalação dos complexos acima citados e da instalação da infra-estrutura necessária à implantação dos mesmos -, entende-se que tais processos contribuíram para influenciar de forma mais significativa o deslocamento de homens para seus territórios. No caso de Itamaraju, em especial, acredita-se que as atividades econômicas de extração de madeira e a indústria de móveis também tiveram grande responsabilidade na atração de homens para esse município.

Tabela 8

Razão de sexo dos imigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Razão de sexo dos imigrantes intra-estaduais
ES	Santa Cruz Cabrália	111,4
ES	Itamaraju	107,2
ES	Eunápolis	106,7
ES	Teixeira de Freitas	99,6
LS	Ilhéus	99,1
RMS	Dias d'Ávila	98,8
RMS	Camaçari	98,7
SUD	Jequié	97,4
OES	Barreiras	95,9
ES	Mucuri	95,1
RMS	Simões Filho	94,3
ES	Porto Seguro	94,0
RMS	Lauro de Freitas	92,6
BMSF	Juazeiro	91,9
SUD	Itapetinga	87,4
SUD	Vitória da Conquista	87,2
IRC	Irecê	85,2
PIE	Jacobina	85,1
LS	Itabuna	84,1
LN	Alagoinhas	83,4
SUD	Poções	82,8
LS	Valença	78,9
RS	Santo Antonio de Jesus	78,0
PAR	Feira de Santana	74,7
NOR	Paulo Afonso	72,5
RMS	Salvador	69,9

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Notas: Os imigrantes que não especificaram unidade municipal de origem encontram-se distribuídos nos municípios.

Razão de sexo = Homens x 100 / Mulheres

Quanto à *escolaridade* dos imigrantes intra-estaduais, pode-se verificar que no grupo de municípios havia mais indivíduos com 4 a 7 anos de estudo (31,8%); seguidos daqueles com 11 anos ou mais (25,5%). Com contribuições menos representativas, 24,7% e 16,8%, apresentaram-se, respectivamente, os imigrantes com os mais baixos níveis de escolaridade (até 3 anos de estudo), e os com 8 a 10 anos de estudo (Tabela 9).

Um conjunto representativo de municípios (11) apresentou maior participação de imigrantes com até 3 anos de estudo. Dentre eles, constatou-se que a maioria (seis) se encontra na Região Extremo Sul: Itamaraju (51,8%), Porto Seguro (39,7%), Santa Cruz Cabrália (38,2%), Mucuri (33,4%), Eunápolis (32,7%) e Teixeira de Freitas (31,9%). Dois pertencem a Litoral Sul: Ilhéus (31,4%) e Itabuna (29,1%). Dois municípios fazem parte da Região

Sudoeste: Poções (53,7%) e Itapetinga (38,1%). E, ainda, Jacobina (36,9%) pertencente à Região Piemonte da Diamantina.

A partir dessa lista, é possível observar que na totalidade dos municípios selecionados da Região Litoral Sul e em quase todos os da Extremo Sul (exceto Valença) houve grande incidência de imigrantes com pouca escolaridade. A presença de migrantes com até 3 anos de estudo para o sul do estado parece demonstrar que se tratam de deslocamentos empreendidos pela busca de oportunidades de trabalho por pessoas, especificamente homens, com baixos níveis de escolaridade, colhidas à decadência da tradicional atividade cacaeira, bem como dos processos socioeconômicos dela decorrentes, e, sobretudo, da instalação das indústrias de celulose e papel. Ao longo da década de 1990, o significativo número de famílias assentadas em muitos desses municípios, segundo dados fornecidos pelo Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (1996), parece ter também contribuído para a chegada de pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade nessa área sul do estado.

Em Poções, a ida de imigrantes intra-estaduais com até 3 anos de estudo pode estar indicando a procura por atividades que demandam pouca escolaridade, vinculadas à agricultura, pecuária e silvicultura – atividades em que estavam ocupados 39,2% dos seus imigrantes (ver Tabela 3 nos anexos deste texto). Acrescente-se a isso a chegada, ao longo dos anos de 1990, de um número de 154 famílias assentadas em seu território (SIPRA/INCRA, 1996).

Em Itapetinga, a instalação de uma indústria de calçados (Azaléia) parece ter atraído pessoas com pouca escolaridade para esse município na expectativa de trabalharem nas suas fábricas, bem como nas atividades indiretas por ela geradas. Vale mencionar também a possível ida de migrantes atraídos pelas ocupações vinculadas às atividades agropecuárias do município, setor importante na sua economia.

No conjunto dos imigrantes intra-estaduais de Jacobina o predomínio de indivíduos pouco escolarizados parece expressar, principalmente, a expectativa de trabalho nas atividades ligadas à mineração, assim como aconteceu entre os imigrantes interestaduais. Segundo dados da SIPRA/INCRA (1996), no decorrer dos anos de 1990, foram assentadas 182 famílias em sua área, o que parece também ter contribuído para ampliar o volume de pessoas que chegaram ao município com esse perfil educacional.

Salvador, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas e Alagoinhas tiveram maiores participações de imigrantes internos com mais elevados níveis de escolaridades (com 11 anos ou mais de estudo). Esse fato possivelmente decorreu da busca de melhores postos de trabalho, disponibilizados pelos investimentos econômicos, especialmente de cunho industrial e na área de prestação de serviços, de maneira geral, realizados nesses municípios.

Tabela 9
Imigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por faixas de anos de estudo, Bahia - 1995-2000

RE's	Municípios	Anos de estudo										Total
		Até 3 anos		4 a 7 anos		8 a 10 anos		11 anos ou mais		N/determinados		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	Salvador	12.399	17,8	21.119	30,3	12.976	18,6	22.451	32,2	832	1,2	69.777
PAR	Feira de Santana	3.860	20,7	6.283	33,6	3.412	18,3	4.950	26,5	188	1,0	18.693
RMS	Lauro de Freitas	2.422	16,4	4.326	29,2	2.423	16,4	5.437	36,8	183	1,2	14.790
ES	Porto Seguro	5.624	39,7	5.055	35,7	1.681	11,9	1.656	11,7	141	1,0	14.156
RMS	Camaçari	3.477	26,8	4.877	37,6	2.244	17,3	2.310	17,8	50	0,4	12.958
OES	Barreiras	3.000	25,9	3.882	33,6	2.137	18,5	2.309	20,0	237	2,1	11.564
SUD	Vitória da Conquista	2.685	26,1	2.814	27,4	1.670	16,3	3.075	29,9	34	0,3	10.278
LS	Ilhéus	2.836	31,4	2.587	28,7	1.194	13,2	2.242	24,8	172	1,9	9.030
LS	Itabuna	2.297	29,1	2.214	28,1	1.310	16,6	1.963	24,9	105	1,3	7.889
RMS	Simões Filho	1.727	22,2	3.222	41,5	1.383	17,8	1.338	17,2	93	1,2	7.764
ES	Teixeira de Freitas	2.016	31,9	1.904	30,1	1.141	18,0	1.201	19,0	66	1,0	6.328
BMSF	Juazeiro	1.699	28,6	1.830	30,8	1.037	17,4	1.371	23,1	11	0,2	5.948
SUD	Jequié	1.330	27,0	1.624	32,9	798	16,2	1.072	21,7	110	2,2	4.935
RMS	Dias d'Ávila	1.056	22,5	1.798	38,3	836	17,8	958	20,4	41	0,9	4.689
LN	Alagoinhas	902	21,5	1.064	25,3	882	21,0	1.315	31,3	39	0,9	4.203
IRC	Irecê	1.073	26,1	1.679	40,8	559	13,6	790	19,2	17	0,4	4.118
ES	Eunápolis	1.276	32,7	1.205	30,9	577	14,8	732	18,8	110	2,8	3.899
RS	Santo Antonio de Jesus	962	24,9	1.319	34,2	611	15,8	930	24,1	36	0,9	3.858
LS	Valença	907	28,3	1.050	32,8	452	14,1	730	22,8	67	2,1	3.207
ES	Santa Cruz Cabrália	1.190	38,2	1.087	34,9	437	14,0	371	11,9	29	0,9	3.114
PIE	Jacobina	925	36,9	709	28,3	403	16,1	426	17,0	44	1,8	2.507
SUD	Itapetinga	922	38,1	688	28,4	220	9,1	584	24,1	7	0,3	2.420
ES	Itamaraju	1.082	51,8	526	25,2	236	11,3	214	10,2	28	1,4	2.087
SUD	Poções	958	53,7	452	25,3	175	9,8	141	7,9	58	3,2	1.784
NOR	Paulo Afonso	424	26,1	471	28,9	211	13,0	509	31,3	11	0,7	1.625
ES	Mucuri	311	33,4	245	26,3	144	15,4	213	22,9	18	2,0	931
	Total	57.358	24,7	74.029	31,8	39.148	16,8	59.289	25,5	2.727	1,2	232.551

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Notas: Os imigrantes que não especificaram unidade municipal de origem encontram-se distribuídos nos municípios.

Visando eliminar distorções nas possíveis análises pela inclusão de crianças, optou-se por considerar os anos de estudo apenas das pessoas de 15 a 49 anos de idade.

No caso de Salvador e Lauro de Freitas, mais intensamente, uma das causas aparentes é a proximidade a Camaçari, que, com suposta oferta de trabalho decorrente dos investimentos, sobretudo industriais, tem levado significativo contingente populacional com elevados níveis de escolaridade a fixar residência nesses municípios. Ao mesmo tempo, vale chamar atenção para o fato de que Lauro de Freitas é um dos municípios baianos que, já há algum tempo, tem apresentado considerável crescimento econômico.

Em Vitória da Conquista e Alagoinhas, a entrada de novos moradores com maiores níveis de escolaridade parecer ser decorrente também, em grande medida, dos investimentos industriais realizados pelo poder público e pela iniciativa privada, o que faz parte de uma tentativa do Estado de realizar uma desconcentração econômica, com incentivos fiscais sendo concedidos a empresas que se instalam em municípios pertencentes a regiões baianas, diferentes da RMS. Além disso, a chegada dessas pessoas pode ser também associada às Universidades públicas e Faculdades que funcionam nesses municípios, que podem se constituir em elementos atrativos tanto pela possibilidade de ampliação e aperfeiçoamento dos estudos, como pela possibilidade de se constituir em campo de trabalho para o migrante.

Em Alagoinhas houve grande chegada de pessoas com níveis mais elevados de escolaridade para se ocuparem nos postos de trabalho criados pelas indústrias instaladas nos anos de 1990, que demandavam mão-de-obra mais qualificada.

Em relação à atração exercida pelos investimentos industriais alocados em Vitória da Conquista, é possível supor a chegada de pessoas mais qualificadas, sobretudo provenientes de municípios pertencentes à RMS, que se destinaram a ocupar, em grande medida, os mais selecionados postos de trabalho do centro industrial desse município.

Perfil dos emigrantes

Utilizando-se também dos comentários já desenvolvidos para os distintos fluxos da migração interestadual, - considerando de modo abrangente e dentro das suas especificidades e possibilidades de investigação, a ocorrência de fenômenos similares para todos os grandes grupos etários -, na análise da *distribuição etária* dos emigrantes intra-estaduais, observou-se uma distribuição que indica a maior participação de pessoas em idade economicamente ativa: os indivíduos com 15-59 anos foram responsáveis por 72,6% das pessoas que realizaram movimento interno de saída (Tabela 10). As crianças e adolescentes (emigrantes com 05-14 anos) registraram contribuição de 22,6%, seguidos daquelas pessoas com idades mais avançadas (60 anos ou mais), 4,8%.

Observando-se a *distribuição por sexo*, foi constatada, assim como entre os imigrantes internos, a predominância da emigração feminina em grande parte dos municípios em análise. Dentre eles, pode-se constatar que as menores razões de sexo foram apresentadas pelos municípios de Serrinha (75,8%), Brumado (75,9%) e Ipirá (77,9%) (Tabela 11).

As expressivas participações femininas nesses municípios podem ser explicadas, de alguma forma, pela grande ocorrência de deslocamentos empreendidos com destino a municípios próximos, pertencentes à mesma Região Econômica da qual fazem parte, como pode ser verificado no trabalho de Dias e Araújo (2007), constante desta publicação. Conforme observado em estudos realizados, constata-se a ocorrência de migrações menos seletivas em deslocamentos de menores distâncias, o que torna com-

preensível, em parte, a maior circulação de mulheres nesses movimentos, característica também comumente identificada em trabalhos que objetivaram investigar perfis de fluxos migratórios.

Contrariando o fenômeno de crescimento da participação das mulheres nas dinâmicas migratórias, Porto Seguro (115,7%), Barreiras (112,9%), Teixeira de Freitas (104,7%) e Paulo Afonso (103,0%) tiveram razões de sexo indicativas de maior incidência de homens nos seus fluxos internos de saída. Em Porto Seguro e Teixeira de Freitas esse fato parece ter relação com a incipiente dinâmica socioeconômica localizada mais ao sul do estado, como já foi evidenciado. Supõe-se que esses processos estimularam a saída de homens com pouca escolaridade de seus territórios, com deslocamento para municípios próximos em busca de oportunidades de trabalhos que demandem mão-de-obra pouco qualificada. Unido a isso, acredita-se que, por outra via, poderia estar havendo a maior absorção da mão-de-obra feminina, dada à importância do setor de serviços nesses dois municípios (ver Tabela 4 nos anexos deste texto).

Em referência a Barreiras, ainda que esse município tenha alcançado grande dinamismo econômico e acelerada urbanização, ao integrar a área baiana do cultivo de grãos com o desenvolvimento da cultura da soja, a significativa saída de homens pode estar indicando a procura de indivíduos com baixos níveis de escolaridade por atividades predominantes em municípios próximos¹¹, principalmente aquelas mais ligadas à agricultura e pecuária tradicionais, silvicultura e pesca (atividades que ocuparam 25,9% desses emigrantes, conforme a Tabela 4 nos anexos deste texto).

Em Paulo Afonso a significativa emigração masculina parece expressar a forte dinâmica urbana do município, associada à sua localização na área de confluência dos estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Tais características podem ter influenciado a grande participação dos seus emigrantes intra-estaduais no setor de serviços, onde estavam 71,0% desses indivíduos (ver Tabela 4 nos anexos deste texto), principalmente ao se constatar que a RMS, região cujo setor tem grande importância na sua ocupação, apresentou-se como o principal local de destino desses migrantes, como afirma Pinho (2007).

Pela razão de sexo apresentada por Salvador (92,9%), verifica-se que a saída de mulheres foi menos significativa se comparada à sua entrada nesse município. A grande concentração feminina em busca de ocupações ligadas às atividades em serviços, já referida, parece servir como uma possível explicação para tal acontecimento.

Ao investigar a *escolaridade* dos emigrantes intra-estaduais, constatou-se que, com proporções parecidas com as observadas para os imigrantes internos, havia mais emigrantes com 4 a 7 anos de estudo (30,2%), depois aqueles com 11 anos ou mais (27,7%) no total dos municípios. Em seguida, encontraram-se as pessoas com até 3 anos de estudo, com percentual de 25,2%; e, com menor participação, 15,9%, apresentaram-se os emigrantes com 8 a 10 anos de estudo (Tabela 12).

¹¹ A significativa circulação de migrantes dentro da Região Oeste da Bahia pode ser observada no trabalho de Dias e Araújo (2007).

Tabela 10
Emigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por grupos etários, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Grupos etários						Total
		05 - 14 anos		15 - 59 anos		60 anos ou mais		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	Salvador	19.659	21,5	67.108	73,4	4.605	5,0	91.372
PAR	Feira de Santana	3.899	20,6	14.229	75,3	756	4,0	18.884
LS	Itabuna	2.809	21,5	9.517	72,9	733	5,6	13.059
LS	Ilhéus	1.991	22,0	6.561	72,6	488	5,4	9.040
SUD	Vitória da Conquista	1.863	21,9	6.124	71,9	536	6,3	8.523
LN	Alagoinhas	1.630	22,3	5.289	72,2	406	5,5	7.326
SUD	Jequié	1.363	20,6	4.871	73,8	368	5,6	6.602
RS	Santo Amaro	1.332	21,0	4.760	74,9	262	4,1	6.354
ES	Eunápolis	1.422	22,4	4.708	74,3	206	3,3	6.336
RMS	Camaçari	1.607	25,7	4.434	71,0	205	3,3	6.246
PIE	Jacobina	1.269	21,8	4.275	73,5	273	4,7	5.818
ES	Itamaraju	1.721	30,5	3.610	64,0	310	5,5	5.642
BMSF	Juazeiro	1.433	25,7	3.936	70,5	216	3,9	5.585
IRC	Irecê	1.443	26,0	3.949	71,3	150	2,7	5.542
LS	Valença	1.241	23,0	3.860	71,6	292	5,4	5.394
NOR	Serrinha	1.114	22,6	3.576	72,5	243	4,9	4.933
LS	Camacan	1.215	24,7	3.522	71,7	176	3,6	4.913
RS	Santo Antonio de Jesus	979	20,0	3.619	74,1	288	5,9	4.885
OES	Barreiras	1.177	25,8	3.241	70,9	150	3,3	4.568
ES	Texeira de Freitas	1.195	26,3	3.203	70,4	149	3,3	4.547
LS	Gandu	1.037	24,0	3.005	69,7	271	6,3	4.313
ES	Porto Seguro	925	22,6	3.050	74,6	111	2,7	4.086
SUD	Itapetinga	926	23,1	2.954	73,7	130	3,3	4.011
PIE	Senhor do Bonfim	887	23,5	2.644	70,0	244	6,5	3.774
PIE	Campo Formoso	1.008	26,9	2.601	69,4	139	3,7	3.748
LS	Ipiaú	863	24,0	2.526	70,2	209	5,8	3.598
LS	Ubaítaba	839	23,9	2.513	71,6	159	4,5	3.510
PAR	Itaberaba	863	24,6	2.423	69,0	223	6,4	3.509
LS	Ubatã	847	26,7	2.145	67,6	181	5,7	3.173
PAR	Ipirá	681	21,9	2.238	72,0	187	6,0	3.107
MSF	Bom Jesus da Lapa	711	28,9	1.655	67,3	92	3,7	2.458
IRC	Xique-Xique	593	24,7	1.654	69,0	151	6,3	2.398
NOR	Paulo Afonso	435	18,9	1.774	77,1	90	3,9	2.299
SG	Guanambi	496	21,7	1.717	75,0	77	3,4	2.291
SG	Brumado	393	21,0	1.409	75,3	70	3,8	1.873
OES	Santa Maria da Vitória	335	23,6	1.006	70,8	79	5,6	1.420
	Total	62.200	22,6	199.708	72,6	13.228	4,8	275.136

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/ SEI, 2006.

Nota: Exclui-se os emigrantes que não declararam município de destino.

Tabela 11
Razão de sexo dos emigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Razão de sexo dos emigrantes intra-estaduais
ES	Porto Seguro	115,7
OES	Barreiras	112,9
ES	Texeira de Freitas	104,7
NOR	Paulo Afonso	103,0
RMS	Camaçari	99,5
MSF	Bom Jesus da Lapa	99,2
LS	Ipiaú	99,0
LS	Ilhéus	97,9
SUD	Itapetinga	96,6
SG	Guanambi	96,2
BMSF	Juazeiro	95,9
RS	Santo Amaro	95,8
ES	Eunápolis	94,8
LS	Camacan	94,6
RMS	Salvador	92,9
IRC	Irecê	92,7
LN	Alagoinhas	92,7
LS	Valença	89,7
ES	Itamaraju	88,9
LS	Itabuna	88,9
PIE	Senhor do Bonfim	88,5
PIE	Campo Formoso	88,3
PAR	Itaberaba	88,1
LS	Gandu	88,1
SUD	Vitória da Conquista	87,9
PAR	Feira de Santana	86,7
RS	Santo Antonio de Jesus	85,5
LS	Ubatã	85,3
OES	Santa Maria da Vitória	84,8
LS	Ubaítaba	84,4
SUD	Jequié	81,6
PIE	Jacobina	81,5
IRC	Xique-Xique	79,3
PAR	Ipirá	77,9
SG	Brumado	75,9
NOR	Serrinha	75,8

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Notas: Exclui-se os emigrantes que não declararam município de destino.

Razão de sexo = Homens x 100 / Mulheres

Um grupo de 16 municípios apresentou maior participação de emigrantes com mais baixos níveis de escolaridade (até 3 anos de estudo). Dentre eles, nove pertenciam às Regiões Litoral Sul e Extremo Sul. Na primeira delas, apresentaram-se com predomínio de pessoas com até 3 anos de estudo: Ubaitaba (47,6%), Gandu (46,4%), Camaçan (44,2%), Ipiáú (37,9%), Valença (37,3%) e Ubatã (37,1%). Na Extremo Sul, por sua vez, havia três municípios nessa situação - Porto Seguro (40,6%), Itamaraju (37,5%) e Teixeira de Freitas (31,2%). Salvo as particularidades de cada região e município, a emigração intra-estadual de pessoas menos qualificadas nessa área sul da Bahia parece expressar, em grande medida, à dinâmica socioeconômica caracterizada anteriormente.

Nesse sentido, o trabalho de Pinho (2007), ao realizar uma análise da origem e destino dos migrantes inter e intra-estaduais da Bahia, revela uma grande circulação de pessoas entre os municípios destacados. No seu estudo, a autora mostra que há o predomínio de saídas e chegadas de indivíduos entre municípios vizinhos pertencentes ao Litoral Sul e Extremo Sul, imersos numa dinâmica, anteriormente discutida, que, embora aparentemente concentrada em alguns dos municípios, atinge e influencia a área mais ao sul do estado.

Nos sete municípios restantes – Campo Formoso (49,8%), Ipirá (44,1%), Xique-Xique (40,8%), Itapetinga (34,7%), Irecê (32,4%), Bom Jesus da Lapa (30,8%) e Santa Maria da Vitória (30,1%) –, as causas para a baixa escolaridade dos emigrantes parecem estar vinculadas às suas realidades sociodemográficas e econômicas. Apesar da existência de incentivos a determinadas atividades econômicas em alguns desses municípios, que estimulou, inclusive, a imigração (como a indústria calçadista, em Itapetinga, e a agricultura irrigada, em Irecê), de maneira geral, tudo indica que alguns cenários desanimadores, onde predominam uma dinâmica decadente das atividades mais tradicionais parece ter influenciado a emigração de indivíduos com mais baixos níveis de escolaridade. Alia-se a isso a ocorrência de secas em alguns desses municípios, fenômeno que também contribuiu para incentivar a saída de parte dessa população com poucos anos de estudo.

Em sentido contrário, Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié, Paulo Afonso, Guanambi e Brumado tiveram maior participação de emigrantes com níveis mais elevados de escolaridade. O predomínio de emigrantes com 11 anos ou mais de estudo nesses municípios pode estar associado ao fato de se apresentarem como centros urbanos regionais de grande importância em suas respectivas Regiões Econômicas, fazendo parte de um circuito socioeconômico e infra-estrutural mais desenvolvido e detentor de atividades que requerem maiores qualificações. É importante ressaltar também a existência de Universidades e Faculdades em muitos desses municípios, o que sugere saída de pessoas mais qualificadas para locais que podem oferecer melhores oportunidades educacionais e de trabalho, principalmente, como mostra, segundo estudo de Pinho (2007), o grande predomínio de pessoas em direção à capital e a outros municípios da RMS.

Tabela 12

Emigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por faixas de anos de estudo, Bahia - 1995-2000

RE's	Municípios	Anos de estudo										Total
		Até 3 anos		4 a 7 anos		8 a 10 anos		11 anos ou mais		N/determinados		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	Salvador	10.294	16,7	17.724	28,8	10.805	17,6	22.066	35,9	588	1,0	61.477
PAR	Feira de Santana	2.637	19,7	3.953	29,6	2.324	17,4	4.326	32,4	122	0,9	13.362
LS	Itabuna	2.152	24,5	2.481	28,2	1.476	16,8	2.610	29,7	72	0,8	8.792
LS	Ilhéus	1.661	27,4	1.605	26,5	834	13,8	1.918	31,7	33	0,5	6.050
SUD	Vitória da Conquista	1.488	25,7	1.606	27,8	850	14,7	1.722	29,8	112	1,9	5.778
LN	Alagoinhas	913	18,7	1.626	33,2	792	16,2	1.526	31,2	41	0,8	4.897
RS	Santo Amaro	1.046	23,4	1.779	39,9	845	18,9	765	17,2	26	0,6	4.461
SUD	Jequié	1.142	25,8	1.199	27,1	688	15,6	1.351	30,5	43	1,0	4.423
ES	Eunópolis	1.339	31,0	1.387	32,1	711	16,5	806	18,7	76	1,8	4.320
RMS	Camaçari	1.017	24,1	1.504	35,6	713	16,9	973	23,0	15	0,4	4.222
PIE	Jacobina	1.105	27,3	1.182	29,2	572	14,1	1.168	28,8	23	0,6	4.050
IRS	Irecê	1.210	32,4	1.019	27,3	533	14,3	893	23,9	84	2,2	3.739
LS	Valença	1.374	37,3	1.095	29,7	567	15,4	625	16,9	27	0,7	3.688
BMSF	Juazeiro	1.026	28,7	1.036	29,0	557	15,6	924	25,9	31	0,9	3.574
NOR	Serrinha	1.085	31,6	1.200	34,9	460	13,4	640	18,6	53	1,5	3.438
RS	Santo Antonio de Jesus	874	25,6	1.277	37,4	550	16,1	680	19,9	36	1,1	3.418
ES	Itamaraju	1.273	37,5	1.174	34,6	356	10,5	537	15,8	56	1,6	3.395
LS	Camacan	1.450	44,2	1.213	37,0	309	9,4	262	8,0	46	1,4	3.280
OES	Barreiras	884	29,6	1.056	35,4	412	13,8	626	21,0	7	0,2	2.986
ES	Texeira de Freitas	928	31,2	917	30,8	555	18,7	536	18,0	36	1,2	2.972
ES	Porto Seguro	1.153	40,6	851	30,0	350	12,3	470	16,6	17	0,6	2.841
LS	Gandu	1.317	46,4	859	30,2	301	10,6	324	11,4	39	1,4	2.840
SUD	Itapetinga	960	34,7	672	24,3	459	16,6	650	23,5	23	0,8	2.765
PIE	Senhor do Bonfim	497	20,4	760	31,2	550	22,6	592	24,3	35	1,4	2.433
PIE	Campo Formoso	1.187	49,8	718	30,1	267	11,2	202	8,5	10	0,4	2.384
LS	Ipiaú	878	37,9	733	31,7	254	11,0	425	18,4	25	1,1	2.315
LS	Ubaitaba	1.092	47,6	744	32,4	191	8,3	224	9,8	46	2,0	2.297
PAR	Itaberaba	676	29,8	766	33,8	253	11,2	538	23,7	34	1,5	2.267
PAR	Ipirá	930	44,1	578	27,4	286	13,6	251	11,9	65	3,1	2.110
LS	Ubatã	735	37,1	651	32,9	235	11,9	293	14,8	66	3,3	1.980
NOR	Paulo Afonso	274	16,4	534	31,8	281	16,7	566	33,7	23	1,4	1.678
SG	Guanambi	364	22,1	480	29,1	244	14,8	543	33,0	16	1,0	1.647
IRC	Xique-Xique	635	40,8	436	28,1	251	16,1	219	14,1	14	0,9	1.554
MSF	Bom Jesus da Lapa	478	30,8	457	29,4	207	13,3	362	23,3	50	3,2	1.554
SG	Brumado	297	21,8	421	31,0	203	14,9	428	31,5	10	0,7	1.359
OES	Santa Maria da Vitória	278	30,1	276	30,0	161	17,5	199	21,5	9	0,9	922
	Total	46.651	25,2	55.970	30,2	29.403	15,9	51.241	27,7	2.007	1,1	185.271

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI. 2006.

Notas: Exclui-se os emigrantes que não declararam município de destino.

Visando eliminar distorções nas possíveis análises pela inclusão de crianças, optou-se por considerar os anos de estudo apenas das pessoas de 15 a 49 anos de idade.

E, finalmente, de acordo com as informações acima, foi possível constatar, que, de modo geral, houve similaridade nos níveis de escolaridade apresentados pelos conjuntos dos imigrantes e emigrantes intra-estaduais dos municípios selecionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: BREVES COMPARAÇÕES DOS PERFIS ENCONTRADOS

Para finalizar este trabalho, é importante desenvolver uma análise comparativa entre os perfis dos migrantes das duas escalas de deslocamentos aqui investigadas em relação às suas características referentes à estrutura etária, sexo e anos de estudo como forma de verificar as semelhanças e diferenças existentes entre aqueles que se deslocam chegando ou saindo para outras unidades da Federação e dentro da Bahia.

Ao observar os comportamentos dos dois níveis espaciais de análise (migração interestadual e intra-estadual), quanto às idades dos migrantes, identificou-se similaridade no que tange à distribuição etária dos seus contingentes. Com participações semelhantes nos conjuntos dos diferentes grandes grupos etários, predominaram indivíduos com 15-59 anos, correspondentes à faixa etária característica de pessoas em idades economicamente ativas.

Cabe destacar a participação bastante expressiva de indivíduos com essas idades que chegaram a Salvador, oriundos de outros municípios da Bahia. Tal fenômeno deriva, particularmente, da dinâmica socioeconômica desse município, que se apresenta como atrativa por oferecer um leque maior de oportunidades de ocupação tanto no mercado de trabalho formal como no informal, decorrente da sua condição de centro da única metrópole baiana da capital e da concentração das principais atividades econômicas do estado no seu entorno.

A reduzida participação de migrantes com 60 anos ou mais decorreu, sobretudo, de suas menores disponibilidades para enfrentarem novos desafios; enquanto que a presença significativa da população de crianças e adolescentes indicou migração familiar. Tais fenômenos apareceram nas duas escalas de deslocamentos.

As distribuições por sexo dos migrantes inter e intra-estaduais demonstraram maior contribuição de mulheres em seus contingentes. Esse fato parece ter sido impulsionado pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, como também pelos seus maiores níveis de escolaridade, que se reflete na crescente possibilidade de inserção feminina em ocupações diversas; entretanto, predominaram atividades vinculadas ao setor de serviços, principalmente aquelas que exigem baixa escolaridade, conforme já mencionado em algumas passagens deste trabalho.

Mesmo com a ocorrência de maiores participações de mulheres nos dois níveis de deslocamentos, entre os migrantes intra-estaduais foi verificada maior representa-

tividade feminina em relação à migração ocorrida em escala interestadual. A maior circulação de mulheres entre municípios do próprio estado, como já foi comentado anteriormente, pode ser entendida, em parte, como resultado de trocas menos seletivas, uma vez que se constituem em movimentos com menores distâncias.

Nesse sentido, um estudo realizado por Oliveira (2000, p. 415), que tinha como um dos objetivos observar as estruturas por sexos dos migrantes inter e intra-estaduais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, constatou que:

[...] na migração interestadual, de acordo com o sentido do fluxo, altera-se a composição por sexo, enquanto que, no nível intra-estadual são as mulheres que mais se deslocam. Os migrantes intra-estaduais são mais velhos, possuem menor escolaridade e renda. Isto permite perceber que quanto maior a distância, mais seletiva é a migração [...].

Dentro dessa realidade, vale ressaltar, por outro lado, a participação também mais significativa de migrantes do sexo masculino vindos de outras UF's do país. Essas pessoas que, de acordo com Oliveira (2000), parecem fazer parte de migrações mais seletivas, deslocaram-se em direção à Bahia, muitas vezes, com o intuito de fixarem residência para ocupar postos de trabalho que exigem maiores qualificações, principalmente aqueles derivados da atividade industrial, muito incentivada em algumas regiões do estado, sobretudo a RMS desde fins da década de 1960.

Ainda coincidindo com os resultados e argumentações de Oliveira (2000), foi possível perceber que no conjunto dos migrantes intra-estaduais houve forte ocorrência de pessoas com baixos níveis de escolaridade, tanto entre aqueles indivíduos que chegaram, quanto entre os que saíram de municípios baianos, se comparado aos fluxos de chegadas interestaduais. Em que pese a importância de Salvador e Lauro de Freitas, verificou-se grande participação de pessoas com elevados níveis de escolaridade na imigração interestadual, fenômeno que sugere a suposta seletividade comentada pelo citado autor.

Entre os emigrantes interestaduais estava o mais significativo conjunto de migrantes com baixa escolaridade. Tal fato pode estar indicando a tradicional saída de pessoas – que pelos dados eram oriundas tanto das áreas menos dinâmicas como de municípios com importância econômica significativa no contexto estadual - em busca de melhores oportunidades de trabalho em outras UF's do país, sobretudo em São Paulo, apesar da desfavorável conjuntura socioeconômica apresentada por esse estado, comentada anteriormente.

De modo geral, portanto, observando-se a escolaridade dos migrantes que realizaram deslocamentos em escala inter e intra-estadual verificou-se similaridade entre os indivíduos que realizaram movimentos internos de chegada e saída no estado. Para os que se deslocaram internamente, imigrantes e emigrantes revelaram baixa escolaridade. Na migração interestadual, os imigrantes apresentaram escolaridade superior à dos emigrantes (muito embora se considere o peso de Salvador e Lauro de Freitas). O fato

de haver maior chegada de pessoas com mais escolaridade, em contraposição à saída, onde prevaleceram aquelas com menos anos de estudo, pode estar associado, entre outros fatores, ao contexto de atraso do sistema educacional da Bahia e nordestino, como um todo, em relação aos verificados para os estados com os quais foram realizadas as trocas migratórias.

Dessa forma, não obstante se conheçam as peculiaridades apresentadas nesses dois tipos de migrações e as especificidades do perfil do migrante conforme a origem e destino, foi possível observar que os imigrantes e emigrantes interestaduais podem ser caracterizados, predominantemente, como pessoas de 15-49 anos de idade e do sexo feminino. Quanto à escolaridade, houve diferenciações: os imigrantes apresentaram-se em maior proporção com níveis mais elevados de escolaridade – 11 anos ou mais de estudo –, principalmente por causa do peso de Salvador e Lauro de Freitas; no conjunto dos emigrantes houve grande incidência de indivíduos com pouca escolaridade, com maior ocorrência de pessoas com 4 a 7 anos, seguidas daquelas com até 3 anos de estudo.

No conjunto dos migrantes intra-estaduais, por sua vez, dentre os imigrantes e emigrantes predominaram indivíduos de 15 a 49 anos, do sexo feminino e com níveis de escolaridade variando de 4 a 7 anos de estudo.

Em linhas gerais, o estudo das migrações interestaduais e intra-estaduais da Bahia entre 1995-2000 possibilitou a percepção das características particulares das estruturas de idade, sexo e escolaridade dos migrantes dos municípios selecionados. Numa perspectiva mais abrangente, a análise comparativa entre os perfis encontrados permitiu que se observassem as características dos migrantes da Bahia, determinadas pela combinação dos fluxos de chegada e saída nessas distintas escalas migratórias.

Este trabalho pretendeu demonstrar a relevância da análise do perfil dos migrantes, diferenciando-se imigrante e emigrante, nas duas escalas migratórias, na medida em que se evidenciou a existência de diferenças nas características das pessoas conforme o tipo de mobilidade realizada. Os dados e análises foram indicativos de deslocamentos mais seletivos na migração interestadual, por se constituírem, entre outros fatores, em migrações de maiores distâncias, como apontado por Oliveira (2000), com as pessoas apresentando idades, sexos e anos de estudo bastante semelhantes. Entre os migrantes intra-estaduais, encontraram-se indivíduos com características mais diferenciadas, o que pareceu típico de movimentos de menor seletividade, ocorridos entre lugares pouco distantes.

Com base nas observações acima, conclui-se, mais genericamente, que a dinâmica migratória interestadual influenciou ativamente os municípios, no que se refere à diversificação da sua estrutura etária, à composição da população por sexo e à distribuição por anos de estudo, dado o volume dos imigrantes e, em particular, dos emigrantes. Na escala interna, por sua vez, observou-se que na dinâmica de redistribuição espacial da população baiana as pessoas menos escolarizadas, junto com as suas famílias, foram as que mais circularam, muito possivelmente, em busca de ocupação que lhes permitisse melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

- ANTICO, Cláudia. Por que migrar? In: BAENINGER, Rosana et al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 97-113.
- ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Migração intra-estadual e a rede de cidades baianas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 201-239. (Série estudos e pesquisas, 77).
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Ângela Gordilho. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. *Caderno CRH*, Salvador, n. 41, p. 281-197, maio/ago. 2004.
- DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Breves comentários sobre os saldos migratórios das Regiões Econômicas da Bahia. In SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 115-143. (Série estudos e pesquisas, 77).
- DIAS, Patricia Chame. Articulações entre os espaços de "atração" e de "repulsão" de população: um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos. In SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 145-200. (Série estudos e pesquisas, 77).
- ELIZAGA, Juan C. *Migraciones a las areas metropolitanas de america latina*. Santiago do Chile: CELADE, n. 6, 1970. Série E.
- GOLGHER, André Braz. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão, n. 231).
- INCRA. *Sistema de informação nos projetos de reforma agrária*. Salvador: Incra, 1996.
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Perfil dos migrantes na região metropolitana do Rio de Janeiro, no período 1981/1991. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000, p. 407-419.
- OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 14., Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP 2004, p. 1-13. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_547.pdf> Acesso em: 10 jul. 2006.
- PINHO, Simone Araújo. *Principais tendências da migração baiana (1995-2000): origem e destino dos migrantes dos municípios*. In SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 19-63. (Série estudos e pesquisas, 77).
- SOUZA, Guaraci A. A. *Tendências da emigração e imigração na Bahia 1950/80*. Salvador: CRH-UFBA/FINEP, 1985. Mimeografado.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997. 158 p. (Série estudos e pesquisas, 135).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Migração e migrantes da Bahia nos anos 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos*. Salvador: SEI, 2006. (Série estudos e pesquisas, 76).

ANEXOS

Tabela I
Imigrantes interestaduais com 5 anos ou mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por grupo de atividade, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's	Municípios	Grupos de atividade							Total
		Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	Indústria (1)	Comércio (2)	Serviços			Outras ativ. ou ativ. não classificadas	
					Serviços domésticos	Adm. pública, defesa e seguridade social	Outros (3)		
RMS	Salvador	0,4	16,4	20,5	8,0	9,6	44,5	0,6	100,0
BMS	Juazeiro	37,8	11,7	22,6	4,8	1,6	20,7	0,8	100,0
OES	Barreiras	16,7	22,7	21,4	5,0	2,9	28,5	2,7	100,0
ES	Porto Seguro	2,7	14,0	21,6	5,0	4,5	51,4	0,7	100,0
PAR	Feira de Santana	10,0	18,7	31,9	8,8	2,8	26,7	1,1	100,0
SUD	Vitória da Conquista	8,1	20,8	26,4	9,2	2,6	32,7	0,2	100,0
ES	Teixeira de Freitas	8,7	17,6	31,5	6,8	3,6	31,9	-	100,0
NOR	Paulo Afonso	15,6	23,4	15,1	12,9	3,3	27,6	2,1	100,0
ES	Mucuri	29,9	14,2	17,1	8,9	3,4	26,1	0,5	100,0
ES	Eunápolis	4,6	18,8	28,2	10,4	4,3	32,9	0,9	100,0
RMS	Camaçari	3,4	32,3	22,2	9,7	4,0	24,8	3,7	100,0
LS	Ilhéus	8,0	21,7	22,9	10,7	1,6	33,9	1,2	100,0
LS	Itabuna	4,3	26,7	27,4	11,6	2,9	27,0	-	100,0
RMS	Lauro de Freitas	-	19,5	26,2	12,9	2,8	37,5	1,0	100,0
ES	Itamaraju	38,2	15,9	15,5	7,3	-	23,1	-	100,0
SUD	Jequié	7,2	27,4	24,1	8,2	2,7	30,5	-	100,0
SUD	Itapetinga	4,4	48,5	15,9	4,9	1,9	21,9	2,5	100,0
IRC	Irecê	11,6	19,4	31,5	9,1	3,2	25,2	-	100,0
SUD	Poções	15,0	21,1	28,3	9,5	4,9	21,4	-	100,0
RMS	Simões Filho	3,2	23,5	31,7	5,0	4,4	25,7	6,4	100,0
ES	Santa Cruz Cabrália	16,3	19,5	5,8	1,0	-	57,4	-	100,0
PIE	Jacobina	15,4	9,2	28,8	6,0	4,4	36,2	-	100,0
LN	Alagoinhas	7,4	19,6	32,9	3,8	4,3	32,0	-	100,0
RMS	Dias d'Ávila	-	53,3	8,3	8,9	-	27,5	1,9	100,0
LS	Valença	19,1	6,9	23,8	-	11,1	39,1	-	100,0
RS	Santo Antônio de Jesus	-	43,0	15,1	-	10,7	31,2	-	100,0
	Total	10,1	19,2	22,7	7,8	4,9	34,4	1,0	100,0

Fonte: IBGE. Microdados de Censo Demográfico de 2000. Elaborada por COPES / SEI, 2006.

Notas: (1) Indústria extrativa, Indústria de transformação e Construção

(2) Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos

(3) Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais e Organismos internacionais

Tabela 2
Imigrantes intra-estaduais com 5 anos ou mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por grupo de atividade, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's	Municípios	Grupos de atividade							Total
		Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	Indústria (1)	Comércio (2)	Serviços			Outras ativ. ou ativ. não classificadas	
					Serviços domésticos	Adm. pública, defesa e segu- ridade social	Outros (3)		
RMS	Salvador	0,7	15,9	18,4	27,5	4,5	32,3	0,6	100,0
PAR	Feira de Santana	4,2	17,3	24,9	20,6	3,9	28,9	0,3	100,0
RMS	Lauro de Freitas	1,1	19,5	19,4	18,0	5,1	35,9	1,1	100,0
ES	Porto Seguro	7,8	16,7	19,8	15,8	3,0	36,3	0,7	100,0
RMS	Camaçari	4,9	26,8	15,4	20,2	3,0	26,9	2,9	100,0
OES	Barreiras	16,3	17,0	21,9	12,5	5,3	25,0	2,0	100,0
SUD	Vitória da Conquista	13,5	13,4	17,9	14,8	6,6	33,6	0,2	100,0
LS	Ilhéus	18,4	13,4	19,1	14,3	3,8	29,6	1,4	100,0
LS	Itabuna	11,2	16,5	23,1	17,5	4,1	27,2	0,4	100,0
RMS	Simões Filho	5,4	25,4	23,7	12,5	4,2	27,5	1,2	100,0
ES	Teixeira de Freitas	15,6	18,9	21,3	11,7	6,5	25,7	0,5	100,0
BMS	Juazeiro	21,9	16,4	21,9	9,0	3,1	24,6	3,1	100,0
SUD	Jequié	12,6	12,3	23,5	11,3	4,7	34,5	1,0	100,0
IRC	Irecê	15,6	15,7	30,3	9,1	2,6	25,3	1,3	100,0
RS	Santo Antônio de Jesus	9,7	19,0	18,9	17,6	5,5	28,0	1,2	100,0
ES	Eunápolis	15,5	10,8	21,1	11,0	5,9	33,7	1,9	100,0
RMS	Dias d'Ávila	4,3	27,0	17,4	10,9	6,5	32,0	1,9	100,0
LN	Alagoinhas	9,4	23,2	17,9	14,5	5,1	27,4	2,4	100,0
ES	Santa Cruz Cabrália	12,3	18,2	18,4	13,8	3,7	33,6	-	100,0
LS	Valença	21,6	10,5	21,2	11,6	4,6	30,0	0,5	100,0
PIE	Jacobina	16,4	24,0	17,6	13,3	5,0	23,7	-	100,0
SUD	Itapetinga	18,8	28,7	8,6	13,3	4,7	25,9	-	100,0
ES	Itamaraju	53,7	6,1	14,3	6,2	3,0	15,3	1,3	100,0
SUD	Poçoões	39,2	14,0	19,6	14,2	0,9	12,0	-	100,0
NOR	Paulo Afonso	3,8	16,8	22,3	10,7	12,5	32,9	1,0	100,0
ES	Mucuri	29,3	17,1	16,3	9,5	6,0	21,8	-	100,0
	Total	8,2	17,4	19,8	18,7	4,5	30,4	1,0	100,0

Fonte: IBGE. Microdados de Censo Demográfico de 2000. Elaborada por COPES / SEI, 2006.

Notas: (1) Indústria extrativa, Indústria de transformação e Construção

(2) Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos

(3) Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais e Organismos internacionais

Tabela 3
Emigrantes interestaduais com 5 anos ou mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por grupo de atividade, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's	Municípios	Grupos de atividade							Total
		Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	Indústria (1)	Comércio (2)	Serviços			Outras ativ. ou ativ. não classificadas	
					Serviços domésticos	Adm. pública, defesa e seguridade social	Outros (3)		
RMS	Salvador	3,2	19,9	17,3	13,4	6,8	37,3	2,0	100,0
LS	Itabuna	4,4	24,7	17,8	20,6	2,7	28,4	1,4	100,0
SUD	Vitória da Conquista	3,7	30,2	16,5	25,6	0,5	21,9	1,6	100,0
PAR	Feira de Santana	4,6	24,9	21,0	18,4	1,9	27,9	1,3	100,0
LS	Ilhéus	5,4	24,4	16,7	21,6	3,1	27,2	1,5	100,0
ES	Teixeira de Freitas	15,5	26,7	16,1	15,7	1,9	23,3	0,9	100,0
NOR	Paulo Afonso	6,3	36,8	15,2	10,6	2,4	27,6	1,1	100,0
BMS	Juazeiro	19,6	22,5	18,0	11,5	2,1	23,9	2,4	100,0
IRC	Irecê	8,3	28,2	15,1	22,7	1,0	23,9	0,9	100,0
OES	Barreiras	14,5	20,0	19,0	14,5	3,3	26,5	2,3	100,0
SUD	Jequié	4,4	26,1	17,4	21,8	1,0	27,2	2,0	100,0
ES	Itamaraju	16,1	25,8	18,3	21,7	2,0	14,7	1,4	100,0
MSF	Bom Jesus da Lapa	10,7	25,5	13,8	21,7	1,3	26,0	1,1	100,0
PIE	Jacobina	7,7	25,6	22,9	19,0	1,1	23,0	0,8	100,0
OES	Santa Maria da Vitória	11,6	24,0	15,6	19,0	3,6	24,9	1,3	100,0
ES	Porto Seguro	6,0	19,7	15,5	12,9	2,8	41,7	1,4	100,0
SG	Guanambi	17,0	30,2	18,4	13,9	0,7	19,3	0,5	100,0
RS	Santo Amaro	16,3	22,2	13,4	13,9	2,3	30,8	1,2	100,0
ES	Eunápolis	12,7	31,5	13,9	16,4	3,8	20,6	1,1	100,0
PAR	Itaberaba	7,4	33,6	10,8	23,6	1,2	20,8	2,5	100,0
LN	Alagoinhas	2,2	26,1	12,8	24,0	2,0	31,4	1,4	100,0
SG	Brumado	8,0	25,4	16,3	21,1	0,2	27,2	1,7	100,0
PIE	Senhor do Bonfim	1,1	33,9	16,6	17,9	1,9	27,6	1,0	100,0
PAR	Ipirá	12,2	29,1	10,3	29,1	-	16,8	2,5	100,0
IRC	Xique-Xique	5,0	27,5	14,1	24,7	2,3	24,8	1,7	100,0
LS	Ipiaú	5,8	33,8	15,0	18,5	2,1	21,0	3,8	100,0
SUD	Itapetinga	4,6	22,3	12,9	23,4	1,3	31,6	3,9	100,0
LS	Camacan	5,4	28,7	20,2	22,4	1,5	21,9	-	100,0
LS	Ubaitaba	2,6	33,3	17,7	22,3	2,0	19,8	2,3	100,0
PIE	Campo Formoso	13,7	32,9	17,6	17,7	-	17,4	0,8	100,0
RMS	Camaçari	7,1	30,3	17,5	11,5	2,9	28,6	2,1	100,0
LS	Ubatã	1,7	36,0	14,5	21,8	-	26,0	-	100,0
LS	Gandu	4,1	16,6	26,6	20,7	-	31,0	1,1	100,0
NOR	Serrinha	9,4	35,5	15,9	18,6	0,7	17,5	2,3	100,0
LS	Valença	7,6	15,2	6,7	26,7	3,4	37,0	3,4	100,0
RS	Santo Antônio de Jesus	-	28,4	15,5	26,6	-	26,5	3,1	100,0
	Total	7,1	25,1	16,9	17,9	3,1	28,3	1,6	100,0

Fonte: IBGE. Microdados de Censo Demográfico de 2000. Elaborada por COPES / SEI, 2006.

Notas: (1) Indústria extrativa, Indústria de transformação e Construção

(2) Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos

(3) Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais e Organismos internacionais

Tabela 4

Emigrantes intra-estaduais com 5 anos ou mais dos municípios com migração superior a 5.000 pessoas, por grupo de atividade, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's	Municípios	Grupos de atividade							Total
		Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	Indústria (1)	Comércio (2)	Serviços			Outras ativ. ou ativ. não classificadas	
					Serviços domésticos	Adm. pública, defesa e segu- ridade social	Outros (3)		
RMS	Salvador	7,5	17,7	18,7	9,2	7,6	37,7	1,5	100,0
PAR	Feira de Santana	9,4	17,5	23,4	11,8	6,4	31,0	0,6	100,0
LS	Itabuna	14,0	10,3	20,0	10,7	7,2	36,5	1,3	100,0
LS	Ilheus	14,4	15,3	16,1	8,9	9,7	34,6	0,9	100,0
SUD	Vitória da Conquista	24,2	12,0	23,0	5,4	5,8	28,1	1,5	100,0
LN	Alagoinhas	11,3	18,3	12,7	15,1	8,9	32,9	0,8	100,0
SUD	Jequié	12,4	13,0	25,6	12,3	6,3	29,2	1,2	100,0
ES	Eunápolis	17,9	13,5	23,9	11,7	2,1	30,3	0,5	100,0
PIE	Jacobina	15,9	14,7	20,2	16,8	2,8	29,7	-	100,0
LN	Camaçari	14,4	24,8	20,2	7,4	5,3	27,4	0,5	100,0
ES	Itamaraju	27,5	14,7	19,4	9,3	2,5	26,5	-	100,0
RS	Santo Amaro	9,7	25,6	20,2	14,5	3,5	26,0	0,5	100,0
LS	Valença	15,5	16,7	18,9	17,7	2,3	28,2	0,7	100,0
NOR	Serrinha	19,2	16,0	21,1	22,7	4,5	15,3	1,2	100,0
IRC	Irecê	21,6	13,7	19,9	9,5	5,9	27,1	2,3	100,0
RS	Santo Antônio de Jesus	14,3	12,9	21,6	20,0	1,0	28,9	1,3	100,0
ES	Teixeira de Freitas	27,9	9,7	16,4	5,9	5,5	31,6	3,1	100,0
OES	Barreiras	30,7	11,4	18,3	6,1	6,1	26,4	1,0	100,0
LS	Camacan	23,7	16,0	18,4	12,0	2,6	25,9	1,5	100,0
BMSF	Juazeiro	20,0	13,8	19,1	7,4	12,7	25,4	1,6	100,0
LS	Gandu	32,2	9,1	12,4	19,2	2,4	23,4	1,2	100,0
SUD	Itapetinga	27,7	12,8	22,4	6,9	4,7	25,3	0,2	100,0
ES	Porto Seguro	22,9	14,4	14,9	11,2	6,3	27,7	2,7	100,0
LS	Ipiau	29,3	9,9	19,2	17,1	3,9	19,9	0,7	100,0
PAR	Itaberaba	20,0	7,2	20,8	17,1	5,2	28,2	1,6	100,0
PIE	Campo Formoso	25,0	23,3	15,2	14,3	1,6	18,3	2,2	100,0
LS	Ubatuba	31,4	15,0	14,2	18,9	3,1	16,4	1,0	100,0
PIE	Senhor do Bonfim	14,6	16,1	20,6	6,7	9,3	31,2	1,5	100,0
PAR	Ipirá	33,1	12,9	13,9	18,5	2,6	19,1	-	100,0
LS	Ubatã	24,6	19,0	13,0	14,1	4,1	22,9	2,3	100,0
MSF	Bom Jesus da Lapa	25,7	15,8	17,9	9,0	6,0	24,8	0,7	100,0
SG	Guanambi	23,3	15,2	19,9	4,6	7,7	28,5	0,8	100,0
IRC	Xique-Xique	22,0	21,1	15,7	15,0	3,9	21,3	1,0	100,0
NOR	Paulo Afonso	5,0	13,8	14,5	9,7	13,5	43,5	-	100,0
SG	Brumado	10,7	17,9	13,6	14,5	7,8	35,5	-	100,0
OES	Santa Maria da Vitória	29,3	8,1	16,0	12,1	3,5	31,0	-	100,0
	Total	15,0	15,9	19,2	11,2	6,2	31,4	1,2	100,0

Fonte: IBGE. Microdados de Censo Demográfico de 2000. Elaborada por COPES / SEI, 2006.

Notas: (1) Indústria extrativa, Indústria de transformação e Construção

(2) Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos

(3) Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais e Organismos internacionais

NOTAS SOBRE A OCUPAÇÃO DO MIGRANTE DOS MUNICÍPIOS BAIANOS EM 1995-2000¹

CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, DE OCUPAÇÃO E OS GRUPOS DE ATIVIDADE

Em 1995-2000, do conjunto dos dez municípios que mais receberam imigrantes na Bahia - oriundos ou não do estado-três se localizam na Região Metropolitana de Salvador (Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas), dois no Litoral Sul (Ilhéus e Itabuna), um no Extremo Sul (Porto Seguro), um no Paraguaçu (Feira de Santana), um no Oeste (Barreiras), um no Sudoeste (Vitória da Conquista) e um no Baixo Médio São Francisco (Juazeiro) (ver Tabela 1).

Tabela 1

Total de imigrantes, segundo indicadores básicos do mercado de trabalho, por Regiões Econômicas e municípios baianos selecionados, 2000

(%)

RE's	Município	PIA	PEA	Taxa de atividade	Taxa de desocupação
RMS	Salvador	116.014	73.997	63,8	21,3
PAR	Feira de Santana	29.672	17.906	60,3	20,7
ES	Porto Seguro	23.915	15.140	63,3	18,7
RMS	Lauro de Freitas	21.823	14.658	67,2	20,5
OES	Barreiras	21.658	13.180	60,9	14,3
RMS	Camaçari	19.862	12.003	60,4	22,9
SUD	Vitória da Conquista	19.839	11.799	59,5	20,1
BMSF	Juazeiro	17.576	10.234	58,2	15,9
LS	Ilhéus	16.196	9.046	55,9	21,0
LS	Itabuna	14.461	8.493	58,7	27,8

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000. Elaborada por COPES/SEI.

Notas: (1) A taxa de atividade é a razão entre o total de pessoas economicamente ativas (PEA) sobre o total de pessoas em idade ativa (PIA) e representa a proporção da PIA que está na PEA (na condição de ocupados ou de desempregados).

(2) A taxa de desemprego é calculada dividindo-se o total de desempregados pelo total da PEA e revela o percentual de pessoas da PEA que estão desempregadas.

Quando se observa a taxa de atividade² medida para esses imigrantes, observa-se que o maior valor foi apurado no município de Lauro de Freitas (67,2%). É bom que se diga que não é possível justificar esse fato recorrendo-se tão somente a elementos de natureza econômica, tendo em vista que, apenas na primeira metade dos anos 2000, Lauro de Freitas passou a figurar, efetivamente, no conjunto de municípios que mais se desenvolvem economicamente no estado da Bahia — condição que atualmente, cada vez mais, o coloca como um centro incontestável de atração de pessoas.

¹ Observa-se que, diferentemente dos demais textos presentes nesta publicação, optou-se por um recorte espacial que privilegiasse tão somente alguns municípios baianos que apresentavam maior destaque na sua dinâmica sócio-econômica.

² A taxa de atividade é a razão entre o total de pessoas economicamente ativas (PEA) sobre o total de pessoas em idade ativa (PIA) e representa a proporção da PIA que está na PEA (na condição de ocupados ou de desempregados).

Ao que parece, nos anos 1990, a argumentação mais consistente para explicar o processo migratório para o município de Lauro de Freitas pode ser construída a partir da observação de sua localização e da apropriação dessa pelo mercado imobiliário. Situado entre Salvador e Camaçari, Lauro de Freitas possuía o custo da terra, a essa altura, bem mais em conta do que aquele que prevalecia em Salvador. Isso, indiscutivelmente, quando associado ao processo de conurbação que passou a existir de maneira cada vez mais intensa entre esses municípios, acabou detonando, sobretudo para aquelas pessoas de maiores posses que residiam em Salvador — as quais aspiravam por uma melhor “qualidade de vida” —, mas também, para os grupos menos abastados financeiramente, um processo de compra ou de ocupação irregular de terrenos, o que era feito com a intenção de pouco tempo depois iniciarem a edificação das suas futuras moradias.

Outra questão, que também ajuda a entender toda essa expressividade em termos de pressão ao mercado de trabalho, esboçada pelos imigrantes de Lauro de Freitas, é o fato de que parte considerável deles possuía níveis elevados de escolaridade. Muito provavelmente, esses indivíduos pertenciam à classe média/alta que fincou residência em Lauro de Freitas, mas que não necessariamente pressionava o seu mercado de trabalho e sim os dos demais municípios que integram a RMS, sobretudo, Salvador e Camaçari.

Para além dessas particularidades inerentes ao município de Lauro de Freitas, cabe destacar que, em seis dos dez municípios mencionados anteriormente, a taxa de atividade superou o patamar de 60% e nos quatro restantes variou de 55,9%, em Ilhéus, até 59,5%, em Vitória da Conquista.

Um aspecto interessante para a discussão de questões relativas ao modo como se dá a inserção no mercado de trabalho é saber em que municípios o imigrante é mais “bem sucedido”, ou seja, verificar que municípios registraram as maiores taxas de ocupação e/ou, por conseguinte, as menores taxas de desemprego³. Ao se fazer esse exercício, constatou-se que eram os imigrantes de Barreiras os que, proporcionalmente (85,7%), mais vivenciavam a condição de ocupados. Em mais dois outros municípios (Juazeiro e Porto Seguro), os imigrantes também “experimentaram” uma realidade bastante confortável em termos de ocupação, com taxas de, respectivamente, 84,1% e 81,3%.

Nesse ponto, cabe também chamar atenção para o fato de que o município de Salvador, contrariando as expectativas mais precipitadas — posto que é o principal pólo de atração de imigrantes no estado, em virtude, entre outras coisas, de ser o centro dinâmico da economia baiana e de concentrar, dado o seu grau de urbanização, uma oferta maior de serviços públicos, bem como os oferecidos pela iniciativa privada, do que qualquer outro município — se enquadra no grupo dos três municípios com as maiores taxas de desocupação, dentre os dez que aqui estão em foco. De forma mais precisa,

³ A taxa de desemprego é calculada dividindo-se o total de desempregados pelo total da PEA e revela o percentual de pessoas da PEA que estão desempregadas.

Salvador registrou uma taxa de desocupação da ordem de 21,3%, sendo inferior apenas às medidas nos municípios de Camaçari (22,9%) e Itabuna (27,8%).

A distribuição ocupacional dos imigrantes entre os setores de atividade refletiu a especialização produtiva que coube a cada um dos municípios — e de suas respectivas regiões — na trajetória econômica da Bahia. Além disso, a distribuição setorial dos imigrantes esteve associada ao elevado grau de urbanização dos municípios selecionados, o que conferia aos Serviços e ao Comércio uma participação expressiva na ocupação.

Em Salvador, a distribuição dos ocupados esteve fortemente influenciada pela divisão do trabalho interna à RMS, que resultou de uma pequena base industrial, e da concentração de sua estrutura produtiva no setor de Comércio e nos Serviços. Além disso, a cidade se constitui em importante centro de decisão política já que abriga boa parte da estrutura pública estadual e federal. Desse modo, como se observa na Tabela 2, daqueles que chegaram a Salvador 63,7% se inseriram nos Serviços. Dentre os municípios selecionados, Salvador também apresentou a maior participação de imigrantes na Administração Pública (5,9%) e nos Serviços Domésticos (22,0%). Nesse caso, a importância dessa atividade na ocupação também representa um componente estrutural do mercado de trabalho da capital baiana.

Igualmente, a divisão produtiva interna da RMS contribuiu para explicar a estrutura setorial da ocupação em Camaçari, onde se concentrou a petroquímica, principal indústria do estado, à qual mais recentemente veio se juntar a Ford. É por isso que, conforme a Tabela 2, esse município apresentou a maior participação de imigrantes na indústria (27,7%). Cabe ressaltar que nesse setor está a indústria de construção, associada à montagem industrial e obras de instalação, que apresentou uma participação expressiva na inserção dos imigrantes (18,3%).

Os Serviços foram o destino de cerca de 48% dos imigrantes. Além dos Serviços Domésticos, as atividades de alojamento e alimentação e atividades imobiliárias se mostraram como as mais representativas.

No município de Lauro de Freitas, que tem apresentado um crescimento demográfico bastante expressivo especialmente em razão da sua proximidade com Salvador e com Camaçari, também, os Serviços despontaram como a inserção ocupacional predominante entre os imigrantes (cerca de 58,3%). A importância desse setor se deve ao perfil de renda dos seus moradores — elevado, quando comparados com os dos demais municípios da RMS — que formavam um mercado consumidor capaz de estimular a diversificação da oferta de serviços, abrindo espaço para o aumento da ocupação nessas atividades. Embora não seja um município industrial, Lauro de Freitas apresentou uma participação expressiva de imigrantes nesse setor (19,5%), em geral, pessoas que trabalhavam em Camaçari⁴ e optaram por residir em Lauro de Freitas.

⁴ Provavelmente existiam moradores desse município que trabalhavam nas cidades de Candeias e Catu, onde havia empresas de manutenção e montagem industrial, serviços relacionados à extração de petróleo e gás; produtos de metal; máquinas e equipamentos; metalurgia básica; borracha e plástico.

Tabela 2

Proporção de imigrantes ocupados por setor de atividade, segundo o município de chegada, por Regiões Econômicas e municípios baianos selecionados, 2000 (%)

RE's	Municípios	Total	Agropecuária, silvicultura e pesca	Indústria	Comércio	Serviços			Outras atividades
						Adm. pública	Doméstico	Outros	
RMS	Salvador	100,0	0,6	16,1	19,0	5,9	22,0	35,8	0,6
PAR	Feira de Santana	100,0	5,4	17,6	26,3	3,7	18,2	28,4	0,5
ES	Porto Seguro	100,0	6,6	16,0	20,2	3,3	13,3	39,8	0,7
RMS	Lauro de Freitas	100,0	0,9	19,5	20,2	4,8	17,4	36,1	1,1
OES	Barreiras	100,0	16,4	19,0	21,7	4,5	9,9	26,2	2,2
SUD	Vitória da Conquista	100,0	11,9	15,6	20,4	5,4	13,2	33,3	0,2
RMS	Camçari	100,0	4,6	27,7	16,6	3,2	18,4	26,6	3,0
BMSF	Juazeiro	100,0	31,2	13,7	22,3	2,2	6,5	22,3	1,8
LS	Ilhéus	100,0	16,2	15,2	19,9	3,3	13,6	30,5	1,3
ES	Teixeira de Freitas	100,0	13,0	18,4	25,1	5,4	9,9	28,0	0,3

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000. Elaborada por COPES/SEI.

Na estrutura ocupacional de Barreiras, o setor de Serviços também apareceu como o mais importante na ocupação dos imigrantes (40,6%). Nesse caso, as atividades estavam relacionadas, em grande parte, aos segmentos da produção de soja na região, o que significa a comercialização de máquinas e insumos diretamente usados na produção agrícola e atividades relacionadas ao transporte e à comercialização das safras. Além dos serviços auxiliares à atividade produtiva, destacam-se aqueles relacionados à expansão da urbanização desse município.

Ainda sobre Barreiras, a produção de grãos (soja, milho e arroz) foi, do mesmo modo, responsável pela expressiva participação das atividades agropecuárias na ocupação (16,4%). Cabe ressaltar que a intensividade em capital, principalmente da soja, impedia uma maior absorção de mão-de-obra nesse setor. O setor industrial absorveu 19,0% dos seus imigrantes, tendo alimentos e bebidas como o segmento de destaque nesse município - o único a receber investimentos entre 1994 e 2006, representando cerca de 41% das inversões da região⁵. As atividades industriais estão, portanto, associadas ao beneficiamento da produção de grãos da região.

Em Juazeiro, a Agropecuária respondeu pela inserção da maior proporção de imigrantes (31,2%), o que não poderia deixar de ser, na medida em que a principal atividade da região do Baixo Médio São Francisco, e desse município em particular, é a fruticultura irrigada. Apesar de ser um empreendimento intensivo em capital, a necessidade de tratamentos culturais para o plantio significa um nível de ocupação maior nas atividades agrícolas; além disso, e por conta da fragilidade desses cultivos, não é possível a utilização de má-

⁵ Dados coletados e elaborados pela CAC/SEI através dos jornais e das informações fornecidas pela Secretaria de Indústria e Comércio (SICM).

quinas em várias das etapas do seu processo de produtivo, sob pena de se comprometer o padrão exigido para as exportações. Os investimentos realizados na região, entre 1994 e 2006, reforçaram a predominância das atividades ligadas à fruticultura irrigada, na medida em que a agroindústria e o segmento de alimentos e bebidas responderam por quase 70% dessas inversões.

Em Juazeiro, os Serviços responderam por um nível de ocupação (31,0%) similar ao verificado na agropecuária. Nesse caso, as atividades mais importantes são auxiliares à produção agrícola, como transporte e armazenagem.

Em Ilhéus, os Serviços se constituíram no destino da maior proporção de imigrantes (47,4%). O estímulo ao turismo pode ser a causa da importância desse setor, uma vez que os segmentos de alimentação e alojamento e as atividades imobiliárias foram aqueles que mais se destacaram, ficando atrás apenas da participação dos Serviços Domésticos. Cabe destacar que a crise da lavoura cacaueteira, provavelmente, impediu a ocupação de uma maior proporção dos imigrantes nas atividades agropecuárias, que respondeu pela inserção de 16,2% daqueles que chegaram ao município, apesar dessa cultura ser uma grande absorvedora de mão-de-obra.

A distribuição dos imigrantes em Feira de Santana também evidencia a importância dos Serviços (50,3%), tais como transporte e armazenagem e alojamento e alimentação que servem de suporte às atividades de trocas interestaduais que ocorrem no município. Nos anos 1990, os investimentos realizados na indústria de alimentos e bebidas, de borracha e plástico e de papel e celulose devem ter aberto novas oportunidades nos serviços auxiliares à produção industrial. Dentre os municípios selecionados, Feira de Santana apresentou a maior participação das atividades comerciais na ocupação dos imigrantes, refletindo sua importância como entreposto comercial do estado.

Em Porto Seguro, o destaque dos Serviços está associado ao turismo. O segmento de alimentação e alojamento foi aquele que, dentre as atividades de serviços, mostrou-se mais relevante na ocupação dos imigrantes, com quase 19% do total. Possivelmente, o fluxo de turistas oriundos principalmente dos estados da região Sudeste, se constituiu em fator de estímulo ao comércio, que respondeu por 20,2% da inserção daqueles que chegaram ao município. Do ponto de vista da indústria, o segmento da construção era o mais representativo, o que pode ser associado à construção de edificações residenciais, comerciais e outras acessórias ao desenvolvimento turístico.

A distribuição ocupacional dos imigrantes de Vitória da Conquista demonstrou a preponderância dos Serviços (51,9%). Nesse caso, exceto os Serviços Domésticos, a participação de trabalhadores nos diversos segmentos de atividades — alojamento e alimentação; transporte e armazenagem, educação, administração pública e atividades imobiliárias — mostrou-se bastante equilibrada, resultando num mercado de trabalho diversificado. Tal característica deriva da importância dessa cidade — o terceiro município mais populoso do estado — que se constituiu em centro de serviços e comércio

para os outros municípios da região. Entende-se ser por isso que as atividades comerciais, segundo a Tabela 2, responderam pela segunda maior inserção dos imigrantes (20,4%).

CARACTERIZAÇÃO DOS EMIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, DE OCUPAÇÃO E OS GRUPOS DE ATIVIDADE

No conjunto dos dez municípios da Bahia em que se registrou o maior volume de emigrantes (considerando-se tanto os que se dirigiram para o próprio estado, como os que migraram para outras unidades da federação) em 1995-2000, dois se localizam na Região do Litoral Sul (Itabuna e Ilhéus), um na Região Metropolitana de Salvador (Salvador), um no Paraguaçu (Feira de Santana), dois no Sudoeste (Vitória da Conquista e Jequié), um no Extremo Sul (Teixeira de Freitas), um na Região de Irecê (Irecê), um no Baixo Médio São Francisco (Juazeiro) e um na Região Oeste (Barreiras).

Quando se observa a taxa de atividade medida para esses emigrantes, vê-se que os cinco maiores valores foram apurados em Jequié (64,0%), Feira de Santana (64,0%), Barreiras (63,5%), Salvador (62,8%) e Irecê (62,0%). O fato dos emigrantes desses municípios apresentarem as mais altas taxas de atividades, muito provavelmente, está vinculado à questão da escolaridade, uma vez que quase todos esses espaços dispõem de uma infra-estrutura educacional de nível superior na sua sede, ou nas redondezas, condição que lhes facilita melhor formação educacional, ampliando suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Conhecida a pressão que os emigrantes dos municípios baianos mais representativos do estado estão exercendo em outros mercados de trabalho, cabe observar agora sua condição de ocupação. Ao perseguir essa tarefa, tem-se que a busca pela inserção no mercado de trabalho e a tentativa de encontrar outras oportunidades produtivas de maiores remunerações representam alternativas muito relevantes na explicação da emigração de pessoas em idade ativa desses municípios, na medida em que as taxas de desemprego dos emigrantes são bastante elevadas, todas acima de 15% (Tabela 3).

Passando à caracterização da ocupação dos emigrantes baianos de 1995-2000, pela observação da Tabela 4, percebe-se que a ocupação na agricultura era mais comum entre os emigrantes dos municípios de Barreiras (20,0%), Juazeiro (19,7%), Teixeira de Freitas (19,5%) e Irecê (13,2%). E menos freqüente nos municípios de Salvador (5,7%), Feira de Santana (7,3%) e Jequié (8,0%). Esses resultados sugerem que a ocupação na agricultura entre os emigrantes está bastante associada à predominância dessa atividade no município de origem. Assim, os emigrantes de áreas com agricultura dinâmica apresentaram, proporcionalmente, maior participação em ocupações a ela vinculadas do que aqueles oriundos de municípios que não possuem essa característica.

Tabela 3

Total de emigrantes, segundo indicadores básicos do mercado de trabalho, por Regiões Econômicas e municípios baianos selecionados, 2000

(%)

RE's	Município	PIA	PEA	Taxa de atividade	Taxa de desocupação
RMS	Salvador	131.366	82.472	62,8	20,5
PAR	Feira de Santana	29.249	18.724	64,0	18,8
LS	Itabuna	25.212	15.367	61,0	22,2
SUD	Vitória da Conquista	20.701	12.763	61,7	18,5
LS	Ilhéus	20.223	12.495	61,8	20,9
SUD	Jequié	12.685	8.176	64,5	21,6
ES	Teixeira de Freitas	12.486	7.549	60,4	16,4
IRC	Irecê	12.060	7.474	62,0	18,8
BMSF	Juazeiro	11.924	6.965	58,4	23,2
OES	Barreiras	10.884	6.912	63,5	16,3

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000. Elaborada por COPES/ SEI.

Notas: (1) A taxa de atividade é a razão entre o total de pessoas economicamente ativas (PEA) sobre o total de pessoas em idade ativa (PIA) e representa a proporção da PIA que está na PEA (na condição de ocupados ou de desempregados).

(2) A taxa de desemprego é calculada dividindo-se o total de desempregados pelo total da PEA e revela o percentual de pessoas da PEA que estão desempregadas.

Tabela 4

Proporção de emigrantes ocupados por setor de atividade, segundo o município de origem, por Regiões Econômicas e municípios baianos selecionados, 2000

(%)

RE's	Municípios	Total	Agropecuária, silvicultura e pesca	Indústria	Comércio	Serviços			Outras Atividades
						Adm. Pública	Doméstico	Outros	
RMS	Salvador	100,0	5,7	18,2	18,2	7,3	11,0	38,0	1,7
PAR	Feira de Santana	100,0	7,3	20,6	22,4	4,4	14,6	29,7	0,9
LS	Itabuna	100,0	8,9	17,8	18,8	4,8	16,1	32,3	1,3
SUD	Vitória da Conquista	100,0	10,9	23,6	18,8	2,4	18,5	24,3	1,5
LS	Ilhéus	100,0	8,9	20,5	16,4	5,7	16,7	30,5	1,3
SUD	Jequié	100,0	8,0	19,4	21,1	3,4	17,5	28,9	1,7
ES	Teixeira de Freitas	100,0	19,5	21,1	16,2	3,0	12,5	26,1	1,6
IRC	Irecê	100,0	13,2	22,6	16,8	2,8	17,9	25,4	1,4
OES	Barreiras	100,0	20,0	16,9	18,7	4,3	11,7	26,6	1,9
BMSF	Juazeiro	100,0	19,7	19,0	18,4	5,9	10,0	24,8	2,1

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000. Elaborada por COPES/ SEI.

Em relação à Indústria, a proporção de ocupação dos emigrantes se mostrou, de acordo com o município de origem, bastante semelhante entre os municípios selecionados. O município de Vitória da Conquista apresentou a maior proporção de emigrantes ocupados no setor industrial (23,6%), a menor proporção foi registrada em Barreiras (16,9%).

Existia uma variação muito pequena entre nas proporções dos emigrantes dos municípios selecionados ocupados no comércio, podendo-se falar numa distribuição relativamente homogênea dessas proporções. A maior participação dos emigrantes nesse setor foi evidenciada em Feira de Santana (22,4%) e a menor em Teixeira de Freitas (16,2%). Porém, deve-se destacar que cinco dos dez municípios observados (Salvador, Vitória da Conquista, Itabuna, Barreiras e Juazeiro) apresentaram variação entre 18% e 19% na proporção de emigrantes ocupados no comércio .

Em relação aos serviços, a proporção de emigrantes ocupados se distribuiu de forma bastante desigual: em um extremo estavam os emigrantes de Salvador (49,0%), em outro, os emigrantes de Juazeiro (34,9%). Essas variações refletiam o grau de diversificação das qualificações demandadas pelo setor de Serviços, que ocupam pessoas tanto de baixa qualificação, como extremamente qualificadas. A mão-de-obra para atender a esse perfil de ocupação é mais facilmente encontrada nos grandes centros urbanos, onde pessoas de alta e baixa qualificação dividem o mesmo espaço geográfico. Por isso, as maiores proporções de emigrantes que se ocupavam nesse setor terem sido constituída de pessoas oriundas dos municípios com grandes centros urbanos e pequenas populações rurais. Entre os serviços, o emprego doméstico merece destaque pela grande proporção que representa entre os emigrantes, principalmente em Vitória da Conquista (18,5%).

Os maiores percentuais de emigrantes ocupados com a administração pública tiveram origem nos municípios de Salvador (7,3%), Juazeiro (5,9%) e Ilhéus (5,7%). As menores proporções, por sua vez, localizaram-se em Vitória da Conquista (2,4%) e Irecê (2,8%).

PARTE II

SALDO MIGRATÓRIO DAS REGIÕES ECONÔMICAS E MUNICÍPIOS BAIANOS



BREVES COMENTÁRIOS SOBRE OS SALDOS MIGRATÓRIOS DAS REGIÕES ECONÔMICAS DA BAHIA

Patricia Chame Dias*
Mayara Mychella Sena Araujo**

Ultrapassando os 564km², a Bahia, em 2000, contava com uma população superior a 13 milhões de pessoas, que se concentravam basicamente na zona litorânea, especialmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Essa situação reflete o seu histórico de ocupação e de distribuição das atividades econômicas; bem como está associado ao desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação e às especificidades do processo de expansão do capitalismo nacional¹. Do mesmo modo, a Bahia — o maior conjunto demográfico do Nordeste e o quarto maior do país (superado apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) — apresentava, há muito, uma tendência de perdas migratórias, com grande deslocamento de pessoas rumo ao Sudeste, sobretudo, para São Paulo.

Tal situação foi evidenciada já nos anos 1930, quando o Estado brasileiro deixou de ser, predominantemente, uma expressão de interesses oligárquicos rurais para aliar-se aos “ideais” da burguesia industrial. Em outros termos, no plano político, as necessidades das elites urbanas se impuseram às das rurais, ligadas ao modelo primário-exportador. Desse modo, estabeleceu-se um novo modelo econômico, baseado na industrialização, o que repercutiu numa nova ordem territorial em que os estados do Sudeste, que mais celeremente avançavam no processo de industrialização - assumiram maior importância política e econômica frente às demais unidades da Federação. Nesse contexto, em São Paulo encontrava-se um mercado de trabalho em franca expansão e, ao mesmo tempo, os estados nordestinos, em especial a Bahia, observavam diminuição da oferta de empregos, uma vez que suas atividades tradicionais eram ligadas à produção de bens primários.

Nessa perspectiva, não é de se estranhar que, com a política de restrição de entrada de estrangeiros no país e frente às necessidades decorrentes do crescimento da lavoura de algodão, na década de 1930, houvesse “ansiosa procura de mão-de-obra” tanto por fazendeiros como por industriais de São Paulo nas áreas onde ela se encontrava disponível em maior abundância, no Centro e no Nordeste do país (CALMON, 1998).

Nas décadas de 1940 e 1950, quando a Bahia ainda mantinha a economia essencialmente vinculada ao modelo primário-exportador — e vivia um período de estagnação, especialmente, no que se refere àquelas que tinham sido suas principais atividades, cana-açúcar e fumo, praticadas no entorno de Salvador —, no Sudeste ocorria expansão do capitalismo industrial. Os excedentes demográficos do Recôncavo e dos sertões,

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Trabalha na SEI. patriciadias@sei.ba.gov.br.

** Urbanista, mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Trabalha na SEI. mayara@sei.ba.gov.br.

¹ Diferentes autores já discutiram os impactos desse processo na Bahia, a exemplo de Oliveira (1987).

então, submetidos às constantes secas, vivendo num contexto em que se combinavam grande concentração de terras e ausência de alternativas em localidades mais próximas, se dirigiram para o Sudeste. Nesses termos, a migração não era mais do que uma estratégia de sobrevivência.

Oliveira (1987) considerou que o Nordeste e a Bahia, particularmente, “funcionaram” como um verdadeiro reservatório de mão-de-obra que alimentaram a expansão industrial paulista. Contribuíram para que esse fluxo e essa direção se consolidassem, os aliados, o Governo paulista e o Governo Federal. Estes dois, até 1940, ao arcarem com o custo da passagem dos emigrantes, “investiram” diretamente na atração de mão-de-obra. Tal situação se fez desnecessária ao longo do tempo, uma vez que, permanecendo as condições estruturais de desigualdade regional, a emigração nordestina tomou um impulso próprio. Vale acrescentar que “a Segunda Guerra provocou uma aceleração da atividade industrial, promovendo a modernização do processo produtivo e das relações de trabalho, aumentou o emprego e alimentou a imigração para as cidades” (MARTINE, 1995, p. 62). Como pontuado por Martine (1995), dentre outros autores, entre 1950 e 1965, o Estado interveio fortemente na economia, ao investir na industrialização por substituição das importações, tendo como lócus principal a região de São Paulo. Com isso, ocorreu o agravamento da situação que exacerbou as desigualdades regionais, favorecendo a tendência de concentração de capitais, infra-estrutura e, sobretudo, de poder, num ponto do território nacional. Acrescente-se que, conforme Carvalho e Souza (1980), com o avanço da industrialização no Centro-Sul, o Nordeste e a Bahia redefiniram sua posição na divisão inter-regional do trabalho, assumindo a especialização na produção de matérias primas, especialmente agrícolas. Isso resultou na criação de vínculos de dependência desse estado com o Centro-Sul, para onde migravam os excedentes econômicos da Bahia. Ou seja, não eram os capitais reinvestidos na dinamização da economia baiana.

Fundamentalmente, a emigração nordestina foi em grande medida facilitada pela implantação de estradas, como a Rio-Bahia (BR-116), e pela ferrovia Norte-Sul, que funcionaram como “[...] tubos colocados entre vasos comunicantes, ou como veículos de um processo de contrastes [...]” (CALMON, 1998, p. 98). Almeida (2006) acrescentou que a BR-116 foi a primeira rodovia de longo percurso do Brasil, além de ser a primeira de integração nacional terrestre. Sua implantação possibilitou a conexão entre a economia nordestina e o centro industrial do país, o que também “[...] permitiu a transferência massiva de mão-de-obra excedente da Bahia para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro” (ALMEIDA, 2006, p. 21). Desse modo, a ampliação e melhoria das vias e meios de circulação, associada à concentração econômica, impulsionaram o deslocamento de pessoas que não vislumbravam encontrar prosperidade no seu local de origem.

Sobre os processos econômicos ocorridos na Bahia e que auxiliaram no direcionamento dos fluxos migratórios internos, destaca-se que, nos anos 1930, com o declínio da importância e da capacidade de absorção de trabalhadores da indústria canavieira, e a ampliação da lavoura cacaueteira no sul da Bahia, parte da mão-de-obra disponível no Recôncavo e no sertão para lá se direcionou. Santos (1958) assinalou que, então, a zona cacaueteira se constituía num verdadeiro receptáculo de migrantes e a capital, com isso, foi “[...] aliviada da presença desses excedentes agrícolas, economicamente marginais” (SANTOS, 1958, p. 44).

Mesmo no período da estagnação econômica, entre os anos 1930 e 1940, aproximadamente, Salvador permaneceu, como afirma Santos, na condição de principal cidade baiana - centro financeiro do estado e o seu porto (apesar de ser tão pujante como outrora²) ainda revelava significativo papel na dinâmica estadual, articulando a Bahia com outras partes do país e com o exterior. Ao mesmo tempo, a cidade vinha reforçando seu caráter comercial e prestador de serviços, atendendo à demanda de diferentes pontos do estado. Sendo assim, em que pese a conjuntura interna e nacional, Salvador era a mais dinâmica cidade da Bahia, contando com o maior mercado de trabalho urbano do estado “[...] quer para assalariados, nos setores privados e público, quer para autônomos; além de oferecer maiores possibilidades de realização de atividades produtivas organizadas enquanto produção simples de mercadorias” (SEI, 1999, p. 17).

Contudo, tal como Souza (1980) observou, a dinâmica populacional da capital baiana refletia a estagnação econômica, crescendo a taxas que indicavam emigração líquida. De acordo com a autora, ainda que recebesse migrantes originários sobretudo do Recôncavo, esse fluxo era inferior ao daqueles que deixaram a cidade tendo como destino provável o Centro-Sul brasileiro.

De todo modo, quando ocorreu a estabilização da cultura cacaueteira e o sul baiano perdeu seu papel de atração migratória³, não é estranho que os excedentes de mão-de-obra agrícola tenham privilegiado como destino Salvador, “[...] que é a única cidade capaz de absorver, ante mal do que bem, esses excedentes” (SANTOS, 1958, p. 46). Já entre 1940 e 1950, a capital baiana observou uma intensa imigração, o que correspondeu a mais que 71% do seu crescimento demográfico (SOUZA, 1980).

Alguns fatores teriam colaborado para que ocorressem melhorias nas condições econômicas da Bahia e, em especial, de Salvador. Três situações foram fundamentais para que tal ocorresse: o aumento das exportações de produtos agrícolas baianos; a ampliação da demanda do Centro-Sul por produtos do estado; e a expansão das atividades estatais que geraram aumento das possibilidades de emprego para os segmentos sociais médio e alto (SOUZA, 1980). Com isso, ocorreu o aumento da ocupação, da renda e do consumo.

Nos anos 1950, com a descoberta da primeira jazida petrolífera do país e a instalação de postos de perfuração da Petrobras no entorno da capital, a Bahia reassumiu uma posição estratégica no cenário nacional, o que avançou nas décadas seguintes por conta da sua inserção no processo de industrialização nacional. Tal situação se associou à já mencionada implantação da rodovia Rio-Bahia, que integrou Salvador ao Centro-Sul de forma mais rápida e eficiente, e à política de incentivos fiscais voltada à industrialização do Nordeste patrocinada pelo Governo Federal, via Sudene. Essas políticas resultaram na implantação, em municípios próximos à capital baiana, do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), nos anos 1960 e 1970, respectivamente. Com a redefinição dos rumos da economia

² Ver Santos (1958).

³ Para entender os aspectos “atrativos” ou de “expulsores” que uma determinada área possui, é preciso considerar que o espaço é uma totalidade; assim sendo, um local se apresenta como melhor ou pior em relação a outro. O indivíduo compara as condições do local em que reside e suas necessidades com as condições que teria em outro e as possibilidades que teria de satisfazê-las nesse outro lugar. Uma discussão mais detalhada do que seriam os aspectos “atrativos” ou “expulsores” se encontra no texto de Dias que consta nesta publicação.

estadual, que deixou de se basear na agricultura, estabeleceu-se uma nova distribuição das estruturas e processos de produção no estado, repercutindo no re-direcionamento de parte dos fluxos migratórios internos e da própria metrópole.

Fundamentalmente, antes do início da industrialização e da instalação da Petrobras, os migrantes baianos que permaneceram no estado, apresentavam Salvador como principal destino — o que pode ser mais associado aos aspectos “expulsores” das áreas rurais do que aos “atrativos” da capital (SOUZA, 1980). Quando a industrialização se firmou como meta política, sobretudo quando o COPEC foi instalado, essa cidade e seus municípios contíguos passaram a receber também migrantes de outras unidades da Federação, especialmente do Nordeste, mas, também do Sudeste.

No final dos anos 1970, o complexo petroquímico baiano foi inaugurado, imprimindo um novo impulso à economia estadual evidenciada já na década seguinte. Nesse contexto, a metrópole soteropolitana fortaleceu-se como centro de convergência dos fluxos migratórios internos e externos, ainda que estes em escala bem menor. Em decorrência, registrou ampliação de sua população e urbanização e foi alterada a sua estrutura socioeconômica e funcional. Acrescente-se que a mudança do perfil produtivo da RMS modificou a dinâmica econômica de Salvador e do seu *hinterland* imediato e gerou o crescimento do PIB estadual em taxas acima das verificadas no Nordeste e no Brasil entre meados dos anos 1970 e 1980. Contudo, essa nova indústria não gerou grande número de empregos diretos. Os postos de trabalho criados com esses novos processos foram mais significativos na construção civil e no setor de serviços.

Outros processos evidenciados noutras porções da Bahia repercutiram nos destinos dos fluxos migratórios.

Ainda nos anos 1970, também em decorrência de intervenções do Estado (responsável pela instalação da maior parte da infra-estrutura de captação e distribuição de água), no norte da Bahia foram implantados grandes projetos de irrigação voltados à agroindústria em Juazeiro (município baiano)/Petrolina (em Pernambuco) (BACELAR, 1995). É válido salientar que esse processo envolveu a instalação da Barragem de Sobradinho, que ocasionou a inundação de cidades, e com isso, a relocação de população — pelo menos 12.000 famílias foram cadastradas e deslocadas —, parte da qual foi transferida para o que viria a ser o município de Serra do Ramalho, no Médio São Francisco. Acrescente-se que:

o movimento observado nas zonas rurais dos municípios que sofreram processo de relocação foi o de liberação de um grande contingente de pessoas, pela perda da possibilidade de manter suas atividades produtivas. O número de postos de trabalho que surgiram em consequência da construção de Sobradinho, direta ou indiretamente, se mostrou insuficiente para incorporar todos aqueles indivíduos que não tinham mais como trabalhar nos moldes a que estavam acostumados (SEI, 2000a, p. 26).

Em verdade, é possível falar que, por um lado, houve a “expulsão” dos antigos moradores que viviam e sobreviviam do São Francisco, seja da pesca ou da agricultura, por outro, atraiu, inicialmente, trabalhadores da construção civil, mas também pessoas para trabalhar nas áreas de agricultura irrigada, nos modernos empreendimentos que lá foram instalados, e para atuar nas atividades e serviços urbanos que lhe davam suporte.

Além de Juazeiro, outros municípios do semi-árido observaram intervenções públicas que tiveram como meta a interiorização da atividade industrial e do ordenamento das cidades médias com “vocalização” industrial. Buscava-se com isso, “[...] proceder a uma homogeneização no uso dos solos urbanos e, por isso mesmo, promover uma desconcentração industrial, com respeito à Região Metropolitana de Salvador, aprofundando as relações intersetoriais emergentes no interior baiano” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1995, p. 76). Trata-se do Programa de Distritos Industriais do Interior, implementado em 1971 pelo Governo do Estado da Bahia, que abrangeu os municípios de Vitória da Conquista, Jequié — que integram essa região —, além de Alagoinhas, Ilhéus e Porto Seguro. Esses municípios, que já contavam com porte demográfico expressivo para o contexto estadual (o que foi um dos critérios adotados para selecioná-los), efetivamente atraíram migrantes, contudo, dentro de uma escala mais restrita em termos de volume e área de influência. A agricultura e a pecuária praticadas em moldes tradicionais e de baixa rentabilidade, portanto, mantiveram-se como as atividades principais dessa região.

Dentro da política de expansão das fronteiras e de ocupação territorial desenvolvida pelo Governo Federal, no Centro-Oeste do país foram instaladas áreas de moderna agricultura de grãos, com destaque para a soja, destinada principalmente ao atendimento da demanda externa. A porção baiana envolvida nesse projeto, que, até então, era pouco ocupada e muito mais ligada a Minas Gerais e Brasília do que a Salvador, assumiu um papel relevante na economia estadual: o oeste, em particular o município de Barreiras.

Cabe destacar que o processo de ocupação desse território foi marcado pela especulação e por crescente concentração fundiária e foi liderado por agricultores oriundos, predominantemente do Sul e Sudeste do país, que já conheciam técnicas modernas de produção agrícola e possuíam terras em seus estados de origem. Em termos mais gerais, pode-se dizer que os imigrantes do próprio estado não se inseriram tão bem quanto os de outros estados nos processos que estavam sendo desenvolvidos. É reconhecido que o adensamento da Região Oeste se fez com forte presença de migrantes do Sul do país:

nos primeiros anos da década de 80, cerca de 1.000 famílias sulistas já tinham adquirido propriedades rurais nos cerrados de Barreiras, São Desidério e Baianópolis, sendo que grande parte dessas famílias fixou residência na cidade de Barreiras, que apresentava uma melhor infra-estrutura (SEI, 2000b, p. 30).

Os estudos e os dados comprovam que os migrantes de dentro e de fora da Bahia contribuíram para a expansão da população do Oeste, ainda que num volume bastante inferior ao verificado na RMS.

Mais recentemente, nos anos 1990, a implantação de indústrias de papel e celulose no sul da Bahia, associada à expansão dos empreendimentos turísticos — em boa medida estimulado e financiado pelo governo baiano —, resultou na atração de migrantes para os municípios mais diretamente envolvidos nesses processos, o que provocou uma re-arrumação da população dessa região. Destaca-se, como consequência desses processos, o acelerado crescimento demográfico ocorrido em Santa Cruz Cabrália, Porto

Seguro (associado, sobretudo, pela expectativa de ocupação em atividades vinculadas às demandas do desenvolvimento dos projetos turísticos), Teixeira de Freitas (maior centro urbano da região, que atende às necessidades dos municípios próximos), e Murici (onde se instalou uma indústria de produção de papel e celulose).

Ainda que se tenha apresentado de forma pontual algumas das principais mudanças econômicas ocorridas na Bahia, que repercutiram em deslocamentos populacionais no final do século XX, é possível identificar que, dada sua dimensão física, a diversidade dos processos de ocupação e de distribuição das atividades produtivas, não é simples compreender adequadamente as migrações ocorridas no e do estado tratando-o, apenas, como uma totalidade. Nesse sentido, o propósito deste texto é realizar uma apresentação da migração interestadual e intra-estadual da Bahia a partir de sua divisão em Regiões Econômicas. Essa regionalização, proposta pela Secretaria de Planejamento e utilizada em diversos trabalhos — inclusive sobre dinâmica demográfica —, “divide” o estado em 15 Regiões agrupando municípios com características socioeconômicas relativamente semelhantes.

Essas Regiões agregam um número bastante distinto de municípios cada uma, de oito a 53, e do mesmo modo, têm importância diferenciada na composição do conjunto baiano no que se refere ao tamanho da área e da população (Quadro 1). Apresentam, igualmente, diferenças no que tange ao desenvolvimento de atividades econômicas e importância na composição do PIB da Bahia.

Trabalhando-se com o Censo Demográfico de 2000 e considerando os dados de migração de data fixa (1995-2000)⁴ extraídos dessa pesquisa, neste texto comparou-se o volume de imigrantes, emigrantes e o saldo migratório⁵ das Regiões Econômicas em 1995-2000 sempre em termos interestaduais (migração realizada entre dois ou mais estados da Federação), intra-estaduais (migração realizada entre dois ou mais municípios de um mesmo estado) e total (agregação dos dados de migração interestaduais e intra-estaduais).

Partindo-se das concepções de que a migração seja, sobretudo, uma busca por melhores condições de vida e que estas são determinadas, principalmente, pela inserção no mundo do trabalho e que, historicamente, na Bahia as migrações tenham como causa primeira as precárias condições de vida e falta de expectativas existentes especialmente nas áreas semi-áridas, procurou-se verificar se na Bahia, em 1995-2000, essa situação se reproduzia. Em outros termos, se seriam as regiões semi-áridas aquelas que mais expulsaram população no período estudado.

Para tanto, analisou-se também os dados de migração das Regiões Econômicas agregadas em Grandes Áreas: Litoral, Semi-Árido e Cerrado, tal como definida por Lopes e Dias (2001; 2003). As autoras, a partir da delimitação oficial do semi-árido elaborada pela Sudene, para efeito analítico, agruparam na Grande Área Litoral as Regiões Me-

⁴ Como já dito na metodologia que consta desta publicação, consideraram-se as respostas às perguntas: “em que município residia em 31 de julho de 1995?” e “em que unidade da Federação ou país estrangeiro residia em 31 de julho de 1995?”. Tais questões estão presentes no questionário da amostra, ou seja, não foram respondidas pela totalidade da população recenseada.

⁵ O saldo migratório é o resultado da diferença entre totais de emigrantes (pessoas que deixaram de residir em determinada unidade geográfica) e de imigrantes (pessoas que passaram a residir numa determinada unidade geográfica).

tropolitana de Salvador, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul; no Semi-Árido, as Regiões Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco; e no Cerrado, apenas a Região Econômica Oeste (Quadro 1).

Quadro 1						
Comparativo das Regiões Econômicas e Grandes Áreas da Bahia, 2000						
Grande Área/ Região Econômica	Área		População		Número de municípios integrantes	Municípios com mais de 50 mil hab. (ordem decrescente)
	Km ²	%	Abs.	%		
Litoral						
1. RMS	2.339	0,4	3.021.572	23,1	10	Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias
2. Litoral Norte	10.662	1,9	684.550	5,2	20	Alagoinhas
3. Recôncavo Sul	25.218	4,5	1.360.539	10,4	33	Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Cruz das Almas
4. Litoral Sul	12.174	2,2	530.898	4,1	53	Ilhéus, Itabuna, Valença
5. Extremo Sul	34.129	6,0	1.250.163	9,6	21	Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Eunápolis, Itamaraju
Total	84.522	15,0	6.847.722	52,4	137	
Semi-árido						
6. Nordeste	42.389	7,5	1.135.362	8,7	46	Paulo Afonso, Serrinha, Conceição do Coité, Monte Santo, Euclides da Cunha
7. Paraguaçu	30.648	5,4	664.850	5,1	42	Feira de Santana, Ipirá, Itaberaba
8. Sudoeste	56.022	9,9	1.176.201	9,0	39	Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga
9. Baixo Médio São Francisco	32.248	5,7	565.037	4,3	8	Juazeiro, Casa Nova
10. Piemonte da Diamantina	33.661	6,0	568.708	4,4	23	Jacobina, Senhor do Bonfim, Campo Formoso
11. Irecê	26.051	4,6	372.994	2,9	19	Irecê
12. Chapada Diamantina	41.751	7,4	507.414	3,9	33	-
13. Serra Geral	55.559	9,8	407.501	3,1	29	Guanambi, Brumado
14. Médio São Francisco	46.970	8,3	337.507	2,6	16	Bom Jesus da Lapa
Total	365.299	64,7	5.735.574	43,9	255	
Cerrado						
15. Oeste	114.437	20,3	486.954	3,7	23	Barreiras
Total	114.437	20,3	486.954	3,7	23	
Bahia	564.258	100,0	13.070.250	100,0	415	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000; <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

SALDO MIGRATÓRIO INTERESTADUAL

A Bahia apresentou saldo migratório interestadual negativo em 1995-2000: no balanço entre imigrantes e emigrantes, registrou uma perda de 264.811 pessoas. Mais especificamente, o estado recebeu 253.234 indivíduos de outras unidades da Federação

e, no mesmo período, 518.045 baianos se dirigiram para outras partes do país. Analisando-se os dados de *imigração interestadual* apresentados pelas Regiões Econômicas evidencia-se que o maior número de migrantes se dirigiu para a Região Metropolitana de Salvador (RMS): 46.511 ou 18,4% do total (Tabela 1). Também foi significativo o volume dos que chegaram ao Extremo Sul (32.194 ou 12,7% do total) e ao Nordeste (27.123 que representavam 10,7% do total). Em outros termos, essas três regiões receberam quase 42% dos imigrantes baianos em 1995-2000.

Tabela 1
Imigrantes, emigrantes com 5 anos e mais e saldo migratório interestadual segundo Região Econômica, Bahia, 1995-2000

RE's	Imigrantes interestaduais		Emigrantes interestaduais		Saldo migratório
	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	46.511	18,4	61.402	11,9	-14.891
Litoral Norte	6.907	2,7	11.231	2,2	-4.324
Recôncavo Sul	4.997	2,0	14.618	2,8	-9.621
Litoral Sul	19.686	7,8	73.883	14,3	-54.197
Extremo Sul	32.194	12,7	42.018	8,1	-9.824
Nordeste	27.123	10,7	41.812	8,1	-14.689
Paraguaçu	13.736	5,4	36.693	7,1	-22.957
Sudoeste	24.366	9,6	48.181	9,3	-23.815
Baixo Médio São Francisco	17.768	7,0	20.987	4,1	-3.219
Piemonte da Diamantina	11.746	4,6	22.753	4,4	-11.007
Irecê	8.654	3,4	19.067	3,7	-10.413
Chapada Diamantina	7.151	2,8	18.927	3,7	-11.776
Serra Geral	10.083	4,0	25.913	5,0	-15.830
Médio São Francisco	6.669	2,6	18.443	3,6	-11.774
Oeste	15.643	6,2	31.775	6,1	-16.132
S/ declaração do município	—	—	30.342	5,9	—
Total	253.234	100,0	518.045	100,0	-264.811

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Nota: Inclui-se os imigrantes que não declararam unidade da Federação de origem.

É interessante notar que, nos anos 1990, a RMS e o Extremo Sul se constituíram em áreas onde ocorreu dinamização da economia, com a implantação de indústrias, com o fomento ao turismo e com a instalação de uma série de estruturas necessárias a esses processos. No Extremo Sul, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Santa Cruz Cabrália foram os municípios que absorveram o maior volume de imigrantes, embora somados representassem menos que 50% do total dessa região. Quanto à RMS, deve-se destacar que aproximadamente 36 mil dos seus 46,5 mil imigrantes fixaram residência na capital (aproximadamente 77% desse conjunto)⁶. Sendo assim, tal como os dados revelam, a maioria dos imigrantes da Bahia estabeleceu-se em Salvador, que recebeu um volume de novos moradores superior ao total registrado em todas as demais Regiões Econômicas baianas.

Já o Nordeste, ainda que conte com a presença de Paulo Afonso (município da região que registrou o maior número de imigrantes: 7.114 pessoas) e de todo um conjunto de atividades

⁶ O volume de migrantes dos municípios pode ser encontrado no texto de Pinho que consta desta publicação.

relacionadas à Usina Hidrelétrica lá instalada, é uma região situada no semi-árido, onde prevalecem atividades associadas à agricultura familiar praticada em moldes tradicionais.

O Sudoeste foi a quarta região de destino na preferência daqueles vindos de outros estados brasileiros: 24.366 pessoas, que representavam 9,6% dos imigrantes baianos em 1995-2000. Metade desses imigrantes dirigiu-se a três dos seus 34 municípios: Vitória da Conquista, Jequié e Poções.

Conforme a Tabela 1 evidencia, nessas quatro regiões o número de imigrantes foi superior a 20 mil pessoas. Em seis, os valores oscilaram entre 10 mil e menos de 20 mil imigrantes e em cinco, menos que 10 mil dos moradores recenseados em 2000 moravam em outros estados em 1995.

Dentre as Regiões Econômicas que receberam menos de 20 mil imigrantes interestaduais, estavam o Baixo Médio São Francisco e o Oeste que, juntas, absorveram 13,2% do total do estado. Essas regiões se destacavam pela agricultura moderna, concentrada nos municípios de Juazeiro — no Baixo Médio, e de Barreiras — no Oeste. O Paraguaçu, que conta com Feira de Santana — o segundo município de maior porte demográfico da Bahia e que apresenta intensa articulação com a RMS, onde se encontram as BR-101, BR-116 e BR-324 —, do mesmo modo, recebeu um volume relativamente restrito de migrantes (13.436; 5,4% do total estadual).

Sobre as regiões que receberam menos de 10 mil migrantes — Chapada Diamantina, Litoral Norte, Médio São Francisco e Recôncavo Sul —, juntas, representaram menos que 14% do total de pessoas oriundas de outras unidades da federação e que fixaram residência na Bahia entre 1995-2000.

Quando se observa o volume dos *emigrantes interestaduais* da Bahia, nota-se que, em 1995-2000, totalizaram 518.045 indivíduos (Tabela 1). As duas regiões com os mais elevados contingentes de emigrantes foram o Litoral Sul e a RMS, aproximadamente 74 mil emigrantes e 61.402 emigrantes, respectivamente. Três regiões (Sudoeste, Extremo Sul e Nordeste) registraram contingente de emigrantes interestaduais superiores a 40 mil pessoas (48.181, 42.018 e 41.812 indivíduos, respectivamente). Dessas cinco regiões partiram 52% dos emigrantes da Bahia em 1995-2000.

Nota-se, portanto, que as Regiões Econômicas que figuraram como as de maior volume de imigrantes, contribuindo firmemente para o montante total, também revelaram significativas perdas migratórias para outros estados brasileiros. Destaque-se a RMS e o Extremo Sul, onde os elevados investimentos na dinamização da economia e a ampliação da infraestrutura poderiam levar a supor que houvesse maior retenção de população.

Com relação à Região Econômica Nordeste, a saída de moradores com destino a outros estados pode ser associada ao fato de que a maioria dos seus municípios era de pequeno porte demográfico, apresentava reduzida dinâmica econômica, além de estar inserida no semi-árido, onde as oportunidades de ocupação, a infra-estrutura e a possibilidade de inserção ativa nas principais dinâmicas socioeconômicas da Bahia eram reduzidas.

No Paraguaçu, Oeste, Serra Geral, Piemonte da Diamantina e no Baixo Médio São Francisco, o número dos que migraram com destino a outros estados variou entre 20 mil e 37 mil indivíduos. Analisadas em conjunto, tais regiões responderam por 27% dos emigrantes baianos.

As Regiões Econômicas que observaram as menores perdas de moradores para outras unidades da Federação foram Irecê, Chapada Diamantina, Médio São Francisco, Recôncavo Sul e Litoral Norte — todas registraram menos que 20 mil emigrantes.

Da diferença entre os volumes de imigrantes e de emigrantes, concordando com a tendência evidenciada para o conjunto estadual, todas as regiões registraram *saldo migratório interestadual* negativo. As perdas mais acentuadas ocorreram no Litoral Sul (-54.197 migrantes), onde o número de emigrantes correspondeu a quase o triplo das pessoas que chegaram a essa região. É válido acrescentar que os principais fluxos de migrantes do Litoral Sul tiveram como origem e destino a Região Sudeste: 80% dos 19.686 que lá chegaram e 90% dos 73.883 que de lá partiram (Tabelas 2 e 3).

Sudoeste e Paraguaçu registraram saldo bastante semelhante, com perdas migratórias em torno de 23 mil pessoas. Do mesmo que no Litoral Sul, a origem de mais de 60% dos imigrantes dessas duas Regiões Econômicas foi o Sudeste brasileiro e foi para essa região que 78% dos seus emigrantes se dirigiram.

Na maior parte das Regiões Econômicas (em oito delas), o saldo migratório oscilou entre -10 mil e -16 mil pessoas.

No Oeste e na Serra Geral, as perdas migratórias ficaram em torno das 16 mil pessoas. No entanto, enquanto nessa última as trocas migratórias se realizaram prioritariamente com o Sudeste (92% dos imigrantes e dos emigrantes eram dessa Região), o Oeste diferindo de todas as demais regiões Econômicas, teve como principal ponto de partida dos seus imigrantes o Centro-Oeste (36,4% do total, enquanto do Sudeste originaram-se 19,5% deles). Igualmente, 75,2% dos emigrantes do Oeste baiano se dirigiram para a Grande Região Centro-Oeste (Tabelas 2 e 3).

Tal situação, como dito anteriormente, remonta à história de ocupação e de desenvolvimento econômico dessa região da Bahia, fortemente associada à política de expansão das fronteiras agrícolas direcionada ao centro do país, que contemplou parte da Bahia, Mato Grosso e Goiás. No Oeste baiano, assim como em vários municípios do Centro-Oeste, predominava o cultivo de grãos e uma série de atividades vinculadas a essa cultura. Em outros termos, além da proximidade física, a semelhança de perfil econômico pode estar se constituindo numa motivação para os deslocamentos populacionais entre essas áreas.

Na RMS, Nordeste, Chapada Diamantina, Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina e Irecê o saldo migratório interestadual oscilou entre -10 mil e -14 mil migrantes, aproximadamente. Os maiores conjuntos de migrantes dessas regiões, repetindo a tendência predominante na Bahia, eram oriundos ou se dirigiram ao Sudeste.

O Extremo Sul e o Recôncavo Sul registraram saldo migratório interestadual pouco inferior a -10 mil migrantes e também realizaram trocas populacionais predominantemente com o Sudeste.

Com menores perdas migratórias em 1995-2000, encontrou-se o Litoral Norte e o Baixo Médio São Francisco (-4.324 e -3.219 migrantes, respectivamente). Essas regiões, a exemplo do Oeste, não seguiram a tendência mais geral de terem como foco o Sudeste do país. No Litoral Norte, 70% dos seus emigrantes tinham como destino o Sudeste, seguindo a tendência da maior parte das regiões. Porém, uma parcela signi-

ficativa dos imigrantes teve como origem a Grande Região Nordeste — 44% do total, enquanto que do Sudeste vieram 49% dos migrantes.

Já no Baixo Médio, 70% dos imigrantes foram oriundos do Nordeste brasileiro. Seus emigrantes se distribuíram de forma bastante semelhante entre o Nordeste e o Sudeste (41% do total para cada uma delas).

A respeito das trocas dessa Região Econômica, com as Regiões brasileiras, o peso da Grande Região Nordeste pode ser associado, além da proximidade física, as históricas relações de complementaridade funcional entre Juazeiro (na Bahia) e Petrolina (em Pernambuco). Ademais, em Juazeiro desenvolvem-se atividades de agricultura irrigada voltada à exportação, o que pode ter contribuído para atrair pessoas de Pernambuco em função da possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

O Cartograma 1 evidencia que as regiões que receberam significativos volumes de migrantes do Nordeste do país foram as que apresentaram as menores perdas migratórias para outros estados. Do mesmo modo, aquelas mais articuladas ao Sudeste (via BR-116 e BR-101), foram as que registraram os saldos migratórios interestaduais mais baixos.

Tabela 2
Imigrantes interestaduais de 5 anos e mais, por Grandes Regiões de origem, segundo as Regiões Econômicas, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's	Grandes Regiões						Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil sem especificação	
RMS	3,9	34,4	49,2	6,3	4,9	1,4	46.511
Litoral Norte	1,1	44,0	49,1	2,7	1,5	1,7	6.909
Recôncavo Sul	2,0	20,2	71,3	2,9	1,8	1,9	4.997
Litoral Sul	3,9	10,3	79,1	1,7	4,3	0,8	19.689
Extremo Sul	3,7	5,5	84,7	2,1	3,3	0,7	32.195
Nordeste	0,9	42,8	52,9	0,7	1,8	1,0	27.124
Paraguaçu	2,2	24,7	65,2	2,3	4,5	1,2	13.733
Sudoeste	0,6	7,9	85,9	2,4	2,3	0,8	24.367
Baixo Médio São Francisco	1,4	70,1	23,2	0,7	3,5	1,1	17.768
Piemonte da Diamantina	1,6	20,3	62,1	1,2	13,4	1,5	11.745
Irecê	2,4	21,2	57,2	1,2	15,6	2,5	8.653
Chapada Diamantina	0,5	7,1	83,0	1,5	6,9	1,0	7.149
Serra Geral	0,5	3,4	92,1	1,1	2,7	0,2	10.085
Médio São Francisco	1,5	15,0	56,7	1,5	24,4	0,9	6.669
Oeste	8,2	17,5	19,5	17,9	36,4	0,6	15.642
Total	2,7	24,5	61,3	3,5	7,0	1,1	253.236

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Nota: Inclui-se os imigrantes que não declararam unidade da Federação de origem.

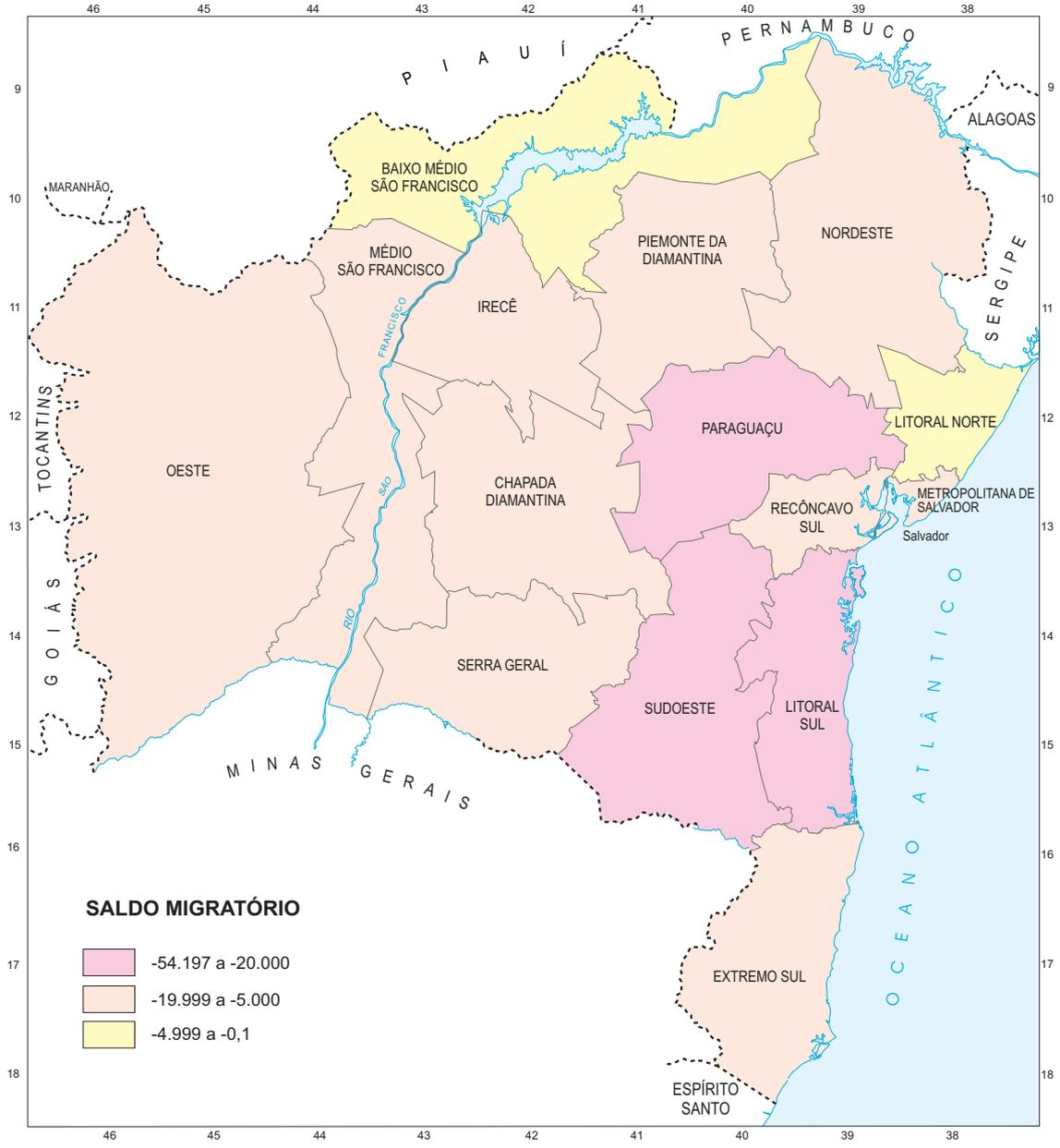
Tabela 3
Emigrantes interestaduais de 5 anos e mais, por Grandes Regiões de origem, segundo as Regiões Econômicas, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's	Grandes Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
RMS	2,6	23,4	62,8	4,1	7,1	61.402
Litoral Norte	0,5	24,1	70,4	2,6	2,5	11.230
Recôncavo Sul	3,1	22,6	62,7	4,4	7,2	14.615
Litoral Sul	2,1	3,4	90,0	0,8	3,7	73.886
Extremo Sul	4,0	2,3	89,6	1,7	2,5	42.017
Nordeste	1,5	24,3	68,9	1,5	3,8	41.810
Paraguaçu	2,1	11,9	78,0	1,2	6,7	36.695
Sudoeste	1,4	4,6	88,7	1,0	4,3	48.181
Baixo Médio São Francisco	1,0	41,9	40,8	1,4	14,7	20.986
Piemonte da Diamantina	1,7	11,3	74,3	1,0	11,6	22.752
Irecê	1,7	12,0	60,1	0,5	25,7	19.066
Chapada Diamantina	1,5	3,3	86,8	1,6	6,7	18.924
Serra Geral	0,7	1,0	92,0	1,3	5,0	25.913
Médio São Francisco	2,1	2,2	57,1	1,7	36,9	18.443
Oeste	2,9	5,1	14,3	2,5	75,2	31.774
Subtotal	2,1	11,7	72,2	1,8	12,2	487.694
Sem declaração	3,2	6,5	74,8	1,7	13,8	30.342
Total	2,1	11,4	72,4	1,8	12,3	518.036

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Cartograma I

**Saldo migratório interestadual das Regiões Econômicas da Bahia
Bahia, 1995-2000**



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI

SALDO MIGRATÓRIO INTRA-ESTADUAL

Na Bahia, no período de 1995-2000, o volume da migração intra-estadual superou, em muito, o volume da ocorrida no âmbito interestadual, em números exatos, isso quer dizer que, o movimento migratório interno no estado, no referido período, envolveu aproximadamente 652 mil pessoas.

Realizando uma leitura mais geral dos dados contidos na Tabela 4 (onde se destacou as regiões com saldo migratório positivo) é possível perceber que apenas uma região, a Metropolitana de Salvador, contava com volume absoluto de imigrantes intra-estaduais superior a 150 mil pessoas. Quatro regiões - Litoral Sul, Extremo Sul, Paraguaçu e Sudoeste revelaram imigração entre 100 e 50 mil. Oito regiões, com volume de imigrantes superior a 50 mil, juntas, totalizavam o volume de 423.574 mil imigrantes, o que correspondia a 64,9% do total da imigração intra-estadual, no período 1995-2000.

Tabela 4					
Imigrantes, emigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais, e saldo migratório segundo as Regiões Econômicas, Bahia, 1995-2000					
RE's	Imigrantes intra-estaduais		Emigrantes intra-estaduais		Saldo migratório
	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	158.018	24,2	112.979	17,3	45.039
Litoral Norte	25.585	3,9	29.302	4,5	-3.717
Recôncavo Sul	35.058	5,4	44.480	6,8	-9.422
Litoral Sul	91.917	14,1	111.991	17,2	-20.074
Extremo Sul	61.239	9,4	41.827	6,4	19.412
Nordeste	37.009	5,7	40.149	6,2	-3.140
Paraguaçu	58.724	9,0	64.654	9,9	-5.930
Sudoeste	53.676	8,2	50.492	7,7	3.184
<i>Baixo Médio São Francisco</i>	<i>13.290</i>	<i>2,0</i>	<i>11.468</i>	<i>1,8</i>	<i>1.822</i>
Piemonte da Diamantina	27.102	4,2	30.050	4,6	-2.948
Irecê	19.761	3,0	23.182	3,6	-3.421
Chapada Diamantina	17.641	2,7	16.542	2,5	1.099
Serra Geral	14.657	2,2	14.764	2,3	-107
Médio São Francisco	11.771	1,8	12.557	1,9	-786
Oeste	26.517	4,1	16.632	2,6	9.885
Sem declaração do município	0	0,0	30.910	4,7	-30.910
Total	651.965	100,0	651.979	100,0	-14

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Essas regiões possuem alguns municípios de destaque, em termos do dinamismo econômico estadual, e que apareceram com os mais elevados volumes absolutos de pessoas vindas de outras Regiões Econômicas, no período 1995-2000. Salvador, na RMS, com 89.073 migrantes, os municípios de Ilhéus e Itabuna, no Litoral Sul, juntos, totalizaram mais de 25 mil migrantes, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, no Extremo Sul, com poucos mais que 30.700 migrantes, Feira de Santana – segundo maior do estado em termos de população – localizado no Paraguaçu, contou com 25.945 imigrantes e

Vitória da Conquista e Jequié, no Sudoeste do estado, com 25.345 imigrantes intra-estaduais⁷.

Muito embora se tratem de regiões com características socioeconômicas, físicas e históricas distintas, pode-se dizer que os eventos econômicos do período foram os prováveis fatores explicativos na expulsão e/ou atração de pessoas para essas localidades. No caso da migração intra-estadual, mereceram destaque tanto em termos de volume absoluto quanto relativo, pelo menos um município de cada uma dessas regiões – na RMS, Salvador, Camaçari; no Extremo Sul, Porto Seguro; no Paraguaçu, Feira de Santana; no Sudoeste, Vitória da Conquista, Jequié; no Baixo Médio São Francisco, Juazeiro; e no Oeste, Barreiras – cujos investimentos nos setores industrial, turismo, eletrônico, agricultura irrigada, agronegócio, calçadista poderiam constituir-se nos motivos que possivelmente ocasionaram um maior movimento migratório⁸.

Os dados da Tabela 4 revelam ainda que entre as Regiões Econômicas Nordeste, Recôncavo Sul, Piemonte da Diamantina, Oeste e Litoral Norte com, respectivamente 46, 53, 24, 22, e 20 municípios, o volume de imigrantes intra-estaduais oscilou entre 50 e 20 mil indivíduos. Contudo, apenas na Região Oeste um único município, Barreiras, registrou elevado peso na composição do volume regional, ou seja, das 26.517 pessoas que chegaram à região pouco mais de 16 mil fixaram residência em Barreiras, no período 1995-2000.

Barreiras tem ganhado ênfase na economia baiana e nacional por conta da produção de grãos, particularmente, a soja; além disso, mais recentemente, vem recebendo investimentos no setor calçadista. Nesse contexto, a dinâmica urbana também se ampliou, ocorreu a geração de novas ocupações e expectativa de emprego - elementos que podem contribuir para o entendimento da importância desse município na atração de pessoas para a Região Oeste. As outras quatro regiões possuíam um quantitativo de imigrantes intra-estaduais melhor distribuído entre os municípios que as compõem.

Com relação a Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Baixo Médio São Francisco e Médio São Francisco, cujo número de imigrantes intra-estaduais foi inferior a 20 mil pessoas (Tabela 4), a situação não foi muito diferente, isto é, o quantitativo absoluto de imigrantes intra-estaduais encontrava-se distribuído de maneira relativamente equilibrada entre os municípios. A exceção ficou para as regiões de Irecê e Baixo Médio São Francisco que, com 19 e oito municípios, respectivamente, possuíam, pelo menos um, que se destacava no que se refere ao volume de imigrantes intra-estaduais⁹.

No caso da Região Irecê, salienta-se que foi o município Irecê que contou com 32,2% (em termos absolutos, 6.352) das pessoas oriundas de outros municípios baianos para essa região. No Baixo Médio São Francisco, Juazeiro se sobressaiu como o maior receptor de imigrantes intra-estaduais, ou seja, dos 13.290 imigrantes de outras partes do estado que chegaram à região, 8.674 fixaram residência em Juazeiro, no período 1995-2000.

A situação observada nos municípios de Irecê e Juazeiro, nas Regiões de Irecê e Baixo Médio São Francisco, respectivamente, possivelmente relaciona-se aos investimentos do Governo

⁷ Maior detalhamento sobre a migração intra-estadual considerando os municípios ver trabalhos de PINHO e SANTOS nesta publicação.

⁸ Ver texto de Araújo que consta deste trabalho.

⁹ Ver anexos desta publicação.

Estadual e Federal voltados, principalmente, à agricultura irrigada – em Irecê, feijão, mamona e beterraba; e em Juazeiro, a fruticultura, com destaque para a produção de manga e uva – que, além de dinamizar a economia na escala municipal e mesmo regional, podem ter contribuído para a atração de indivíduos que na expectativa de trabalho e/ou melhores condições de vida migram para essas regiões.

Frisa-se que, ao se considerar o quantitativo absoluto de imigrantes intra-estaduais da Bahia, percebe-se que a região com maior volume foi o da RMS, com 158.018 ou o equivalente a 24,2% da imigração intra-estadual. Registrou o menor volume, o Médio São Francisco, com 11.771, apenas 1,8% do total de imigrantes intra-estaduais da Bahia, no período 1995-2000 (Tabela 4). Vale lembrar que, enquanto na RMS, o município de Salvador detinha 56,4% das pessoas que se dirigiram a essa região, no Médio São Francisco foi o município de Bom Jesus da Lapa que absorveu o maior percentual de imigrantes regionais, 23,8%.

Lembra-se que Bom Jesus da Lapa tem o agronegócio como um dos principais indutores do crescimento econômico, tanto do município quanto da Região, e pode ser, em detrimento do dinamismo notado nesse segmento que esteja relacionada à chegada de migrantes, no período 1995-2000.

Com relação à *emigração intra-estadual*, também foi a RMS que apareceu com maior volume absoluto de emigrantes, pouco mais de 110 mil pessoas, acompanhada pela Região Econômica Litoral Sul (Tabela 4). Essas duas, em conjunto com as Regiões Paraguaçu e Sudoeste, responderam por 52,1% dos emigrantes intra-estaduais, ou seja, a RMS, o Litoral Sul, o Paraguaçu e o Sudoeste somaram um volume absoluto de 340.116 mil emigrantes, no período 1995-2000. É importante salientar que na RMS, assim como em relação aos imigrantes, destacou-se o município de Salvador, com 80,9% do total dos que deixaram a região. No Litoral Sul, foi o município de Itabuna que apareceu com maior valor percentual de emigrantes intra-estaduais no referido período (11,7%).

Ressalta-se que foram os municípios com maior participação na imigração intra-estadual nas referidas Regiões Econômicas que também mereceram destaque na emigração. Essa situação pode ser compreendida, em grande parte, por esses municípios estarem localizados em posições estratégicas (próximos a rodovias estruturantes do estado), além de serem dotados de infra-estrutura urbana, aspectos que lhes conferem destaque nas Regiões onde se situam. Aparecem, portanto, como pólos de convergência migratória. Entretanto, como sua dinâmica econômica não tem conseguido absorver parte dos seus moradores, nem daqueles que ali chegaram, também se constituem em área de significativa emigração.

Quatro Regiões Econômicas possuíam o quantitativo absoluto de emigrantes superior a 50 mil, seis regiões contavam com valores que oscilavam entre 50 e 20 mil, e em cinco, menos de 20 mil pessoas emigraram para locais distintos daquele onde foram recenseados em 2000.

Dentre as regiões que expulsaram menos de 20 mil migrantes, destacaram-se Oeste, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco e Baixo Médio São Francisco (a com menor contingente de emigrantes intra-estaduais em 1995-2000, 1,8% do total) que, juntas, somavam 11,1% emigrantes que se deslocaram no interior da Bahia (Tabela 4). Entre essas, se sobressaiu o município de Juazeiro, no Baixo Médio São Francisco, isto porque das 11.468 pessoas que saíram da região, dirigindo-se para outras, no estado, 5.585 ou 48,7% emigraram de Juazeiro.

Em referência às regiões cujo volume de emigrantes variou entre 50 e 20 mil, em 1995-2000, estavam Recôncavo Sul, Extremo Sul, Nordeste, Piemonte da Diamantina, Litoral Norte e Irecê (Tabela 4). Foram os municípios de Santo Amaro (Recôncavo Sul), Eunápolis, Itamaraju e Teixeira de Freitas (esses do Extremo Sul), Serrinha (Nordeste), Jacobina e Campo Formoso (Piemonte da Diamantina), Alagoinhas (Litoral Norte) e Irecê (Irecê) os que emitiram os maiores volumes de emigrantes em suas respectivas regiões¹⁰.

No que se refere aos municípios pertencentes ao Extremo Sul, nota-se que o fluxo migratório poderia estar relacionado ao complexo industrial voltado à produção de celulose e papel, além do crescimento da atividade turística. O dinamismo observado nesses segmentos possivelmente contribuiu para a grande circulação de pessoas entre os municípios da própria região, atraindo também pessoas de outras áreas, em particular, das que lhes são circunvizinhas.

Observando a Tabela 4, constata-se que das 15 Regiões Econômicas da Bahia, em seis – RMS, Extremo Sul, Oeste, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco e Chapada Diamantina – o *saldo migratório intra-estadual* foi positivo, ou seja, o número de pessoas que entraram nessas regiões foi superior ao do que dali saíram em 1995-2000 (Tabela 4). É válido notar que tais regiões, de forma geral, se localizavam na fronteira da Bahia com outras unidades da Federação, à exceção da RMS e da Chapada Diamantina (Cartograma 2). As demais Regiões Econômicas – Serra Geral, Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Nordeste, Irecê, Litoral Norte, Paraguaçu, Recôncavo Sul e Litoral Sul – apresentaram saldo migratório intra-estadual negativo.

Dentre o conjunto de regiões com saldo migratório intra-estadual positivo, apenas duas – RMS e Extremo Sul – registraram saldo superior a 20 mil pessoas, as outras quatro – Oeste, Sudoeste, Baixo Médio São Francisco e Chapada Diamantina – mostraram saldo inferior a 10 mil migrantes.

Entre as Regiões Econômicas que exibiram saldo migratório intra-estadual negativo, seis – Litoral Norte, Nordeste, Piemonte da Diamantina, Irecê, Médio São Francisco, Serra Geral - perderam até quatro mil pessoas, enquanto que do Recôncavo Sul, Litoral Sul e Paraguaçu emigraram mais que quatro mil pessoas.

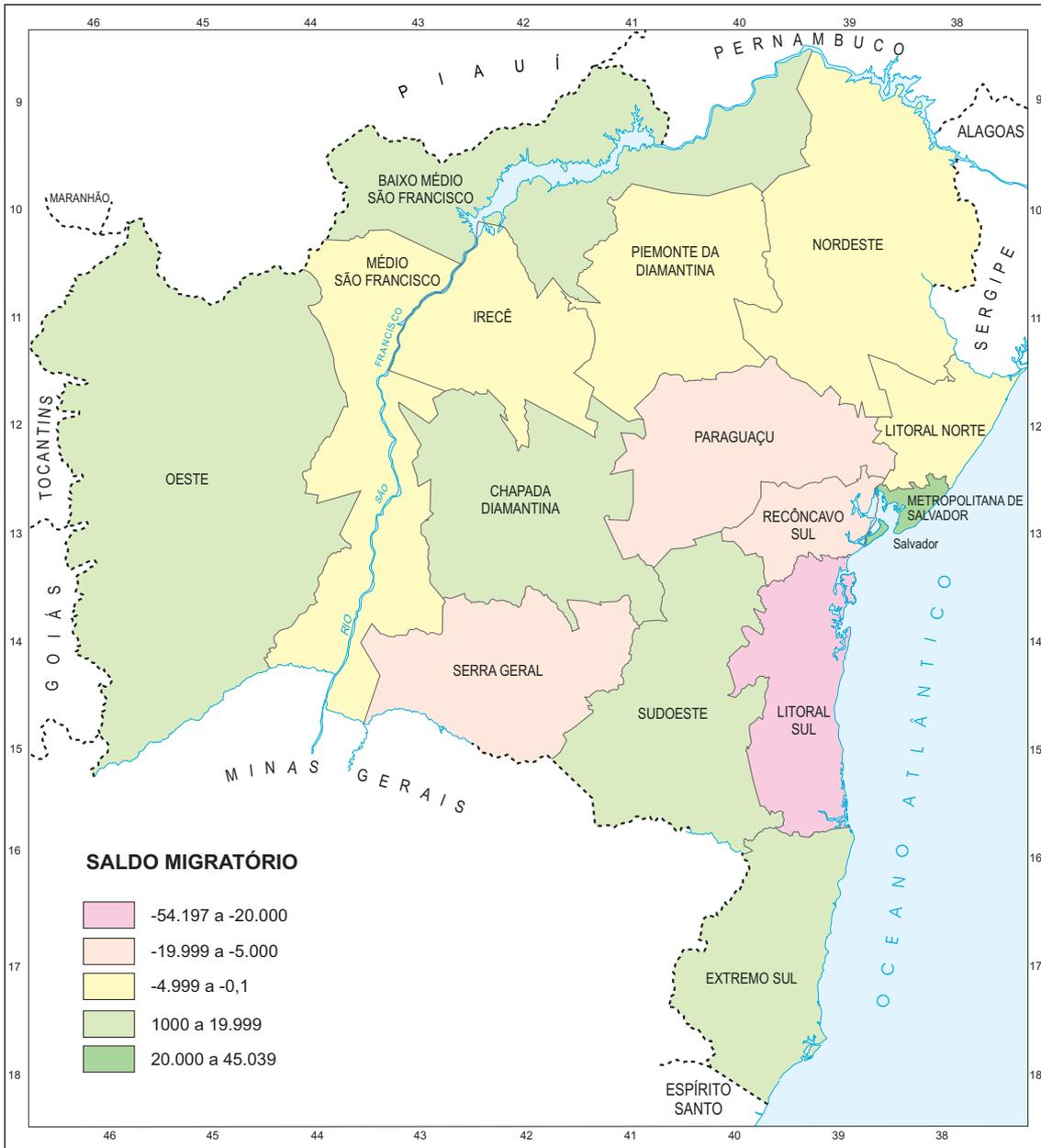
Destacaram-se a RMS, que apresentou o mais elevado saldo migratório positivo (45.039), e a Região Econômica Litoral Sul, que revelou o mais intenso saldo migratório negativo (-20.074 pessoas). Ou seja, em 1995-2000, foi para a RMS que se dirigiram os maiores quantitativos de imigrantes vindos da própria região 29,9% e também, vindos de outras regiões baianas – Recôncavo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul, 12,7%, 10,2%, e 13,7%, respectivamente (Tabelas 4 e 5).

Do mesmo modo que a RMS, também a região Litoral Sul, principalmente, com maior mobilidade de pessoas no interior da própria região (69,5% dos imigrantes e 57% dos emigrantes). É válido salientar que importante parcela dos seus emigrantes se dirigiu para municípios do Extremo Sul e da RMS (15,1% e 14,3%, respectivamente) (Tabelas 4 e 5).

¹⁰ Ver nos anexos desta publicação, todos os municípios com seus respectivos contingentes de migrantes, por Regiões Econômicas.

Cartograma 2

**Saldo migratório intra-estadual das Regiões Econômicas
Bahia, 1995-2000**



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI

Percebe-se que em todas as Regiões Econômicas o volume de imigrantes deveu-se principalmente ao deslocamento de pessoas ocorridos no seu interior (Tabela 5). Contudo, em algumas, além do intenso fluxo oriundo de municípios da própria região – Litoral Norte (37,8%), Recôncavo Sul (37,7%), Litoral Sul (69,5%), Extremo Sul (54,6%), Nordeste (52,3%), Paraguaçu (39,6%), Sudoeste (53,3) e Chapada Diamantina (43,8%) – registrou-se também um percentual significativo de migrantes vindos da RMS – no Litoral Norte foram 34,9%; no Recôncavo Sul, 35,7%; para a Região Nordeste, 17,7%; e para o Paraguaçu, 22,9%. A proximidade física e/ou a acessibilidade (ver Figura 2), associadas às dinâmicas socioeconômicas em curso nas áreas de origem e destino, podem ter contribuído para que os migrantes da metrópole participassem de modo significativo no volume de imigrantes dessas regiões. Do mesmo modo, tais aspectos podem ter sido importantes para que, no Extremo Sul, dos 61.239 imigrantes, 27,6% fossem oriundos do Litoral Sul (Tabela 5).

No caso do destino dos emigrantes, no período 1995-2000, a situação não se mostrou muito diferente, isto porque como já mencionado, a maior circulação de pessoas deu-se no interior das próprias regiões. As exceções foram Litoral Norte, Recôncavo Sul, Nordeste e Sudoeste, que, além da intensa emigração entre os municípios da própria região, contaram também com um percentual significativo de emigrantes da RMS, 48,3%, 45,3%, 25% e 33,6%, respectivamente (Tabela 6).

Tabela 5
Participação relativa dos imigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais, por Regiões Econômicas, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's de residência em 2000	Regiões Econômicas de destino em 1995														Total	
	RMS	LN	RS	LS	ES	NOR	PAR	SUD	BMSF	PIE	IRC	CD	SG	MSF		OES
RMS	41,9	7,9	11,1	6,8	1,8	5,8	11,9	5,2	1,1	2,8	0,8	1,1	0,7	0,3	0,9	112.980
Litoral Norte	48,3	33,1	1,2	1,4	0,4	6,4	7,0	0,5	0,4	0,6	0,1	0,3	0,0	0,1	0,2	29.297
Recôncavo Sul	45,3	1,3	29,8	6,1	0,9	0,9	8,1	4,7	0,3	0,6	0,3	0,8	0,3	0,2	0,6	44.473
Litoral Sul	14,3	0,4	2,3	57,0	15,1	0,4	1,4	7,6	0,3	0,2	0,0	0,1	0,2	0,2	0,4	111.996
Extremo Sul	3,0	0,3	0,4	10,8	80,0	0,3	1,0	2,8	0,3	0,3	0,0	0,1	0,2	0,0	0,4	41.831
Nordeste	25,0	4,9	0,7	0,9	0,4	48,2	9,7	0,3	3,4	4,4	0,7	0,2	0,2	0,5	0,7	40.153
Paraguaçu	33,6	2,8	4,8	1,7	1,2	4,3	36,0	2,0	0,6	4,7	1,1	4,7	0,4	0,4	1,8	64.651
Sudoeste	13,0	0,5	1,9	13,9	4,7	0,4	3,0	56,6	0,3	0,4	0,3	0,9	3,0	0,5	0,6	50.491
Baixo Médio São Francisco	15,6	1,0	0,4	1,4	1,1	6,5	4,4	0,4	42,9	13,1	5,3	0,5	0,1	1,7	5,5	11.473
Piemonte da Diamantina	19,8	0,9	0,8	0,9	0,6	5,9	8,6	0,7	8,9	43,5	5,1	1,3	0,3	0,1	2,6	30.052
Irecê	7,3	0,1	0,4	0,4	0,4	1,0	3,2	0,2	2,4	6,1	51,3	6,2	0,5	3,6	17,0	23.189
Chapada Diamantina	10,5	0,3	1,0	0,8	0,7	0,3	9,1	5,6	0,3	1,1	4,4	46,7	6,1	7,9	5,3	16.544
Serra Geral	7,3	0,4	0,7	1,8	2,2	0,5	0,5	12,2	0,1	0,0	0,0	7,6	55,6	7,8	3,3	14.764
Médio São Francisco	5,3	0,8	0,2	1,0	0,3	1,6	1,6	3,8	2,1	0,3	5,2	2,8	10,2	37,1	27,8	12.562
Oeste	3,4	0,4	0,3	0,9	0,5	0,8	2,7	1,2	1,2	1,6	6,1	1,3	0,7	9,4	69,4	16.635

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Notas: Exclui-se os emigrantes que não declararam município de origem.

* Foram destacados os das Regiões Econômicas com maior representatividade no percentual de emigrantes.

Tabela 6
Participação relativa dos emigrantes intra-estaduais com 5 anos e mais, por Regiões Econômicas, Bahia, 1995-2000 (%)

RE's de residência em 2000	Regiões Econômicas de origem em 1995																Total
	RMS	LN	RS	LS	ES	NOR	PAR	SUD	BMSF	PIE	IRC	CD	SG	MSF	OES		
RMS	29,9	9,0	12,7	10,2	0,8	6,3	13,7	4,2	1,1	3,8	1,1	1,1	0,7	0,4	0,4	158.018	
Litoral Norte	34,9	37,8	2,3	1,7	0,6	7,7	7,2	1,1	0,2	1,0	0,1	0,2	0,2	0,4	0,3	25.592	
Recôncavo Sul	35,7	1,0	37,7	7,2	0,5	0,8	8,8	2,7	0,1	0,7	0,3	0,5	0,3	0,1	0,1	35.057	
Litoral Sul	8,4	0,4	2,9	69,5	4,9	0,4	1,2	7,6	0,2	0,3	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	91.923	
Extremo Sul	3,3	0,2	0,6	27,6	54,6	0,2	1,2	3,9	0,2	0,3	0,2	0,2	0,5	0,1	0,1	61.234	
Nordeste	17,7	5,0	1,1	1,2	0,4	52,3	7,6	0,6	2,0	4,8	0,6	0,1	0,2	0,5	0,4	37.004	
Paraguaçu	22,9	3,5	6,2	2,8	0,7	6,6	39,6	2,5	0,9	4,4	1,3	2,6	0,1	0,3	0,8	58.726	
Sudoeste	10,9	0,3	3,9	15,8	2,2	0,2	2,5	53,3	0,1	0,4	0,1	1,7	3,4	0,9	0,4	53.685	
Baixo Médio São Francisco	9,5	0,9	1,0	2,7	0,9	10,3	2,7	1,2	37,0	20,2	4,2	0,3	0,1	2,0	1,5	13.292	
Piemonte da Diamantina	11,6	0,7	1,0	0,8	0,4	6,5	11,2	0,7	5,6	48,2	5,2	0,7	0,0	0,1	1,0	27.109	
Irecê	4,4	0,2	0,7	0,2	0,0	1,4	3,6	0,7	3,1	7,7	60,1	3,7	0,0	3,3	5,1	19.762	
Chapada Diamantina	7,2	0,5	1,9	0,7	0,2	0,5	17,1	2,6	0,3	2,2	8,2	43,8	6,4	2,0	1,2	17.644	
Serra Geral	5,3	0,1	0,8	1,7	0,6	0,4	1,9	10,4	0,1	0,7	0,8	6,9	56,0	8,7	0,8	14.658	
Médio São Francisco	3,2	0,2	0,6	2,1	0,1	1,6	2,0	2,1	1,7	0,4	7,0	11,1	9,7	39,6	13,3	11.775	
Oeste	3,8	0,2	1,0	1,5	0,7	1,0	4,3	1,2	2,4	2,9	14,9	3,3	1,8	13,2	43,5	26.519	

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

Notas: Exclui-se os imigrantes que não declararam município de origem.

* Foram destacados os das Regiões Econômicas com maior representatividade no percentual de imigrantes.

SALDO TOTAL: REGIÕES ECONÔMICAS E GRANDES ÁREAS

Para analisar o saldo migratório total, obtido subtraindo-se o total de emigrantes e do total imigrantes (total de imigrantes e de emigrantes) das regiões econômicas, foi utilizada a categoria denominada grandes áreas — na qual foram agregadas as regiões econômicas em três grandes regiões, litoral, semi-árido e cerrado — de modo a identificar em que parte do estado da Bahia houve maior mobilidade de pessoas em 1995-2000. a questão, nesse caso, é verificar se efetivamente, tal como diferentes estudos apontam, as áreas semi-áridas eram aquelas que mais “expulsavam” e as litorâneas se constituíam nas que mais “atraíam” população .

Tratando-se especificamente dos *imigrantes* (considerando-se os oriundos de dentro e os de fora da Bahia), verificou-se que o litoral foi a área que mais recebeu novos moradores: 482.112 indivíduos (53,3% do total estadual), dos quais quase a metade se fixou na rms. essa região recebeu 22,6% do conjunto daqueles que chegaram aos municípios baianos no período 1995-2000. também integrantes dessa grande área, o litoral sul e o extremo sul, junto à rms, foram as únicas regiões baianas que receberam mais que 10% do total de imigrantes da Bahia (Tabela 7).

Tabela 7					
Saldo migratório total das Regiões Econômicas, por Grandes Regiões, Bahia, 1995-2000					
RE's	Imigrantes		Emigrantes		Saldo migratório
	Absoluto	%	Absoluto	%	
RMS	204.529	22,6	174.381	15,7	30.148
Litoral Norte	32.492	3,6	40.533	3,7	-8.041
Recôncavo Sul	40.055	4,4	59.098	5,3	-19.043
Litoral Sul	111.603	12,3	185.874	16,8	-74.271
Extremo Sul	93.433	10,3	83.845	7,6	9.588
LITORAL	482.112	53,3	543.731	49,0	-61.619
Nordeste	64.132	7,1	81.961	7,4	-18.252
Paraguaçu	72.460	8,0	101.347	9,1	-28.887
Sudoeste	78.042	8,6	98.673	8,9	-20.631
Baixo Médio São Francisco	31.058	3,4	32.455	2,9	-697
Piemonte da Diamantina	38.848	4,3	52.803	4,8	-13.955
Irecê	28.415	3,1	42.249	3,8	-13.834
Chapada Diamantina	24.792	2,7	35.469	3,2	-10.677
Serra Geral	24.740	2,7	40.677	3,7	-15.937
Médio São Francisco	18.440	2,0	31.000	2,8	-12.560
SEMI-ÁRIDO	380.927	42,1	516.634	46,6	-135.430
Oeste	42.160	4,7	48.407	4,4	-6.247
CERRADO	42.160	4,7	48.407	4,4	-6.247
Sem declaração do município					-30.910
Total	905.199	100,0	1.108.772	100,0	-203.296

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 1991. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.

No Semi-Árido, o volume de imigrantes foi de 380.927 pessoas (42,1% do total baiano), ou seja, inferior ao do Litoral em quase 100 mil indivíduos. Os maiores contingentes de imigrantes dessa Grande Área dirigiram-se ao Sudoeste, ao Paraguaçu e ao Nordeste (que, somados, absorveram pouco mais de 23% do conjunto dos imigrantes do estado). A região que menos recebeu novos moradores em toda a Bahia está localizada também nessa Grande Área, o Médio São Francisco (18.440 pessoas; 2,0% do total).

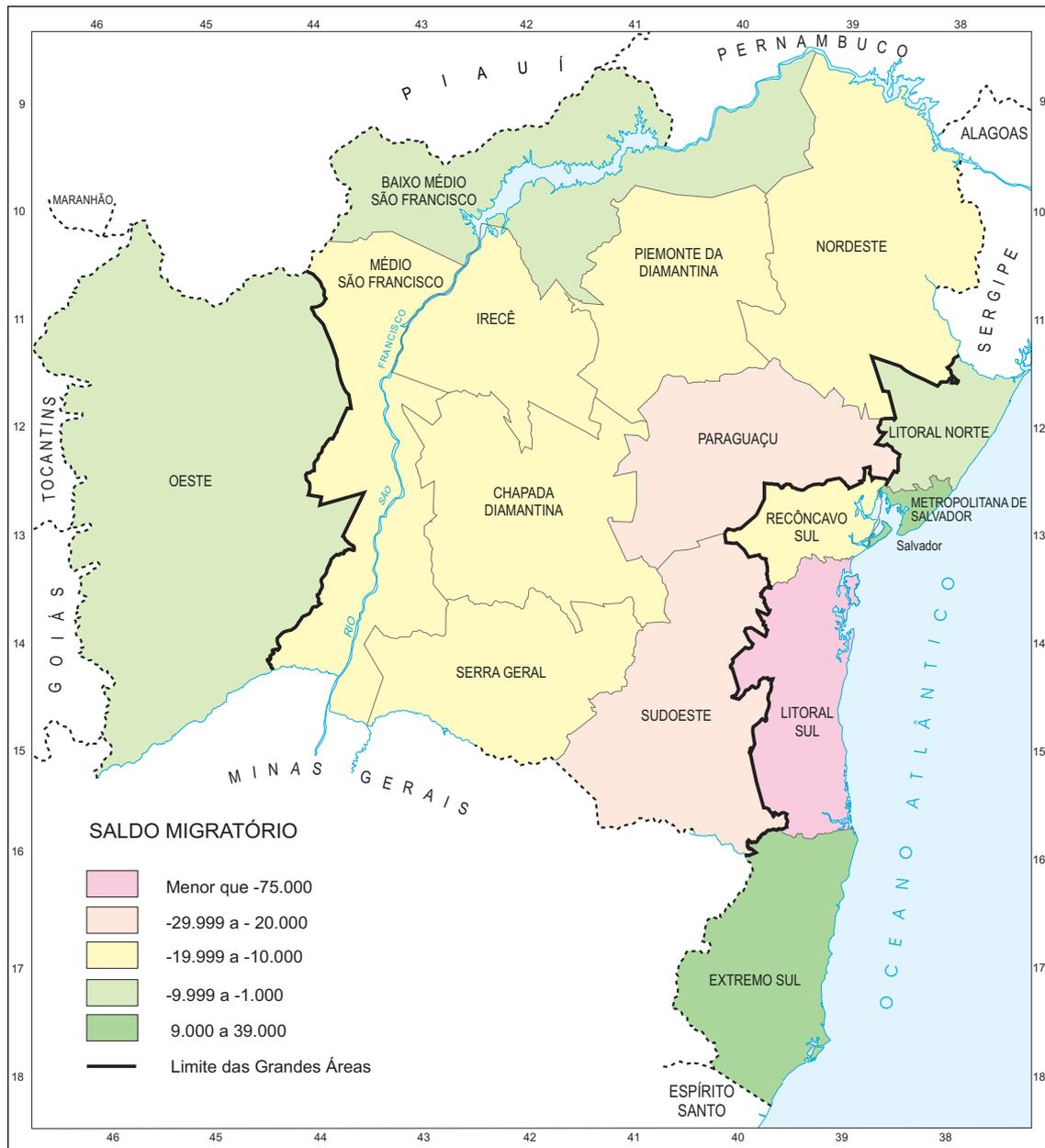
Para o Cerrado se dirigiram pouco mais que 42 mil pessoas (4,7% do total), oriundas de outras partes do estado ou de outras unidades da Federação; como essa Área conta com apenas uma Região Econômica, os dados apurados referem-se ao Oeste.

Quando se observa os quantitativos de *emigrantes* (somando tanto aqueles que se deslocaram para outras partes do estado, como os que se dirigiram para outras unidades da Federação), percebe-se que também foi no Litoral que se registraram os maiores valores: 543.731 pessoas (49% do total). Os mais elevados quantitativos de emigrantes da Bahia foram identificados em Regiões dessa Grande Área: Litoral Sul e RMS, com aproximadamente 186 mil e 174 mil emigrantes, respectivamente (Tabela 7). Assim, das três regiões que mais receberam novos moradores em 1995-2000, duas também figuraram como aquelas em que houve maior "expulsão" de população.

No Semi-Árido, os emigrantes, 516.634 pessoas, representaram 46,6% do total baiano. Do mesmo modo que ocorreu com o quantitativo de imigrantes, foram Paraguaçu, Sudoeste e Nordeste as regiões que verificaram emigração mais expressiva: 101.347, 98.673 e 81.961 migrantes, respectivamente. Nessa perspectiva, tal como se nota na Tabela 7, ainda que em termos relativos essas regiões apresentassem semelhança na participação da composição do conjunto de imigrantes e de emigrantes, em termos absolutos, o número daqueles que saíram do seu local de moradia foi superior ao dos que entraram. Já no Cerrado, a emigração foi efetivada por 48.407 pessoas, 4,4% do total baiano.

Percebe-se, assim, que o destino "preferencial" dos imigrantes foram as regiões litorâneas, confirmando uma tendência delineada historicamente e que mais recentemente foi reforçada pela forma como ocorreu o processo de expansão do capitalismo nacional no estado. Contudo, também foi dessa porção da Bahia que emigrou o maior número de pessoas, superando o montante daqueles que deixaram as regiões que integram o Semi-Árido. Acrescenta-se que no Litoral estavam as únicas Regiões Econômicas que em 1995-2000 revelaram *saldo migratório* positivo, a RMS e o Extremo Sul, com saldo de 30.148 e de 9.588 migrantes, correspondentemente. Por outro lado, nessa mesma Grande Área está o Litoral Sul, região que apresentou a maior perda migratória da Bahia, -74.271 pessoas (Cartograma 3). De todo modo, em termos agregados, o saldo migratório do Litoral indica perdas menos significativas do que as apresentadas no Semi-Árido (-61.619 e -135.430 pessoas, respectivamente).

Cartograma 3
Saldo migratório das Regiões Econômicas da Bahia
Bahia, 1995-2000



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI

Cabe ressaltar que, embora as perdas migratórias do Semi-Árido correspondam a mais que o dobro da observada no Litoral, dentre as suas Regiões Econômicas aquela que obteve saldo mais baixo foi a Paraguaçu, cujas perdas foram próximas a 29 mil pessoas (menos da metade da revelada no Litoral Sul). Também nessa Grande Área está a região que, dentre as que obtiveram saldo negativo, revelou a menor perda: Baixo Médio São Francisco, com saldo de -697 pessoas (Tabela 7).

Com o Cerrado apresentando um saldo de -6.247 indivíduos, fica para o Oeste o segundo menor saldo negativo.

Fundamentalmente, em termos de média, o saldo migratório das Grandes Áreas confirma a tendência do Semi-Árido baiano como a parte da Bahia que mais perde população. O Litoral e o Cerrado, embora também evidenciando saldo negativo, observaram perdas bem menores.

A comparação das Regiões Econômicas em si revela que a RMS se destacou com o maior saldo positivo (também pelo maior volume de imigrantes e o segundo maior de emigrantes). Essa situação não causa estranheza, já que nessa Região – a de maior população do estado – ocorriam as principais dinâmicas socioeconômicas da Bahia, havia intensa diversidade de atividades e ocupações, a maior e melhor infra-estrutura do estado, mas também, intensa desigualdade social e desemprego. Tais aspectos, associados a uma tendência de periferização¹¹ das populações metropolitanas (indicada pela grande mobilidade intra-regional) contribuem para compreender os elevados montantes de migrantes metropolitanos.

É importante assinalar que essa situação não é específica da RMS, mas vem sendo evidenciada por vários autores em diferentes metrópoles brasileiras. Nessas regiões se concentram intensos e diversificados processos econômicos e sociais, e também uma ampla divisão de trabalho; divisão essa que tem ainda uma dimensão espacial já que os municípios das metrópoles têm tendido a especializações funcionais, sempre comandadas e articuladas ao seu município principal.

Em outros termos, quanto maiores e mais populosas as cidades, mais extensa é a gama de atividades e de profissões que comporta, por consequência nelas se desenvolvem uma complexidade de relações extremamente eficazes do ponto de vista político e econômico. Por conta disso, os núcleos de médio porte passam a comportar funções complementares ou comandadas pela grande cidade, dentre as quais a residencial (como verificado na RMS). Sendo assim, essas passam a receber migrantes da classe média, dotados de maior escolaridade, que exercem suas atividades nos grandes centros. “Por isso assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem as cidades grandes e médias [...], beneficiando em grande parte o jogo dialético entre a criação de riqueza e pobreza sobre o mesmo território” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 203).

¹¹ Uma discussão sobre o conceito de periferização e de como o processo estaria ocorrendo na RMS, ver o texto de Dias, desta publicação.

O Litoral Sul, região que observou as mais acentuadas perdas migratórias em 1995-2000, apresentou o segundo maior contingente de imigrantes e o maior de emigrantes. Ocupando a 11ª posição, em termos de porte populacional dentre as Regiões Econômicas em 2000 (Quadro 1), contava com a presença de dois dos mais importantes municípios baianos: Itabuna e Ilhéus. Ambos, no período em questão, apresentaram intenso volume de imigrantes e, também, de emigrantes, o que contribuiu sobremaneira para o processo verificado no Litoral Sul. Esses municípios se constituíam em pólos regionais cuja evolução urbana, dinamização econômica e crescimento sociodemográfico foram, em muito, decorrentes da importância da cultura cacauífera que, noutras épocas, foi o principal produto da Bahia. Tal posição fez com que se tornassem atrativos a correntes migratórias. A crise do cacau, contudo, ocasionou a liberação de mão-de-obra das atividades diretamente vinculadas a essa cultura, assim como provocou retração em sua economia, resultando no fechamento do mercado de trabalho de forma geral. Essa região cresceu baseada num único cultivo, “especializada” no cacau, e herdeira dessa tradição (ainda que em Ilhéus o turismo venha sendo apontado como alternativa para retomar o dinamismo econômico), consolidada pelas condições técnicas e sociais desenvolvidas, ainda não reencontraram seu papel e importância na divisão regional do trabalho no estado.

Sendo assim, uma parte dos que deixaram o Litoral Sul direcionaram-se para o Extremo Sul. Esta região, diferentemente da que lhe é contígua, já no final dos anos 1980 observou algum crescimento econômico, alteração na estrutura espacial e na distribuição da população em função da ampliação dos investimentos em turismo, em especial, em Porto Seguro. Nos anos 1990, esse processo avançou, incorporando, ainda que em menor medida, Santa Cruz Cabrália. Também nessa década, outros municípios da região se apresentaram como alternativa para expansão das indústrias de papel e celulose, onde foram plantados eucaliptos: Mucuri e Eunápolis, além de uma porção de Porto Seguro. Com isso, ainda que no Extremo Sul tenha se observado um volume significativo de emigrantes, conseguiu atrair um contingente ainda maior e obteve saldo positivo no período 1995-2000.

BREVES COMENTÁRIOS FINAIS

Como fenômeno social que é, a migração não pode ser entendida senão como um processo associado aos demais da dinâmica social. Não é possível, portanto, tratar dos volumes e dos fluxos migratórios da Bahia sem observar o contexto espacial e temporal em que ocorreram, caracterizando os processos globais e locais em curso. Desse modo, se há muito existe a tendência de deslocamento de baianos com destino a outras partes de país, especialmente para São Paulo, tal fato pode ser associado às condições que perpetuam desigualdades regionais, com esse estado do Sudeste tendo se configurado como aquele que apresentava maiores possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Em verdade, já no início dos anos 1990, São Paulo possuía um mercado de trabalho em expansão, enquanto

que a Bahia vivenciava a liberação de trabalhadores, tanto do semi-árido, como do Recôncavo. No final do século XX, ainda que o estado da Bahia tivesse avançado em termos da industrialização, da criação de outras estratégias produtivas e da espacialização dos investimentos pretensamente geradores de ocupação e renda, esses se mostraram insuficientes ou incapazes de absorver as demandas por ocupação, o que impeliu parte dos baianos a buscar alternativas fora do estado. Desse modo, em 1995-2000, o Sudeste permaneceu como o destino preferencial da maioria dos emigrantes das várias Regiões Econômicas da Bahia. Em contrapartida, igualmente, foi dessa Grande Região do país que se originou a maioria dos imigrantes das Regiões Econômicas baianas.

No final década de 1990, alguns outros destinos se mostraram relevantes para aqueles que deixaram o estado: algumas áreas do Centro-Oeste e do Nordeste. Ainda que não seja expressiva para o conjunto baiano, essa nova tendência que se apresenta com clareza nas Regiões Econômicas Oeste e Baixo Médio São Francisco, respectivamente. Tal situação pode ser decorrente tanto da proximidade como da semelhança do perfil produtivo existente entre essas áreas, até porque, a maioria dos seus imigrantes é proveniente do Oeste e do Baixo Médio.

Internamente, pode-se dizer que os migrantes priorizaram deslocamentos de menor distância, já que a maioria deles permaneceu na própria região, ou se dirigiu para áreas cuja economia se apresentava como mais dinâmica, o que se tornou "atrativo" por acenar com a possibilidade de ocupação e melhores condições de vida. É importante notar, como apontado por Dias (2007), que isso não significa dizer que, necessariamente, os migrantes buscaram grandes cidades ou áreas onde ocorresse industrialização. Em verdade, tal como os saldos migratórios municipais demonstraram, muitos se direcionaram a municípios pequenos, onde a ocupação está mais associada à agricultura.

Destaca-se que se registrou também significativa movimentação de pessoas que saíram da RMS em direção a outras Regiões Econômicas. Foi nessa região em que se observou a maior movimentação de pessoas, situação compatível com seu volume populacional, perfil e dinâmica socioeconômica e com os processos de periferização em curso. De todo modo, a RMS é uma das seis Regiões Econômicas baianas que mais atraía do que expulsava população. O volume desse saldo intra-estadual, vale destacar foi fundamental para que a RMS fosse, junto ao Extremo Sul, uma das regiões da Bahia a obter, no cômputo geral, o maior saldo migratório positivo em 1995-2000.

Comparando-se o saldo interestadual e intra-estadual de todas as regiões, nota-se que os saldos obtidos internamente foram sempre superiores aos observados em relação às trocas de população realizadas com outras unidades da Federação. Sobretudo, quando se analisam os dados desses dois tipos de migração por Grande Área, evidencia-se – e os Cartogramas 1 e 2 expressam essa situação com clareza – que o Semi-Árido apresenta acentuadas perdas populacionais para outros estados. Seu saldo migratório, o interestadual correspondia a -125.480 pessoas, enquanto que o intra-estadual era de -10.228 indivíduos. Em outros termos, aqueles que migraram das regiões situadas no

Semi-Árido dirigiram-se preferencialmente para outras partes do país. Essa situação não se observou no Litoral e no Oeste, que, mesmo tendo perdas interestaduais, nas trocas populacionais internas apresentaram saldo positivo.

Enfim, se cabe ressaltar que, isoladamente, a Região que mais perdia população era o Litoral Sul, e que em outras aparentemente menos dinâmicas, como o Médio São Francisco, o saldo migratório não se mostrou tão acentuadamente negativo como se poderia esperar, é preciso afirmar a necessidade de conhecer as especificidades do Semi-Árido baiano para que se possa intervir mais intensamente nessa área, de modo que uma parcela tão significativa de seus moradores não se sinta “expulsa” de seu local de moradia e vislumbre, principalmente em outros estados, melhores possibilidades de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Henrique. A economia de Salvador e a formação de sua região. In: CARVALHO, Inaiá; CORSO, Gilberto Pereira. *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 11-54.
- ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Migração intra-estadual e a rede de cidades baianas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 201-239. (Série estudos e pesquisas, 77).
- CALMON, Jorge. *As estradas corriam para o Sul: migração nordestina para São Paulo*. Salvador: EGBA, 1998.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). *Espaço e indústria no semi-árido baiano*. Salvador: CAR, out. 1995. (Série Cadernos CAR, 13).
- DIAS, Patricia Chame. Articulações entre os espaços de “atração” e de “repulsão” de população: um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 145-200. (Série estudos e pesquisas, 77).
- LOPES, Diva Maria Ferlin; DIAS, Patricia Chame Dias. Grandes áreas da Bahia — características demográficas gerais: 1980-2000. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002*. Salvador: SEI, 2003. v. 1. p. 109-118.
- LOPES, Diva Maria Ferlin; DIAS, Patricia Chame Dias. Litoral, Semi-Árido e Cerrado: grandes áreas da Bahia. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 11, n. 3, p. 61-68, dez. 2001.
- MARTINE, George. Evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. p. 61-91.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido*. Classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. estudo de geografia urbana. Salvador: Progresso, 1958.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes: 1980, p. 103-128. (Caderno CEBRAP, 34).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI/UFBA, 1999.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Baixo Médio São Francisco*. Salvador: SEI, 2000a. (Série Estudos e Pesquisas, 47).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes: Região Oeste*. Salvador: SEI, 2000b. (Série Estudos e Pesquisas, 49).
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. *Migração e subemprego em Salvador*. Salvador: Fundação de Pesquisas; CPE, 1978.

ARTICULAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS DE “ATRAÇÃO” E DE “REPULSÃO” DE POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O SALDO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Patricia Chame Dias*

A migração é um fenômeno social e, como tal, sua intensidade e direção se fazem profundamente articuladas a outros processos sociais, como o econômico, o político, o cultural e o ideológico. As lógicas que influenciam a mudança do local de residência de uma pessoa ou grupo, portanto, não se reduzem ao “puro desejo” daqueles que migram, devendo ser entendidas como conseqüência de dinâmicas sociais mais amplas que incidem sobre o homem ou sobre determinados grupos sociais, estimulando-os ou impelindo-os, conforme o caso, a deslocarem-se de um local para outro. Em verdade, o que normalmente motiva a migração é a busca por melhores condições de vida. No entanto, estabelecer teoricamente o que seriam tais condições não é fácil tarefa, na medida em que essa noção pode variar conforme a cultura, a posição na estrutura socioeconômica, a forma de inserção no mundo do trabalho, o contexto ideológico, temporal, político e espacial. Em outros termos, ainda que haja uma noção geral dos fatores que mais contribuem para que o indivíduo mude ou permaneça no seu local de moradia — que no presente podem ser associados a aspectos ocupacionais, à moradia, à maior proximidade e acesso a infra-estruturas e serviços, por exemplo —, apontar os determinantes da migração exige esforço analítico que vá além da noção geral de que são os aspectos econômicos que determinam os movimentos de população: considera-se, concordando com Singer, que “como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1975, p. 31). Entender o processo migratório, portanto, exige a discussão dos estudos teóricos com base no contexto histórico e social ou na situação em foco.

Essa tentativa de compreensão não pode prescindir, ao menos, de considerar duas noções, por vezes não tratadas com a devida atenção. Uma diz respeito ao fato de que o homem e suas possibilidades de participação nos processos sociais em curso dependem de sua localização no espaço, situação já assinalada por Santos (2002). A outra noção é a de que conforme a localização e suas características, os motivos que induzem à permanência ou ao deslocamento do indivíduo variam, e o perfil daquele que chega e daquele que sai de um determinado lugar podem ser distintos.

No que tange à primeira noção acima posta, considera-se que o valor do homem muda constantemente para melhor ou para pior, independentemente de suas capacidades e habilidades, em função do lugar onde vive e das suas características e da proximidade e/ou acessibilidades ao mercado de trabalho, aos serviços, às informações, às estruturas de poder e aos seus direitos de cidadão. “Enquanto *um lugar* vem a ser condição de

* Mestre em Geografia pela UFBA. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Trabalha na SEI. patriciadias@sei.ba.gov.br.

sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar [ao homem] o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam" (SANTOS, 2002, p. 81). Dessa forma, dada a desigual distribuição das atividades produtivas, dos serviços públicos e privados, das informações e instâncias de poder no território em países capitalistas, em especial nos de industrialização tardia, as migrações podem ser encaradas como a busca por uma localização que favoreça a participação ativa na dinâmica social, possibilitando maior acesso aos direitos e aos benefícios decorrentes dos processos de crescimento econômico. Em verdade, a explicação da mobilidade espacial pode ser feita a partir de três perspectivas — que só se separam para efeito analítico —: da produção, do consumidor e o do cidadão. Em cada lugar "[...] o problema da acessibilidade assume uma feição diversa para o homem produtor, o homem consumidor e o cidadão" (SANTOS, 2002, p. 87).

Tal posição se assemelha à de Singer, que destacando a distribuição das atividades econômicas como principal elemento da lógica de distribuição da população, considerou que as desigualdades regionais seriam "[...] o motor principal das migrações internas [na medida em que] as regiões favorecidas não cessam de acumular vantagens e os efeitos de difusão desse processo se fazem sentir num âmbito territorial relativamente acanhado" (SINGER, 1975, p. 37). Aqueles que moram nas áreas desfavorecidas, que foram deixadas à margem da divisão inter-regional do trabalho, experimentam um "empobrecimento relativo" decorrente da sua impossibilidade de colher os "frutos" do crescimento econômico ocorrido em outros locais. Insiste o autor que, se a migração é um processo social, é nessa instância que devem ser procuradas as causas que a determinam. Sobre as migrações internas, considera que quase sempre são motivadas por questões de fundo econômico. No entanto, destaca que um mesmo fato ou política atinge de forma diferente os diversos grupos que compõem a estrutura social. Sendo assim, nem todos os habitantes de uma área serão impelidos a migrar em decorrência das mesmas causas econômicas. Ademais,

Embora um grupo social seja levado, por certas causas estruturais, a migrar, é lógico que nem todos os seus membros o façam de imediato. [...] Há, neste sentido, uma certa seletividade dos fatores de expulsão (os trabalhadores mais novos são despedidos antes, os proprietários que se endividaram mais são arruinados mais cedo) que pode ser assimilada a uma série de motivos individuais que leva alguns a migrar e a outros não. Adicionam-se a esta seletividade objetiva motivações subjetivas: parte dos trabalhadores desempregados permanece no lugar, à espera de melhores dias, sustentados por membros da família que trabalham ou mediante a realização de serviços de ocasião; outros trabalhadores, embora não tenham sido despedidos, preferem emigrar porque esperam encontrar melhores oportunidades alhures (SINGER, 1975, p. 51-52).

Em síntese, de acordo com Singer (1975), a causa central da migração interna está associada à economia, sendo que um mesmo evento pode ter impacto distinto para os diferentes segmentos da estrutura social. Embora sua análise aponte para um determinismo econômico, acrescenta que existem aspectos estruturais (sociais e espaciais) e individuais que influenciam na decisão de migrar.

Martine (1989 apud GUIMARÃES, 2003), assim como Singer (1975), considerou que a distribuição espacial da população está intimamente associada à organização e distribui-

ção das atividades econômicas; entendeu que a melhor condição de vida passa necessariamente, no capitalismo, pelo emprego e pela renda que a pessoa auferir. Nesse sentido, de forma geral, a migração não é consequência de decisões espontâneas, voluntárias, mas sim de um conjunto de decisões tomadas tanto na esfera pública como pelo mercado privado¹. Associa-se, portanto, a localização de atividades econômicas, a disponibilidade de emprego e renda à condição de vida das pessoas e às suas possibilidades e necessidades de mobilidade.

Acrescente-se que a migração, ao mesmo tempo, causa e consequência de mudanças sociais. Em outros termos, se o deslocamento de população pode ser associado à forma de organização e de distribuição das funções econômicas no espaço, findam por contribuir para a manutenção das situações de desigualdades, acentuando as vantagens das áreas já favorecidas, seja aumentando a disponibilidade de mão-de-obra e de mercado consumidor, seja pressionando pela ampliação dos equipamentos e serviços disponíveis. Do mesmo modo, as migrações contribuem para alterar as estruturas econômicas e sociais dos locais de origem e de destino. Para os locais de origem, quando acentuadas, as correntes emigratórias podem acarretar depressão econômica e manutenção dos problemas infra-estruturais. Para aquelas áreas onde há intensidade de imigração, emergem problemas associados à carência de infra-estrutura e de serviços sociais (saúde, educação, assistência social etc.), déficit habitacional, ocupação irregular do solo, desemprego, subemprego, danos ao meio ambiente, entre outros (BREMAEKER, 1992).

As idéias acima delineadas indicam que estudar a migração, tentando-se identificar de forma isolada os aspectos “expulsores” de uma determinada área ou os “atrativos” de outra, é inadequado para a compreensão de um processo que é indissociável da dinâmica social. Pensar nesses termos tornaria a compreensão do espaço como fragmentado e não como uma totalidade, formado por partes desiguais, porém, articuladas (SANTOS, 2004). Entende-se que um local assume a característica de expulsor ou atrativo em relação a outro². Em outras palavras, frente à opção de migrar (quando há a possibilidade de optar), o indivíduo compara as vantagens e desvantagens da sua atual localização, com as vantagens e desvantagens que ele supõe existirem na localização proposta.

Conforme Golgher (2004), a migração é determinada por dois grupos de fatores: os de *push* — significando ser empurrado ou impelido — e de *pull* — ser puxado ou atraído. Subjacente aos primeiros fatores estaria o baixo nível de vida do local de origem, de modo que qualquer outro local representaria uma melhoria; ou seja, não importariam

¹ As relações entre Estado e mercado se manifestam em diversas esferas da vida social e se evidenciam claramente na desigualdade na distribuição de estruturas e de funções no território. Para que o mercado atue e funcione de forma eficiente (ou seja, maximizando os lucros), faz-se necessário que o Estado intervenha, seja a partir de determinações legais, seja por conta da implantação de condições físicas de funcionamento. Enfim, o mercado ‘privado’ só funciona se o Estado atuar. Observe-se que, como bem argumentou Miliband (1972), embora vários dos interesses/agentes tenham poder de pressão sobre o Estado, dada a forma de organização capitalista, o empresariado se encontra numa posição privilegiada para pressioná-lo a atender seus objetivos.

² É necessário acrescentar que o fato de uma localidade ser dotada de mais aspectos “atrativos” ou “expulsores” é consequência de uma série de fatores de ordem política e social. Mesmo em se tratando de recursos naturais, sua apropriação desigual também resulta e repercute na forma como se organiza a sociedade. Ademais, definições políticas, planos e projetos de mudança no modelo produtivo, estratégias de desenvolvimento induzido, por exemplo, ao alterar a estrutura e os processos em curso em determinada área, podem torná-la “atrativa” a pessoas de outros locais e, simultaneamente, “expulsora” dos seus antigos moradores.

tanto as características do local de destino, o peso maior da migração seria a extrema adversidade do local de origem. Porém, essa situação se torna válida para pessoas de um determinado nível socioeconômico. Conforme o autor,

Indivíduos na base da pirâmide social tendem a apresentar uma condição precária de vida em seu local de residência, principalmente por causa de fatores econômicos como a dificuldade de obtenção de níveis mínimos de renda que garantam a subsistência. Esses indivíduos seriam impelidos a trocar de local de domicílio pela incapacidade de se manterem em sua condição atual de moradia de forma satisfatória [...] Assim, acredita-se que as classes mais desfavorecidas em termos de renda preocupam-se quase que exclusivamente com questões de seu local de origem e, ao migrar, façam isso basicamente pelas forças 'push'. (GOLGHER, 2004, p. 34)

Em relação aos fatores de *pull*, do local de destino, o determinante da migração estaria associado às vantagens que os indivíduos perceberiam no seu novo local de residência. Desse modo, a força de maior peso no movimento migratório estaria relacionada aos aspectos atrativos do local para onde se dirigem. Os fatores *pull* seriam mais importantes para determinar o deslocamento das pessoas com maiores níveis de renda. "Indivíduos localizados nos níveis mais altos de renda, que já têm uma boa qualidade de vida em seu local de moradia, só se mudariam se as vantagens do destino fossem muito marcantes [...] a migração só ocorrerá se no destino o ganho em termos de qualidade de vida for maior" (GOLGHER, 2004, p. 34). Mais uma vez, assinala-se que não só as características de um local o fazem mais ou menos propenso a reter, atrair, ou expulsar pessoas ou grupos sociais. Da relação entre essas características com as apresentadas em outras localidades associada ao perfil do migrante (o que se reflete nas suas demandas) é que se consubstanciam os motivos da mobilidade.

Analisando-se pesquisas em que o indivíduo declara a razão que o levou a alterar seu local de moradia e considerando município como limite geográfico para definir a migração, Jannuzzi (1997 apud GUIMARÃES, 2003) identificou dez categorias de motivos para a mobilidade espacial da população: trabalho, família, custo de vida, qualidade de vida, informações anteriores sobre o local, casamento, escola, aposentadoria, retorno ao local de residência anterior e outros. Antico (1997), tratando do estado de São Paulo, verificou nove grupos de motivos declarados por chefes migrantes, entre 1980 e 1993, para mudança do município, sendo os de ordem profissional mencionados por 41% do total de entrevistados. Destacou que os demais motivos — relativos a aspectos familiares, de moradia, de conhecimento anterior do local, de acesso à infra-estrutura e serviços, de segurança e qualidade de vida, custo de vida mais baixo, e outros —, ainda que isoladamente fossem menos importantes do que os referentes à profissão, somados representavam mais da metade do total das respostas.

De todo modo, os trabalhos de Jannuzzi (1997 apud GUIMARÃES, 2003) e Antico (1997) revelaram que as razões de ordem profissional se mostraram como as mais relevantes para definir a mudança. Esses mesmos estudos indicam também que outros fatores associados ao custo de vida, ao que foi nomeado qualidade de vida, às relações pessoais e familiares foram também mencionados pelos migrantes. Indica-se, portanto, que, além da possibilidade de inserção profissional, os valores predominantes num determinado momento histórico, o vínculo com o local de origem, as relações familiares,

maiores possibilidades de acesso à moradia, a serviços e infra-estrutura, por exemplo, podem influenciar mais decisivamente na escolha do local para residir. Vê-se que

A crescente complexidade da relação migração-emprego pode ser vista como parte do processo de reestruturação produtiva que, com as mudanças nas formas de inserção no mercado de trabalho, torna-se elemento fundamental para o entendimento da nova configuração espacial da migração e da urbanização, e das inter-relações entre as dinâmicas regionais. Mas, no atual contexto de distribuição espacial da população, marcado por movimentos migratórios diversos, outras dimensões, além da econômica, passam a ter significativo papel na decisão de migrar, tornando mais complexas as explicações e análises das migrações (ANTICO, 1997, p. 99).

É importante mencionar que, conforme o levantamento de Bremaeker (1992), existem alguns aspectos que podem colaborar para que uma área tenha perda de população, tais como: problemas fundiários (falta de incentivo para que o homem permaneça no campo e a inadequação do tamanho da propriedade rural, favorecendo sua venda para os latifundiários), redução da oferta de empregos, e déficit nos serviços públicos. Quanto às características de um local que o tornariam mais atrativo ao migrante, estariam divididas em três grupos de fatores: internos, externos e locais. No primeiro, estariam fatores relacionados à existência de indústrias e empregos; presença de melhor equipamento social (por exemplo, equipamentos e serviços de educação, saúde, assistência social e lazer), de comércio e de serviços; oferta de habitação, melhores condições de vida e de infra-estrutura urbana (referente à presença de serviços de água, esgoto, energia elétrica, pavimentação de vias, transportes públicos e sistema de comunicação). Como fatores externos, Bremaeker (1992) considerou a falta de políticas agrícolas e anormalidades climáticas das áreas com perdas demográficas, projetos especiais (entendidos como empreendimentos que demandem, ainda que temporariamente, grande volume de mão-de-obra) e atividades extrativas dinâmicas. Como fatores locais, citou a proximidade da capital — centro polarizador (seja do ponto de vista político-administrativo, econômico ou em termos de prestação de serviços) — e a localização privilegiada em relação a vias de circulação.

Antico (1997) identificou que os motivos da migração podem variar conforme o local de origem e as características do migrante. Sobre o local de origem³, evidenciou que razões associadas à moradia apareceram em proporção maior nos imigrantes das regiões metropolitanas; entre os que se dirigiram para os pequenos municípios uma das razões mais importantes foi o conhecimento anterior do local⁴. Quanto às características dos migrantes, pode-se dizer que, de acordo com o nível socioeconômico⁵ do indivíduo, um ou outro aspecto assume maior relevância: os vínculos familiares foram mais importantes para as pessoas das classes mais baixas do que para os integrantes das classes mais altas. Igualmente, os determinantes da migração revelaram-se distintos conforme a idade do entrevistado: 45% dos chefes com até 34 anos deram respostas

³ A autora trabalhou com as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Santos, Campinas, sedes do interior e pequenos municípios.

⁴ Embora a autora não fale sobre a “origem” desse conhecimento anterior, provavelmente ele está associado às redes sociais: parentes e amigos que já residam no local e que dêem informações sobre o mesmo.

⁵ Antico (1997) apresentou quatro classificações socioeconômicas, assim denominadas: A/B, C, D e E.

associadas a motivos profissionais; 15% a 18% dos que possuíam mais de 35 anos referiram motivos relacionados à moradia; e 42% dos entrevistados com idades superiores a 65 anos declararam motivos familiares. Contudo, para todas as áreas e para os indivíduos com as mais diferentes características, os motivos de ordem profissional foram os mais destacados.

Com uma escala de análise bem mais ampla, Golgher afirmou que, apesar do predomínio dos fatores econômicos, nos países de primeiro mundo e para as camadas de maior renda dos países em desenvolvimento, aspectos associados à qualidade de vida assumem uma importância bastante significativa na decisão de migrar. Seriam mais atrativos os locais com melhor clima, menores níveis de criminalidade, de poluição e possibilidades de congestionamentos, melhores condições de moradia e de lazer etc. Naqueles países onde prevalecem pessoas com renda média e baixa, a migração é, em muito, motivada por questões familiares e pelo objetivo de reencontrar amigos, tendo em vista que as redes de proteção social são muito significativas para pessoas com esse nível de renda. Destaque-se que

[...] as diferenças regionais atuam diretamente sobre as razões que fazem um indivíduo trocar de local de moradia ou permanecer em seu local de origem. Dois grupos de fatores atuam em conjunto na formação dos fluxos de migrantes: a baixa qualidade de vida no local de origem e um melhor nível de vida no local de destino (GOLGHER, 2004, p. 33 e 34).

De todo modo, pode-se dizer que o migrante se dirige para um ou outro local de acordo com a compatibilidade entre as características que esse local apresenta com suas necessidades e demandas. A isso se acrescenta sua possibilidade de arcar com o custo (material e imaterial) de deslocamento.

Em termos gerais, tais estudos convergem no sentido de que as causas da migração variam conforme a renda do sujeito, sua idade e perspectivas de vida e com as características do local de origem e de destino — não só, portanto, a dinâmica da economia dos lugares, mas, também suas localizações e estruturas.

Partindo-se dessas considerações, entende-se que a análise das características dos locais onde os fluxos migratórios se mostram mais significativos contribui para a compreensão dos aspectos que influenciam no processo migratório. Em outros termos, tomando-se como referência os deslocamentos de população entre os municípios, podem ser levantadas indicações de como a localização, a espacialização de estruturas, serviços e investimentos, os processos de modernização e/ou de alteração do perfil produtivo, contribuem para o maior ou menor deslocamento de pessoas.

Nesse sentido, tendo como objeto os municípios da Bahia, com base nos dados do Censo Demográfico de 2000 e considerando os dados de migração de data fixa (1995-2000)⁶ extraídos dessa pesquisa, a proposta deste estudo é realizar uma caracterização socioeconômica daqueles com os mais acentuados saldos migratórios⁷ positivos e negativos;

⁶ Como já dito nos Aspectos Metodológicos, consideraram-se as respostas às perguntas: "em que município residia em 31 de julho de 1995?" e "em que unidade da Federação ou país estrangeiro residia em 31 de julho de 1995?". Tais questões estão presentes no questionário da amostra, ou seja, não foram respondidas pela totalidade da população recenseada.

⁷ O saldo migratório, dado pela subtração do número de emigrantes do total de imigrantes, é um dos elementos que

dito de outro modo, a proposta é verificar aspectos dos municípios que apresentaram maior relevância na composição do saldo migratório da Bahia. Para isso, além desta introdução, dividiu-se o presente texto em três partes: na primeira, apresenta-se, de modo sucinto, um panorama dos municípios baianos em termos do volume do saldo migratório interestadual, intra-estadual e total (considerando-se o total de imigrantes e de emigrantes) e destacando-se aqueles cujo saldo foi mais acentuado em cada uma dessas categorias; na segunda, trabalhou-se com os municípios com os maiores e menores saldos totais, levantando alguns dados demográficos desses; na terceira parte, objetiva-se, para esse mesmo grupo de municípios, analisar alguns de seus aspectos infra-estruturais e características socioeconômicas de sua população. Por fim, realiza-se uma discussão de como tais aspectos podem ter contribuído para a composição do saldo migratório dos mesmos⁸ e comparam-se os espaços onde os saldos migratórios foram mais significativos.

PANORAMA GERAL DO SALDO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS: BREVE DESCRIÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Lembrando-se que, historicamente, a Bahia apresenta perdas migratórias frente a outros estados brasileiros e que, entre 1995-2000, registrou saldo migratório igual a -264.798 migrantes, ao elaborar-se um quadro geral do saldo migratório dos seus municípios, verifica-se que um grupo bastante restrito alcançou valores positivos: 68 municípios (16,4% do total), em termos das trocas interestaduais, 166 municípios (40% do total) quando se trata da migração interna (Quadros 1 e 2). Em termos do saldo total — considerando-se o conjunto dos imigrantes e dos emigrantes interestaduais e intra-estaduais —, 91 municípios obtiveram valores superiores a zero, ou seja, 22% dos 415 municípios do estado em 2000⁹ (Quadro 3). Um percentual bastante reduzido de municípios apresentou saldo superior a 1.000 pessoas: em termos interestaduais, seis deles (1,5% do total); nas trocas migratórias intra-estaduais, foram 19 municípios (4,6%) e no total, também foram 19 as unidades municipais que alcançaram saldo migratório maior que 1.000 habitantes (igualmente, 4,6% delas).

Por outro lado, logicamente, seja em termos interestaduais, intra-estaduais ou no cômputo geral, a maior parte dos municípios apresentou saldo migratório negativo. Com relação às trocas realizadas com outros estados, quase 84% deles apresentaram perdas migratórias; do mesmo modo, embora com menor intensidade, a maioria das unidades municipais da Bahia observou saldo migratório intra-estadual negativo (60,0%). O saldo total, portanto, foi inferior a zero em 324 delas, isto é, em 78% dos 415 municípios baianos existentes em 2000, o resultado das trocas migratórias foi negativo.

determinam o crescimento demográfico (r). Mais precisamente, o crescimento demográfico de uma população aberta (submetida a movimentos migratórios) resulta da combinação do crescimento vegetativo ($rv = b - d$) com o crescimento migratório ($rm = i - e$). Em outros termos, é dado pela equação: $r = rv + rm = (b - d) + (i - e)$, onde fecundidade (b), mortalidade (d), imigração (i) e emigração (e).

⁸ É importante assinalar que no Censo de 2000 não havia informações relativas os fatores que motivaram a migração.

⁹ Atualmente existem 417 municípios na Bahia, dois deles (Luiz Eduardo Magalhães e Barrocas) foram emancipados em março de 2000.

Quadro I			
Grupos de municípios da Bahia por volume do saldo migratório interestadual, 1995-2000			
Municípios por volume de saldo migratório interestadual	Quantidade de municípios		Saldo agregado
	Absoluto	%	
Entre 1.000 e 2.999 migrantes	6	1,45	8.962
Entre 500 e 999 migrantes	5	1,20	3.516
Entre 100 e 499 migrantes	20	4,82	4.772
Entre 0 e 99 migrantes	37	8,92	1.501
Inferior a 0	347	83,61	-253.208
entre -1 e -99 migrantes	48	11,57	-2.431
entre -100 e -499 migrantes	172	41,45	-44.125
entre -500 e -999 migrantes	71	17,11	-49.193
entre -1.000 e -1.999 migrantes	34	8,19	-45.852
entre -2.000 e -4.999	16	3,86	-51.639
entre -5.000 e -20.000	6	1,45	-59.968

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

Observe-se que nas três escalas, a maior quantidade absoluta de municípios apresentou saldos variando entre -100 e -499 migrantes: 172 deles, em termos das trocas migratórias efetuadas com outras unidades da Federação; 125 no âmbito intra-estadual e 123, quando se considera o saldo migratório total.

Na escala interestadual, dos dez municípios com saldos migratórios superiores a 500 pessoas, quatro situam-se no sul da Bahia: Mucuri, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Nova Viçosa, todos na Região Econômica Extremo Sul (ES) (ver Tabela 1). Dois movimentos econômicos podem estar associados ao maior volume de imigrantes em relação ao de emigrantes de outros estados para a região. Um se refere ao cultivo de eucalipto para a produção de celulose; vetor econômico incrementado a partir de 1988, com áreas de plantios de eucalipto sendo espalhadas em diferentes municípios dessa região, e com uma empresa do setor implantada em Mucuri. Esse processo gerou novos postos de trabalho e resultou na atração de fluxos migratórios para região, sejam de outros estados, seja oriundo de outras áreas da Bahia. Mais recentemente, contudo, uma vez estando esses empreendimentos consolidados, o número de empregos diretos no setor diminuiu; embora, de acordo com Dias (2001), existisse ainda uma parcela significativa de empregados de nível técnico oriunda de outras unidades da Federação (como Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e do Rio de Janeiro) e de Salvador, o que provavelmente contribuiu para o saldo migratório observado entre 1995-2000.

O outro movimento está associado à ampliação da importância econômica das atividades ligadas ao turismo no final dos anos 1990, desenvolvido principalmente na orla dessa região, sobretudo em Porto Seguro e em Santa Cruz Cabrália, mas também, ainda que em menor escala, em Prado, Alcobaça, Caravelas e na região de Mucuri e Nova Viçosa — estes dois últimos, apesar de pouco expressivos em relação aos demais da região, experimentaram também algum incremento econômico com a implantação da fábrica de celulose.

Quadro 2

Grupos de municípios da Bahia por volume do saldo migratório intra-estadual, 1995-2000

Municípios por volume de saldo migratório intra-estadual	Quantidade de municípios		Saldo agregado
	Absoluto	%	
Superior a 10.000 migrantes	4	0,96	58.887
Entre 5.000 e 9.999 migrantes	5	1,20	32.238
Entre 1.000 e 4.999 migrantes	10	2,41	21.583
Entre 500 e 999 migrantes	26	6,27	17.432
Entre 100 e 499 migrantes	75	18,07	19.538
Entre 0 e 99 migrantes	46	11,08	2.172
Inferior a 0	249	60,00	-120.987
entre -1 e -99 migrantes	42	10,12	-2.326
entre -100 e -499 migrantes	125	30,12	-32.631
entre -500 e -999 migrantes	53	12,77	-37.234
entre -1.000 e -5.000 migrantes	29	6,99	-48.796

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

Quadro 3

Grupos de municípios da Bahia por volume do saldo migratório total, 1995-2000

Municípios por volume de saldo migratório total	Quantidade de municípios		Saldo agregado
	Absoluto	%	
Superior a 10.000 migrantes	4	0,96	64.005
Entre 5.000 e 9.999 migrantes	4	0,96	25.547
Entre 1.000 e 4.999 migrantes	11	2,65	16.094
Entre 500 e 999 migrantes	16	3,86	10.650
Entre 100 e 499 migrantes	39	9,40	10.734
Entre 0 e 99 migrantes	17	4,10	533
Inferior a 0	324	78,07	-331.118
entre -1 e -99 migrantes	21	5,06	-1.103
entre -100 e -499 migrantes	123	29,64	-34.648
entre -500 e -999 migrantes	87	20,96	-62.548
entre -1.000 e -4.999 migrantes	90	21,69	-189.831
entre -5.000 e -23.000	3	0,72	-42.988

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

Tabela I
Municípios da Bahia com saldo migratório interestadual superior a 500 indivíduos, 1995-2000

RE's	Municípios	Imigrantes interestaduais	Emigrantes interestaduais	Saldo migratório
BMSF	Juazeiro	10.861	8.094	2.766
RMS	Lauro de Freitas	2.947	639	2.308
RMS	Camaçari	3.882	2.324	1.558
ES	Mucuri	3.579	2.403	1.176
ES	Santa Cruz Cabrália	1.464	310	1.154
RMS	Simões Filho	1.621	665	956
ES	Porto Seguro	5.923	5.018	906
IR	Lapão	1.038	431	607
ES	Nova Viçosa	2.377	1.844	533
MSF	Serra do Ramalho	1.492	978	514
	Total	35.183	22.705	12.478
	Bahia	253.238	518.036	-264.798

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

Quanto a Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, além dos atrativos naturais, contavam com importante patrimônio histórico cultural, que vem sendo apropriado para fins turísticos, atraindo pessoas de diferentes partes do país. Embora isso tenha trazido impactos ambientais e danos ao patrimônio histórico, também fez com que ambos adquirissem importância no contexto estadual, absorvendo novos moradores provenientes de outras unidades da Federação para trabalhar (abrindo pousadas e restaurantes ou prestando serviços nesse tipo de estabelecimento) e, em menor escala, para ter uma vida mais calma, em busca de qualidade de vida.

Ainda em relação aos municípios com os maiores saldos interestaduais, três integram a Região Metropolitana de Salvador (RMS): Lauro de Freitas e Simões Filho, ambos situados nos limites da capital, e Camaçari que, no final desta última década, observou a implantação de uma fábrica da FORD e suas sistemistas, situação que provavelmente veio a contribuir para a atração de novos moradores de outras unidades da Federação, mas cujo impacto ainda não se tinha como dimensionar na ocasião do Censo de 2000. O município de Lauro de Freitas, em conurbação com a capital e tendo como um de seus limites Camaçari, recebeu imigrantes interestaduais por conta da instalação da referida indústria, bem como devido à transferência, mais ou menos em meados dos anos 1990, de indústrias do Sudeste brasileiro para o seu território.

De acordo com pesquisa realizada por Dias (2006), a opção de pessoas oriundas de outras localidades do Brasil por morar em Lauro de Freitas — ainda que trabalhando em Salvador ou Camaçari — estaria associada à sua proximidade e acessibilidade a estes municípios e ao fato de ele possuir uma infra-estrutura de comércio e serviços mais diversificados dos que os existentes em Camaçari. Alie-se a isso o custo da moradia, que era inferior ao de Salvador,

e à noção de qualidade de vida — pretendida pelas pessoas e apresentada nos anúncios dos empreendimentos imobiliários — existente em Lauro de Freitas, que além de estar situado na orla, tem como um dos limites o belo rio Joanes, apresenta resquícios de mata atlântica e pequena verticalização. Sobre Simões Filho, uma série de investimentos no setor químico e petroquímico, metal-mecânico e agro-alimentar em implantação e ampliação nos anos 1990 provavelmente contribuíram para atrair novos moradores de outras partes do país.

Compondo esse conjunto de municípios, estão também Juazeiro (saldo migratório interestadual de 2.766 migrantes) e Lapão (saldo migratório de 607 indivíduos) — localizados na Região Econômica Baixo Médio São Francisco (BMSF) e na Região Econômica Irecê (IRC), respectivamente. O primeiro desses municípios está na divisa da Bahia com Pernambuco, mais precisamente junto a Petrolina (com quem forma um pólo regional e possui articulação funcional), e apresenta importante participação na economia baiana, decorrente da amplitude das atividades relacionadas à fruticultura irrigada, predominantemente, voltada à exportação. Acrescente-se que, de acordo com Alves (2003), a adoção de novas tecnologias, nos anos 1990, tem proporcionado aumento na produtividade da região.

Além de Porto Seguro e Barreiras, cujo saldo migratório interestadual positivo (sendo que o desse último foi de apenas 346 pessoas), Paulo Afonso, Teixeira de Freitas, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Salvador registram mais de 5.000 imigrantes oriundos de outras unidades da Federação, no entanto, todos esses obtiveram saldo migratório interestadual negativo (Tabela 2). Ademais, integravam o grupo dos 22 municípios que apresentaram as maiores perdas migratórias interestaduais, superiores a 2.000 pessoas em 1995-2000.

Estando distribuídos em 13 das 15 Regiões Econômicas, destaca-se que três desses municípios estão no Paraguaçu (PAR) — Ipirá, Itaberaba e Feira de Santana — e quatro no Litoral Sul (LS) — Camacan, Ubaitaba, Ilhéus e Itabuna. Com perfis distintos, em termos demográficos e socioeconômicos, dentre os que obtiveram as maiores perdas migratórias interestaduais estão, por exemplo, a capital, Salvador, o maior e mais importante centro demográfico, político e econômico da Bahia (com saldo migratório negativo, -19.785 indivíduos); Feira de Santana (saldo de -6.870 migrantes), segundo maior município baiano em termos demográficos e econômicos, onde se situa importante entroncamento rodoviário (encontro das BR-101 e BR-116) que permite a ligação das capitais do Sudeste ao Nordeste; Paulo Afonso (saldo interestadual de -2.483 indivíduos), situado na divisa da Bahia com Alagoas e onde está instalada a usina hidrelétrica de mesmo nome; e Bom Jesus da Lapa (saldo de -4.423 migrantes), situado às margens do São Francisco, cuja história e economia em muito se associam à proximidade ao Rio São Francisco e ao turismo religioso.

Tabela 2
Municípios da Bahia com saldo migratório interestadual inferiores a 2000 indivíduos, 1995-2000

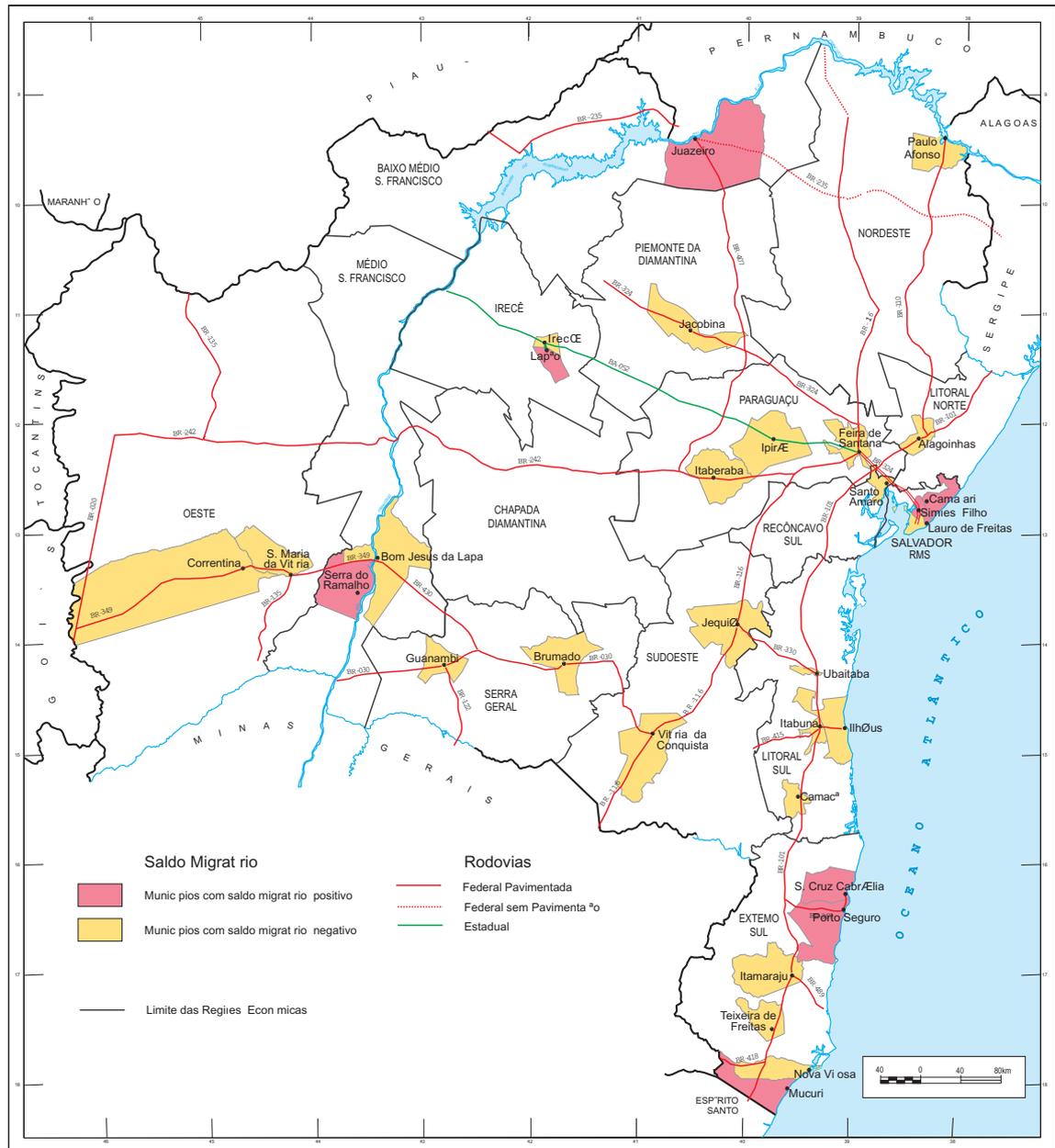
RE's	Municípios	Imigrantes interestaduais	Emigrantes interestaduais	Saldo migratório
LN	Alagoinhas	1.502	3.505	-2.002
LS	Camacan	607	2.610	-2.004
LS	Ubaitaba	506	2.535	-2.029
OES	Correntina	1.199	3.299	-2.100
SG	Brumado	1.041	3.439	-2.399
NOR	Paulo Afonso	7.114	9.597	-2.483
PAR	Ipirá	433	3.120	-2.688
PAR	Itaberaba	876	3.614	-2.738
ES	Itamaraju	2.563	5.965	-3.402
SG	Guanambi	1.022	4.926	-3.904
PIE	Jacobina	1.701	5.628	-3.928
ES	Teixeira de Freitas	5.782	9.743	-3.961
OES	Santa Maria da Vitória	947	5.174	-4.227
MSF	Bom Jesus da Lapa	1.435	5.858	-4.423
RS	Santo Amaro	152	4.817	-4.665
SUD	Jequié	2.742	7.428	-4.686
IRC	Irecê	1.823	8.044	-6.222
PAR	Feira de Santana	6.861	13.731	-6.870
SUD	Vitória da Conquista	7.193	14.466	-7.274
LS	Ilhéus	4.472	13.415	-8.943
LS	Itabuna	4.420	15.295	-10.875
RMS	Salvador	35.714	55.499	-19.785
	Total	90.104	201.712	-111.607
	Bahia	253.238	518.036	-264.798

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

É interessante notar que o fato de estar no limite do estado, por si só, mesmo que tal situação seja acompanhada de uma dinâmica econômica e urbana mais ou menos intensa não pode ser tomado como indicativo de propensão à migração para outras unidades da Federação. Como demonstra o Cartograma 1, Juazeiro, Mucuri, Teixeira de Freitas e Paulo Afonso, que estavam dentre os mais importantes municípios da Bahia em termos do PIB em 2000, observaram tanto saldos positivos (Juazeiro e Mucuri) como negativos (Teixeira de Freitas e Paulo Afonso).

Cartograma I

**Municípios da Bahia com os maiores e menores saldos migratórios interestaduais
1995-2000**



Em termos das trocas migratórias estabelecidas internamente, dos 19 municípios que apresentaram saldo superior a 1.000 pessoas, cinco se situam na RMS: Lauro de Freitas (o de maior saldo migratório intra-estadual, 17.844 migrantes), Camaçari, Simões Filho, Dias d'Ávila e Vera Cruz. Havia municípios de mais dez Regiões Econômicas nesse conjunto, sendo que três estão na Extremo Sul (Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Santa Cruz Cabrália), dois na Sudoeste (Vitória da Conquista e Poções), e dois no Paraguaçu (Feira de Santana e Santo Estevão). As Regiões Litoral Sul, Chapada Diamantina, Piemonte da Diamantina, Nordeste, Médio São Francisco, Baixo Médio São Francisco e Oeste apresentaram, cada uma, apenas um município nesse grupo (Tabela 3).

Note-se que, para Lauro de Freitas e Camaçari, a dinâmica migratória intra-estadual pode estar associada tanto aos processos econômicos anteriormente mencionados, como à tendência de afastamento de determinados setores sociais da capital — destaque-se a ampliação do número de condomínios fechados e loteamentos, a partir de meados dos anos 1990, especialmente em Lauro de Freitas. É importante ressaltar que a moradia nesses municípios, seja destinada aos segmentos de renda média ou baixa, tem custo inferior ao das áreas centrais e mais próximas/acessíveis ao centro de Salvador (DIAS, 2006).

Tabela 3				
Municípios da Bahia com saldo migratório intra-estadual superior a 1.000 indivíduos, 1995-2000				
RE's	Municípios	Imigrantes intra-estaduais	Emigrantes intra-estaduais	Saldo migratório
RMS	Lauro de Freitas	21.090	3.246	17.844
ES	Porto Seguro	20.966	4.086	16.881
RMS	Camaçari	18.691	6.246	12.445
OES	Barreiras	16.286	4.568	11.717
RMS	Simões Filho	11.186	3.081	8.105
PAR	Feira de Santana	25.945	18.884	7.060
SUD	Vitória da Conquista	15.078	8.523	6.556
RMS	Dias d'Ávila	7.189	1.924	5.266
ES	Teixeira de Freitas	9.799	4.547	5.252
LS	Ilhéus	13.431	9.040	4.392
ES	Santa Cruz Cabrália	4.638	622	4.016
BMSF	Juazeiro	8.674	5.585	3.089
RMS	Vera Cruz	3.471	1.245	2.226
CD	Ibicoara	1.764	126	1.638
NOR	Santaluz	1.459	17	1.442
SUD	Poções	3.018	1.594	1.424
MSF	Sítio do Mato	1.458	298	1.160
PAR	Santo Estevão	2.208	1.095	1.112
PIE	Ponto Novo	1.452	367	1.084
	Total	187.803	75.095	112.708
	Bahia	651.969	651.969	0

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

Para Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, considera-se que o desenvolvimento das atividades turísticas anteriormente mencionado — e a expectativa de ocupação por elas produzidas —, associado à melhoria das vias de circulação e da infra-estrutura como fatores que influenciaram a constituição do seu saldo migratório. Conforme um estudo desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) na primeira metade dos anos 1990, já se identificava a expansão das áreas de turismo e o dinamismo socioeconômico a ele correlato, para além das sedes desses municípios.

De acordo com esse estudo,

No caso das vilas e povoados esta expansão provocou algumas transformações, resultantes do novo fluxo de investidores e visitantes, a exemplo da constituição de equipamentos – sobretudo de hospedagem – e da atração de uma população pauperizada, a qual tendeu a habitar as regiões periféricas às zonas turísticas (SEI, 1995, p. 50).

Ainda pode ter contribuído para o movimento migratório intra-estadual esboçado nesses municípios em 1995-2000, o fato de integrarem o território de produção de eucalipto para a indústria de celulose.

Essa mesma situação se aplica para entender o saldo migratório de Teixeira de Freitas, que exerce a função de pólo regional e integra a Região Extremo Sul. Nesse município observaram-se repercussões da instalação de plantios de eucalipto de dois projetos florestais, além de alguns pequenos empreendimentos voltados à produção de móveis, dentre os quais a implantação de infra-estrutura voltada, principalmente, para atender a esses empreendimentos, e à ampliação e diversificação do setor terciário decorrente, sobretudo, das demandas geradas pelo seu corpo de funcionários (DIAS, 2001). Tais processos foram decorrentes e geradores de fluxos migratórios para o município.

Juazeiro também figura como importante pólo regional, integrando o grupo das cidades estratégicas da Bahia (BAHIA, 2003). Destacando-se pela já mencionada produção irrigada voltada à exportação — que impulsionou a sua urbanização e o desenvolvimento de uma rede de comércio e serviços — e estando num dos extremos do estado, numa área onde o semi-árido é predominante, não causa estranheza que venha sucessivamente atraindo migrantes num montante significativo, superior ao daqueles que de lá saem para outros lugares.

Outros municípios que têm a função de pólos regionais e eram considerados os principais centros urbanos do estado (PORTO, 2003) figuraram no conjunto dos que possuíam os maiores saldos migratórios intra-estaduais da Bahia. São eles: Feira de Santana, Vitória da Conquista e Ilhéus. Concentrando boa parte dos equipamentos, infra-estruturas, investimentos públicos e privados do estado, as sedes desses municípios eram dotadas de centralidade¹⁰, atendendo à demanda de seus moradores bem como os de municípios próximos. Ademais,

¹⁰ Centralidade é entendida aqui como a capacidade de atrair de fluxos de pessoas de outras localidades, associada à presença de equipamentos, serviços e setores estratégicos; o que faz com que determinado lugar situe-se numa posição hierárquica superior a outros centros menores, complementando-os no que se refere às necessidades funcionais.

situam-se em pontos estratégicos da Bahia, próximos a importantes vias de circulação de caráter nacional. Assim como outros municípios de porte demográfico significativo, esses municípios apresentavam uma estrutura urbana consolidada, devendo manter-se em posição importante em relação à sua região.

Com relação a Barreiras, atualmente, é o mais importante centro do antigo "Além São Francisco", com grande dinamismo econômico e acelerada urbanização, situação decorrente da participação desse município na política federal de expansão das fronteiras agrícolas, ocorrida nos anos 1970. Integrando a área baiana de cultivo de grãos, com o desenvolvimento da cultura da soja, Barreiras assumiu papel relevante na economia estadual, ascendendo à condição de centro regional: constituiu-se no município do Oeste que mais recebeu investimentos associados a esse novo ciclo econômico, o que gerou novos postos de trabalho e atraiu fluxos migratórios tanto para áreas rurais como para o meio urbano. Acrescente-se que a dinâmica econômica associada a tais processos colaborou para atrair imigrantes de outros estados (em especial do Sul brasileiro), de outros municípios próximos e de outras regiões baianas mais distantes¹¹.

Com os menores saldos intra-estaduais, entre -1.015 e -4.132 pessoas, encontraram-se 29 municípios que, somados, tinham saldo migratório de -48.796 indivíduos. Dez desses municípios situam-se na Região Litoral Sul (Itagi, Uruçuca, Buerarema, Itabuna, Wenceslau Guimarães, Pau Brasil, Maraú, Ubatã, Gandu e Camaçan) e, juntos, perderam pouco mais que 15.000 moradores. Quatro dos integrantes desse grupo estão no Recôncavo Sul (Mutuípe, Castro Alves, Maragogipe, Santo Amaro); do Extremo Sul havia três (Guaratinga, Belmonte, Itamaraju); as Regiões Paraguaçu, Oeste, Irecê e do Sudoeste apresentaram dois municípios, cada uma, nesse grupo (Tabela 4). Da Chapada Diamantina, do Litoral Norte, do Nordeste e do Piemonte da Diamantina encontrou-se um representante em cada região.

A observação da Tabela 4 indica que registraram saldo migratório negativo, além de Salvador, Alagoinhas, Itabuna, Santo Amaro, Serrinha, que estão entre os municípios mais importantes do estado em termos econômicos, consideradas "cidades estratégicas da Bahia" (BAHIA, 2003).

Os quadros e tabelas anteriormente apresentados evidenciam claramente que as trocas migratórias internas eram bastante superiores às realizadas com outros estados; desse modo, o saldo migratório total dos municípios baianos (considerando-se a subtração dos emigrantes do total de imigrantes) segue, de forma geral, a tendência verificada na escala intra-estadual, seja em termos dos municípios que se destacam, seja em termos dos volumes de migrantes. A comparação dos Cartogramas 1 e 2 também permite notar que a movimentação interna era mais intensa, inclusive pelo número de municípios que se destacaram quanto ao saldo migratório positivo. Considerando apenas a dinâmica interna, pode-se ver com mais clareza pelo Cartograma 2 a proximidade entre as unidades municipais com altos saldos e aquelas com acentuadas perdas migratórias, bem como a ligação viária existente entre elas.

¹¹ Maiores informações sobre origem e destino dos migrantes, ver trabalho de Pinho nesta publicação.

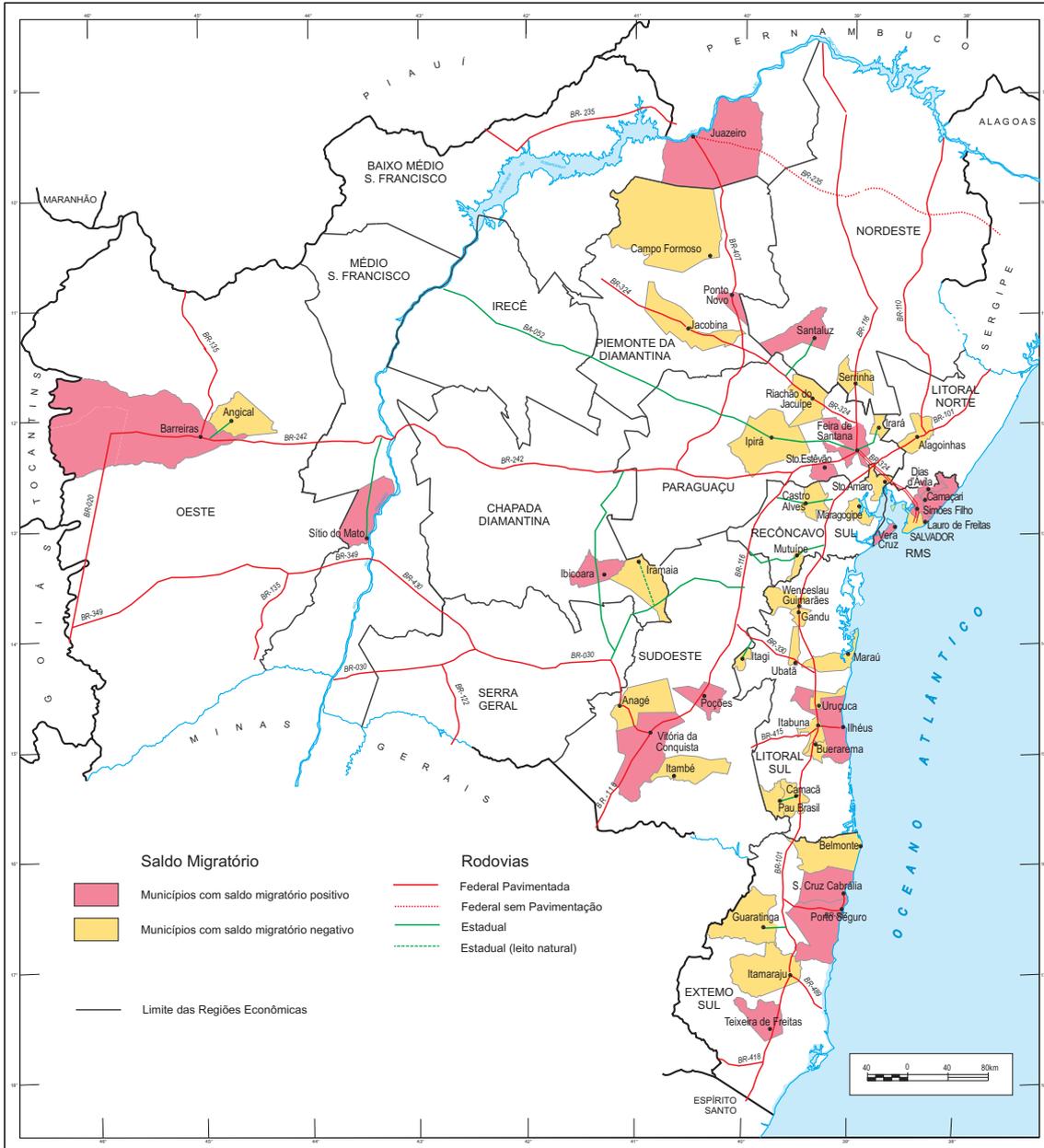
Tabela 4

Municípios da Bahia com saldos migratórios intra-estaduais inferiores a -1.000 indivíduos, 1995-2000

RE's	Municípios	Imigrantes intra-estaduais	Emigrantes intra-estaduais	Saldo migratório
LS	Itagi	608	1.624	-1.015
RS	Mutuípe	838	1.872	-1.033
LN	Alagoinhas	6.241	7.326	-1.085
CD	Iramaia	342	1.438	-1.096
LS	Uruçuca	1.362	2.502	-1.140
OES	Angical	360	1.516	-1.156
LS	Buerarema	988	2.218	-1.230
LS	Itabuna	11.828	13.059	-1.231
ES	Guaratinga	898	2.217	-1.319
SUD	Anagé	381	1.710	-1.329
IRC	Irará	847	2.198	-1.350
SUD	Itambé	1.172	2.544	-1.372
LS	Wenceslau Guimarães	868	2.259	-1.391
PAR	Ipirá	1.652	3.107	-1.454
ES	Belmonte	984	2.463	-1.479
LS	Pau Brasil	717	2.220	-1.503
LS	Maraú	1.032	2.593	-1.561
PAR	Riachão do Jacuípe	1.394	2.970	-1.577
RS	Castro Alves	808	2.492	-1.684
PD	Jacobina	4.078	5.818	-1.740
LS	Ubatã	1.390	3.173	-1.782
LS	Gandu	2.493	4.313	-1.820
RMS	Salvador	89.073	91.372	-2.299
RS	Maragogipe	865	3.171	-2.307
NOR	Serrinha	2.599	4.933	-2.335
IRC	Campo Formoso	1.398	3.748	-2.350
ES	Itamaraju	3.249	5.642	-2.393
LS	Camacan	2.282	4.913	-2.631
RS	Santo Amaro	2.222	6.354	-4.132
	Total	142.968	191.764	-48.796
	Bahia	651.969	651.969	0

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

Cartograma 2
Municípios da Bahia com os maiores e menores saldos migratórios intra-estaduais
1995-2000



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI

Evidencia-se que em 19 municípios o saldo total foi superior a 1.000 indivíduos. Agrupados, tais municípios responderam por um saldo equivalente a 105.645 migrantes. Apenas em Mucuri (integrante da Região Extremo Sul) o saldo interestadual superou o intra-estadual (1.176 e 685 migrantes, respectivamente), fato possivelmente associado ao referido perfil das atividades econômicas ali desenvolvidas na última década e ao tipo de trabalhador que tais atividades contribuíram para reter. Também se constituíram exceções Pindobaçu (na RE Piemonte da Diamantina) e Piripá (situado na RE Serra Geral, no limite da Bahia com Minas Gerais): únicos deste conjunto que não estavam entre os com maiores saldos nas escalas interestadual ou intra-estadual, embora em ambas as situações tenham obtido valores positivos, compondo o pequeno grupo de municípios da Bahia com saldo superior a 100 migrantes.

Ressalta-se ainda que apenas quatro municípios contaram com saldo superior a 10 mil migrantes (Lauro de Freitas, Porto Seguro, Camaçari e Barreiras). Mesmo entre aqueles que apresentaram os mais elevados saldos, em boa parte deles não se alcançou a marca de 2 mil migrantes (Tabela 5).

Tabela 5
Municípios da Bahia com saldo migratório superior 1.000 indivíduos, 1995-2000

RE's	Municípios	Total de imigrantes	Total de emigrantes	Saldo total
RMS	Lauro de Freitas	24.037	3.885	20.152
ES	Porto Seguro	26.890	9.103	17.787
RMS	Camaçari	22.573	8.570	14.003
OES	Barreiras	24.534	12.471	12.063
RMS	Simões Filho	12.807	3.746	9.061
BMSF	Juazeiro	19.535	13.679	5.856
RMS	Dias d'Ávila	8.136	2.676	5.460
ES	Santa Cruz Cabrália	6.102	932	5.170
RMS	Vera Cruz	3.795	1.401	2.394
ES	Mucuri	5.016	3.155	1.861
NOR	Santaluz	1.653	96	1.557
CD	Ibicoara	1.940	396	1.544
MSF	Sítio do Mato	1.888	443	1.444
MSF	Serra do Ramalho	3.015	1.713	1.302
ES	Teixeira de Freitas	15.582	14.291	1.291
PD	Ponto Novo	2.015	727	1.288
SUD	Poções	5.309	4.133	1.177
PD	Pindobaçu	2.850	1.698	1.152
SG	Piripá	1.698	612	1.086
	Total	189.372	83.727	105.645
	Bahia	-264.798	0	

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

Cinco dos municípios em evidência na Tabela 5 estão na RMS (50% do total de municípios dessa Região): Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Dias d'Ávila e Vera Cruz. Em Lauro de Freitas observou-se o maior saldo migratório da Bahia, o único superior a 20.000 migrantes. Acrescente-se que para Lauro de Freitas convergiram imigrantes de diferentes segmentos sociais, sendo significativo o percentual dos que possuem nível superior¹². Do mesmo modo que Camaçari (saldo de 14.003 migrantes) e Simões Filho (9.061 migrantes), provavelmente Lauro de Freitas teve elevado saldo migratório tanto em decorrência dos já mencionados processos econômicos e sociais que vêm se desenvolvendo na RMS, como por conta das suas características — destaque-se a proximidade e a acessibilidade em relação a Salvador e a sua infra-estrutura em termos de mercado de trabalho, comércio e serviços.

Para Dias d'Ávila e Vera Cruz, pode ter contribuído para que obtivessem saldo migratório positivo o fato de serem considerados locais tranquilos, o que estaria atraindo, além de pessoas em idade ativa, pessoas mais idosas, principalmente aposentados, mas sem interesse ou renda suficiente para residir nas áreas da orla oceânica da metrópole — caso de Lauro de Freitas e Camaçari, cujo número de condomínios e loteamentos voltados aos segmentos sociais de maior renda indicam o intenso processo de expansão imobiliária. Em Dias d'Ávila, na década de 1990, também ocorreu a implantação de indústrias do setor de alimentação e bebidas, fato que pode ter contribuído para diminuir a emigração e atrair novos moradores.

Para entender o saldo migratório dos municípios da RMS, é necessário considerar também que, ainda que tenuamente, está ocorrendo um processo de periferização¹³ da população metropolitana. Observe-se que, embora a capital detenha mais de 80% da população dessa região, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Itaparica e Vera Cruz vêm ampliando progressivamente sua importância relativa na composição da população regional. Em outros termos,

As áreas habitacionais se estenderam na direção Norte [de Salvador], para as faixas de rendimento mais baixo, e no sentido da orla, para as faixas de rendimento superior, caracterizando uma nova cidade, uma nova metrópole, agora conurbada com os municípios de Lauro de Freitas, Camaçari/Orla, Simões Filho, Madre de Deus e Ilha de Itaparica. As cidades ao Norte da metrópole também receberam grande contingente populacional, ampliando a sede dos municípios (PORTO, 2003, p. 19).

Acrescente-se que,

[...] há uma Macrorregião de Salvador, que é composta de uma grande metrópole, caracterizada pelas áreas urbanas de Salvador, Lauro de Freitas, Orla de Camaçari, Simões Filho, Itaparica e a costa leste do município de Vera Cruz, cuja função é concentrar a maioria da população e das atividades

¹² A respeito da escolaridade dos migrantes, ver o trabalho de Santos presente nesta publicação.

¹³ Periferização, nesse caso, refere-se à tendência da população dos municípios centrais das metrópoles a migrar para municípios que estão em sua periferia (MARTINE, 1995).

terciárias, além de contar com o maior adensamento de infra-estrutura em toda a região Nordeste do país [...] (PORTO, 2003, p. 85).

Da RE Extremo Sul, há quatro municípios no conjunto dos que apresentaram saldo migratório total acima de 1.000 pessoas entre 1995-2000 (Tabela 5). Como mencionado na discussão dos saldos migratórios inter e intra-estaduais, para Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Mucuri, tanto o turismo como a indústria de papel e celulose geraram postos de trabalho e, mais que isso, expectativa de postos de trabalho que atraíram migrantes de diferentes localidades de dentro e de fora do estado. Em Teixeira de Freitas, possivelmente, além das atividades direta e indiretamente vinculadas à indústria da celulose, a dinâmica urbana e a convergência de vias de circulação de importância nacional colaboraram para a atração de imigrantes e para diminuir o volume da emigração.

Os demais municípios distribuem-se por mais nove Regiões Econômicas: dois localizados no Piemonte da Diamantina (Pindobaçu e Ponto Novo); dois no Médio São Francisco (Sítio do Mato e Serra do Ramalho); e um nas Regiões Oeste (Barreiras), Recôncavo Sul (Cruz das Almas), Baixo Médio São Francisco (Juazeiro), Chapada Diamantina (Ibicoara), Nordeste (Santaluz), Sudoeste (Poções) e Serra Geral (Piripá). Diferentes aspectos parecem ter colaborado para que esses municípios revelassem saldo migratório elevado, tais como o dinamismo econômico, a localização e a centralidade de Barreiras e Juazeiro; a implantação e ampliação de projetos de irrigação e atividades de mineração, como se verificou em Ponto Novo e a existência de assentamentos rurais em Serra do Ramalho, Sítio do Mato e Poções¹⁴. Este último, é oportuno acrescentar, conta com a vantagem da proximidade a Vitória da Conquista (a aproximadamente 70 km), um dos principais centros do Sudoeste baiano. Contando com a acessibilidade a esse importante município e com custo de vida mais baixo, sobretudo da moradia, saúde e educação, e relativa diversidade no comércio e serviços — especialmente populares —, Poções pode ter absorvido parte das demandas que se dirigiriam a Conquista e, com isso, criaram-se alternativas de ocupação, o que contribuiria para diminuir a emigração.

Dentre os municípios da Bahia que registraram as mais acentuadas perdas migratórias, em 39 o saldo oscilou entre -2.000 e -22.084 migrantes. Esse grupo era composto predominantemente por municípios da Região Econômica Litoral Sul (14 deles). Em seguida estavam as Regiões Recôncavo Sul, Médio São Francisco e Piemonte da Diamantina, com três representantes de cada uma (Tabela 6).

À primeira vista, chama-se atenção para o fato de Salvador ser o município com maior perda migratória, sendo que seu saldo interestadual é muito maior do que o intra-estadual (ver Tabelas 2 e 4). Conforme o texto de Santos (2007), que consta neste traba-

¹⁴ A autora agradece a Ana Mônica Hughes de Paula, da Coordenação de Pesquisas Sociais (COPES) da SEI pelas importantes informações prestadas sobre os diferentes processos ocorridos nas áreas rurais da Bahia, sobretudo, às referentes a assentamentos.

lho, tanto entre os emigrantes interestaduais como intra-estaduais, o maior percentual referiu ter 11 ou mais anos de estudo, o que converge com outros estudos que indicam que possibilidades de emprego têm levado pessoas mais escolarizadas do Nordeste a migrarem para outros estados brasileiros.

Do mesmo modo, a perda migratória de Salvador para outros municípios da Bahia expressa, por exemplo, pelo processo de periferização, parece indicar também o transbordamento da sua influência e centralidade para além dos seus limites legais. Tal como proposto por Sposito (1999), com as mudanças e os avanços recentes nas tecnologias de transporte e comunicação, estabeleceu-se a possibilidade da construção de novas espacialidades que, não necessariamente contínuas, se interconectam e articulam por meio de fluxos. Isso permitiu a construção de uma nova morfologia urbana, tipicamente polinucleada, e o surgimento de novas lógicas de localização, caracterizadas pela descontinuidade e intensidade de expansão. A aglomeração, contudo, permanece importante, uma vez que certas funções — como as de comando — permanecem em locais particulares e centrais, que, por isso mesmo, tomam lugar superior na hierarquia dos lugares e assumem posição articuladora entre os diferentes locais. Essa situação se expressa na relação que a capital estabelecia com diversos municípios do estado, contíguos ou não, que com ela mantinham seus principais fluxos materiais e imateriais.

Ainda analisando a relação dos municípios com os menores saldos migratórios em 1995-2000, percebe-se que havia outras unidades com relevância econômica e/ou estratégica no estado, como Paulo Afonso, Jequié, Ilhéus e Itabuna que integram o conjunto das cidades definidas pelo Plano Estratégico do estado como “cidades comerciais de porte interestadual” (BAHIA, 2003)¹⁵. Efetivamente, ressalvado o caso especial de Paulo Afonso (cuja importância está associada à produção de energia hidrelétrica), o eixo Itabuna-Ilhéus e Jequié, historicamente, figuram entre os municípios mais significativos da Bahia, situados nas proximidades da BR-101 e BR-116, respectivamente. Além desses, Senhor do Bonfim, Serrinha, Alagoinhas, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Irecê e Jacobina apresentaram saldo migratório negativo.

Ressalta-se que, de forma geral, aqueles municípios que registraram os saldos mais elevados estão próximos a outros onde as perdas migratórias foram acentuadas, ou se encontram a eles articulados por rodovias estaduais ou federais (Cartograma 3). No Médio São Francisco, é interessante notar que o rio São Francisco exerce também o papel de eixo articulador entre Xique-Xique, Barra, Sítio do Mato, Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho e Carinhanha. É interessante evidenciar que, como havia municípios com elevados saldos em diferentes porções da Bahia, a maioria deles contando com a presença de importantes vias de circulação.

¹⁵ A análise do saldo migratório das principais cidades baianas é o tema central do trabalho de Araújo, que consta nesta publicação.

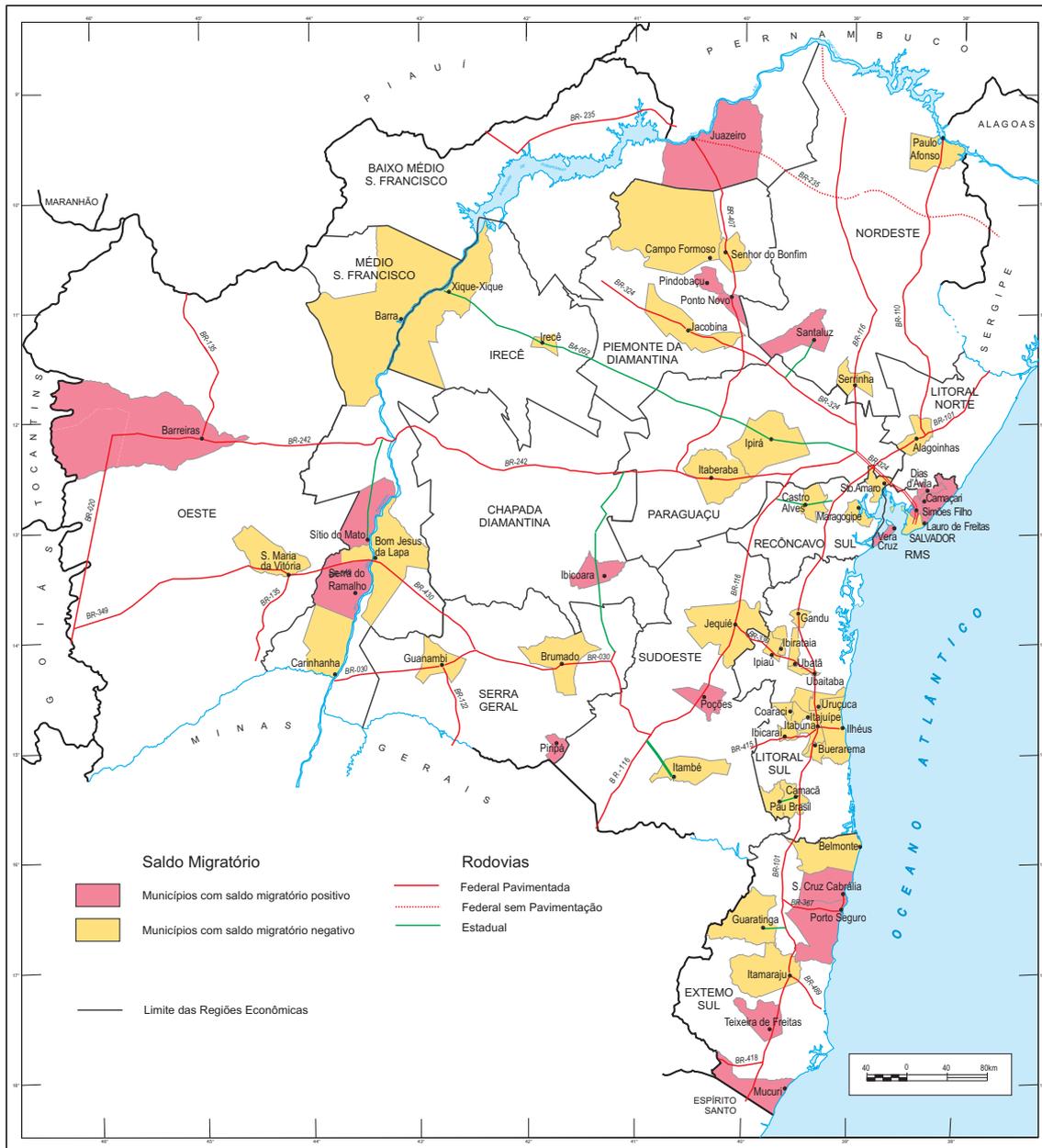
Tabela 6
Municípios da Bahia com saldo migratório inferiores a -1.000 indivíduos,
1995-2000

RE's	Municípios	Total de imigrantes	Total de emigrantes	Saldo total
ES	Belmonte	1.182	3.214	-2.033
LS	Ibirataia	1.633	3.715	-2.081
MSF	Cariranha	643	2.747	-2.104
PIE	Senhor do Bonfim	4.884	7.039	-2.155
LS	Ubaitaba	3.850	6.045	-2.196
LS	Buerarema	1.126	3.336	-2.210
LS	Itajuípe	1.560	3.780	-2.220
LS	Uruçuca	1.566	3.886	-2.320
PAR	Itaberaba	4.794	7.123	-2.328
RS	Castro Alves	1.116	3.476	-2.360
LS	Coaraci	1.714	4.093	-2.379
ES	Guaratinga	1.174	3.564	-2.390
NOR	Paulo Afonso	9.413	11.896	-2.483
RS	Maragogipe	919	3.464	-2.545
MSF	Barra	1.097	3.650	-2.553
IRC	Xique-Xique	2.680	5.238	-2.558
LS	Ibicaraí	1.930	4.498	-2.568
LS	Ipiaú	3.788	6.381	-2.593
SG	Brumado	2.617	5.312	-2.695
LS	Pau Brasil	804	3.547	-2.743
NOR	Serrinha	3.292	6.212	-2.920
SUD	Itambé	1.481	4.428	-2.948
LN	Alagoinhas	7.743	10.830	-3.087
SG	Guanambi	3.840	7.217	-3.376
LS	Gandu	2.731	6.145	-3.414
LS	Ubatã	1.787	5.240	-3.453
OES	Santa Maria da Vitória	2.857	6.595	-3.737
SUD	Jequié	10.009	14.030	-4.021
MSF	Bom Jesus da Lapa	4.241	8.316	-4.075
PAR	Ipirá	2.085	6.227	-4.142
PIE	Campo Formoso	2.079	6.264	-4.185
LS	Ilhéus	17.904	22.455	-4.551
LS	Camacan	2.889	7.524	-4.635
IRC	Irecê	8.179	13.586	-5.407
PIE	Jacobina	5.779	11.446	-5.667
ES	Itamaraju	5.812	11.607	-5.795
RS	Santo Amaro	2.374	11.171	-8.798
LS	Itabuna	16.248	28.354	-12.106
RMS	Salvador	124.787	146.871	-22.084
	Total	274.607	430.522	-155.916

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2005.

Cartograma 3

Municípios da Bahia com os maiores e menores saldos migratórios, 1995-2000



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI

Esse panorama mais geral sobre os saldos migratórios dos municípios do Bahia evidencia que, de forma geral, o fato de o município ter importância em termos econômicos e estratégicos no estado não repercute necessariamente em um elevado saldo migratório. Sendo assim, faz-se necessário observar que processos estavam sendo desenvolvidos nos municípios cujos saldos migratórios foram os mais expressivos da Bahia. Para tentar identificá-los, elaboraram-se as duas seções seguintes deste trabalho: uma que pretende levantar alguns dos seus aspectos demográficos e outra que visa a identificar o perfil social e algumas das infra-estruturas presentes no grupo de municípios com os maiores e menores saldos migratórios da Bahia em 1995-2000.

PORTE DE POPULAÇÃO E RITMOS DE CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS COM OS MAIORES E MENORES SALDOS MIGRATÓRIOS

A partir dos anos 1930 evidenciou-se no Brasil uma tendência de concentração da população nas áreas urbanas de maior porte, principalmente nas capitais do Centro-Sul, que ampliaram seu contingente em ritmos acelerados; nessa época, o sentido principal dos fluxos migratórios era do Nordeste para o Sudeste. Nos anos 1980, conforme Martine (1995), ocorreu uma diminuição acentuada do ritmo de crescimento urbano, sobretudo das grandes cidades, ainda que o número de cidades e de habitantes urbanos tenha aumentado. Andrade e Serra (1999), na mesma vertente, observaram que a urbanização brasileira, entre 1980 e 1991, passou por um processo de reversão da polarização, em que não mais os grandes centros, e sim as cidades médias cumpriam papel decisivo na atração de fluxos migratórios. Tanto na concepção de Martine (1995) como na de Andrade e Serra (1999), esse fato associa-se a fatores como: as modificações nos padrões de localização das indústrias, a periferação dos moradores das metrópoles, política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas e as peculiaridades do movimento de expansão das fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais no país. Martine (1995) acrescentou que a periferação foi possível pelo desenvolvimento de novas tecnologias de transporte e de comunicação, que permitiu aos indivíduos residir mais distante dos locais de trabalho.

A Bahia, em particular, no início dos anos 1950, experimentava um processo de estagnação econômica e de perda de prestígio econômico e político no cenário nacional. Entretanto, em meados dessa década, uma série de alterações postas principalmente a partir da inserção desse estado no processo de industrialização nacional — favorecida pela descoberta de petróleo no recôncavo — repercutiram em mudanças nas tendências de distribuição da população estadual, contribuindo para a alteração do perfil demográfico dos municípios próximos à capital, para a aceleração da urbanização e para modificações nas tendências de concentração e de desconcentração espacial dos seus moradores.

Com a instalação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM, nos anos 50), do Centro Industrial de Aratu (CIA, na década de 1960), e, principalmente, com a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC, inaugurado em 1978) — todos situados na RMS —, e das estruturas e mudanças que foram implementadas para dar suporte a essas atividades — com destaque para as estradas e demais vias de circulação e para a conversão de áreas com características rurais em áreas de uso industrial — evidenciaram-se novos sentidos dos fluxos migratórios no estado e uma “rearrumação” da população metropolitana. Nesse contexto, Salvador consolidou sua centralidade, ampliando sua condição de área receptora de intensos fluxos migratórios (que se renunciaram já entre 1940-1950), tanto do interior, como de outras unidades da federação, principalmente, técnicos de nível médio e superior oriundos do Centro-Sul (SOUZA, 1980).

Em outras áreas da Bahia também ocorreram eventos que contribuíram para alterações dos fluxos migratórios. Destaque-se a implantação, na década de 1970, do complexo agroindustrial associado a projetos de irrigação no bipólo Juazeiro/Petrolina e a instalação de áreas de moderna agricultura de grãos, no início dos anos 1980, com Barreiras recebendo, então, duas plantas industriais de processamento de soja. Tais empreendimentos provocaram, desde a fase de implantação, um intenso movimento migratório de dentro e de fora do estado em direção a essas áreas que, além dos empreendimentos agrícolas em si, receberam também uma série de estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como infra-estrutura, necessários ao funcionamento daqueles empreendimentos e ao escoamento da produção. Assim, os municípios de Juazeiro e Barreiras, por conta desses processos, situados nos limites do território baiano com Pernambuco e Tocantins, respectivamente, se consolidaram como pólos regionais.

Esses comentários se fazem necessários porque, a partir desses eventos, tais municípios passaram a registrar significativo processo de imigração, revelado pelas taxas de crescimento demográfico, e se consolidaram como um dos poucos da Bahia que, em 2000, registraram um total de população superior a 100 mil moradores. Ademais, como já mencionado, compunham o grupo daqueles que registraram os mais elevados saldos migratórios totais em 1995-2000.

Considerando a população de 5 anos ou mais, nota-se que, entre os municípios desse grupo, Juazeiro, Camaçari e Barreiras eram os de maior porte populacional, contando com mais de 100 mil residentes (Tabela 7). Quatro municípios detinham populações que variavam entre 50 mil e 100 mil moradores: Lauro de Freitas e Simões Filho, na RMS, e Teixeira de Freitas e Porto Seguro, no Extremo Sul. Em sete, o contingente estava entre 20 mil e 50 mil habitantes — Cruz das Almas, Dias d'Ávila, Poções, Santaluz, Serra do Ramalho, Vera Cruz e Mucuri. Em seis era inferior a 20 mil moradores: Santa Cruz Cabralia, Pindobaçu, Ponto Novo, Piripá, Ibicoara e Sítio do Mato, o menor deles, com 9.840 residentes. Verifica-se, com isso, que, no conjunto de municípios com maior saldo migratório da Bahia em 1995-2000, havia municípios de porte considerável em relação ao contexto estadual¹⁶, mas também aqueles em que o número de habitantes era bastante reduzido. Essa situação deve ser assinalada porque, de forma geral, as aglomerações menores não apresentam uma estrutura de comércio e serviços suficientemente desenvolvidos de modo a atender seus moradores e os de localidades circunvizinhas, o que é compreendido teoricamente muito mais como fator de "expulsão" do que de "atração" de migrantes. Acrescente-se que, entre as unidades municipais de menor porte desse grupo, havia algumas onde a população rural era superior à urbana (ou seja, o grau de urbanização era inferior a 50%): Serra do Ramalho, Ponto Novo, Piripá e Ibicoara.

¹⁶ Em 2000, apenas 12 municípios da Bahia registraram população superior a 100 mil habitantes, 26 tinham contingentes variando entre 50 e 100 pessoas e, em 123, o número de moradores oscilou entre 20 e 50 mil habitantes. A maioria absoluta das unidades municipais baianas — 254 ou 61,2% do total — contava menos de 20 mil residentes, sendo que em 71 delas havia menos de 10 mil moradores (DIAS, 2003).

Embora os períodos em que os saldos migratórios e as taxas de crescimento demográfico foram calculados não coincidam exatamente, mas, tendo em vista que os processos sociais, de forma geral, não se alteram abruptamente (a não ser em situações muito específicas), é interessante verificar as taxas de crescimento demográfico desses municípios no último período censitário.

Tabela 7
População de 5 anos e mais, taxa de crescimento demográfico total, urbano e rural e grau de urbanização dos municípios com saldo migratório superior a 1.000 pessoas, Bahia, 1991-2000

RE's	Municípios	População total 2000	Taxa de crescimento (% ao ano) 1991-2000			Grau de urbanização 2000
			Total	Urbana	Rural	
BMSF	Juazeiro	141.166	3,47	2,99	5,05	76,3
RMS	Camaçari	135.515	4,04	4,03	3,43	95,5
OES	Barreiras	103.952	4,00	5,61	-3,32	88,5
RMS	Lauro de Freitas	97.833	5,70	10,43	-16,05	95,5
ES	Teixeira de Freitas	95.554	2,59	3,22	-2,77	91,8
RMS	Simões Filho	79.790	2,96	6,29	-5,33	81,8
ES	Porto Seguro	73.537	12,06	14,62	3,97	83,2
RMS	Dias d'Ávila	37.775	4,78	4,93	5,08	94,1
SUD	Poções	35.589	1,76	2,77	-0,48	71,9
NOR	Santaluz	27.757	0,12	3,93	-3,52	58,0
MSF	Serra do Ramalho	26.904	-0,19	6,30	-0,79	11,5
RMS	Vera Cruz	24.989	3,37	3,58	0,30	93,7
ES	Mucuri	21.499	5,37	16,27	-3,40	66,6
ES	Santa Cruz Cabrália	19.880	15,64	17,38	13,41	56,6
PD	Pindobaçu	16.922	-1,58	6,97	-6,10	50,1
PD	Ponto Novo	14.539	0,01	2,24	-1,21	39,4
SG	Piripá	13.724	5,02	4,68	5,13	32,5
CD	Ibicoara	12.794	5,82	13,82	3,78	27,8
MSF	Sítio do Mato	9.840	3,43	1,49	6,35	55,1
	Bahia	1.036.750	1,08	2,51	-1,34	67,12

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1991 e 2000. Elaborada pela SEI.

A Tabela 7 evidencia que a maioria dos municípios em foco apresentou ritmo de crescimento demográfico acentuado¹⁷, indicando que o saldo migratório positivo do período 1991-2000, espelhando o registrado em 1995-2000, foi significativo para definir o tamanho da população em 2000. Lembrando-se que neste estudo trata-se do migrante de uma data fixa — aquele que declarou residir em 1995 em um município diferente daquele no qual estava enumerado em 2000 (ou seja, não trata de todo o conjunto de

¹⁷ Adota-se a hipótese de Muricy (2003) que, tomando como referência as estimativas de crescimento vegetativo da Bahia e considerando que sua taxa de crescimento demográfico, que em 1991-2000 foi de 1,08% ao ano, considerou que o crescimento vegetativo dos seus municípios estaria oscilando entre 1,00% ao ano e 1,99% ao ano. Sendo assim, as taxas superiores a esse valor indicariam imigração líquida e as inferiores, emigração líquida.

migrantes existente num dado local)¹⁸ — para aqueles que apresentaram perdas demográficas (Santaluz, Serra do Ramalho, Pindobaçu e Ponto Novo), pressupõe-se que os fatores que geraram maiores volumes de entrada do que de saída de moradores se apresentaram no final da década. É importante notar que esses municípios possuíam pequeno porte demográfico e uma dinâmica econômica associada à produção agrícola e/ou à pecuária.

Observe-se que, mesmo naqueles com portes demográficos reduzidos, a taxa de crescimento foi expressiva, principalmente, em Santa Cruz Cabrália, que se beneficiou da expansão do crescimento de Porto Seguro. Do mesmo modo, sabendo-se que de forma geral a tendência é de que as áreas rurais observem diminuição de população, faz-se necessário verificar que sua taxa de crescimento rural foi elevada e indicou ganhos por imigração. O mesmo ocorreu em Juazeiro, Camaçari, Porto Seguro, Dias d'Ávila, Ibi-coara, Piripá e Sítio do Mato. Contudo, é preciso ter cuidado ao analisar as informações referentes ao ritmo de crescimento rural. Mesmo sem querer entrar na seara da discussão dos problemas gerados pela definição oficial de rural e de urbano, para entender o significado do aumento expressivo do contingente rural desses municípios, é válido relembrar, ainda que brevemente, a localização desses e os processos sociais e econômicos que ali vêm sendo desenvolvidos. Além disso, é importante atentar também para o fato de que o uso do termo rural não quer dizer, necessariamente, uma referência a uma vida vinculada a atividades agrícolas.

A situação de Juazeiro, onde se pratica a agricultura irrigada voltada à exportação, segue aquele típico modelo de área onde existe uma atividade intensiva de mão-de-obra e que, por isso atrai mais pessoas do que expulsa. Chama-se atenção para o fato de que esse município possui um expressivo volume de imigrantes interestaduais (o segundo maior volume do estado), sendo que entre seus imigrantes inter e intra-estaduais prevalecem pessoas com pouca escolaridade: a maioria tem, no máximo 7 anos de estudo.

Sobre os municípios da RMS, em cujas áreas rurais registraram-se ganhos demográficos associados à imigração entre 1991-2000, em Camaçari (onde parte do que se considera oficialmente como rural se situa na orla) e Dias d'Ávila, o que parece ser mais importante na atração de moradores para as áreas rurais são fatores associados à "qualidade de vida" e ao custo da moradia, até porque a maior parte dos seus imigrantes são da própria RMS, provavelmente de Salvador. Nesses municípios, quase 40% dos migrantes têm entre 4 e 7 anos de estudo (indicando que não apresentavam sequer o ensino básico completo)¹⁹.

Em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, onde predominaram imigrantes do próprio Extremo Sul e do Litoral Sul, parte do rural, também na orla, tinha como uso principal o turismo, embora no primeiro também houvesse áreas destinadas ao plantio de eucalipto. Com relação ao perfil educacional dos migrantes, vale apontar que aproximadamente 35% dos que vie-

¹⁸ Para maiores informações, ver o capítulo que trata dos aspectos metodológicos desse trabalho.

¹⁹ A respeito do perfil dos migrantes, ver o texto de Santos, desta publicação.

ram de outros pontos da Bahia tinham de 4 a 7 anos de estudo, enquanto que, dentre os que provieram de outras unidades da Federação, predominou o grupo dos que apresentaram 11 ou mais anos de estudo (indicativo de nível superior). Sobre os emigrantes, boa parte daqueles que se dirigiram para outras áreas da Bahia apresentava baixa escolaridade: 45% dos de Santa Cruz Cabrália e 40% dos de Porto Seguro tinham até três anos de estudo.

Importa ressaltar que outras dinâmicas sociais, não necessariamente associadas à distribuição espacial das atividades econômicas de ponta ou de cunho industrial, podem contribuir para “fixar o homem à terra” e mesmo para atrair fluxos migratórios. Exemplo de tal situação são os assentamentos realizados em Sítio do Mato e a redivisão de terras de antigos projetos de irrigação em Serra do Ramalho que, muito possivelmente, tiveram importância na elevada taxa de crescimento rural apresentada por esses municípios.

É interessante verificar que a população de Serra do Ramalho vivia predominantemente em áreas rurais (grau de urbanização de 6,5%, em 1991, e 11,5% em 2000). Essa situação pode ser associada à sua história de ocupação; o adensamento dessa área decorreu da implantação do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (datado dos anos 1970), destinado a receber parte das famílias que perderam suas terras em função da instalação da Barragem do Sobradinho (localizada no Baixo Médio São Francisco) e que foram deslocadas para essa área onde deveriam ter encontrado núcleos habitacionais e áreas voltadas ao cultivo irrigado. Como consequência desse processo, ocorreu a emancipação do município em 1989. No entanto, conforme Coelho Neto (2006), ainda que tenha sido realizada uma série de estudos e de planos para a irrigação no Projeto Serra do Ramalho, a agricultura praticada é a de sequeiro. Para esse autor,

A paisagem predominante no Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho caracteriza-se pela ociosidade das terras, exceto quanto a pequenos espaços de produção agropecuária e de algodão, resultantes da concentração fundiária. O município tem uma população rural de 28.858 habitantes, representando 88,52% da população total, distribuída por 23 agrovilas carentes de empregos e serviço sociais básicos (COELHO NETO, 2006, p. 122).

Os municípios que apresentaram as mais acentuadas perdas migratórias em 1995-2000 (com saldo migratório inferior a 2.033 pessoas), registraram portes demográficos bastante distintos, prevalecendo unidades de menor porte (Tabela 8). Cinco revelaram populações superiores a 100 mil habitantes com cinco anos ou mais (Salvador, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Alagoinhas); em doze, o contingente estava entre 50 mil e 100 mil habitantes (Paulo Afonso, Serrinha, Jacobina, Guanambi, Senhor do Bonfim, Itamaraju, Brumado, Ipirá, Campo Formoso, Itaberaba, Santo Amaro e Irecê); e em 22 registrou-se menos que 50 mil moradores (Bom Jesus da Lapa, Ipiaú, Xique-Xique, Barra, Maragogipe, Santa Maria da Vitória, Itambé, Camacan, Coaraci, Gandu, Guaratinga, Carinhanha, Castro Alves, Ibirataia, Ubaitaba e Itajuípe — com populações entre 20 mil e 49 mil habitantes —; Ubatã, Uruçuca, Belmonte, Buerarema, Ibicaraí e Pau Brasil registraram menos de 20 mil residentes).

Tabela 8						
População de 5 anos ou mais, taxa de crescimento demográfico total, urbano e rural dos municípios com saldo migratório inferior a -2.000 pessoas, Bahia, 1991-2000						
RE's	Municípios	População total 2000	Taxa de crescimento (% ao ano) 1991-2000			Grau de urbanização 2000
			Total	Urbana	Rural	
ES	Belmonte	17.679	-1,08	-0,06	-2,14	53,9
LS	Ibirataia	22.438	0,97	2,22	-2,17	75,7
MSF	Cariranha	23.802	0,73	4,06	-0,92	38,4
PD	Senhor do Bonfim	61.108	-2,31	0,50	-7,89	75,8
LS	Ubaitaba	21.382	1,41	4,50	-5,24	77,9
LS	Buerarema	17.242	0,85	1,37	-0,11	85,0
LS	Itajuípe	20.356	-1,14	0,10	-3,69	71,6
LS	Uruçuca	18.343	-4,54	5,11	-13,06	69,7
PAR	Itaberaba	52.944	1,04	2,10	-1,68	92,5
RS	Castro Alves	23.072	-0,52	1,17	-2,40	57,3
LS	Coaraci	25.408	-1,22	0,80	-7,68	83,5
ES	Guaratinga	21.900	1,01	2,02	-1,58	41,2
NOR	Paulo Afonso	86.849	1,22	1,17	1,41	85,6
RS	Maragogipe	37.620	0,43	0,31	0,55	52,2
MSF	Barra	38.197	1,18	2,47	0,24	44,4
IRC	Xique-Xique	39.223	1,15	1,89	-0,46	70,6
LS	Ibicará	13.190	0,29	1,32	-3,25	67,0
LS	Ipiaú	39.509	-0,41	0,45	-4,76	86,9
SG	Brumado	56.527	-0,96	0,20	-5,73	66,0
LS	Pau Brasil	11.581	-2,38	-0,66	-5,10	67,0
NOR	Serrinha ⁽¹⁾	74.488	1,19	-	-	58,5
SUD	Itambé	27.871	2,90	2,02	5,44	71,9
LN	Alagoinhas	118.139	1,21	1,37	0,17	86,4
SG	Guanambi	65.349	1,01	2,02	-1,58	75,3
LS	Gandu	24.401	0,29	1,32	-3,25	81,2
LS	Ubatã	19.649	-1,91	-0,94	-5,32	81,9
OES	Santa Maria da Vitória	36.927	-0,07	1,03	-1,28	55,2
SUD	Jequié	133.636	0,19	1,21	-5,41	88,5
MSF	Bom Jesus da Lapa	48.492	1,20	1,71	0,12	69,3
PAR	Ipirá	55.295	-0,17	2,86	-1,64	34,4
PIE	Campo Formoso	54.789	-0,03	2,76	-1,21	33,9
LS	Ilhéus	200.066	-0,08	1,31	-3,08	73,0
LS	Camacan	27.590	-1,95	4,48	-11,65	78,2
IRC	Irecê	51.342	1,36	3,19	-9,78	75,5
PIE	Jacobina	69.083	0,00	0,45	-0,92	68,1
ES	Itamaraju	57.354	-0,03	0,87	-2,30	74,9
RS	Santo Amaro	52.759	0,85	0,94	0,53	76,2
LS	Itabuna	179.325	0,67	0,82	-3,71	97,2
RMS	Salvador	2.234.688	1,85	1,83	-6,05	100,0
	Bahia	1.036.750	1,08	2,51	-1,34	67,12

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1991 e 2000. Elaborada pela SEI.

(1) O município de Serrinha deu origem a Barrocas em 2000.

Considerando as ressalvas acima feitas, no que tange à análise dos ritmos de crescimento demográfico, e atentando-se para o fato de que a noção de migrante adotada no presente trabalho (migração data fixa), observa-se que entre aqueles que apresentaram as maiores perdas migratórias em 1995-2000, apenas Itambé registrou ritmo de crescimento compatível com ganhos demográficos por migração. É importante observar também que, seguindo uma tendência mais geral dos municípios da Bahia, em Itambé evidenciou-se crescimento por imigração na área urbana.

Em 12 unidades municipais — Salvador, Ubaitaba, Irecê, Paulo Afonso, Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Serrinha, Barra, Xique-Xique, Itaberaba, Guanambi, Guaratinga —, o impacto do movimento migratório registrado em 1995-2000 não foi suficiente para determinar o ritmo de crescimento de 1991-2000: as taxas oscilaram entre 0,0% ao ano e 1,99% ao ano. As demais obtiveram taxas de crescimento indicativas de emigração líquida em toda a década (inferiores a 0,0% a.a.), sendo que em 16 delas houve perdas absolutas de população. Em outros termos, pode-se dizer que no período 1991-2000 houve significativas perdas migratórias em 66,7% dos municípios baianos com os mais baixos saldos migratórios em 1995-2000. Sendo assim, o saldo negativo registrado na data especificada em Ibirataia, Buerarema, Santo Amaro, Carinhanha, Itabuna, Maragogipe, Ibicaraí, Gandu, Jequié, Jacobina, Itamaraju, Campo Formoso, Santa Maria da Vitória, Ilhéus, Ipirá, Ipiaú, Castro Alves, Brumado, Belmonte, Itajuípe, Coaraci, Ubatã, Camacan, Senhor do Bonfim, Pau Brasil e Uruçuca pode assinalar a tendência verificada na década em foco.

Com relação aos ritmos de crescimento urbano e rural, em 12 dos integrantes desse conjunto de municípios houve ganhos migratórios em meio urbano, ao passo que apenas nas áreas rurais de Itambé (já mencionada) e Paulo Afonso (com taxa de crescimento demográfico igual a 1,4% a.a.) não se registrou perda demográfica líquida.

Comparando-se as taxas de crescimento dos municípios que obtiveram os maiores e os menores saldos migratórios em 1995-2000, evidentemente, a maioria daqueles com saldos migratórios positivos apresentou taxa de crescimento indicativa por ganhos migratórios, enquanto que entre aqueles com saldos negativos prevaleceram taxas indicativas de perdas de população. Verificou-se que em ambos os grupos havia municípios com diferentes tamanhos de população, mas prevaleciam aqueles com contingente entre 20 mil e 50 mil habitantes. Nesse sentido, no caso do estado da Bahia, não se pode, em princípio, fazer analogia entre o porte demográfico do município — que, quando maior, poderia sugerir uma maior dinâmica econômica, diversidade e possibilidade de ocupação — e a “atração” ou “expulsão” de população. Sabendo-se que a maioria dos indivíduos que foram para as localidades menores eram pessoas com baixa escolaridade e que os deslocamentos ocorreram, principalmente, dentro da própria região (DIAS; ARAÚJO, 2007) é possível pensar que o saldo positivo em áreas menos densas aponte para a tentativa de experimentar menores dificuldades de adaptação, seja do ponto de vista do custo do deslocamento e da “instalação” no novo local, seja do ponto de vista cultural.

PERFIL MUNICIPAL: INFRA-ESTRUTURA, EDUCAÇÃO E RENDA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Quais as principais características dos municípios baianos que apresentaram os maiores e menores saldos migratórios em 1995-2000? Haveria algo que distinguiria cada um desses dois grupos de municípios? Poderia ser dito que os locais mais favorecidos pelos investimentos econômicos, nos termos de Singer (1975), são aqueles que mais atraem e fixam os fluxos migratórios? Lembrando-se das considerações de Golgher (2004), que hipóteses podem ser levantadas em termos do que se constituiriam os fatores de *push* e de *pull* para os migrantes da Bahia? Além das breves informações sobre a dinâmica econômica e demográfica apresentadas para os municípios selecionados neste texto, pretende-se neste item trabalhar com dados sobre a infra-estrutura e sobre o perfil socioeconômico dos moradores que possibilitem avançar no conhecimento dessas unidades municipais. Desse modo, tenta-se levantar novos elementos indicativos das motivações dos movimentos migratórios neles evidenciados. Em termos metodológicos, cabe ressaltar que nesta parte do trabalho, ao invés de tratar isoladamente os municípios com os maiores e menores saldos migratórios como antes foi feito, agregam-se todas as unidades municipais selecionadas, destacando-se nas tabelas aquelas com os maiores saldos. Acrescente-se que os dados aqui apresentados são de 2000, ou seja, quando o processo migratório em pauta foi identificado. Nesse sentido, os indicadores expostos podem ser interpretados como resultado do elevado saldo positivo ou negativo.

Condições de moradia: o saneamento básico

Seguindo o que acontece com as atividades econômicas, os equipamentos e serviços públicos não se encontram distribuídos de forma equilibrada no espaço. Em assim sendo, se constituem em objeto de disputa entre os diferentes segmentos sociais na medida em que incidem tanto na valorização de determinados espaços, como na melhor ou pior condição de vida, de produção e de reprodução dos seus moradores. Especialmente para aqueles segmentos sociais incapazes de arcarem com os custos da assistência privada, a presença de equipamentos e serviços públicos repercute diretamente na sua forma de viver. Nesse sentido, o trabalho de Bremaeker (1992) é bastante pertinente ao assinalar que a presença de infra-estrutura é um fator que colabora para atração de imigrantes.

Sabendo-se que a chegada de novos moradores em determinadas áreas amplia a demanda por esse tipo de bem público e que a capacidade do Estado em provê-lo é limitada e associada ao jogo de forças estabelecido entre os vários interesses/agentes sociais, a maior pressão demográfica finda por gerar problemas relacionados ao atendimento da população no que tange ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, entre outros. Desse modo, o fluxo imigratório, se acentuado, pode incidir nas características de habitabilidade o que, direta ou indiretamente, interfere nos níveis de "qualidade de vida",

fator apontado em algumas pesquisas como relevante para que as pessoas se estabeleçam em determinados locais, sobretudo em municípios próximos a grandes cidades e centros metropolitanos²⁰. Embora, de forma geral, se associe “qualidade de vida” à segurança, proximidade da natureza e meio ambiente agradável, por exemplo²¹, é certo que dentre os aspectos que a compõem estão aqueles relacionados às adequadas condições de moradia — entendendo-se que isso engloba a disponibilidade de habitações, qualidade do ar e da água, condições sanitárias. Acrescente-se que, conforme Jannuzzi e Jannuzzi (2006), existe uma série de fatores que pode contribuir para que uma determinada área tenha ou perca sua atratividade residencial, entre os quais a existência de serviços urbanos (água, luz, coleta de lixo), a proximidade a equipamentos públicos, de estabelecimentos comerciais e as deseconomias de aglomeração (ou seja, os problemas gerados pela densidade excessiva de pessoas e atividades).

Partindo-se dessas considerações, buscaram-se informações sobre saneamento básico — entendido como condições do abastecimento de água, do esgotamento sanitário e da coleta de lixo — dos municípios com destaque em termos do saldo migratório em 1995-2000, verificando-se a existência ou não de características comuns para tais municípios com relação ao atendimento da demanda por esse tipo de serviço. Na Bahia, do conjunto de domicílios existente em 2000, o atendimento era adequado em 60% deles no que se refere ao abastecimento de água, em 42%, no que tange ao esgotamento sanitário e quanto à coleta de lixo, em 75% das moradias (Tabela 9)²².

Das 58 unidades municipais selecionadas, em 39 havia *abastecimento de água adequado* na maior parte dos domicílios. Dito de outro modo, 53% dos municípios que obtiveram saldo migratório elevado e positivo em 1995-2000 e em 74% daqueles que apresentaram saldos acentuadamente negativos, as formas de abastecimento de água consideradas adequadas estavam presentes em mais da metade das residências. Porém, ao se comparar os dados municipais aos estaduais, apura-se que 23 apresentaram valores acima da média baiana.

Vale ressaltar que entre os municípios com saldo positivo mas que observaram baixa proporção de moradias com formas de abastecimento consideradas adequadas, estão tanto Serra do Ramalho, Piripá, Poções e Sítio do Mato, que possuem economia mais ligada à produção agrícola e comercial de pequena escala, como também estão Mucuri e Porto Seguro, considerados, ainda que em diferentes graus, propícios para o desenvolvimento de atividades turísticas.

²⁰ A esse respeito ver, entre outros autores, Martine (1995) e Dias (2006) que constam nas referências deste texto.

²¹ Ver breve discussão do conceito de qualidade de vida em Forattini (1991) e a respeito do que as pessoas, de forma geral, percebem como o sendo em Dias (2006).

²² Note-se que se segue aqui a classificação feita pela SEI a partir dos dados censitários. Assim, *abastecimento de água adequado* significa, nos domicílios urbanos, aquele feito por rede geral e com canalização interna e, para as áreas rurais, considerou-se adequado o abastecimento por rede geral ou poço ou nascente com canalização interna (há uma série de estudos indicando que a existência de, ao menos, um ponto de canalização interna nos domicílios implica melhores condições de higiene e, conseqüentemente, de saúde aos seus moradores); como *esgotamento sanitário adequado*, tanto nos domicílios urbanos como nos rurais, aquele feito por rede geral ou pluvial (pelos dados censitários, não há como desagregar essas duas categorias) ou fossa séptica; o *destino do lixo* foi considerado *adequado* se for coletado (nas áreas urbanas) e se for coletado ou queimado ou enterrado (nas áreas rurais).

Tabela 9

**Domicílios totais dos municípios selecionados com saneamento básico adequado*,
 Bahia, 2000**

RE's	Municípios	Domicílios	Abastecimento de água adequado ¹		Esgotamento sanitário adequado ²		Destino do lixo adequado ³	
			%	Classificação no estado	%	Classificação no estado	%	Classificação no estado
Municípios com saldo migratório positivo								
OES	Barreiras	26.911	76,9	7	39,1	101	84,9	36
RMS	Camaçari	41.206	73,0	16	64,0	22	88,3	18
RMS	Dias d'Ávila	11.286	69,7	26	71,5	7	87,4	23
CD	Ibicoara	2.758	40,1	226	23,5	167	49,3	344
BMSF	Juazeiro	42.310	71,1	22	62,3	25	73,1	125
RMS	Lauro de Freitas	29.163	79,6	5	71,1	9	90,8	10
ES	Mucuri	6.909	34,9	282	32,6	125	92,4	7
PD	Pindobaçu	5.278	35,9	267	10,2	228	61,7	244
SG	Piripá	2.969	35,1	280	1,4	333	67,5	175
SUD	Poções	10.867	53,0	112	38,2	103	88,1	21
PD	Ponto Novo	3.636	31,2	306	52,2	52	77,2	96
ES	Porto Seguro	23.905	39,4	236	44,2	81	85,8	33
ES	Santa Cruz Cabralia	5.758	50,1	141	37,7	105	89,2	14
NOR	Santaluz	7.302	46,5	167	39,1	100	62,0	235
MSF	Serra do Ramalho	6.727	17,6	399	0,3	405	70,6	146
RMS	Simões Filho	23.121	70,0	24	49,1	65	74,2	115
MSF	Sítio do Mato	2.130	44,6	180	0,2	415	60,0	259
ES	Teixeira de Freitas	27.215	53,9	105	51,0	57	95,1	4
RMS	Vera Cruz	7.650	73,2	14	36,1	109	74,1	116
Municípios com saldo migratório negativo								
LN	Alagoinhas	31.653	76,8	8	48,5	69	82,4	56
MSF	Barra	8.610	37,3	258	8,5	242	61,8	241
ES	Belmonte	5.091	31,0	308	1,8	322	79,0	82
MSF	Bom Jesus da Lapa	11.405	65,7	41	7,0	256	57,7	279
SG	Brumado	14.624	61,3	56	51,9	55	84,4	41
LS	Buerarema	4.767	58,8	69	57,4	41	75,7	111
LS	Camacan	7.503	60,8	58	63,8	24	80,2	73
PIE	Campo Formoso	14.054	43,9	188	6,5	259	57,6	281
MSF	Cariranha	5.493	44,4	183	3,1	292	47,1	353
RS	Castro Alves	6.201	48,5	154	38,6	102	67,4	176
LS	Coaraci	6.433	60,6	60	71,2	8	80,6	70
LS	Gandu	6.706	49,8	143	44,3	80	64,9	207
SG	Guanambi	17.257	69,4	29	39,2	99	82,4	55
ES	Guaratinga	5.799	29,7	321	30,8	131	63,0	224
LS	Ibicaráí	7.462	67,2	36	59,0	36	82,5	53
LS	Ibirataia	5.634	46,5	168	56,8	42	71,4	141
LS	Ilhéus	54.031	57,3	78	58,0	39	80,9	67
LS	Ipiaú	10.896	71,0	23	68,8	10	84,9	37

continua

conclusão

RE's	Municípios	Domicílios	Abastecimento de água adequado ¹		Esgotamento sanitário adequado ²		Destino do lixo adequado ³	
			%	Classificação no estado	%	Classificação no estado	%	Classificação no estado
Municípios com saldo migratório negativo								
PAR	Ipirá	14.669	30,5	314	36,8	107	73,2	124
IRC	Irecê	14.174	65,6	42	18,9	191	89,7	13
PAR	Itaberaba	14.304	60,7	59	60,6	31	83,3	45
LS	Itabuna	51.039	78,9	6	78,4	4	88,1	22
LS	Itajuípe	5.545	61,7	55	60,8	30	81,7	62
ES	Itamaraju	15.649	57,6	76	40,5	95	80,3	72
SUD	Itambé	6.651	54,5	102	63,8	23	76,0	109
PIE	Jacobina	20.151	57,1	80	52,0	54	84,2	42
SUD	Jequié	36.796	69,1	30	67,5	15	84,6	39
RS	Maragogipe	9.711	48,0	156	31,0	130	51,5	325
LS	Pau Brasil	3.198	52,4	116	52,8	51	69,5	151
NOR	Paulo Afonso	23.741	74,6	12	75,0	5	87,3	24
RMS	Salvador	651.293	92,1	2	83,4	3	93,4	5
OES	Sta Maria da Vitória	9.297	57,5	77	1,9	317	73,7	121
RS	Santo Amaro	14.048	58,9	67	48,7	68	85,4	34
PD	Senhor do Bonfim	17.101	66,2	39	57,5	40	77,9	91
NOR	Serrinha ⁽¹⁾	16.565	55,6	93	41,3	91	64,2	214
LS	Ubaitaba	5.444	51,5	120	49,9	63	75,1	113
LS	Ubatã	5.297	56,9	83	54,5	46	64,3	212
LS	Uruçuca	5.101	55,0	99	61,3	29	79,3	79
IRC	Xique-Xique	9.427	53,6	108	4,4	278	52,2	318
Bahia		3.170.403	59,1		42,4		75,0	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo. Elaborada pela SEI.

Notas: (1) Abastecimento de água adequado = abastecimento de água por rede geral e com canalização interna (domicílios urbanos) + abastecimento de água por rede geral ou poço ou nascente e com canalização interna (domicílios rurais)

(2) Esgotamento sanitário adequado = esgotamento por rede geral ou pluvial ou fossa séptica (domicílios urbanos e rurais)

(3) Destino do lixo adequado = lixo coletado (domicílios urbanos) + lixo coletado ou queimado ou enterrado (domicílios rurais)

(*) Estão em itálico os valores superiores à média estadual.

Considerando o *ranking* estadual, entre as unidades municipais em foco, estavam algumas das melhores posicionadas em relação ao conjunto baiano, no que tange à questão do abastecimento de água, a exemplo de Salvador, Lauro de Freitas, Itabuna, Barreiras e Alagoinhas (com, respectivamente, os 2º, 5º, 6º, 7º e 8º lugares). Mas, nesse grupo também se encontravam municípios onde o percentual de domicílios com abastecimento adequado era muito restrito, levando-os às últimas colocações no estado. Estavam nesta situação Ponto Novo, Belmonte, Ipirá (os três com, aproximadamente, 31% dos domicílios contando com um sistema de abastecimento de água adequado e ocupando as 306ª, 308ª e 314ª posições, respectivamente), Guaratinga (30% das moradias atendidas e 321ª colocação) e Serra do Ramalho (18% e 399º lugar) — o de pior colocação nesse grupo, que registrou saldo migratório de 1.302 pessoas. Acrescente-se

que entre os dois grupos de municípios — maiores e menores níveis de atendimento e colocações — havia aqueles com elevados ganhos e perdas migratórias.

A análise dos dados sobre *esgotamento sanitário* indica que do total de municípios selecionados 32 revelaram percentuais de domicílios atendidos acima da média da Bahia. Também foram 32 os municípios em que mais de 50% das moradias não contavam com formas adequadas de esgotamento sanitário. Em seis dos 19 que registraram saldos positivos (32% deles) e 20 dos 39 com saldos negativos (51% do total), as formas de esgotamento sanitário encontradas eram adequadas em mais da metade dos domicílios — ou seja, proporcionalmente, naqueles onde houve perda migratória a condição do esgotamento era melhor, o que pode estar associado ao fato de haver nesse grupo municípios de grande porte demográfico, com efetiva urbanização e com uma estrutura política e econômica mais consolidada.

Verifica-se que em municípios como Barreiras, Porto Seguro, Alagoinhas, Irecê e Serriinha, importantes na dinâmica estadual, seja por sua participação na composição do PIB baiano ou por conta de sua localização estratégica, foi elevado o percentual de domicílios que careciam de instalações adequadas no que se refere ao destino do esgoto. Ademais, em dez unidades municipais — Barra, Belmonte, Bom Jesus da Lapa, Campo Formoso, Carinhanha, Santa Maria da Vitória, Xique-Xique, Piripá, Serra do Ramalho e Sítio do Mato — menos de 10% das residências apresentavam esgotamento sanitário adequado. Nestes dois últimos (com saldos migratórios positivos), menos de 1% das moradias contava com destinação apropriada para o esgoto. Obviamente, tais municípios estavam entre os últimos na classificação estadual, pois, suas posições variaram entre a 242^a e 415^a.

Dentre os indicadores selecionados para compor o que se considerou saneamento básico adequado, o *destino do lixo* foi aquele em que a Bahia e a maioria dos municípios selecionados alcançaram as melhores médias. Apenas em dois, Ibicoara (com 49,3%) e Carinhanha (com 47,1%), o percentual de domicílios onde o destino do lixo era tido como adequado foi um pouco abaixo dos 50%.

Considerando os dados sobre saneamento básico, dos municípios com os mais destacados saldos migratórios positivos e negativos em 1995-2000, pode-se dizer que inexistiam diferenças significativas entre os dois grupos. De fato, tanto entre os que revelaram os maiores saldos migratórios da Bahia, como entre os que obtiveram saldos acentuadamente negativos, havia municípios bem e mal atendidos em termos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo. Entendendo-se que tais dados podem ser utilizados como indicativos da qualidade das moradias (o que repercute nas condições de higiene e saúde, nas condições de vida, enfim) e da eficiência na prestação de serviços públicos, pode-se afirmar, em princípio, que os dados sobre saneamento não se mostraram reveladores de especificidades para os dois grupos de municípios estudados: não há peculiaridades que os caracterizem e os distingam. Por outro lado, quando se observam os três indicadores por município, pode-se dizer que os melhores posicionados foram aqueles que se mostravam, há algum tempo, como relevantes no contexto estadual por

sua localização, dinâmica econômica e porte demográfico, tais como Salvador, Camaçari, Itabuna, Paulo Afonso, Barreiras, Jequié e Juazeiro. Do mesmo modo, destacaram-se Lauro de Freitas — que mais recentemente expandiu sua importância na RMS, dado o desenvolvimento de sua função residencial — e Ipiaú.

Escolaridade e renda da população dos municípios

Para caracterizar os municípios com os saldos migratórios mais expressivos quanto ao perfil da população, optou-se por levantar os dados referentes à escolaridade (considerando anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios com dez anos e mais) e renda (considerando o rendimento total das pessoas com dez anos e mais).

Na Tabela 10 (organizada em ordem decrescente, de acordo com a faixa de maior quantidade de anos de estudo) é possível verificar que, em Salvador e em Lauro de Freitas, as maiores proporções de responsáveis pelos domicílios com 15 ou mais anos de estudos (indicativa de, ao menos, a conclusão da quarta série do ensino superior), com 9,8% e 7,9% da população, respectivamente. De fato, na capital do estado e no município com o qual se encontra em conurbação estão os maiores contingentes com nível superior da Bahia, diferenciando-se em muito, por exemplo, de Camaçari (com 1,2% dos responsáveis pelos domicílios com 15 ou mais anos de estudo), onde se situavam as principais indústrias baianas desde os anos 1960. Do mesmo modo, Salvador e Lauro de Freitas registraram as maiores proporções de pessoas com 11 a 14 anos de estudo (que indica a conclusão do ensino médio).

O destaque de Salvador em termos da escolaridade de sua população é compreensível: capital estadual e onde se situa o maior e mais diversificado mercado de trabalho, cidade dormitório de muitos que trabalham no seu entorno, e local onde estavam as mais importantes e antigas instituições de ensino médio e superior da Bahia. Ademais, quando da industrialização da RMS, em função dos empregos criados com esse processo, foi para onde se dirigiram os profissionais mais especializados oriundos de outras unidades da Federação, ainda que parte deles trabalhasse em outros municípios metropolitanos, especialmente em Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. Com relação a Lauro de Freitas, com a ampliação do número de loteamentos e condomínios voltada para os segmentos sociais de maior renda, ocorrida a partir dos anos 1990, recebeu um volume significativo de pessoas com elevada escolaridade, oriunda sobretudo de Salvador.

Tabela 10
Proporção de chefes de domicílios de 10 anos ou mais dos municípios selecionados por anos de estudo, Bahia, 2000 (%)

RE's	Municípios	Pessoas de 10 e mais anos responsáveis pelos domicílios	Sem instrução e menos de 1 ano	Anos de estudos					
				1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos e mais	Não determinados
RMS	Salvador	651.293	6,9	13,5	26,7	15,4	27,6	9,8	0,2
<i>RMS</i>	<i>Lauro de Freitas</i>	<i>29.163</i>	<i>9,8</i>	<i>18,5</i>	<i>28,5</i>	<i>13,8</i>	<i>21,2</i>	<i>7,9</i>	<i>0,2</i>
LS	Itabuna	51.039	20,3	19,3	25,9	12,2	17,6	4,3	0,5
LS	Ilhéus	54.031	26,7	22,4	23,8	9,2	13,7	4,1	0,1
<i>BMSF</i>	<i>Juazeiro</i>	<i>42.310</i>	<i>25,8</i>	<i>21,3</i>	<i>27,1</i>	<i>9,1</i>	<i>13,0</i>	<i>3,6</i>	<i>0,1</i>
<i>ES</i>	<i>Porto Seguro</i>	<i>23.905</i>	<i>22,3</i>	<i>22,7</i>	<i>28,5</i>	<i>10,2</i>	<i>12,7</i>	<i>3,3</i>	<i>0,3</i>
<i>OES</i>	<i>Barreiras</i>	<i>31.464</i>	<i>20,1</i>	<i>19,1</i>	<i>28,4</i>	<i>11,5</i>	<i>17,4</i>	<i>3,2</i>	<i>0,2</i>
<i>LS</i>	<i>Santa Cruz Cabrália</i>	<i>5.758</i>	<i>28,8</i>	<i>23,9</i>	<i>25,1</i>	<i>8,5</i>	<i>10,5</i>	<i>3,0</i>	<i>0,2</i>
<i>ES</i>	<i>Mucuri</i>	<i>6.909</i>	<i>29,4</i>	<i>23,8</i>	<i>23,0</i>	<i>8,7</i>	<i>12,1</i>	<i>2,8</i>	<i>0,1</i>
NOR	Paulo Afonso	23.741	29,4	21,3	23,9	9,5	13,3	2,6	0,1
LN	Alagoinhas	31.653	19,1	20,5	28,6	10,4	19,0	2,3	0,2
<i>ES</i>	<i>Teixeira de Freitas</i>	<i>27.215</i>	<i>28,7</i>	<i>20,6</i>	<i>26,1</i>	<i>9,7</i>	<i>12,4</i>	<i>2,3</i>	<i>0,3</i>
SUD	Jequié	36.796	30,0	22,5	24,1	8,7	12,5	2,1	0,1
IRC	Irecê	14.174	24,4	21,5	26,3	9,0	16,6	2,1	0,1
<i>RMS</i>	<i>Vera Cruz</i>	<i>7.650</i>	<i>21,3</i>	<i>23,4</i>	<i>30,2</i>	<i>10,5</i>	<i>12,4</i>	<i>2,0</i>	<i>0,4</i>
SG	Guanambi	17.257	31,3	24,7	23,3	7,0	11,6	1,9	0,1
LS	Ipiaú	10.896	34,7	24,0	20,1	7,7	11,6	1,8	0,1
PD	Senhor do Bonfim	17.101	27,5	24,2	26,1	9,2	11,1	1,7	0,1
PD	Jacobina	20.151	31,4	26,4	22,0	7,5	10,8	1,7	0,2
PAR	Itaberaba	14.304	34,6	24,4	22,5	7,6	9,1	1,6	0,1
PAR	Itaberaba	14.304	34,6	24,4	22,5	7,6	9,1	1,6	0,1
LS	Itajuípe	5.545	36,3	28,1	19,7	4,6	9,9	1,4	0,0
LS	Ibicaraí	7.462	38,0	25,5	20,4	5,4	9,3	1,3	0,0
LS	Coaraci	6.433	43,2	25,8	17,7	3,9	8,0	1,3	0,1
<i>RMS</i>	<i>Dias d'Ávila</i>	<i>11.286</i>	<i>14,0</i>	<i>21,9</i>	<i>32,7</i>	<i>13,0</i>	<i>17,0</i>	<i>1,2</i>	<i>0,2</i>
<i>RMS</i>	<i>Camaçari</i>	<i>41.206</i>	<i>14,6</i>	<i>20,5</i>	<i>32,1</i>	<i>14,9</i>	<i>16,5</i>	<i>1,2</i>	<i>0,2</i>
MSF	Bom Jesus da Lapa	11.405	34,3	22,5	22,4	7,8	11,7	1,2	0,0
SG	Brumado	14.624	33,7	22,7	23,6	7,4	11,3	1,2	0,1
LS	Ubaitaba	5.444	39,5	27,3	18,8	5,1	8,0	1,2	0,1
LS	Camacã	7.503	40,6	23,1	20,3	6,5	8,2	1,1	0,1
ES	Itamaraju	15.649	39,4	24,0	21,1	6,3	8,0	1,1	0,1
NOR	Serrinha	19.216	28,7	31,0	21,3	6,8	11,0	1,1	0,2
LS	Gandu	6.706	37,9	25,5	19,1	7,2	8,6	1,0	0,6
RS	Santo Amaro	14.048	23,8	23,7	27,9	9,9	13,7	0,9	0,1
<i>RMS</i>	<i>Simões Filho</i>	<i>23.121</i>	<i>14,1</i>	<i>20,4</i>	<i>33,5</i>	<i>14,9</i>	<i>16,0</i>	<i>0,9</i>	<i>0,1</i>
OES	Santa Maria da Vitória	9.297	42,8	24,1	18,0	5,3	8,7	0,9	0,1
IRC	Xique-Xique	9.427	39,3	27,3	20,4	4,2	8,1	0,7	0,0
LS	Buerarema	4.767	41,8	25,4	20,1	5,1	6,8	0,7	0,1
ES	Belmonte	5.091	38,9	29,7	18,5	5,4	6,7	0,6	0,3

continua

conclusão

RE's	Municípios	Pessoas de 10 e mais anos responsáveis pelos domicílios	Sem instrução e menos de 1 ano	Anos de estudos					
				1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos e mais	Não determinados
PIE	Campo Formoso	14.054	43,1	28,3	19,1	4,3	4,4	0,6	0,2
LS	Uruçuca	5.101	38,0	28,5	19,1	6,5	7,2	0,6	0,2
LS	Ubatã	5.297	45,0	22,9	16,9	6,0	8,5	0,6	0,2
PAR	Ipirá	14.669	48,7	29,0	15,4	2,6	3,9	0,4	0,0
SUD	Poçoões	10.867	46,3	26,5	17,2	4,6	5,0	0,4	0,1
CD	Ibicoara	2.758	43,0	31,1	17,7	3,2	3,5	0,4	1,1
NOR	Santaluz	7.302	42,8	27,8	18,3	4,5	6,0	0,4	0,2
RS	Castro Alves	6.201	38,4	28,7	19,1	4,9	8,5	0,4	0,1
SUD	Itambé	6.651	52,0	23,8	15,8	3,8	4,2	0,4	0,1
LS	Ibirataia	5.634	41,1	29,6	15,1	6,8	7,0	0,4	0,0
LS	Pau Brasil	3.198	46,4	26,8	18,0	3,6	4,6	0,3	0,3
MSF	Sítio do Mato	2.130	35,4	36,5	20,0	4,4	3,3	0,3	0,0
MSF	Carinhanha	5.493	50,8	23,2	15,3	4,6	5,7	0,3	0,1
MSF	Barra	8.610	43,8	29,8	15,9	4,4	5,6	0,3	0,1
ES	Guaratinga	5.799	54,4	24,7	14,0	3,8	2,8	0,2	0,1
RS	Maragogipe	9.711	42,1	26,0	19,2	5,1	7,3	0,2	0,1
MSF	Serra do Ramalho	6.727	43,3	29,2	19,8	4,4	3,0	0,2	0,1
PD	Ponto Novo	3.636	42,8	37,6	13,7	3,2	2,1	0,1	0,5
PD	Pindobaçu	5.278	36,8	31,5	20,8	6,2	3,3	0,1	1,3
SG	Piripá	2.969	53,5	28,0	12,8	2,6	2,9	0,0	0,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Nota: As linhas em destaque indicam os municípios com saldo migratório positivo, nas demais estão os municípios com saldo migratório negativo.

Vale acrescentar que, conforme observado por Santos (2007)²³, Salvador e Lauro de Freitas permaneceram como os municípios da Bahia que apresentaram as maiores participações de imigrantes com elevada escolaridade, situação associada pela autora à dinâmica do mercado de trabalho da capital. Em termos de emigração, Santos assinalou que de Salvador também saem, predominantemente, indivíduos com 11 anos ou mais de estudo — situação associada, principalmente, à saída de trabalhadores mais qualificados para outros estados e ao processo de periferização —; enquanto que em Lauro de Freitas os que passaram a residir fora de seus limites territoriais foram, principalmente, pessoas que apresentavam de 4 e 7 anos de estudo.

A esses dois municípios seguiam-se, por ordem decrescente: Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro, Barreiras, Santa Cruz Cabrália, Mucuri, Paulo Afonso, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Jequié e Irecê — todos com mais de mais de 2% dos responsáveis pelos domicílios com 15 ou mais anos de estudo. Ainda comparando os dados da população total com os dos migrantes de 1995-2000 tratados por Santos (2007), para tais municípios

²³ Note-se que a autora trabalha os dados de escolaridade de migrantes de 15 a 49 anos.

se dirigiu uma proporção significativa de pessoas com 11 ou mais anos de estudo (com destaque para Alagoinhas, mais de 30% do total de imigrantes), embora prevalecesse o grupo de pessoas com menor escolaridade. Quanto aos emigrantes, os maiores contingentes desses municípios contavam com menos de 7 anos de estudo.

Um grupo significativo de municípios revelou menos de 1% dos responsáveis com nível superior. Dentre os 27 que apresentaram tal situação, encontram-se Santo Amaro, Barra e Maragogipe que, em tempos passados, constituíam-se em centros de relevância regional, mas, que gradativamente foram deixando de representar tal função frente às transformações da economia e às novas formas de circulação de mercadorias. Mas, igualmente no referido grupo, estão Simões Filho — que abriga uma parte do CIA e está bastante próximo a Salvador —, Poções, Ibicoara, Santaluz, Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Ponto Novo, Pindobaçu e Piripá, que apresentaram elevado saldo migratório positivo em 1995-2000. Em verdade, como em boa parte da Bahia, à exceção de Simões Filho (onde o grupo mais significativo contava com 4 a 7 anos de estudo) e Sítio do Mato (onde o maior conjunto de responsáveis pelos domicílios detinha de 1 a 3 anos de estudo), predominam nesses municípios pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo, seguido pelo grupo que mencionou possuir de 1 a 3 anos de estudo, ou seja, que sequer concluiu a 4ª série do ensino fundamental.

A análise da importância relativa de cada um dos grupos de anos de estudo por município revela que, mesmo somando-se os grupos de 11 a 14 anos de estudo e 15 anos e mais, apenas em Salvador e Lauro de Freitas esses grupos mostraram-se os mais significativos. Para os municípios com saldos positivos, excetuando-se Lauro de Freitas e Sítio do Mato — onde 36% revelaram ter entre 1 e 3 anos de estudo —, em sete dos municípios, a maior parte dos responsáveis pelos domicílios tinha de 4 a 7 anos de estudo (ou seja, sequer havia completado o ensino fundamental): Juazeiro, Porto Seguro, Barreiras, Vera Cruz, Dias d'Ávila, Camaçari e Simões Filho. Nos demais, em Santa Cruz Cabrália, Mucuri, Teixeira de Freitas, Poções, Ibicoara, Santaluz, Serra do Ramalho, Ponto Novo, Pindobaçu e Piripá, predominavam pessoas com menos de 1 ano de estudo, com percentuais variando entre 28,7% e 53,5%.

O perfil do migrante desses municípios²⁴, em geral, foi similar ao verificado para o conjunto da população e compatível com os principais processos neles verificados. Em Ibicoara, Poções, Sítio do Mato, Santaluz e Serra do Ramalho, na segunda metade dos anos 1990, ocorreram assentamentos rurais. Em Santaluz, que integra a região sisaleira, existiam o cultivo e o beneficiamento da fibra de sisal, estimulados pela Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB)²⁵. O município

²⁴ Conforme se verifica no texto de Santos, que integra esta publicação.

²⁵ A APAEB, instituição sediada em Valente, é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1980 que visa à melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor da região sisaleira, contribuindo para que ele permaneça na área rural. Propõe alternativas de convivência com o semi-árido através de ações como: "[...] orientação técnica, capacitação dos agricultores, uso de novas tecnologias apropriadas ao semi-árido (silagem e fenação de alimentos, armazenamento de água, reflorestamento, energia solar, plantio de forrageiras, criação de caprinos e ovinos etc.), concessão de crédito apropriado à realidade das famílias camponesas, criação de escola-família agrícola, beneficiamento, in-

de Ponto Novo, além de ser produtor de feijão e mandioca, conta com a exploração de jazidas de cromo. Os trabalhadores vinculados mais diretamente a tais atividades, ainda que haja exceções, possuem baixa escolaridade, o que foi verificado no perfil de parte significativa dos imigrantes dessas áreas.

Nos municípios com saldos negativos, excetuando-se Salvador (já referenciado), Itabuna, Jequié, Irecê e Santo Amaro (onde o maior grupo foi o de 4 a 7 anos de estudo), a maior proporção de responsáveis de domicílio mencionou não ter instrução ou ter menos de 1 ano de estudo. Nesse sentido, pode-se afirmar que nos municípios com saldos migratórios negativos a escolaridade tende a ser baixa, ainda menor do que aqueles que obtiveram saldo migratório positivo, mesmo naqueles que têm importância estratégica para Bahia, caso de Paulo Afonso, Alagoinhas, Jequié e Ilhéus.

É interessante notar que os municípios da RMS formam um grupo que se diferencia no que se refere à escolaridade. De forma geral, em termos de média, se encontram em posição menos desvantajosa que os demais.

Observando-se as classes de rendimento das pessoas de 10 anos e mais, de pronto percebe-se que em todos os municípios selecionados o maior grupo dos moradores não tinha qualquer rendimento — em 25 deles mais que 50% e, nos demais, mais que 45% dos indivíduos estavam nessa categoria. Além disso, entre 30% e 54% dos indivíduos percebiam até dois salários mínimos em 2000. Nesse contexto, chamam a atenção aqueles municípios que “escapam” a esse padrão mais comum. Assim, mais uma vez e como era de se esperar, com base no que foi anteriormente comentado, Lauro de Freitas e Salvador despontam como os que apresentaram os maiores (ainda que bastante reduzidos) percentuais de pessoas com rendimentos superiores a cinco salários mínimos.

Com rendimentos variando entre 5 e 10 salários mínimos estavam 5,6% e 6,8% das populações desses dois municípios; o grupo de indivíduos cujo rendimento nominal mensal oscilou entre 10 e 20 salários mínimos representava 3,1% e 3,5% do total de cada um deles; e 2,3% e 2,1% do seu contingente auferiam mais de 20 salários mínimos, sempre correspondentemente para Lauro de Freitas e Salvador. Destaca-se, igualmente, que em Lauro de Freitas se observou a menor proporção de pessoas sem rendimento (35% do total de 10 anos e mais) e em Salvador registrou-se o menor contingente que percebia até 1 salário mínimo (Tabela 11).

Apenas em mais três municípios do conjunto selecionado, algo em torno de 1% da população em foco conseguia ter rendimento acima de 20 salários mínimos: Barreiras, Teixeira de Freitas e Porto Seguro — todos com saldos migratórios positivos. Isso também foi apurado em Mucuri, Ilhéus, Itabuna, Guanambi, Santa Cruz Cabralia, Juazeiro, Irecê,

dustrialização e comercialização da produção, entre outras” (ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE VALENTE, 2002, p. 111). Essa instituição atua nos seguintes municípios: Valente (sede da entidade), Araci, Campo Formoso, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Jaguarari, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Capim Grosso, Nova Fátima e Quixabeira.

Alagoinhas, Paulo Afonso, Camaçari, Jequié, Vera Cruz e Dias d'Ávila também entre 1% e 2% dos moradores recebiam entre 10 e 20 salários mínimos em 2000.

Dentre as unidades municipais mais bem posicionadas em termos de rendimento da população, estavam municípios de diferentes partes da Bahia, com diferentes atividades e dinâmicas socioeconômicas, e que revelaram saldos migratórios bastante diferenciados.

Quanto àqueles que registraram os menores percentuais de moradores recebendo até 5 salários mínimos — Sítio do Mato, Ponto Novo, Piripá, Serra do Ramalho, Pindobaçu, Santaluz (estes com saldo migratório positivo), Itambé, Carinhanha, Guaratinga, Maragogipe, Castro Alves, Buerarema e Ipirá (onde os saldos migratórios foram negativos) — pode-se alegar que estão em diferentes porções do estado: alguns estão nas proximidades do Rio São Francisco, outros numa das partes mais áridas do semi-árido; há, ainda, os que estão na área da Baía de Todos os Santos e os que se situam no litoral. Entretanto, o fato de sua economia ser baseada, essencialmente, em atividades ligadas à agropecuária era o traço que os assemelhava.

De forma geral, os dados sobre rendimento dos municípios selecionados permitem afirmar que, independentemente da localização e dos processos socioeconômicos em curso, os níveis de renda e de escolaridade média eram bastante precários — situação, aliás, que é comum à totalidade baiana.

Tabela 11

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo os Municípios por Região Econômica, Bahia, 2000

(%)

RE's	Município	Total	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) ¹							
			Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento ²
<i>RMS</i>	<i>Lauro de Freitas</i>	<i>90.585</i>	<i>18,6</i>	<i>16,1</i>	<i>5,7</i>	<i>5,7</i>	<i>5,6</i>	<i>3,1</i>	<i>2,3</i>	<i>38,5</i>
RMS	Salvador	2.028.377	16,8	14,7	6,8	7,2	6,8	3,5	2,1	45,0
<i>OES</i>	<i>Barreiras</i>	<i>101.732</i>	<i>19,4</i>	<i>16,2</i>	<i>5,8</i>	<i>6,3</i>	<i>4,4</i>	<i>1,8</i>	<i>1,1</i>	<i>42,9</i>
<i>ES</i>	<i>Teixeira de Freitas</i>	<i>84.753</i>	<i>24,3</i>	<i>14,2</i>	<i>4,7</i>	<i>5,1</i>	<i>3,9</i>	<i>1,5</i>	<i>1,0</i>	<i>42,0</i>
<i>ES</i>	<i>Porto Seguro</i>	<i>72.294</i>	<i>18,7</i>	<i>17,5</i>	<i>6,6</i>	<i>5,8</i>	<i>3,7</i>	<i>1,8</i>	<i>1,0</i>	<i>50,9</i>
<i>ES</i>	<i>Mucuri</i>	<i>21.220</i>	<i>28,3</i>	<i>13,8</i>	<i>4,3</i>	<i>4,7</i>	<i>3,8</i>	<i>1,7</i>	<i>0,9</i>	<i>50,7</i>
LS	Ilhéus	177.671	23,8	12,7	4,2	4,5	3,5	1,2	0,8	52,6
LS	Itabuna	161.375	23,7	12,8	4,7	5,5	4,4	1,9	0,8	48,3
SG	Guanambi	58.126	29,6	11,1	4,0	3,1	2,5	1,1	0,7	49,4
<i>ES</i>	<i>Santa Cruz Cabrália</i>	<i>17.978</i>	<i>20,3</i>	<i>16,1</i>	<i>6,0</i>	<i>5,0</i>	<i>2,9</i>	<i>1,3</i>	<i>0,7</i>	<i>45,5</i>
<i>BMSF</i>	<i>Juazeiro</i>	<i>136.016</i>	<i>23,9</i>	<i>15,0</i>	<i>4,7</i>	<i>4,4</i>	<i>3,7</i>	<i>1,2</i>	<i>0,6</i>	<i>46,5</i>
IR	Irecê	45.617	27,4	13,6	4,3	4,1	3,0	1,2	0,6	45,9
PIE	Jacobina	61.083	34,9	11,7	3,3	3,3	2,4	0,8	0,6	48,0
LN	Alagoinhas	105.799	23,4	11,5	4,4	5,8	4,4	1,7	0,5	44,9
MSF	Bom Jesus da Lapa	41.999	26,5	11,2	2,8	3,6	2,7	0,8	0,5	52,4
NOR	Paulo Afonso	77.426	21,7	11,8	4,4	4,4	5,1	1,4	0,5	47,7
SG	Brumado	50.726	27,2	10,4	4,4	4,2	2,6	0,9	0,5	51,8
ES	Itamaraju	50.150	32,3	13,3	3,7	3,7	2,7	0,9	0,5	43,1
PD	Senhor do Bonfim	54.452	29,0	10,6	3,9	5,2	2,9	0,9	0,5	52,8
<i>RMS</i>	<i>Camaçari</i>	<i>127.363</i>	<i>19,1</i>	<i>14,2</i>	<i>6,6</i>	<i>5,7</i>	<i>3,7</i>	<i>1,1</i>	<i>0,4</i>	<i>46,2</i>
LS	Gandu	21.463	30,2	10,7	3,6	3,0	2,4	0,9	0,4	50,6
<i>NOR</i>	<i>Santaluz</i>	<i>24.369</i>	<i>39,3</i>	<i>9,5</i>	<i>3,2</i>	<i>2,2</i>	<i>0,9</i>	<i>0,5</i>	<i>0,4</i>	<i>56,9</i>
LS	Ipiaú	35.122	31,0	10,6	3,0	3,7	2,7	0,9	0,4	47,9
SUD	Jequié	118.791	28,7	11,3	4,1	4,0	3,0	1,0	0,4	49,2
OES	Santa Maria da Vitória	32.096	25,2	8,9	2,6	2,5	2,1	0,5	0,3	47,8
<i>SUD</i>	<i>Poçoões</i>	<i>35.075</i>	<i>33,3</i>	<i>9,7</i>	<i>2,6</i>	<i>2,5</i>	<i>1,6</i>	<i>0,6</i>	<i>0,3</i>	<i>49,5</i>
<i>RMS</i>	<i>Vera Cruz</i>	<i>23.417</i>	<i>24,9</i>	<i>11,7</i>	<i>3,5</i>	<i>3,9</i>	<i>3,7</i>	<i>1,3</i>	<i>0,3</i>	<i>45,2</i>
LS	Ibicaraí	23.030	29,0	11,0	2,9	2,6	1,4	0,8	0,3	49,3
ES	Belmonte	15.264	31,8	11,5	3,2	3,0	1,6	0,9	0,3	48,4
<i>RMS</i>	<i>Dias d'Ávila</i>	<i>35.382</i>	<i>17,9</i>	<i>12,0</i>	<i>6,4</i>	<i>5,8</i>	<i>3,8</i>	<i>1,1</i>	<i>0,3</i>	<i>42,6</i>
<i>RMS</i>	<i>Simões Filho</i>	<i>73.421</i>	<i>19,7</i>	<i>14,6</i>	<i>5,7</i>	<i>4,8</i>	<i>3,3</i>	<i>0,7</i>	<i>0,3</i>	<i>43,0</i>
LS	Coaraci	22.174	30,7	9,4	2,3	2,5	1,6	0,5	0,3	57,7
<i>CD</i>	<i>Ibicoara</i>	<i>11.072</i>	<i>38,5</i>	<i>14,9</i>	<i>2,9</i>	<i>2,5</i>	<i>1,9</i>	<i>0,6</i>	<i>0,3</i>	<i>48,7</i>
PIE	Campo Formoso	47.759	30,8	9,2	2,6	2,1	1,5	0,4	0,3	53,4
NOR	Serrinha ⁽¹⁾	65.676	32,9	8,9	2,8	2,8	2,3	0,5	0,2	47,6
RS	Santo Amaro	47.317	31,1	12,4	4,3	3,5	2,4	0,6	0,2	47,4
LS	Camacan	24.046	28,3	10,1	3,3	2,4	2,0	0,6	0,2	58,9
PAR	Itaberaba	46.810	31,0	10,7	3,2	3,4	2,9	0,8	0,2	48,3
PAR	Ipirá	48.276	34,6	10,3	2,3	2,0	1,0	0,4	0,2	62,1

continua

conclusão

RE's	Município	Total	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) ¹							
			Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento ²
LS	Ubatã	17.389	29,3	9,4	2,2	2,7	1,8	0,9	0,2	49,2
LS	Ibirataia	19.862	33,3	8,4	2,7	1,5	1,1	0,4	0,2	52,0
LS	Uruçuca	16.107	29,9	11,9	2,0	1,7	1,4	0,1	0,2	53,0
ES	Guaratinga	19.079	30,0	11,0	2,2	1,5	0,6	0,4	0,1	49,8
PD	Pindobaçu	16.385	28,2	8,2	2,2	2,3	1,2	0,3	0,1	53,2
MSF	Serra do Ramalho	24.140	22,3	8,2	2,3	0,9	1,0	0,3	0,1	49,8
LS	Itajuípe	17.984	29,7	10,5	2,2	3,7	1,4	0,6	0,1	54,8
LS	Pau Brasil	10.072	30,2	11,4	2,3	2,5	1,8	0,3	0,1	47,0
MSF	Cariranha	20.209	27,3	8,7	2,1	2,1	0,7	0,1	0,1	55,3
LS	Ubaitaba	18.548	33,9	10,0	2,4	2,4	2,2	0,6	0,1	51,9
RS	Castro Alves	20.147	31,8	7,4	2,5	1,9	1,1	0,4	0,1	54,1
LS	Buerarema	15.205	27,8	10,4	3,1	1,9	1,0	0,4	0,1	57,5
PD	Ponto Novo	13.114	28,1	7,0	2,8	1,1	0,8	0,1	0,1	60,0
SUD	Itambé	23.483	33,8	13,1	2,7	1,3	0,5	0,2	0,1	52,8
MSF	Barra	32.035	24,1	6,5	1,9	1,4	1,5	0,1	0,0	51,3
RS	Maragogipe	33.167	33,2	10,6	3,0	2,0	1,1	0,3	0,0	49,4
IR	Xique-Xique	33.559	28,5	8,4	2,4	1,9	1,4	0,4	0,0	64,8
MSF	Sítio do Mato	8.591	26,5	7,4	1,8	1,4	0,7	0,1	0,0	64,3
SG	Piripá	12.383	34,2	11,2	2,2	1,8	1,1	0,2	0,0	44,0
	Bahia	10.389.118	27,4	11,7	4,0	3,8	3,0	1,3	0,7	48,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 - Microdados da Amostra

Notas: As linhas em destaque indicam os municípios com saldo migratório positivo, nas demais estão os municípios com saldo migratório negativo.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

(2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Índice de Desenvolvimento Humano e condições de vida

Tentando-se analisar os níveis de condições de vida dos diferentes municípios trabalhados, utilizou-se um índice que vem, sobremaneira, sendo referenciado em estudos que comparam localidades distintas, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)²⁶. Partindo do entendimento de que o desenvolvimento humano é “[...] um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural” (IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IBGE, 1998, p. 6), o IDH-M pretende incorporar três dimensões tidas como básicas para o desenvolvimento: vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um

²⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) verifica o desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Para avaliar o nível de desenvolvimento humano de municípios, consideram-se, igualmente, a educação, longevidade e renda. Contudo, adotam-se indicadores diferentes, considerados mais adequados para aferir as condições de núcleos sociais menores. Para a educação, utiliza-se a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (com peso um); para avaliar a longevidade mantém-se como indicador a esperança de vida ao nascer; em relação à renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2006).

padrão de vida conveniente. Destaque-se que está subjacente a esse conceito a noção de que o aumento da riqueza não implica, necessariamente, melhoria das condições de vida de uma população. Esse índice varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo a 1 maior o grau de desenvolvimento. Entende-se a existência de três níveis de IDH: valores menores que 0,500 indicariam baixo desenvolvimento humano; valores entre 0,500 e 0,800 indicando médio desenvolvimento humano; e se os valores revelarem-se superiores a 0,800, o desenvolvimento humano seria considerado alto (IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IBGE 1998; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2006).

Analisando-se os dados dos municípios selecionados, nota-se que houve um avanço entre 1991 e 2000; todos os seus componentes ampliaram o IDH-M no período, o que indicaria a melhoria das condições de vida de seus moradores (Tabela 12). No primeiro ano, 11 municípios obtiveram IDH-M inferior a 0,500, indicando baixo desenvolvimento humano: Xique-Xique, Belmonte, Sítio do Mato, Guaratinga, Carinhanha, Barra, Pau Brasil, Campo Formoso, Serra do Ramalho, Pindobaçu e Ponto Novo. Os demais registraram valores oscilando entre 0,509 (Ibicoara) e 0,751 (Salvador), ou seja, médio desenvolvimento humano. De acordo com a classificação do PNUD, em nenhum desses municípios o desenvolvimento humano pôde ser considerado alto. No ano 2000, quando todos os municípios ampliaram o valor do IDH-M em relação a 1991, o menor valor foi 0,580 obtido por Xique-Xique; contudo, apenas Salvador apresentou desenvolvimento humano considerado alto.

Observando-se o *ranking* baiano em 2000, sete das dez primeiras posições foram ocupadas por municípios que pertenciam ao grupo selecionado: Salvador e Lauro de Freitas — que repetiram o primeiro e o segundo lugar obtido em 1991, respectivamente — Itabuna, Camaçari, Dias d’Ávila, Simões Filho e Alagoinhas (os dois últimos como os únicos desse grupo a perderem posição entre 1991 e 2000). Desses, Salvador, Itabuna e Alagoinhas apresentaram saldo migratório negativo. Igualmente estavam bem posicionados — entre os 10% de municípios baianos com os melhores IDH-M — Barreiras, Paulo Afonso, Vera Cruz, Ilhéus, Guanambi, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Jequié, Brumado, Senhor do Bonfim, Mucuri, Santa Cruz Cabrália, Santo Amaro e Juazeiro. Além dos já citados, Simões Filho e Alagoinhas, mais cinco unidades municipais descenderam na classificação estadual (Vera Cruz, Guanambi, Jequié, Brumado e Santo Amaro).

A análise dos dados da Tabela 12 indica que, se é possível considerar o IDH-M como indicativo de desenvolvimento humano, não é possível associá-lo a maior ou menor capacidade de retenção de população. Note-se que, entre aqueles municípios que obtiveram os mais baixos valores de IDH-M na Bahia, em 2000, estavam unidades municipais que registraram elevados saldos migratórios, como Sítio do Mato, Ponto Novo, Serra do Ramalho e Pindobaçu.

Tabela 12
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios selecionados
Bahia, 1991-2000

RE's	Municípios	1991		2000	
		IDH-M	Classificação no Estado	IDH-M	Classificação no Estado
RMS	Salvador	0,751	1	0,805	1
RMS	Lauro de Freitas	0,677	2	0,771	2
LS	Itabuna	0,653	7	0,748	3
RMS	Camaçari	0,651	8	0,734	6
RMS	Dias d'Ávila	0,649	10	0,732	7
RMS	Simões Filho	0,660	4	0,729	8
LN	Alagoinhas	0,654	6	0,729	10
OES	Barreiras	0,627	15	0,723	11
NOR	Paulo Afonso	0,625	16	0,719	14
RMS	Vera Cruz	0,624	18	0,704	21
LS	Ilhéus	0,609	26	0,703	22
SG	Guanambi	0,617	23	0,701	23
ES	Porto Seguro	0,590	38	0,699	25
ES	Teixeira de Freitas	0,599	31	0,698	26
SUD	Jequié	0,603	29	0,693	31
SG	Brumado	0,599	32	0,693	33
PD	Senhor do Bonfim	0,562	67	0,690	34
ES	Mucuri	0,525	161	0,690	35
ES	Santa Cruz Cabrália	0,561	71	0,688	36
RS	Santo Amaro	0,607	28	0,684	38
BMSF	Juazeiro	0,589	40	0,683	40
LS	Gandu	0,569	58	0,674	52
OES	Santa Maria da Vitória	0,538	120	0,669	62
IR	Irecê	0,596	34	0,666	67
LS	Ipiáú	0,571	54	0,662	71
NOR	Serrinha (1)	0,567	62	0,658	83
LS	Coaraci	0,558	76	0,655	91
MSF	Bom Jesus da Lapa	0,558	80	0,654	93
PIE	Jacobina	0,539	117	0,652	103
LS	Uruçuca	0,525	154	0,652	104
ES	Itamaraju	0,554	87	0,650	107
LS	Itajuípe	0,546	105	0,648	109
NOR	Santaluz	0,523	168	0,646	117
LS	Ibirataia	0,537	123	0,642	127
RS	Castro Alves	0,553	91	0,642	128
LS	Ubaitaba	0,532	133	0,640	136
LS	Ubatã	0,528	148	0,640	138
PAR	Itaberaba	0,528	147	0,638	147
SG	Piripá	0,519	180	0,635	162
LS	Ibicaraí	0,548	101	0,634	163

continua

conclusão

RE's	Municípios	1991		2000	
		(IDH-M)	Classificação no Estado	(IDH-M)	Classificação no Estado
RS	Maragogipe	0,546	106	0,634	164
CD	Ibicoara	0,509	220	0,632	173
LS	Camacan	0,536	125	0,631	175
LS	Buerarema	0,537	124	0,631	177
ES	Belmonte	0,493	273	0,618	224
SUD	Poções	0,510	216	0,616	232
PIE	Campo Formoso	0,474	327	0,613	245
PAR	Ipirá	0,523	167	0,609	255
SUD	Itambé	0,514	200	0,608	262
MSF	Cariranha	0,487	295	0,607	269
MSF	Sítio do Mato	0,490	283	0,601	298
PD	Ponto Novo	0,428	397	0,600	300
LS	Pau Brasil	0,482	304	0,600	301
MSF	Serra do Ramalho	0,470	342	0,598	308
PD	Pindobaçu	0,464	357	0,595	319
ES	Guaratinga	0,488	292	0,593	323
MSF	Barra	0,486	296	0,586	350
IR	Xique-Xique	0,495	265	0,580	365
	Bahia	0,601		0,693	

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/ PNUD - Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002. Elaborada pela SEI.

Nota: As linhas em destaque indicam os municípios com saldo migratório positivo, nas demais estão os municípios com saldo migratório negativo.

Para esses municípios, assim como para os demais que compunham o conjunto dos que estavam entre os de menor IDH-M da Bahia (considerando-se aqueles que estavam além da 300ª posição), o que se pode afirmar é que não apresentam maior expressão econômica ou demográfica no contexto estadual.

ALGUMAS CONCLUSÕES: SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE ESPAÇOS E PROCESSOS

A realidade social é uma totalidade complexa, contraditória e em constante mudança; composta por uma multiplicidade de fatores que se articulam e se sobredeterminam, não pode ser entendida apenas por uma coleção de causas desarticuladas, ainda que muito bem delimitadas. Sendo a migração um fenômeno social, não pode ser explicada por um único aspecto. É motivada por uma multiplicidade de processos sociais que se influenciam mutuamente. No plano municipal, o estudo do fenômeno migratório evidencia, por um lado, que se trata de um processo multideterminado e articulado a eventos ocorridos em outros locais e escalas; por outro, revela a dificuldade de se entender as lógicas que se interpenetram, dando a um local, num dado contexto histórico e em relação a outros locais, uma face mais “atractiva” ou “expulsora” de população.

Neste estudo pretendeu-se levantar e discutir algumas das características dos municípios baianos portadores dos mais destacados saldos migratórios positivos e negativos em 1995-2000. Para tanto, procedeu-se inicialmente a um levantamento teórico sobre a temática, o que, de pronto, indicou um reduzido número de estudos que tratam especificamente de saldo migratório, especialmente, na esfera municipal. Igualmente, quando se pretendeu levantar os determinantes da migração evidenciou-se que, de forma geral, os trabalhos buscam relacioná-los ao perfil do migrante e/ou aos motivos por este enumerados. Contudo, são escassos os trabalhos que versem sobre as características dos lugares, que as analisem relacionando-as à dinâmica do movimento migratório — quando o fazem, o foco é colocado no aspecto econômico. Assim, ainda que se afirme tal aspecto não é o único móvel das migrações e que outros fatores devem ser enumerados para explicá-las, é a partir da dinâmica econômica que se fazem as principais discussões sobre esse tema.

Partindo da concepção de que a importância do homem e sua possibilidade de participar dos processos sociais variam conforme sua localização (SANTOS, 2002), de que os indivíduos comparam o lugar em que vivem, suas vantagens e desvantagens, com as de outros lugares para decidirem pela permanência ou mudança de local de moradia (SANTOS, 2002; GOLGHER, 2004); e, também, que há uma série de fatores que impulsionam a migração (JANNUZZI, 1997 apud GUIMARÃES, 2003; ANTICO, 1997; BREMAEKER, 1992), tentou-se levantar e discutir alguns dos processos e características que possam ter contribuído para que um município tivesse observado saldo positivo e negativo acentuado na Bahia em 1995-2000.

Notou-se que a maior parte das unidades municipais baianas observou saldo migratório negativo, com a movimentação interna de população sendo muito mais expressiva do que a existente entre a Bahia e outras partes do país. Evidencia-se que uma parte significativa dos que obtiveram saldo migratório interestadual positivo e elevado também apresentou alto saldo intra-estadual, indicando que, independente da origem e do perfil do migrante, esses municípios apresentaram um conjunto de aspectos que o tornaram “atrativos” frente aos demais municípios do estado da Bahia.

Tal situação conduz às proposições de Singer (1975), que considera que um mesmo fato econômico leva a diferentes conseqüências para os distintos segmentos sociais. Municípios como Juazeiro, Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho, por exemplo, que apresentaram um volume de imigrantes interno e externo superior ao de emigrantes, destacavam-se no cenário econômico da Bahia. Porém, os motivos que favoreceram o predomínio de imigrantes em relação aos emigrantes, como se pretendeu demonstrar ao longo deste trabalho, foram distintos. Embora para todos esses possa ser dito que a dinâmica migratória se fez associada à modernização do processo produtivo, em Lauro de Freitas os fatores locais e o custo da moradia foram fatores preponderantes na atração de novos moradores; a localização também contribuiu para que Camaçari e Simões Filho registrassem saldo elevado em 1995-2000. Além disso, para estes dois últimos municípios, o fato de sediarem o COPEC e o CIA (respectivamente),

gerando empregos diretos e indiretos, e a infra-estrutura existente foram fatores que colaboraram para que o volume do saldo migratório fosse positivo. Em Juazeiro, a ampliação dos perímetros voltados à agricultura irrigada e dos negócios associados a essa atividade gerou ocupação para pessoas com diferentes níveis de qualificação. Para esse município, a localização, igualmente, deve ser mencionada como relevante, em função de sua infra-estrutura urbana, da acessibilidade a Petrolina e do destaque que ganha por apresentar tais características estando numa área semi-árida e onde os núcleos urbanos mais próximos eram desprovidos de maiores serviços e dinâmica socioeconômica.

Por outro lado, para os municípios que registraram acentuados saldos negativos, as perdas para outros estados mostraram-se mais intensas do que as ocorridas para os demais municípios baianos. Chama-se a atenção para o fato de que, especialmente entre aqueles onde os saldos interestaduais foram mais significativos, encontraram-se unidades de grande importância no contexto estadual, seja em termos demográficos, da convergência dos fluxos financeiros, de investimentos públicos e privados ou da dinâmica econômica (Salvador, Jequié, Feira de Santana, Alagoinhas, Vitória da Conquista, por exemplo). É importante assinalar, ainda, que desses municípios derivou-se uma parcela significativa de emigrantes com maiores níveis de escolaridade.

Em relação ao saldo migratório total, algumas “surpresas” apareceram, sugerindo a necessidade de estudos posteriores. Municípios como Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Ponto Novo, Poções, Pindobaçu e Piripá, pouco conhecidos e estudados, compunham o seletivo grupo dos 19 municípios com saldo superior a 1.000 indivíduos. Longe de terem uma dinâmica socioeconômica mais expressiva, tais municípios detinham população de pequeno porte, não apresentavam destaque em termos de equipamentos de saneamento básico, seus moradores eram pouco escolarizados e mencionaram baixo rendimento. Embora a análise do IDH-M permita dizer que, em média, as condições de vida melhoraram, os registros evidenciaram que ainda se encontravam dentre os que estavam nas últimas posições do *ranking* estadual.

Verifica-se que esses municípios estão próximos a outros que tiveram acentuadas perdas migratórias e contavam com maior dinâmica econômica e infra-estrutura: Sítio do Mato e Serra do Ramalho, em relação a Bom Jesus da Lapa; e Ponto Novo e Pindobaçu, em relação a Jacobina, por exemplo. Essa situação, associada ao fato de que predominam como destino dos fluxos municipais outras áreas da própria Região Econômica (PINHO, 2007; DIAS; ARAÚJO, 2007) indica que, pelo menos, parte dos emigrantes dessas unidades municipais de maiores portes e diversidade socioeconômica se dirigiu para os municípios menos dinâmicos, que, mesmo assim, se mostraram como mais vantajosos ao migrante. Ainda que estejam fora dos circuitos principais da economia (ou, talvez, até por isso), para determinado segmento social (especialmente para as pessoas pouco escolarizadas), dados os processos ocorridos em meados dos anos 1990, apresentaram-se, comparativamente, com melhores condições de vida — pode-se pensar em acessibilidade aos direitos, inclusive de produção — do que outras localidades próximas.

Para compreender tal situação, é necessário atentar que, como afirma Golgher (2004), dada à precariedade das condições de vida daqueles que estão na base da pirâmide social, qualquer pequena vantagem relativa é considerada significativa no que tange à decisão de migrar. Ademais, é sabido que, se as grandes cidades tendem a concentrar riquezas, é nelas que se verificam e onde se vivenciam com maior intensidade as desigualdades, não só em termos de renda, mas também nas acessibilidades e condições de vida. Assim, entendendo que a mobilidade pode ser vista como uma alternativa para escapar do empobrecimento e da inacessibilidade a bens e serviços, o saldo migratório negativo de centros mais expressivos pode ser associado a uma tentativa de encontrar locais onde a desigualdade seja menos acentuada. Embora a densidade de equipamentos, serviços e oportunidades de trabalho seja mais elevadas nas grandes cidades, o acesso a eles é mais difícil porque que a competição por uma "vaga" é maior. Observe-se, além disso, que a movimentação de pessoas entre áreas próximas e com alguma similaridade em termos socioeconômicos produz menores custos materiais e imateriais ao indivíduo, favorecendo sua integração à sociedade da qual passa a participar.

Note-se que Ibicoara, Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Ponto Novo, Poções, Pindobaçu e Piripá não contaram com amplos investimentos governamentais ou privados em modernização ou dinamização da economia: as barragens e os assentamentos que foram instalados ou ampliados voltavam-se a formas de cultivo ou a produtos mais tradicionais.

A análise do saldo migratório de municípios da RMS — Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Dias d'Ávila e Vera Cruz — deve ser feita a partir de outros pressupostos. Como assinalado neste estudo, decorrente do impacto da moderna economia e da concentração dos principais processos industriais do estado nessa região, o saldo migratório das unidades municipais metropolitanas periféricas está associado, em muito, à proximidade de Salvador e aos processos decorrentes das deseconomias de aglomeração. Trata-se de um território de concentração do poder político, econômico, de investimentos públicos e privados e da maior aglomeração de serviços e infra-estrutura da Bahia, onde algumas funções são "distribuídas" entre seus diversos municípios, ainda que as de comando permaneçam na capital. Em outras palavras, o saldo migratório negativo de Salvador estava associado à expansão do seu poder simbólico e material, da capacidade de os agentes que a comandam influenciarem na estruturação de outros municípios. Entende-se que, a partir da industrialização "[...] quase não há divisão 'horizontal' do espaço entre as cidades, mas, uma divisão 'vertical', com imbricação crescente da ação das cidades de diversos níveis" (SANTOS, 2004, p. 290). Desse modo, conforme o nível de renda e a ocupação, os indivíduos vão se redistribuindo nessa região, assentando-se nos espaços onde a renda permita viver melhor. Contudo, a referência principal é Salvador, a grande cidade.

Comparando o processo de redistribuição espacial da população metropolitana com a que aconteceu no sul da Bahia, revelam-se alguns traços comuns. Sabendo-se que os

maiores grupos de migrantes internos do Litoral Sul e Extremo Sul transitaram no interior dessas regiões e entre elas (DIAS; ARAÚJO, 2007), verifica-se que houve uma rearrumação da população dessa porção da Bahia. Com amplos investimentos vinculados às atividades turísticas — que podem vir a ser prejudicadas, posteriormente, em função da precariedade do saneamento básico — e à indústria de papel e celulose, não é de se estranhar que Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Mucuri e Teixeira de Freitas tivessem registrado significativo crescimento demográfico entre 1991 e 2000 e elevados saldos migratórios em 1995-2000. Esses municípios se caracterizam, também, pelo crescimento dos setores de comércio e de serviços e pela ampliação da dinâmica urbana, situação associada à intensidade das atividades acima referidas e aos investimentos públicos e privados. Entretanto, para entender o poder de “atração” de tais municípios é preciso assinalar as condições de seus municípios vizinhos, parte dos quais com acentuadas perdas migratórias, conforme o Censo de 2000.

A consolidação de novos processos econômicos deslocou parte dos migrantes que poderiam ter como destino o eixo Itabuna-Ilhéus, ou mesmo o Sudeste, para outros espaços do sul baiano percebidos como mais promissores; do mesmo modo, evitou que maior número de residentes sentisse necessidade de mudar de local de domicílio. O caso de Porto Seguro é exemplar: as expectativas associadas ao turismo e a liberação da mão-de-obra das áreas de plantio de eucalipto contribuíram para que o referido município se consolidasse ao longo das últimas décadas como área de atração de migrantes — ainda que uma parcela expressiva destes não tenha se inserido no mercado formal ou em ocupações mais qualificadas e que, em boa medida, instalaram-se de forma precária nesse município e nas suas imediações²⁷. Porto Seguro emergiu, do mesmo modo que os municípios pequenos anteriormente citados, como uma área vantajosa frente às condições apresentadas pelos municípios próximos. Pode-se pensar na hipótese de que esse município, Mucuri e Teixeira de Freitas, especialmente, estejam se consolidando como zonas polarizadoras do sul baiano, ficando boa parte das unidades municipais dessa porção do estado numa condição periférica, em termos da possibilidade do acesso aos benefícios que o crescimento econômico pode proporcionar aos seus moradores, nos termos propostos por Santos (2004).

Os saldos positivos e elevados registrados em Juazeiro e Barreiras, em 1995-2000, associavam-se ao fato de esses municípios possuírem intensa e crescente dinâmica, estando numa área onde, então, se constituíam nos principais núcleos econômicos; ambos, também, se situavam em pontos extremos do território baiano, limitando-se, respectivamente, com Pernambuco e Tocantins, o que contribuía para a mobilidade de pessoas entre esses municípios e os seus vizinhos em outros estados. Em Juazeiro, além

²⁷ “[...] os contingentes formados pelas faixas mais baixas de rendimentos, atraídos pela possibilidade das atividades tidas como ‘informais’, buscarão alocar-se nas imediações das áreas mais adensadas e, portanto, mais próximas ao litoral, com maior prioridade para as imediações de Porto Seguro [...] Serão grupamentos que deverão aumentar as favelas hoje existentes, exigirão a ampliação da rede de infra-estrutura e terão capacidade de alterar as condições naturais dessas áreas, trunfo da maior potencialidade turística regional” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1995, p. 106-107).

das possibilidades de inserção no setor de serviços, tanto o tipo de cultivo praticado como a cadeia produtiva dele decorrente (o empacotamento e o beneficiamento da uva, por exemplo), utilizavam um volume significativo de mão-de-obra, com diferentes níveis de qualificação²⁸. Isso contribuiu para a ocupação de uma parcela significativa dos seus moradores e para criar expectativas naqueles que residem em outros locais, levando-os a Juazeiro. Além disso, morar em Juazeiro significa a possibilidade de acesso à sua infra-estrutura (vale lembrar que, ainda que haja deficiências, o saneamento básico era adequado em mais de 50% dos seus domicílios em 2000) e aos seus serviços, bem como aos de Petrolina.

O saldo de Barreiras pode ser entendido a partir dos mesmos processos, acrescentando-se que, dadas as especificidades de sua produção, atrai também pessoas do Sul do país, sobretudo para as atividades ligadas à agricultura. Mas, em função das características do seu principal cultivo, é a economia urbana que se intensifica com a comercialização de insumos, maquinários etc. De forma geral, os setores de comércio e de serviços desse município eram bastante diversificados, contribuindo para ocupar uma parte significativa da sua população e dos imigrantes que lá chegaram. Assim, embora nos últimos anos outro município do Oeste, Luís Eduardo Magalhães, venha revelando crescimento econômico acentuado (em 2003 seu PIB foi superior ao de Barreiras), a infra-estrutura de comércio e de serviços de Barreiras deve ainda contribuir para que mantenha saldo migratório positivo.

A análise das informações dos municípios em foco aponta para a importância dos aspectos econômicos como fator explicativo do saldo migratório. Contudo, para compreender o significado de tais aspectos, é preciso considerar que as atividades produtivas ocorrem sobre um espaço que tem uma história, uma estrutura e que, ao longo do tempo, desempenhou determinadas funções. Desse modo, o saldo migratório mostra que as pessoas se deslocam e se fixam em determinados locais em função da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, mas que selecionam aquelas áreas onde, além da possibilidade de produzir, possam ter acesso a bens e serviços necessários a uma mínima qualidade de vida.

Com essa perspectiva é que se entende que alguns dos municípios onde a dinâmica econômica e os investimentos (predominantemente intensivos em capital) se revelaram mais densos na década de 1990 tenham apresentado taxas relativamente baixas de crescimento demográfico e saldo migratório negativo: as pessoas buscam melhores condições de produção (e maiores rendimentos, obviamente), mas também, como disse Santos (2002), maiores condições de consumo e de possibilidade de exercício da cidadania, o que, de acordo com o perfil socioeconômico do indivíduo, pode ser mais viável em localidades com menores densidades. Nestes, a sensação de exclusão pode ser menos intensa. Observe-se que “na cidade, sobretudo na grande cidade, a dificuldade de se tornar assalariado, graças às condições de trabalho com a progressão atual do sistema técnico-produtivo,

²⁸ Ver anexos do texto de Santos, 2007.

subtrai dos mais pobres a possibilidade de ser consumidor pleno” (SANTOS, 2002, p. 65). Acrescentou ainda que:

O que eles aspiram, sobretudo, é alcançar, pelo menos, aqueles bens e serviços que tornam a vida mais digna. E é diante da consciência das impossibilidades de mesmo atingir aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu lugar, na cidade e no mundo, isto é, sua posição social.

Dessa forma, as políticas elaboradas com o intuito de “fixar o homem na terra”, ou seja, de diminuir a emigração, devem considerar que nem sempre a modernização tecnológica, que pode vir a criar novos postos de trabalho, se converte na estratégia mais adequada. Obviamente, há necessidade de investir em melhoria da capacidade produtiva (o que se pretende que repercuta em ampliação dos rendimentos), mas que contemplem atividades com vínculos com a localidade, sem fazer um rompimento com a cultura, a história e com o perfil produtivo daqueles que lá residem.

Pode-se pensar que no Médio São Francisco e no Piemonte da Diamantina, a similaridade das atividades econômicas desenvolvidas nos diferentes municípios e os investimentos realizados em alguns deles promoveram um processo de redistribuição da população que não privilegiou as maiores aglomerações, com o saldo migratório sendo significativo em municípios sem “maiores atrativos” do ponto de vista socioeconômico ou das condições de habitabilidade.

Com o intuito de caracterizar os municípios com os maiores e menores saldos migratórios da Bahia em 1995-2000, buscou-se apresentar algumas características e processos socioeconômicos mais gerais experimentados por esses, e comparar alguns dados demográficos sobre o saneamento básico e sobre o perfil da população, na tentativa de levantar elementos que pudessem contribuir para a compreensão dos condicionantes de um maior ou menor saldo migratório. As informações apresentadas permitiram verificar que se, como teoricamente foi demonstrado, as migrações são determinadas por uma série de processos sociais, é preciso considerar as especificidades da localização desses processos para que se possa pensar nos impactos em termos dos deslocamentos populacionais. Como já foi observado, a industrialização ou o investimento na modernização agrícola podem ocasionar tanto uma maior saída como entrada de novos moradores. Isso vai depender da localização e da especificidade do investimento e dos eventos que estejam ocorrendo em áreas próximas, das características de tais áreas e do perfil da sua população de forma geral e daquela que será potencialmente envolvida ou excluída pela implantação ou ampliação das estruturas e processos econômicos.

Neste trabalho pode-se perceber a necessidade de estudar o fenômeno migratório de forma espacializada e relacional e que na escala municipal, sobretudo quando se refere a pequenos municípios, a migração apresenta especificidades difíceis de serem compreendidas puramente pelos dados secundários. Dessa forma, longe do propósito de esboçar uma conclusão sobre os determinantes dos saldos migratórios nos municípios da Bahia e muito mais com a intenção de levantar questionamentos para futuros

estudos, notou-se a necessidade de analisar mais detidamente as articulações entre os processos macroeconômicos e suas repercussões nas diferentes escalas. Em outras palavras, se ficaram dúvidas e indicações da necessidade de realizar pesquisas em escalas mais restritas, ficou a convicção da necessidade de pensar (e planejar) o espaço como uma totalidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Luís André de Aguiar. Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos: uma análise com base nas Grandes Áreas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. p. 81-96. (Série estudos e pesquisas, 60).
- ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: ABEP; IBGE; IPEA, v. 6, n.1-2, jan./dez. 1999. p. 12-49.
- ANTICO, Cláudia. Por que migrar? In: PATARRA, Neide et al. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*: São Paulo 1980-1993. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 97-113.
- ASSOCIAÇÃO dos pequenos agricultores do município de Valente. *Bahia Análise & Dado*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 111-119, jun. 2002.
- ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Migração intra-estadual e a rede de cidades baianas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 201-239. (Série estudos e pesquisas, 77).
- BAHIA. Governador, 2003 - (Paulo Souto). *O futuro a gente faz*: plano estratégico da Bahia. Salvador: SEPLAN, 2003.
- BREMAEKER, François E. J. Impacto dos movimentos migratórios nos municípios: período 1980-1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Brasília, 1992. *Anais...* Brasília: ABEP, 1992. p. 213-229.
- COELHO NETO, Agripino Souza. A irrigação no Médio São Francisco e a produção da seletividade espacial. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia*. Salvador: SEI, 2006. p. 113-126. (Série estudos e pesquisas, 73).
- DIAS, Jorge Noilton. Os impactos da moderna indústria no Extremo Sul da Bahia: expectativas e frustrações. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 10, n. 4, p. 320-325, mar. 2001.
- DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Breves comentários sobre os saldos migratórios das Regiões Econômicas da Bahia. In SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 115-143. (Série estudos e pesquisas, 77).
- DIAS, Patricia Chame. *A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo*. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- DIAS, Patricia Chame. Tendências do crescimento demográfico nas Regiões Econômicas da Bahia entre 1980 e 2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. p.119-144. (Série estudos e pesquisas, 60).
- FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 75-86, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v25n2/01.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2006.
- GOLGHER, André Braz. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão, n. 231).
- GUIMARÃES, José Ribeiro. *Determinantes socioeconômicos da migração interna e algumas tendências gerais do processo de urbanização*: alguns elementos para discussão. Salvador, 2003. Mimeografado.

IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IBGE. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/IBGE/FJP, 1998. Publicação em CD-ROM.

JANNUZZI, Paulo de Martino; JANNUZZI, Nicoláo. *Crescimento urbano, saldos migratórios e atratividade residencial dos distritos da cidade de São Paulo: 1980-2000*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST17_Jannuzzi_texto.pdf>. Acesso em: 22 set. 2006.

MARTINE, George. Evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. p. 61-91.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MURICY, Ivana. Novos padrões de reprodução sociodemográfica na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. p.15-43. (Série estudos e pesquisas, 60).

PINHO, Simone Araújo. Principais tendências da migração baiana 1995-2000: origem e destino dos migrantes dos municípios. In SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 19-63. (Série estudos e pesquisas, 77).

PORTO, Edgard. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003. 111 p. (Série estudos e pesquisas, 61).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (Brasil). *Desenvolvimento Humano e IDH*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 05 set. 2006.

SANTOS, Cândida Ribeiro. Perfis sociodemográficos dos migrantes interestaduais e intra-estaduais da Bahia do período 1995/2000 In SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 65-103. (Série estudos e pesquisas, 77).

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 6. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 2. ed. São Paulo: CEBRAP, 1975.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes: 1980, p. 103-128. (Caderno CEBRAP, 34).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Ana Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Celulose e turismo: Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1995. (Série estudos e pesquisas, 28).

MIGRAÇÃO INTRA-ESTADUAL E A REDE DE CIDADES BAIANAS

Mayara Mychella Sena Araujo*

A compreensão da dinâmica populacional é muito complexa, envolvendo discussões teóricas sobre as variáveis, fecundidade, mortalidade e migração. E, o estudo do tema migração, requer uma análise que ultrapasse os estudos empíricos, por não ser uma reflexão, pura e simples, sobre a mudança do local de domicílio, repercutindo em outros aspectos da realidade como “[...] no desenvolvimento de regiões e países, no crescimento populacional de cidades, na troca de experiências e tecnologia entre povos, etc” (GOLGHER, 2004, p. 6). Afinal, a migração envolve processos sociais (econômico, político, cultural, ideológico), pois tanto as pessoas quanto as regiões se transformam quando os indivíduos migram.

Assim é que a migração, por se apresentar como um fenômeno sociodemográfico cuja complexidade pode ser resultante das dinâmicas socioeconômicas, que temos no Brasil do início do século XX, na década de 1930, quando da passagem de uma sociedade fundamentada na vida e na produção agrária para o modelo urbano-industrial, uma forte evidência de migração internacional e intensas migrações internas, estas últimas especialmente das áreas mais pobres e rurais para as emergentes áreas urbanas industriais, protagonizando como movimentos populacionais importantes na história do país. Segundo Golgher, “os fluxos de migrantes internos no Brasil em conjunto com as migrações internacionais e os efeitos indiretos da migração promovem os saldos migratórios mais significativos na maioria dos estados brasileiros [neste período]” (GOLGHER, 2004, p. 30).

Nesta perspectiva, o aumento do número de cidades de pequeno e médio porte foi beneficiado pela expansão e integração dos espaços geográficos, a partir do dinamismo econômico e da atração populacional, principalmente pela oferta de oportunidades de trabalho nas emergentes áreas urbanas. Admite-se que as diferentes tendências de crescimento das cidades brasileiras, especialmente a partir dos anos trinta com a aceleração das migrações do tipo campo-cidade, ocasionaram uma nova dinâmica socioeconômica no país.

No Brasil, há muito, particularmente a partir da Revolução de 30, quando o modelo de desenvolvimento industrial foi implantado no país, ocorreu a dinamização do processo de concentração da população em áreas urbanas, sobretudo nas aglomerações que já eram maiores, localizadas no Sudeste — onde a industrialização se fez num ritmo mais intenso em relação às demais regiões brasileiras. Associado ao novo modelo econômico que se tornou hegemônico no país, as cidades ampliaram sua população a partir, principalmente, dos migrantes vindos das áreas rurais em busca dos empregos gerados pela economia industrial. Acrescente-se que esse movimento garantiu a força de trabalho necessária ao processo de acumulação nessa etapa do capitalismo brasileiro (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006, p. 17).

No Nordeste e, particularmente, na Bahia, a intensificação dos fluxos migratórios também ocorreu na década de 1930, quando o destino principal dos migrantes era o Sudeste do Brasil.

* Urbanista, mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Bahia. Pesquisadora da SEI. mayara@sei.ba.gov.br

Todavia, o processo de urbanização observado no país, a partir da década de 1950, favoreceu uma nova dinâmica na distribuição espacial da população, e já nos anos de 1960 foi notado o arrefecimento dos fluxos migratórios de baianos para outras regiões brasileiras.

Na Bahia, o processo de urbanização tem sido marcado, por um lado, pela concentração de parcela significativa da população urbana na capital e, por outro, pela dispersão da população em vários centros urbanos de pequeno e médio porte. Na década de 1970, tal processo, aliado à implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, à produção de frutas e grãos para exportação, ampliou e diversificou a estrutura econômica baiana, criando novas áreas de concentração na economia, o que contribuiu tanto para a absorção de uma população que, possivelmente, migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno.

Nos anos de 1980 e início de 1990, os ritmos de crescimento da população total e das áreas urbanas eram diferenciados, evidenciando a ampliação do processo de urbanização, da concentração de população nos núcleos urbanos maiores e da redistribuição populacional no espaço interno do estado (entre os municípios). Esse comportamento de mudanças, inclusive nos direcionamentos dos fluxos populacionais, traz a tona uma realidade migratória na qual a Bahia, apesar de manter elevada a emigração, destaca-se fortemente pelo movimento da imigração de retorno, cuja participação no total da imigração passou de 32,7%, entre 1986-1991, para 43,1%, entre 1995-2000 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006), e pela diminuição das perdas demográficas.

As transformações econômicas, sociais e demográficas, ao longo das últimas décadas, têm-se refletido no crescimento e integração das cidades baianas que acompanham, numa posição privilegiada, a lógica do processo de globalização, resultante da expansão do meio técnico científico informacional, expressão das mudanças estruturais urbanas e produtivas no país.

Nesse contexto, admite-se que o processo de crescimento urbano e industrial no estado possui forte vinculação com os movimentos migratórios e a apreensão de sua dinâmica passa por uma leitura do papel assumido, principalmente pelas cidades, na "atração" ou "expulsão" de migrantes. Assim, para entender o fenômeno migratório na contemporaneidade faz-se necessária, além dos aspectos históricos, a compreensão da organização espacial e da estrutura hierárquica da distribuição funcional entre os espaços geográficos, oferecendo reflexões sobre as relações entre a migração e a configuração de um sistema urbano.

Nas palavras de Silva e Rocha (2002 apud SILVA; SILVA, 2003, p. 104),

O processo de urbanização no Estado da Bahia tem hoje duas principais características: a intensificação do processo no interior do Estado, com o surgimento de cidades médias, inclusive nas extremidades do território, e a dinâmica da metropolização em torno de Salvador. Com isso, o sistema urbano estadual é bem mais maduro e complexo do que há poucas décadas atrás, com uma hierarquia urbana mais equilibrada indicando maior dinamismo das cidades em vários estratos demográficos e com uma conseqüente estrutura em rede integrada ao sistema urbano nacional.

Desse modo, tem-se que o território baiano está articulado em redes que, ao mesmo tempo em que integra, segrega, conformando espaços de convergência e de divergência em que os limites legais passam a ter características relativas e relevantes, daí a importância em estudar a migração intra-estadual e a rede de cidades baianas, já que a articulação territorial figura como requisito essencial na realidade atual.

Adotando-se essa perspectiva, o objetivo deste estudo seria captar e analisar o que possivelmente mais influencia a composição dos saldos migratórios intra-estaduais de alguns dos municípios da Bahia, a saber, aqueles que têm maior relevância na dinâmica econômica do estado. Para identificar o comportamento espacial dos migrantes, optou-se por realizar um estudo com a base de dados por municípios.

De forma breve procurou-se oferecer uma visão sobre a rede de cidades baianas e sua relação com a migração intra-estadual. Apesar da discussão das temáticas redes de cidades e migração serem complexas, por envolver questionamentos diversos, visto que os processos globais no âmbito econômico, político, cultural, ideológico, não são estáticos e seu dinamismo repercute diretamente na estruturação das redes e, conseqüentemente, no fenômeno migratório, este estudo contempla uma apresentação da rede de cidades baianas, que nas últimas décadas vem sendo fortalecida pelo crescimento de centros urbanos de pequeno e médio porte, possibilitando identificar 28¹ cidades "principais" na rede.

A maioria dessas cidades coincide com as consideradas "cidades estratégicas" presentes no Plano Estratégico da Bahia, que detêm quase 80% dos fluxos econômicos e sociais do estado, dando suporte estruturante a seu desenvolvimento. Exercem o papel de centro de apoio às atividades de serviço, comércio, educação, saúde, cultura e outros, além de agregar, aproximadamente, metade da população do estado em 2000 (PORTO, 2003). Como reflexo da organização em rede, temos as cidades baianas classificadas, considerando, sobretudo, a área de influência de cada uma delas.

Assim, essa rede de cidades está constituída, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1997), em três hierarquias. A rede urbana "principal", que compreende dez cidades: Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Camaçari, Vitória da Conquista, Ilhéus, Paulo Afonso, Juazeiro, Alagoinhas e Barreiras. A rede urbana "secundária", composta por 18 cidades: Jequié, Santo Antônio de Jesus, Guanambi, Jacobina, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Santo Amaro, Valença, Porto Seguro, Serrinha, Cruz das Almas, Brumado, Irecê, Itamaraju, Bom Jesus da Lapa e Itaberaba. As demais 387 cidades do estado formam a rede urbana "terciária". Dado o escopo do trabalho, não se irá tratar de toda a rede urbana do estado, tendo sido selecionados, portanto, os municípios que englobam as cidades pertencentes à rede "principal" e "secundária", segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1997), que adota como critério fundamental para estruturar essa hierarquia a importância econômica dessas cidades na Bahia.

É importante lembrar que os conceitos de cidade e município são distintos. O primeiro compreende, de modo geral, no caso brasileiro, a sede do município, enquanto que o se-

¹ "Importante salientar que, em trabalhos distintos sobre o Estado e sua rede de cidades, utilizando metodologia e buscando objetivos diferenciados, chegou-se, em todos eles, à constatação de que a rede urbana básica no Estado era da ordem de 28 cidades" (ORNELAS, 1980; CUNHA, 1991; PORTO *et al.*, 1997 apud PORTO, 2003, p.14).

gundo engloba o rural e o urbano². Portanto, considera-se que cabe discutir a dinâmica urbana para compreender os processos municipais, já que cada vez mais urge a necessidade do reconhecimento do dinamismo das cidades, dado que estas comandam as lógicas produtivas e assumem novos papéis na (re)estruturação da rede urbana baiana.

Considerando as diferenças hierárquicas apresentadas pelo grupo de cidade na formação da rede urbana estadual, é que procuraremos entender o fenômeno migratório que aí ocorre, a partir da análise dos municípios que englobam as cidades que constituem a rede "principal" e "secundária" e apresentam significativos saldos migratórios intra-estaduais, no período de 1995-2000.

Cabe frisar que o conceito de migrante, neste estudo, está associado às possibilidades de uso das informações censitárias disponibilizadas pelo Censo Demográfico de 2000, sendo considerado migrante a pessoa de cinco anos ou mais de idade que declarou residir numa unidade da Federação distinta daquela na qual foi enumerado, numa data fixa, nos cinco anos anteriores à data de referência do censo.

Partindo dessas considerações, este estudo está composto por duas partes, sendo que a primeira oferece, de forma sucinta, a formação da rede de cidades baianas e a segunda, refere-se ao cerne do estudo, já que discute as questões relativas ao saldo migratório intra-estadual e os municípios que englobam as cidades que constituem a rede urbana "principal" e "secundária" da Bahia.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA REDE DE CIDADES BAIANAS

A complexidade do território baiano vai desde a sua vasta extensão³, superior a alguns países europeus, sendo um pouco maior que a França e 25 vezes maior que o estado vizinho Sergipe, até a grande diversidade de regiões naturais, além das expressivas diferenças históricas, culturais, políticas, socioeconômicas e demográficas encontradas no seu processo de ocupação e formação.

O desenvolvimento do meio técnico científico informacional e a ampliação de sua aplicabilidade nos mais diversos campos da ciência revelam-se como características essenciais do mundo pós-moderno e da sociedade inter e intra-conectada em redes. Nesta perspectiva, o esforço em demonstrar como é caracterizada uma rede urbana e destacar como está formada a rede de cidades baianas oferece subsídios teóricos para o estudo. É válido ressaltar que a proposta não é esgotar a literatura sobre a temática, o que certamente envolveria um levantamento multidisciplinar abrangente e escaparia aos propósitos deste trabalho.

As transformações estruturais impostas pela globalização ao processo brasileiro de urbanização, em que a cidade e a rede urbana foram renovadas (por meio de determinações concebidas em diversas escalas e por intermédio da ação de agentes políticos,

² Nesta perspectiva de análise serão consideradas áreas urbanas ou rurais aquelas assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ Com 564.693 km², a Bahia é o quinto estado brasileiro em termos de área, estando subdividido em 417 municípios, sendo que dois deles, Luiz Eduardo Magalhães (antigo povoado Mimoso do Oeste) desmembrado de Barreiras e Barrocas, desmembrado de Serrinha, foram emancipados em 2000.

econômicos e sociais), tornam válido o entendimento do conceito, formação e transformação da rede urbana. Do mesmo modo, a análise da dinâmica social, econômica e espacial das cidades que a constituem é importante, uma vez que:

As cidades exercem vários papéis na sociedade: espaço propício a sociabilidade, palco de movimentos culturais e políticos, cenário de múltiplas paisagens construídas que atestam várias passagens históricas [...] a compreensão do todo de determinada área urbana, ou de uma rede de cidades, torna-se complexo, pois as análises exigem especialidades às vezes em especialidades, que só no seu conjunto, poderiam contribuir para a compreensão dos vários aspectos envolvidos (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997, p. 5).

Dessa maneira, a cidade é, ao mesmo tempo, parte integrante e formadora de um sistema ou de uma rede de cidades, sendo essencial na estruturação e organização do espaço geográfico. Tais funções permitem compreender a caracterização da rede urbana, a partir de uma contínua criação de núcleos urbanos, e sua crescente complexidade funcional torna mais intensa a articulação entre os centros urbanos e as regiões. Logo, "os centros urbanos da rede diferenciam-se entre si tanto como lugares centrais, como também, e em muitos casos de modo predominante, enquanto centros especializados, revelando uma forte divisão territorial do trabalho entre eles" (CORREIA, 1997, p. 313).

O discurso existente de que os benefícios da globalização requerem que as cidades estejam ligadas em redes, aponta para a necessidade de buscar a compreensão das interações espaciais multifacetadas e multilocalizadas das cidades na sociedade capitalista, na qual estas (cidades) exercem importantes funções:

[...] como espaço de sociabilidade e *locus* de aglomeração de atividades fundamentais para rebaixar custos de produção e de circulação de mercadorias. Como espaço concentrado de pessoas, as cidades permitem grande intensidade de relações sociais, que difundem mais intensamente as experiências individuais ou de grupamentos [...]. Do ponto de vista eminentemente econômico, é nas cidades onde se concentra a maior aglomeração de demandas por mercadorias, a maior intensidade de mercado consumidor, a maior densidade em elementos de infra-estrutura, equipamentos econômicos e de rede física, onde circulam capitais, mercadorias e pessoas (PORTO, 2003, p.11).

O mais relevante dessa leitura, portanto, é ter clara a noção do conceito de rede urbana e do papel assumido pela cidade nesta relação. Afinal, explicar o que é rede urbana com cidades articuladas e hierarquizadas, seu processo de formação e transformação, depende da materialidade das ações humanas historicamente construídas. Assim, levando-se em consideração os atributos temporais, organizacionais e espaciais, podemos dizer que a:

[...] associação de cidades depende da relação entre cada cidade e as características de sua base hegemônica de produção [...]. E mais: depende do porte, da densidade dos fluxos, que serão o resultado dos fluxos demandados pela produção de sua região mais próxima e dos fluxos demandados pela teia internacional que opera em redes mundiais de cidades (PORTO, 2003, p. 12).

O conceito de rede não é um tema novo e as inovações nos transportes e nas comunicações, por exemplo, redesenharam sua relevância na organização territorial urbana. Logo, é essencial ter consciência de que a organização do espaço global está estruturada em redes e a compreensão do processo de formação da rede urbana do estado da Bahia decorre dessas novas dinâmicas, estando associado às demandas nos níveis nacional e internacional. Ou seja, não se pode apreender a rede de cidades da Bahia, como um sistema fechado em si, mas articulado a processos que ocorrem em outras escalas. Entendê-la, ainda que sumariamente, portanto, é fundamental.

Assim como o estudo das redes de cidades também o estudo da organização do espaço urbano da Bahia não é um tema recente. Desde a década de 1940, sobretudo após 1950, o dinamismo da urbanização, o crescimento demográfico, as migrações do tipo campo-cidade, a industrialização e as mudanças no mercado de trabalho impulsionaram o ritmo e a necessidade de aprofundamento no tema. Trabalhos voltados à classificação hierárquica das áreas de influência e crescimento dos centros urbanos do estado tornaram-se fundamentais. Como bem diz Leão, “a análise de uma rede urbana implica não apenas na estrutura dos núcleos componentes, mas na função de cada núcleo da rede e nas relações entre os núcleos” (LEÃO, 1989, p. 22).

Nas palavras de Corrêa o que caracteriza rede urbana é a “complexidade das interações espaciais, resultante do fato de cada centro desempenhar múltiplas funções, cada uma originando um específico padrão de interações espaciais” (CORRÊA, 1997, p. 313). Neste sentido, a interpretação das alterações no dinamismo territorial na Bahia nos permite conhecer a organização do território baiano, que engloba um longo período histórico, que coincide e se confunde com o próprio processo de ocupação espacial do estado:

Os primeiros núcleos urbanos baianos estavam concentrados, basicamente, na planície litorânea cuja localização e estrutura orientavam-se para a defesa do território contra ataques estrangeiros e para o comércio (inicialmente) de curtos percursos [...]. Essa localização costeira resultou numa vida econômica, inicialmente, voltada para o oceano (ARAÚJO, 2005, p. 44).

Na conquista do território estadual e na expansão do povoamento, a atividade missionária teve um grande peso. No interior, o serviço catequético⁴ não só foi intenso como difuso, “a administração dos serviços religiosos à população rural bastante dispersa, levou a arquidiocese a fundar capelas, [...] como marcos da conquista de territórios [...]” (LEÃO, 1989, p. 83). São exemplos de localidades que assim surgiram: Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro e Alagoinhas. Existiram também áreas cuja ocupação decorreu, sobretudo, da expansão da pecuária, destacando-se a ação de Garcia d’Ávila. Sob regime de extensão, o gado foi sendo levado para o sertão e algumas das fazendas e pontos de passagem das boiadas se tornaram, posteriormente, cidades. Dessa forma é que a atividade missionária e as sedes das fazendas de pecuária têm papel fundamental na formação dos núcleos urbanos no interior do território baiano,

⁴ Segundo Leão, os serviços catequéticos ocorriam quando os jesuítas e padres se reuniam em aldeias, fundadas por eles, para ministrar os ensinamentos cristãos e a língua portuguesa aos índios, além de discipliná-los nos trabalhos domésticos e agrícolas (LEÃO, 1989, p. 83).

As sedes das fazendas pecuárias [...] localizadas ao longo das rotas das boiadas e das tropas, nos entroncamentos de estradas, nos transbordos dos rios ou justapostos a uma capela construída pelos proprietários. Estes sítios por apresentarem vantagens locacionais costumam atrair populações inicialmente para troca de produtos (feiras semanais). Ao longo do tempo, entretanto, as populações começam a se assentar pela força de núcleos com tendências a evoluir para vilas e cidades (LEÃO, 1989, p. 84).

A configuração territorial do estado, inicialmente, destacava-se pelas poucas relações, do ponto de vista funcional, entre os núcleos urbanos em formação, onde cada um desempenhava um papel de acordo a sua localização e situação político-administrativa. No começo do século XIX, com a expansão das atividades agrícolas e a organização dos serviços religiosos e jurídicos, o crescimento da interação entre os dispersos núcleos urbanos foi propiciado de forma que permitisse a conformação de uma rede de cidades, inicialmente, constituída por Salvador, algumas cidades do Recôncavo baiano, outras do litoral e algumas pertencentes às regiões mais interioranas.

Entre 1940 e 1960, a interiorização da população e a ocupação de novas áreas levaram ao aumento no número de centros urbanos de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, de sua população - período que coincide com a consolidação da rede de cidades baianas. A intensificação do processo migratório no estado se deu em consonância com o estabelecimento da indústria de bens intermediários na Bahia, no período de 1950 a 1970. Nesse contexto, as transferências de população deixaram de ser, predominantemente, do tipo campo-cidade (que marcaram o período anterior) intensificando-se ao tipo cidade-cidade.

Tal cenário propiciou uma (re)configuração da rede urbana do estado, a qual, até a década de cinqüenta, possuía núcleos urbanos com papéis definidos por um perfil econômico, associado aos ciclos agrícolas tradicionais, em função da distribuição regional de suas atividades (originados no século XVIII). Com destaque para as culturas de açúcar, fumo, mandioca, cacau e criação de gado, conforme Leão (1989, p.87-90), estavam:

- Na área canavieira: Salvador, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira e no final do período colonial, Nazaré.
- Na área fumageira: Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe, Muritiba, Cruz das Almas, Santo Estevão, Feira de Santana, Ipirá, Inhambupe.
- Na área da pecuária: os vales dos principais rios da capitania, sobretudo pelo vale do Rio São Francisco.
- Na área da mineração: parte meridional da Chapada Diamantina, destaque para Jacobina e Rio de Contas.

Segundo Porto (2003), a constituição da rede urbana baiana foi, a princípio, caracterizada por uma polarização entre Salvador, que exercia a função de entreposto comercial de mercadorias, e pequenas cidades litorâneas ou do interior que exerciam o papel de mercado consumidor, centro produtor ou entreposto secundário dos fluxos sociais e econômicos no estado.

Com as transformações observadas na organização e distribuição espacial das atividades econômicas da Bahia, sobretudo nas décadas de 1970, 80 e 90, visando a ações estratégicas que viabilizassem o desenvolvimento local e regional, os centros urbanos passaram a acompanhar uma nova lógica de produção capitalista reflexo, inicial, da industrialização e, mais tarde, da exacerbação da globalização e das novas formas de articulação entre os espaços que se fizeram necessários.

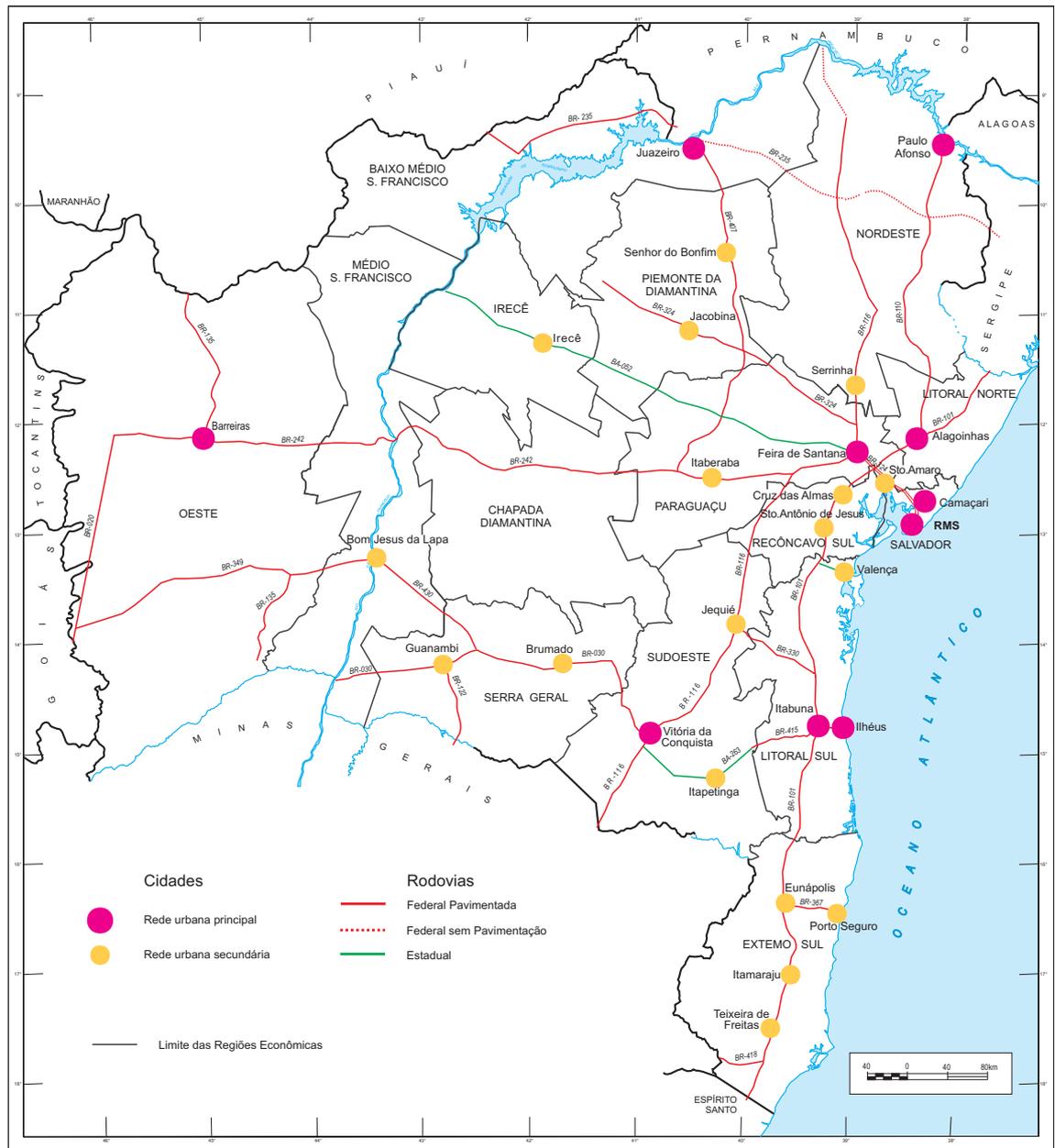
Os processos de urbanização e industrialização, além da globalização, impuseram a expansão e reformulação da rede de cidades na Bahia, na qual a articulação territorial se consolidou como requisito essencial na elaboração de medidas e planos estratégicos que otimizassem a dinâmica dos fluxos socioeconômicos dos centros urbanos, possibilitando a ampliação e qualificação da oferta de equipamentos e serviços, por exemplo. Assim, as 28 “principais” cidades da rede baiana, que vêm seguindo um desenho histórico na sua formação e articulação, têm adquirido importância como pólos aglutinadores de infra-estrutura urbana e atividades econômicas, assumindo funções e características diferenciadas.

Desse modo, as alterações no perfil da economia do estado, observadas a partir dos anos 1950, com a implantação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), seguida da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e a introdução do estado na área de cultivo de grãos definida pelo Governo Federal, além da implantação da agricultura irrigada para exportação, ocorreram em paralelo a mudanças no “padrão migratório”, alterações no volume, intensidade e direcionamento dos fluxos de população. Esses processos associados possibilitaram o maior dinamismo na espacialização da rede de cidades baianas.

Conforme o estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1997), redefinidas as funções das cidades, a partir das dinâmicas socioeconômicas que se impuseram à Bahia, verifica-se a rede “principal”, formada por Camaçari, Salvador (Região Metropolitana de Salvador), Alagoinhas (Litoral Norte), Ilhéus, Itabuna (Litoral Sul), Paulo Afonso (Nordeste), Feira de Santana (Paraguaçu), Vitória da Conquista (Sudoeste), Juazeiro (Baixo Médio São Francisco) e Barreiras (Oeste) e a rede “secundária”, constituída por Cruz das Almas, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus (Recôncavo Sul), Valença (Litoral Sul), Eunápolis, Itamaraju, Porto Seguro, Teixeira de Freitas (Extremo Sul), Serrinha (Nordeste), Itaberaba (Paraguaçu), Itapetinga, Jequié (Sudoeste), Jacobina, Senhor do Bonfim (Piemonte da Diamantina), Irecê (Irecê), Brumado, Guanambi (Serra Geral) e Bom Jesus da Lapa (Médio São Francisco) — Cartograma 1 —, vêm contando com transformações, significativas, tanto nos fluxos econômicos quanto nos migratórios, nas últimas décadas. Ditas transformações têm ocasionado mudanças nas perspectivas econômicas e conseqüentemente, no fenômeno migratório, não apenas da rede “principal” e “secundária” das cidades baianas, mas na dinâmica estadual.

Cartograma I

Localização das cidades pertencentes à Rede Urbana “Principal” e “Secundária” da Bahia.



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaboração: COPES / SEI, 2006.

VISÃO PANORÂMICA DA MIGRAÇÃO INTRA-ESTADUAL E DA REDE DE CIDADES BAIANAS

A necessidade de conhecer o fenômeno migratório e reconhecer a montagem de uma rede de cidades, que busca integrar o local e o regional, pode resultar na configuração de um novo entendimento para a migração interna na Bahia. Afinal as cidades vêm assumindo funções diferenciadas - turísticas, comerciais, industriais, residenciais - processos associados às condições histórico-geográficas e às ações estratégicas do Governo do estado, o que se reflete, dentre outros, em novas tendências dos movimentos migratórios verificados na Bahia.

Sobre os municípios que englobam as cidades integrantes das redes "principal" e "secundária" baiana, pode-se dizer que vêm concentrando, ao longo dos últimos anos, os maiores percentuais de população, investimentos e fluxos estaduais. Sendo assim, considerou-se fundamental dar especial atenção à interpretação dos dados referentes ao saldo migratório intra-estadual destes municípios. Para tanto, a fim de subsidiar as análises, foram levados em consideração, principalmente, os contextos econômicos e a localização de tais municípios.

Analisando as informações contidas na Tabela 1, é possível notar que dos dez municípios que englobam as cidades da rede urbana "principal", três obtiveram saldo migratório intra-estadual⁵ negativo, Salvador, Itabuna e Alagoinhas (-2.299, -1.231 e -1.085 pessoas, respectivamente). Paulo Afonso apresenta saldo nulo e os demais municípios, Camaçari, Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Juazeiro registraram saldos migratórios intra-estaduais positivos.

Os valores apresentados por Salvador, Itabuna e Alagoinhas mostram que o número de pessoas que saíram destes municípios é superior ao número de pessoas que chegaram, no período de 1995-2000. Localizados em Regiões Econômicas⁶ (RE's) distintas, Região Metropolitana de Salvador (RMS), Litoral Sul (LS) e Litoral Norte (LN), Salvador, Itabuna e Alagoinhas, respectivamente, são dotados de infra-estrutura urbana e econômica que, em princípio, não explicaria o saldo migratório intra-estadual negativo.

A situação topográfica da capital do estado - uma escarpa de falha na Baía de Todos os Santos - permitiu sua divisão em cidades alta e baixa. Historicamente analisada, observa-se que devido a sua condição como centro de articulação local, regional e nacional das atividades comerciais e agro-exportadoras (século XVIII e início do XIX) e das atividades industriais (final do século XIX e início do XX), Salvador interconectou-se e complementou-se, cada vez mais, aos espaços regionais.

⁵ Saldo migratório intra-estadual corresponde ao número de imigrantes subtraídos do número de emigrantes que empreenderam deslocamentos entre os municípios da Bahia, no período de 1995-2000.

⁶ As regiões econômicas são unidades espaciais, estabelecidas pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, comumente utilizadas para a divulgação de estatísticas agregadas. Além disso, expressam atividades econômicas predominantes no estado. Comportam, entretanto, de forma geral, grande heterogeneidade interna - entre os municípios integrantes - em termos econômicos, sociais e demográficos.

Tabela 1
Imigrantes, emigrantes e saldo migratório intra-estaduais dos municípios da rede urbana “principal”, por Região Econômica, Bahia, 1995-2000

RE's	Municípios	Imigrantes intra-estaduais	Emigrantes intra-estaduais	Saldo migratório
RMS	Camaçari	18.691	6.246	12.445
RMS	Salvador	89.073	91.372	-2.299
LN	Alagoinhas	6.241	7.326	-1.085
LS	Ilhéus	13.431	9.040	4.392
LS	Itabuna	11.828	13.059	-1.231
NOR	Paulo Afonso	2.299	2.299	0
PAR	Feira de Santana	25.945	18.884	7.060
SUD	Vitória da Conquista	15.078	8.523	6.556
BMSF	Juazeiro	8.674	5.585	3.089
OES	Barreiras	16.286	4.568	11.717
	Subtotal	191.260	162.333	28.927
	Demais municípios	460.709	458.726	1.983
	Total	-	621.059	-
	Origem indefinida ⁽¹⁾	-	30.910	-
	Bahia	651.969	651.969	0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI, 2006.

Notas: (1) Migrantes que não declaram unidade da Federação/país de origem.

* O migrante é a pessoa de cinco anos ou mais de idade que declarou residir numa unidade da Federação diferente daquela em que foi enumerado, numa data fixa, cinco anos atrás.

** Foram sublinhados os municípios com saldo migratório intra-estadual negativo.

Salvador concentra cerca de 30% da infra-estrutura urbana do estado e mais de dois milhões de habitantes (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997, p. 35). Detém, ainda, a maior arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) – que cresceu de 63,28%, em 1995, para 75,34% em 2000 – sendo responsável pelo maior escoamento das produções voltadas para exportação da Bahia (PORTO, 2003, p. 27). Com funções de articular os fluxos sociais e econômicos estruturantes da economia baiana, concentrador de atividades de comércio e serviços, centro político e cultural do estado (BAHIA, 2003), Salvador apresenta o maior saldo migratório intra-estadual negativo, cerca de duas mil pessoas (Tabela 1).

Nessa perspectiva, Salvador, tradicionalmente, receptor de grande número de pessoas (desde os anos 1940)⁷, devido à sua condição de sede do poder político-administrativo do estado, o maior centro financeiro, de comércio e serviços, articulando-se local, regional e nacionalmente, oferecendo apoio às atividades industriais e turísticas, a capital apresenta o mais expressivo volume de imigrantes intra-estaduais da Bahia, cerca de 89 mil migrantes, e, na mesma medida que “atrai” grande contingente populacional, o município “expulsa” um número bas-

⁷ Segundo Souza (1978), a taxa de crescimento médio anual de Salvador é expressiva, desde os anos 1940. No período 1920-1940 a taxa era de 0,20%, passando para 3,02% em 1940-1950, elevando-se para 4,93% no período seguinte, 1950-1960. Ou seja, mesmo antes do processo de industrialização, a migração já era significativa na capital baiana.

tante significativo de migrantes, aproximadamente 91 mil pessoas, no período de 1995-2000 (Tabela 1).

Alguns elementos podem contribuir para o entendimento do movimento migratório intra-estadual em Salvador, no período estudado. Considerando sua condição de grande metrópole onde Simões Filho, Lauro de Freitas, Itaparica e Vera Cruz aparecem como áreas conurbadas, que podem estar atuando como receptora dos fluxos populacionais - pessoas que, ao invés de fixar residência em Salvador, migrariam para essas áreas de influência ou vetores de expansão da cidade. Essas localidades funcionam, então, como espaços articulados ao centro metropolitano, recebendo investimentos em habitação, transporte, educação e saúde, refletindo um quadro de desconcentração econômica, de equipamentos e serviços públicos e privados, e conseqüentemente, populacionais.

Já o município de Itabuna, desde a década de 1980, com a crise na região cacauceira resultante da queda nos preços do cacau no mercado externo e interno, vem perdendo população. Durante muito tempo (quando a economia baiana esteve sustentada pela cacauicultura – início do século XX), Itabuna se destacou como importante município na agroindústria cacauceira, formando com Ilhéus (que será estudado mais tarde) um bi-pólo, que imersos no atual contexto, ainda mantêm intensas relações comerciais com outros municípios ligados à cacauicultura e como absorvedor de fluxos comerciais de toda região.

Atualmente, Itabuna caracteriza-se pelo comércio varejista e de serviços, sendo considerado como centro comercial de porte interestadual. Possui localização estratégica, ao longo de uma das quatro rodovias estruturantes do estado (pela intensidade da circulação física de pessoas e mercadorias), a BR-101 (Cartograma 1). Portanto, dá suporte tanto aos fluxos sociais e econômicos locais quanto aos fluxos de passagem pelo município (BAHIA, 2003). Essas características podem contribuir para o entendimento da posição ocupada por Itabuna, ao lado de Salvador, com saldo migratório intra-estadual negativo, aproximadamente, -1.200 pessoas, no período 1995-2000 (Tabela 1).

Pode-se então dizer que, por representar um espaço de circulação de fluxos sociais e econômicos, e, também por estar caracterizado como importante centro comercial, o município de Itabuna apareça em 3º lugar na emigração e em 7º na imigração intra-estadual, dentre os integrantes da rede urbana "principal", apresentando valores absolutos de 13.059 e 11.828 migrantes, respectivamente (Tabela 1). O movimento migratório interno no município não significa, necessariamente, que ocorreram processos emigratórios como na década de 1980. Devido à sua condição estratégica e estruturante, talvez, os fluxos de pessoas sejam de passagem.

Ao analisar o município de Alagoinhas, é possível perceber que este tem se destacado como centro comercial de articulação local e regional. Inicialmente, como espaço de passagem para os "caixeiros viajantes"⁸ (que se dirigiam rumo ao sertão nordestino e Piauí) contando, ainda, com uma das mais importantes feiras do interior do estado. Mais tarde, final do século XVIII e século XIX, com a via férrea que ligava Salvador (capital) a Juazeiro (no nordeste baiano, margem direita do rio São Francisco), passou

⁸ Personagens sociais que, nos séculos XVII e XVIII, se deslocavam às áreas mais longínquas, vendendo e trocando mercadorias.

a ser reconhecido também como importante entroncamento ferroviário. Já na década de 1950, sobressaía-se como tronco rodoviário (BR-101 e BR-110).

Dessa maneira, o município de Alagoinhas vem, ao longo dos anos, se consolidando como área de extensão de Salvador, articulando os núcleos urbanos da região econômica Litoral Norte, sendo importante entroncamento rodo-ferroviário⁹ do Norte e Nordeste do país.

Contando com as atividades comerciais e de serviços, além da agropecuária, extração e refinamento de petróleo e o Distrito Industrial de Alagoinhas (DISAI), como principais geradoras de renda, o município de Alagoinhas tem se destacado, nos últimos anos (1980 e 90), na prática de outras atividades como silvicultura voltada para celulose (COPENER Florestal Ltda¹⁰), no beneficiamento de couro e peles (Brespel Cia. Industrial Brasil Espanha), na produção de cerâmica¹¹ e na cervejaria (Schincariol).

Assim, poderíamos considerar que, talvez, por se tratar de um espaço articulador – centro comercial de abrangência local, cuja característica principal é atrair e irradiar tanto fluxos comerciais (resultantes das transações com mercadorias produzidas no município e na região) quanto na produção diversificada para consumo interno e imediações territoriais (BAHIA, 2003) – Alagoinhas apresente saldo migratório intra-estadual correspondente a -1.085 pessoas (Tabela 1), no período estudado.

Mesmo caracterizando-se como pólo comercial, contando com infra-estrutura urbana básica (duas universidades, dois hospitais, um centro de cultura – por exemplo – no período estudado), observa-se que o movimento migratório intra-estadual no município é negativo, o contingente de migrantes que saem (cerca de 7 mil) é superior ao número de indivíduos que chegam ao município, aproximadamente 6 mil (Tabela 1). Essa situação, muito provavelmente, reforça a hipótese de que, apesar de Alagoinhas ser importante à articulação local e regional, o município pode não conseguir fixar os migrantes devido ao seu caráter estruturante e articulador, permanecendo, portanto, como local de passagem e circulação de pessoas. Isso pode ser associado, também, ao fato de estar próximo a centros urbanos maiores – Feira de Santana e Salvador – o que pode ter contribuído para trazer novos habitantes e, do mesmo modo, para “atrair” uma parcela de sua população.

Dessa maneira, poderíamos concluir que, por se tratarem de centros comerciais de abrangência nacional, regional e local, Salvador, Itabuna e Alagoinhas (respectivamente) estejam em primeiro, segundo e terceiro lugar ao apresentar saldos migratórios intra-estaduais negativos. Talvez, por possuírem importantes papéis na rede de cidades baianas, como

⁹ Mesmo com a via férrea estando desativada para o tráfego de pessoas, esta continua sendo utilizada para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga. A concessão dos serviços foi outorgada para a empresa Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), em 1996, quando esta venceu a concorrência pública durante o processo de desestatização da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). A FCA operacionaliza o trecho da malha ferroviária Centro-Leste do país, a qual abriga a antiga Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco que passa pelo município de Alagoinhas (maiores detalhes sobre a ferrovia ver Araújo, 2005). O município de Alagoinhas se destaca atualmente, também, como importante eixo rodoviário (BR-101 e BR-110) de circulação de fluxos de pessoas e mercadorias.

¹⁰ Subsidiária da Norcel S.A.

¹¹ Consolidação de pequenas e médias empresas (Simonassi Nordeste, Cerâmica Diamantina, Cerâmica Alagoinhas – CERAL e Cerâmica Miguel Velho – CERMIVEL) voltadas à produção de telhas, tijolos, blocos (cerâmica vermelha). (MATOS, 2002 apud ARAÚJO, 2005, p. 78).

centralizadores de fluxos econômicos e sociais, complementando-se com outros centros urbanos, representam locais, que devido a tal caracterização, destacam-se pelo intenso movimento migratório.

Ainda observando-se os dados apresentados na Tabela 1, percebe-se que o único município a apresentar saldo migratório intra-estadual igual a zero, ou seja, a entrada e saída de migrantes correspondem ao mesmo valor absoluto, 2.299 migrantes, é Paulo Afonso, situado na região econômica Nordeste.

Município localizado a aproximadamente 450 km da capital baiana, numa área de confluência dos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (Cartograma 1), Paulo Afonso tem sua população constituída por uma mescla de pessoas que vieram de várias localidades para trabalhar nas construções da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), recebendo, por isso, marcantes influências culturais dos estados vizinhos.

Paulo Afonso caracteriza-se, essencialmente, por seu papel hegemônico de apoio à geração de energia elétrica, pela CHESF, para o estado e todo Nordeste do país. Conta, ainda, com o comércio e o turismo como fontes secundárias de geração de renda. Outras atividades aí praticadas são a pecuária (rebanho ovino), além da produção de mel de abelha, na qual o município é destaque.

Difere-se dos demais municípios que englobam as cidades da rede urbana "principal", por estar situado num extremo do estado e cujos investimentos em infra-estrutura urbana são reflexo, principalmente, do seu indispensável papel na coesão e articulação do sertão baiano com a capital do estado. Na rede de cidades baianas, Paulo Afonso aparece, segundo Porto (2003), como centro urbano institucional (caracterizado pela condição de possuir sustentação econômica única – produção de energia elétrica) o que, possivelmente, o coloca em posição diferenciada quando relacionado com os demais municípios estudados no período de 1995-2000.

Ainda considerando-se os dados contidos na Tabela 1, percebe-se que dos dez municípios que englobam as cidades da rede urbana "principal", seis apresentam saldo migratório intra-estadual positivo. Ou seja, o número de pessoas que chegaram a estes municípios, no período e 1995-2000, é superior ao dos que saíram.

Localizados em regiões econômicas diferentes, Região Metropolitana de Salvador (RMS), Oeste (OES), Paraguaçu (PAR), Sudoeste (SUD), Litoral Sul (LS) e Baixo Médio São Francisco (BMSF), Camaçari, Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Juazeiro (nesta ordem), são considerados como centros urbanos que se destacam pela prática de atividades industriais, agro-exportadoras, comerciais, turísticas, informática e/ou agricultura irrigada. Isso, em princípio, poderia contribuir para o entendimento da maior atração de migrantes, ocasionando portanto, saldo migratório intra-estadual positivo.

As informações contidas na Tabela 1 evidenciam a posição de destaque que Camaçari ocupa, ao apresentar o maior e mais expressivo saldo migratório intra-estadual, dentre os municípios da rede urbana "principal". Cerca de 12 mil pessoas, no período estudado.

Desde a segunda metade da década de 1970, quando a indústria de bens intermediários se consolidou com a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari, os investimentos direcionados ao conjunto da economia baiana (comércio e serviços – por exemplo) aumentaram. De modo geral, o setor industrial tem conseguido transmitir seu

dinamismo a outras atividades econômicas na RMS, principalmente, ao se observar o crescimento da classe média e do operariado urbano, resultante da modernização do comércio e complexificação dos serviços em Salvador.

Tal caracterização pôde ser notada no município de Camaçari, em particular, por se tratar de uma área urbana integrante e com funções complementares à RMS, recebendo os maiores investimentos em infra-estrutura industrial no estado, além de se destacar por seu porte de produção.

O dinamismo econômico verificado no município poderia contribuir para compreensão do porquê deste apresentar o maior saldo migratório intra-estadual. Os indivíduos que chegaram a Camaçari devem, possivelmente, se tratar de trabalhadores (operários) relacionados ao Pólo Petroquímico, às atividades comerciais e de serviços. Situação comumente observada nos subespaços que subsistem à custa da plataforma de produção industrial.

Outras características como a instalação de equipamentos sociais (os investimentos em habitação, saúde, lazer e educação), além de representar uma área que absorve parte dos fluxos econômicos, comerciais e de produção dos municípios de Dias d'Ávila, Simões Filho e São Francisco do Conde, por exemplo, podem reforçar a idéia de que o saldo migratório positivo no município seja em função de sua caracterização industrial e área de expansão de Salvador. Isso justificaria o registro de pouco mais de 6 mil emigrantes e cerca de 18 mil imigrantes intra-estaduais, no período de 1995-2000 (Tabela 1).

Ao longo das últimas décadas, o município de Barreiras se tornou o maior pólo urbano do Oeste da Bahia. Essa situação foi facilitada, principalmente a partir dos anos 70 (século XX), quando os incentivos governamentais federais voltados à implantação da cultura de grãos atraíram um grande fluxo de migrantes de várias regiões do país e, também, do interior do estado.

Nesse contexto, a centralização da produção, industrialização e comercialização de grãos (destaque para a soja), além das tecnologias e estruturas produtivas mais modernas instaladas no município, o transformaram num centro urbano de destaque com relação a outras regiões do estado, devido à sua capacidade de atração de demandas regionais por mercadorias, serviços e população.

A produção de grãos, e em particular da soja, é altamente indutora da ocupação dos novos *fronts* agrícolas no território brasileiro, da expansão do meio técnico-científico informacional em manchas dos Cerrados do Centro-Oeste e nordestinos (CASTILHO, 2004, p. 93).

Mais recentemente, o município tem atraído também investimentos direcionados a uma diversificação na produção, com a introdução da cultura de frutas e olerícolas (cultivo da beterraba e cenoura), além de áreas do uso da irrigação. Essa situação tem colocado Barreiras em posição privilegiada, principalmente, em função das relações estabelecidas entre este e outros municípios baianos e com o Centro-Oeste do país.

Nessa perspectiva, poderíamos dizer que o município de Barreiras apresenta o segundo maior saldo migratório intra-estadual positivo, 11.717 migrantes (Tabela 1). Esta situação pode estar associada ao fato de ser uma área de expansão de fronteira agrí-

cola recente, que centraliza o processamento agro-industrial de grãos e que, portanto, possui forte dinamismo sobre a oferta de bens e serviços no extremo Oeste da Bahia.

O município de Barreiras está localizado ao longo da BR-242 (uma das rodovias estruturantes do estado) – Cartograma 1 –, caracterizando-se como centro urbano de porte comercial interestadual devido, essencialmente, ao seu duplo papel: suporte da economia regional e, principalmente, pela abrangência dos equipamentos urbanos (saúde, educação, lazer, comércio, serviços) oferecidos por este à região Oeste.

Dessa maneira, o movimento migratório no período estudado, onde são registrados 16.286 imigrantes e 4.568 emigrantes intra-estaduais (Tabela 1) possibilita descrever o fluxo migratório interno no município como positivo, possivelmente, em virtude do caráter que Barreiras tem assumido como centro comercial e de produção, consequentemente, de convergência e circulação de grandes demandas sociais e econômicas, sobressaindo-se como centro urbano de grande importância no extremo Oeste do estado.

O município de Feira de Santana situado a, aproximadamente, 109 km da capital baiana, na região econômica Paraguaçu (Cartograma 1), conhecido popularmente como “Princesa do Sertão”, é um dos principais municípios do semi-árido nordestino. Caracteriza-se por sua função de pólo comercial, de serviços e centro industrial, onde circulam os mais importantes fluxos econômicos e sociais da região e do estado, pois articula o Centro-Sul e o Nordeste brasileiro.

Por estar em situação geográfica privilegiada, entroncamento das principais interligações rodoviárias do país, ao longo do eixo rodoviário da BR-116, Feira de Santana é o mais expressivo centro urbano de oferta de comércio e serviços, concentrando grande parcela dos fluxos de passagem de pessoas e mercadorias da região. Assim sendo, Feira de Santana possui saldo migratório intra-estadual que corresponde a pouco mais de 7 mil migrantes, no período estudado (Tabela 1).

Devido ao seu caráter articulador e sendo o segundo maior município do estado em termos de população, Feira de Santana, desde o *boom* do modal rodoviário, por volta de 1950, vem se mantendo como o “portal” de entrada e saída dos principais fluxos socioeconômicos do município e do estado, sendo, assim, o mais importante centro urbano do interior da Bahia.

Nessa perspectiva, o município, possivelmente, não apenas “atrai” fluxos de passagem de pessoas e mercadorias, devido à sua condição de pólo comercial (onde as atividades de comércio e serviços aparecem como principais geradoras de renda), como também em virtude da infra-estrutura urbana (universidades, hospitais, centros de lazer) oferecida.

É possível notar que a peculiaridade apresentada por Feira de Santana, em relação aos municípios já estudados, com perfil econômico semelhante, é que o movimento migratório neste município é positivo, ao contrário do que foi observado em Itabuna e Alagoinhas – por exemplo. Ou seja, talvez devido à sua condição, nas últimas décadas, de maior centro de demandas regionais por mercadorias e serviços, Feira de Santana apresenta valores absolutos de 25.945 imigrantes e 18.884 emigrantes intra-estaduais (Tabela 1).

Por sua vez, o município de Vitória da Conquista é considerado como o mais importante da região econômica Sudoeste, situado próximo à fronteira com Minas Gerais, conta com a BR-116 cortando-o de norte a sul, ligando-o ao Sudeste e Nordeste do Brasil. Do mesmo modo que Feira de Santana, constitui-se como um centro urbano de porte interestadual, apresentando saldo migratório intra-estadual positivo, 6.556 pessoas (Tabela 1). Esse valor pode ser parcialmente entendido pela sua expressividade ao atender às demandas de sua região e de regiões vizinhas (áreas da região econômica Serra Geral e parte da região cacauzeira), além de ser local de passagem de pessoas, mercadorias e serviços.

Vitória da Conquista conta com a agropecuária (criação de bovino), com a cafeicultura e com a instalação do centro industrial especializado na produção têxtil e de calçados, além da metalurgia e a produção alimentícia, como principais atividades econômicas geradoras de renda e promotoras do dinamismo interno municipal. Nesse contexto, a chegada de 15.078 migrantes, volume superior aos que saíram, 8.523 migrantes intra-estaduais (Tabela 1), pode ser um reflexo dessa situação, reproduzindo um quadro positivo na movimentação migratória do município. A presença de uma universidade estadual, de serviços de saúde razoavelmente amplos e de programas de habitação popular são outros elementos que podem estar contribuindo para a atração de migrantes para Vitória da Conquista no período estudado.

O município de Ilhéus forma com Itabuna um bi-pólo que mantêm fortes relações comerciais com os outros municípios da região econômica Litoral Sul e, também, com as regiões Sul e Norte do país. Juntos, os dois se complementam em suas funções urbanas, o que lhes dá grande importância no contexto regional: Itabuna como centro urbano de comércio varejista e de serviços (já estudado) e Ilhéus como centro de industrialização, comercialização e exportação do cacau e, mais recentemente, como importante centro urbano a receber fluxos turísticos nacionais e internacionais, além do pólo de informática nele implantado.

Os recentes investimentos voltados para a atividade turística em Ilhéus têm proporcionado ao município uma diversificação econômica, bem como dos espaços internos que, para atender ao novo gerador de renda municipal, recebe equipamentos de infraestrutura (transporte e comunicação – por exemplo) mais adequados, demandados pela necessidade da atividade turística que altera a configuração de Ilhéus.

Além disso, em 1995, foi implementado no município o chamado pólo de informática propiciado pela criação da lei estadual de incentivos às indústrias de informática, eletrônica e telecomunicações pelo Governo baiano¹². Ilhéus contou também com os incentivos fiscais federais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a fim de que fosse impulsionado o desenvolvimento do segmento eletroeletrônico no sul baiano.

Este conjunto de incentivos foi, em grande parte, um dos maiores atrativos para o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local Eletroeletrônico de Ilhéus, tendo centrado na fabricação de computadores e de equipamentos periféricos para máquinas eletrônicas [...] O pólo de Informática de Ilhéus está suportado por incentivos fiscais e não por fatores sistêmicos [...] Para o

¹² Através do Decreto 4.316, de 19 de junho de 1995.

desenvolvimento de pesquisa e capacitação de mão-de-obra, o pólo de informática, estrategicamente, pode dispor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônicos de Ilhéus (CEPEDI) para treinamento e capacitação de recursos humanos, além do desenvolvimento de softwares e produtos eletrônicos para as empresas do pólo (FUNDAÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS, 2005, p. 78-79)¹³.

Os investimentos direcionados à produção de microcomputadores têm gerado um dinamismo econômico voltado ao fortalecimento do município, também, como pólo de informática. Segundo Vieira, Cavalcante e Macedo (2000, p. 11),

dados publicados pela Gazeta Mercantil (Gazeta da Bahia, 04/05/2000) indicam que o Pólo de Ilhéus seria responsável por 15% da produção nacional de microcomputadores, já tendo havido investimentos da ordem de R\$ 125 milhões, gerando 1.900 empregos diretos em 20 empresas instaladas.

Observaram ainda que:

O pólo de informática de Ilhéus responde por cerca de 10% da produção nacional de microcomputadores [...]. Os investimentos já realizados alcançam R\$ 93 milhões, aplicados em 12 empreendimentos, gerando 970 empregos diretos [...]. Outras empresas já têm projetos para a região, contemplando produzir, além dos computadores pessoais, notebooks, servidores e implementos para redes, equipamentos para TV a cabo e produtos para automação industrial (VIEIRA; CAVALCANTE; MACEDO, 2000, p. 11).

Dessa maneira, o saldo migratório intra-estadual positivo, 4.392 pessoas em 1995-2000, pode ser um reflexo da nova estrutura econômica de Ilhéus, onde hotéis, pousadas, restaurantes, bares, além da própria infra-estrutura urbana para atender tanto ao turismo quanto ao novo pólo de informática, podem estar gerando a expectativa de emprego e renda e, portanto, influenciando direta ou indiretamente no seu movimento migratório. Assim, seria possível compreender os valores absolutos de 13.431 imigrantes e 9.040 emigrantes intra-estaduais do município (Tabela 1).

Juazeiro, por sua vez, se destaca, desde o início de sua ocupação, como grande pólo urbano do extremo Norte do estado; está situado na região econômica Baixo Médio São Francisco, em condição geográfica estratégica, ao longo da BR-407 (que articula os fluxos da área centro-nordeste com a RMS) e as margens do rio São Francisco (Cartograma 1). Município cujo centro de comércio de mercadorias e serviços é tradicional, centralizando com Petrolina (Pernambuco) uma grande oferta de bens e serviços demandados pelas cidades situadas ao norte, nordeste e noroeste do estado, parte do Piauí e áreas vizinhas pertencentes a outros estados nordestinos.

Constituiu-se como uma área de expansão agrícola, que se consolidou como um dos maiores centros agro-industriais da Bahia, quando o Departamento Nacional de Obras con-

¹³ O CEPEDI é fruto da parceria entre o Sindicato das Indústrias de Informática e Eletroeletrônicos de Ilhéus (SINPEC), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ilhéus, o [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] SEBRAE e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e se mantém através da Lei de Informática (FUNDAÇÃO REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS, 2005, p. 79).

tra as Secas (DNOCS) e a Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) passaram a investir, a partir da década de 1970, na agricultura irrigada. A partir daí passou a se destacar no cultivo, produção e exportação de frutas, em particular, uva, maçã e melão:

A fruticultura é, na atualidade, um dos setores mais dinâmicos e competitivos do setor agrícola, tendo sido incluída no cálculo do PIB da região nordeste como item de constituição da renda proveniente da moderna agricultura de exportação (CAVALCANTI, 1996, p. 115).

Segundo Cavalcanti (1996) a (re)organização da produção não é um fenômeno interno, isolado ou restrito a uma área ou região do país; ela é, de fato, parte de uma nova dinâmica produtiva que subverte as tradicionais divisões regionais e delinea novos "lugares", como espaços propícios ao estabelecimento de novos processos sociais. Os recentes pólos agrícolas, como afirma Araújo, "têm também estabelecido importantes relações econômicas extra-regionais, em particular com o mercado internacional" (ARAÚJO, 1994 apud CAVALCANTI, 1996, p.114).

Nessa perspectiva é importante assinalar que a adaptação da produção aos novos ritmos e espaços, que se ampliam com a abertura de mercados com os acordos de integração regional entre países, requer que as relações entre capital e trabalho também sejam (re) definidas e,

[...] a fruticultura é hoje um setor que depende bastante do trabalho especializado em todas as fases de sua produção, colheita, empacotamento, armazenamento, transporte e comercialização, além de exigir uma infra-estrutura para garantir sua competitividade [...] (JANK, 1993 apud CAVALCANTI, 1996, p. 116).

Nesse contexto, apesar de ocupar a última posição entre os municípios que apresentam saldo migratório intra-estadual positivo, 3.089 pessoas, Juazeiro se destaca por estar numa região produtiva recente, o que, provavelmente, contribui para o entendimento da transformação do município em espaço de atração de empresários, pequenos produtores e migrantes nordestinos com pouca ou nenhuma especialização. Esse cenário esclareceria os valores absolutos de 8.674 imigrantes e 5.585 emigrantes intra-estaduais do período de 1995-2000 (Tabela 1).

A fruticultura como desenvolvida no Vale do São Francisco torna-se competitiva por seu calendário produtivo ajustável às demandas do mercado, dada as novas condições tecnológicas, esquemas de irrigação e qualificação da força de trabalho que garantem a produção o ano todo. Essas áreas dinâmicas para exportação constituem núcleos privilegiados de oferta de emprego na região (CAVALCANTI, 1996, p. 118).

As análises desenvolvidas até aqui permitiram que se perceba, conforme dito anteriormente, que os municípios que englobam a rede "principal" de cidades baianas constituem-se como espaços onde se centralizam a prática das atividades socioeconômicas, além de apresentarem, em termos de volume, os mais importantes saldos migratórios intra-estaduais da Bahia.

É importante destacar a relevância atribuída a esses municípios, tanto pelo crescimento e/ou fortalecimento de alguns dos seus setores (indústria, comércio, agricultura, pecuária, turismo) para a economia baiana, como pela modernização desses espaços, resultante da expansão do meio técnico científico informacional, em que estes, mesmo imbuídos de funções centralizantes, acabam articulando-se entre si e com outras regiões propiciando uma complementaridade e uma interconexão entre seus centros, que somada a uma infraestrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicação, informática) resulta na configuração dos sistemas urbanos.

As forças de modernização são extremamente seletivas tanto quanto à forma como quanto pelos efeitos. As variáveis modernas não se difundem homogênea-mente através do espaço operacional, alterando-se a importância de cada uma delas. Esta mudança de forças produz instabilidade na organização espacial, com freqüentes desequilíbrios e reajustamentos (SANTOS, 2003, p. 125).

Nessa perspectiva, a formação e a (re)configuração das redes de cidades, em particular a baiana, possibilitam compreender as transformações espaciais ocorridas no estado nos últimos anos, cujos reflexos são notados em vários aspectos, tais como o econômico, demográfico, político. Contudo, em decorrência dos desequilíbrios na organização do espaço, resultantes da própria dinâmica capitalista, é que se tem a rede "secundária" de cidades exercendo funções complementares, e também, de destaque no cenário baiano.

Analisando as informações contidas na Tabela 2 e realizando uma leitura mais geral destas, é possível perceber que dos 18 municípios que englobam as cidades da rede urbana "secundária" metade apresenta saldo migratório intra-estadual negativo (Santo Amaro, Itamaraju, Serrinha, Jacobina, Senhor do Bonfim, Valença, Itapetinga, Eunápolis, Brumado) e a outra metade revela saldo migratório intra-estadual positivo (Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Santo Antonio de Jesus, Irecê, Jequié, Guanambi, Itaberaba, Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas).

Os dados contidos na Tabela 2 revelam ainda que os valores absolutos apresentados tanto para imigração, quanto para emigração intra-estadual são, na maioria, inferiores a 10 mil migrantes, exceção observada no município de Porto Seguro, que possui o maior e mais expressivo valor absoluto de imigrantes intra-estaduais, correspondendo a 20.966 pessoas. Outra particularidade notada é que dos nove municípios que registram saldo migratório intra-estadual positivo, sete mostram valores inferiores a 1.000 migrantes. Ou seja, apenas dois municípios pertencentes à região econômica Extremo Sul (ES), Porto Seguro e Teixeira de Freitas, exibem valores significativos (16.881 e 5.252 pessoas, respectivamente).

Em análise mais detalhada, é possível notar que dos três municípios da região econômica Recôncavo Sul (RS), Cruz das Almas, Santo Amaro e Santo Antonio de Jesus, dois exibem saldo migratório intra-estadual positivo, Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus (245 e 949 migrantes, respectivamente), e apenas Santo Amaro apresenta saldo negativo, de -4.132 pessoas, no período estudado (Tabela 2).

Tabela 2**Imigrantes, emigrantes e saldo migratório intra-estaduais dos municípios da rede urbana “secundária”, por Região Econômica, Bahia, 1995-2000**

RE's	Municípios	Imigrantes intra-estaduais	Emigrantes intra-estaduais	Saldo migratório
<i>RS</i>	<i>Cruz das Almas</i>	<i>3.155</i>	<i>2.911</i>	<i>245</i>
RS	Santo Amaro	2.222	6.354	-4.132
<i>RS</i>	<i>Santo Antonio de Jesus</i>	<i>5.834</i>	<i>4.885</i>	<i>949</i>
LS	Valença	4.723	5.394	-671
ES	Eunápolis	5.991	6.336	-345
ES	Itamaraju	3.249	5.642	-2.393
<i>ES</i>	<i>Porto Seguro</i>	<i>20.966</i>	<i>4.086</i>	<i>16.881</i>
<i>ES</i>	<i>Teixeira de Freitas</i>	<i>9.799</i>	<i>4.547</i>	<i>5.252</i>
NOR	Serrinha	2.599	4.933	-2.335
<i>PAR</i>	<i>Itaberaba</i>	<i>3.919</i>	<i>3.509</i>	<i>410</i>
SUD	Itapetinga	3.590	4.011	-421
<i>SUD</i>	<i>Jequié</i>	<i>7.267</i>	<i>6.602</i>	<i>665</i>
PIE	Jacobina	4.078	5.818	-1.740
PIE	Senhor do Bonfim	3.007	3.774	-767
<i>IRE</i>	<i>Irecê</i>	<i>6.356</i>	<i>5.542</i>	<i>814</i>
SG	Brumado	1.577	1.873	-296
<i>SG</i>	<i>Guanambi</i>	<i>2.819</i>	<i>2.291</i>	<i>528</i>
<i>MSF</i>	<i>Bom Jesus da Lapa</i>	<i>2.806</i>	<i>2.458</i>	<i>348</i>
	Subtotal	90.802	78.055	12.747
	Demais municípios	561.167	543.004	18.163
	Total	-	621.059	-
	Origem indefinida ⁽¹⁾	-	30.910	-
	Bahia	651.969	651.969	0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES/SEI, 2006.

Notas: (1) Migrantes que não declaram unidade da Federação/país de origem.

* O migrante é a pessoa de cinco anos ou mais de idade que declarou residir numa unidade da Federação diferente daquela em que foi enumerado, numa data fixa, cinco anos atrás.

** Foram sublinhados os municípios com saldo migratório intra-estadual positivo.

Dentre os municípios da rede “secundária”, vale salientar que Santo Antonio de Jesus tem saldo migratório intra-estadual inferior apenas a Porto Seguro e Teixeira de Freitas que ocupam, respectivamente, o primeiro e segundo lugar entre os que apresentam saldo migratório positivo. Enquanto que Santo Amaro se destaca ao exibir o maior saldo migratório negativo nesse conjunto de municípios.

A região do Recôncavo baiano durante muito tempo, no século XVIII, se caracterizou por sustentar a economia da Bahia com a produção açucareira. Nesse contexto, Santo Amaro representava um dos mais importantes centros econômicos do estado. Os impactos observados no município, com o declínio da produção açucareira, contribuíram para o baixo dinamismo econômico de Santo Amaro que, atualmente, sustenta-se na atividade agrícola e produção agro-industrial (destaque para a reativação e ampliação dos complexos madeireiros, voltados para o setor de papel e celulose, no período de 1995-2000), além de sua localização próxima a Feira de Santana e a Salvador.

Assim, apesar de Santo Amaro, junto com Cruz das Almas, assumirem papéis como subespaços de apoio à região econômica Recôncavo Sul (RS), oferecendo serviços médico, hospitalar, educacional e comercial, o município apresenta o mais significativo saldo migratório negativo, enquanto que Cruz das Almas mostra saldo migratório intra-estadual positivo, porém pouco expressivo quando comparado ao exibido por Santo Antonio de Jesus.

Essa situação pode, talvez, ser entendida devido à condição assumida por Santo Antonio de Jesus, que se sobressai por estar localizado num dos eixos rodoviários estruturantes do estado, BR-101 (Cartograma 1), onde a proximidade com os municípios de Feira de Santana e Salvador facilita sua função de centro urbano abastecedor de mercadorias e serviços às áreas circunvizinhas. Cruz das Almas, por sua vez, constitui-se como sub-espço cujo papel central de oferecer serviços institucionais, educacionais¹⁴, saúde e comércio são resultantes de sua condição de centro urbano de importância local.

O município de Valença, situado na região econômica Litoral Sul, está localizado a aproximadamente 262 km da capital baiana (Cartograma 1). Ali “[...] foi instalada uma das primeiras indústrias de tecidos do Brasil, a Fábrica Todos os Santos ou Nossa Senhora do Amparo (1844) - atual Companhia Têxtil Valença - e, por causa dessa fábrica, o estado, em 1906, teve a primeira rede hidráulica [...]” (SEVERO, 2006).

Valença vem se destacando pela atração de grande fluxo de turistas nacionais e internacionais e aparece como centro urbano que oferece apoio às atividades comerciais, de saúde e educação na região. Apesar disso, o município não possui uma infra-estrutura urbana (transporte, saneamento básico, abastecimento de água) suficiente para atender às demandas resultantes desta condição.

O dinamismo econômico notado em Valença, nos últimos anos, pode ser considerado como resultante de seu caráter como centro urbano comercial de abrangência local, como também dos investimentos, que o município vem recebendo, juntamente com Porto Seguro, do poder público e da iniciativa privada, visando a propiciar o crescimento do turismo na região, consolidando-o no desempenho desta atividade.

Além das atividades ligadas ao turismo e ao comércio, há também aquelas voltadas para a agricultura e a pesca que, juntas, contribuem para o dinamismo da economia municipal. A reativação e ampliação das indústrias de calçados, têxtil e confecções e a implantação das indústrias químicas e petroquímicas, no período de 1995-2000, complementam a configuração econômica de Valença.

Tal configuração econômica, em tese, não combina com o saldo migratório intra-estadual negativo (-671 pessoas) apresentado por Valença, o que, todavia, poderia ser reflexo da sua condição de município abastecedor de mercadorias e de serviços à região, além de contar, sobremaneira, com o crescimento da atividade turística, que é sazonal nesta região, situação que talvez gere mais expectativa de trabalho do que efetivamente, ocupação, ainda mais se comparado a outros municípios da região econômica. Além dessas particularidades, Silva (2003) diz que Valença constitui-se

¹⁴ Destacou-se durante muito tempo por contar com a escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), única do estado, localizada no município. Esta atraía estudantes de várias regiões da Bahia, impactando positivamente a geração de renda municipal (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997).

numa das áreas onde ocorrem intensas migrações pendulares¹⁵, Salvador-região e região-Salvador:

Atualmente, ela [região urbana de Salvador] poderia ser definida como sendo o território dentro de um grande arco que contorna Salvador através de uma linha que une os seguintes pontos: litoral do município de Mata de São João (Costa do Sauípe), Alagoinhas, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Valença e Morro de São Paulo (municípios de Cairu). Em outras palavras, é uma visão ampliada e renovada do tradicional Recôncavo, bastante estudado no final dos anos 60 e início dos anos 70. É uma área com intensas migrações pendulares, Salvador-região e região-Salvador, constituindo-se em uma bacia urbana de trabalho e serviços, expressando a integração de complexas redes [...] (SILVA, 2003 apud SILVA; SILVA 2003, p. 115).

Essas especificidades, em conjunto, poderiam contribuir para o entendimento de a emigração (5.394) ser superior à imigração (4.723) intra-estadual no município de Valença, no período de 1995-2000 (Tabela 2).

Considerando a história do descobrimento do Brasil, a Região Econômica Extremo Sul torna-se de grande relevância no contexto nacional. Afinal é aí que se situam as áreas, inicialmente, colonizadas pelos primeiros navegantes portugueses. Nessa época as atividades econômicas praticadas na região baseavam-se nos ciclos extrativistas, situação que permaneceu até o século XIX, período no qual a industrialização do Centro-Sul do país levou à crise do modelo agro-exportador da região Nordeste.

Atualmente, a região conta com a agropecuária extensiva, pesca, extração intensiva de madeira, indústria de móveis e serrarias, indústria de papel e celulose e o turismo, como principais atividades econômicas. É importante salientar que os investimentos voltados à atividade turística consolidaram-se na década de 1980 e, apenas no início da década de 1990 é que se observa uma nova dinâmica socioeconômica e ambiental na região com a instalação do Complexo de Celulose¹⁶.

Apesar de possuir aproximadamente 300 km de praias e contar com variados ecossistemas, lagoas, mangues, brejos e pântanos, além de planícies litorâneas e falésias, a região econômica Extremo Sul apresenta, por outro lado, uma infra-estrutura urbana muito precária:

[...] inexistem redes de esgotamento sanitário em mais da metade da totalidade dos domicílios da região, o que compromete a qualidade dos rios e a balneabilidade das praias próximas aos locais de despejos destes efluentes; o sistema de abastecimento de água é limitado, não atendendo a grande parte dos domicílios; o lixo, quando coletado nas zonas urbanas tem seu destino final a céu aberto; e o fornecimento de energia elétrica não atende a demanda, sendo que no período de alta estação turística ocorrem freqüentes interrupções (ROCHA, 2002, p. 2).

De todo modo, a intensificação da atividade turística foi fortalecida com a definição da Zona Turística da Costa do Descobrimento, na qual Porto Seguro está inserido,

¹⁵ Movimento cuja periodicidade é diária ou semanal. Entre o lugar de residência e o local de trabalho, por exemplo.

¹⁶ As atividades florestais no extremo sul da Bahia começaram em meados da década de 1970.

A estratégia adotada pelo [Programa de Desenvolvimento do Turismo] PRO-DETUR-Bahia é 'implementar centros turísticos integrados, até o ano 2012 os quais possam competir com outros destinos internacionais, sendo complementares e diferentes entre si e capazes de promover o desenvolvimento sustentado e equilibrado entre as demandas da atividade turística e da expansão urbana, através de adequada legislação do uso do solo e ambiental' (ROCHA, 2002, p. 11-12).

E a instalação da Bahia Sul Celulose¹⁷ em Mucuri, próximo a Teixeira de Freitas, como todo grande empreendimento, ao se instalar em regiões carentes de trabalho, gerou enorme expectativa em torno da possibilidade do emprego no município e áreas vizinhas:

[...] a implantação e operação dessas empresas na região, pode-se destacar que, inicialmente, elas absorveram um grande número de pessoas da região, especialmente no preparo da terra e do plantio do eucalipto, assim como na implantação de suas plantas industriais [...] a implantação da unidade industrial da Bahia Sul também empregou um contingente significativo [...] (DIAS, 2001, p. 323).

Tais contextos podem estar refletindo na atração de contingentes de migrantes a curto, médio e longo prazo. Afinal, quando se analisa a migração intra-estadual nos municípios que englobam as cidades da rede urbana "secundária" pertencentes à região econômica Extremo Sul, percebe-se que dos quatro, Eunápolis, Itamaraju, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, dois apresentam saldo migratório intra-estadual negativo, Eunápolis e Itamaraju, e os outros dois, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, possuem os mais elevados saldos migratórios positivos, no conjunto de municípios constantes na Tabela 2, o que sinaliza para uma circulação intra-regional de migrantes.

Porto Seguro e Eunápolis formam um bi-pólo em que um complementa as funções urbanas do outro. Enquanto Porto Seguro consolida-se como um dos pólos turísticos mais importantes do extremo sul da Bahia, atraindo turistas das diversas regiões do país, principalmente, paulistas, mineiros, cariocas, além dos próprios baianos, Eunápolis, localizado ao longo da BR-101, destaca-se no cenário econômico da região pelo seu caráter de centro urbano comercial, cujo papel principal tem sido apoiar a circulação e fluxos socioeconômicos do extremo sul do estado.

[...] no Extremo Sul localizam-se dois grandes subcentros de comercialização e de serviços. Eunápolis, que pela proximidade de Porto Seguro serve de aporte a cidade turística, ofertando serviços mecânicos, comercialização de peças de automóveis e acessórios, assim como serviços médicos, hospitalares e outros (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997, p. 38).

Por sua vez, Itamaraju caracteriza-se como centro urbano comercial de abrangência local, resultado da revitalização do dinamismo econômico observado tanto

¹⁷ Desde a criação da Bahia Sul Celulose, no final da década de 1980, o controle acionário sempre esteve dividido entre dois principais atores: Companhia Suzano de Papel e Celulose e Companhia Vale do Rio Doce. Contudo, em maio de 2001, a Companhia Suzano adquiriu todo o capital ordinário da empresa. [...] no pico de sua construção, por volta de nov/dez de 1990, a Bahia Sul Celulose contratou 10 mil trabalhadores. Após sua entrada em operação, em 1992, este número despencou para 1 mil trabalhadores na planta industrial e pouco mais de 3 mil na área florestal. Na sua operação plena, esta empresa deve empregar 1.100 funcionários na planta industrial, entre 3 a 4 mil pessoas na área florestal (ROCHA, 2002).

neste município, quanto nos centros urbanos vizinhos. Teixeira de Freitas, que está localizado ao longo da BR-101, sobressai-se pela polarização exercida sobre os demais municípios da região, reflexo, em grande parte, da expressividade econômica que este tem assumido, nos últimos anos, no extremo sul do estado.

Em princípio, poderíamos dizer que o saldo migratório intra-estadual positivo observado, no período 1995-2000, para os municípios de Teixeira de Freitas e Porto Seguro estaria relacionado, no primeiro caso, aos impactos socioeconômicos resultantes da instalação da Bahia Sul Celulose em Mucuri, que intensificou as demandas por serviços e comércio não apenas para Mucuri, mas também para os municípios vizinhos como Teixeira de Freitas.

E o segundo, Porto Seguro, apareceria recebendo fluxos de migrantes tanto pela atração exercida com a atividade turística, quanto pela sua proximidade de Eunápolis, cuja expectativa da instalação da Vera Cruz Florestal¹⁸, neste último, teria favorecido a chegada de um contingente de desocupados e/ou subempregados existentes na região que, não conseguindo se inserir nas atividades vinculadas à produção de papel e celulose, se direcionariam a Porto Seguro e municípios vizinhos.

Por isso, nestes dois municípios [Teixeira de Freitas e Eunápolis] e em Porto Seguro proliferou-se um grande número de favelas nas periferias destas cidades e em áreas turísticas como as favelas existentes no Arraial D'Ajuda e em Trancoso [Porto Seguro] (ROCHA, 2002, p. 10).

Já os saldos negativos, (Tabela 2), apresentados por Eunápolis, -345 e Itamaraju, -2.393, possivelmente, relacionam-se à instalação do Complexo Industrial de Celulose. Provavelmente Eunápolis estaria atraindo migrantes intra-estaduais para serem empregados nas indústrias de celulose e papel. Todavia, não conseguindo ocupações com vínculos permanentes, essas pessoas poderiam estar se dirigindo para municípios e/ou áreas vizinhas em busca de ocupação.

Tal processo também estaria ocorrendo em Itamaraju, entretanto, os migrantes intra-estaduais deveriam vincular-se à extração de madeira e às indústrias de móveis do município. Desse modo, poderíamos dizer que esses migrantes se dirigiriam para Porto Seguro ou Teixeira de Freitas, devido à proximidade destes municípios com Eunápolis e Itamaraju, o que estaria contribuindo, além do que já foi descrito, para que Porto Seguro e Teixeira de Freitas apresentassem saldo migratório intra-estadual positivo, 16.881 e 5.252, nesta ordem (Tabela 2).

Já o município de Serrinha, localizado na região econômica Nordeste, a cerca de 205 km de distância da capital baiana, pode ser caracterizado, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, como "centro de comercialização do sisal, além de manter hegemonia sobre a região no que se refere à distribuição de mercadorias e serviços" (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997, p. 46).

¹⁸ No ano de 2003, o empreendimento alcançará o número máximo de cerca de 2.600 empregados. Em seguida, passará a reduzir este número, estabilizando-se, no ano em 2019, em 2260 empregados na área florestal. O emprego na área industrial girará em torno de 549 trabalhadores (ROCHA, 2002).

Apesar de também ser considerado como importante centro de comercialização do sisal, afinal Serrinha é um dos 35 municípios que compõem a Região Sisaleira¹⁹, atualmente o município se destaca como criador de rebanhos ovinos e suínos, na pecuária. Sobressaindo-se ainda na criação de galináceos, além de ocupar a 33ª posição dentre os municípios baianos com maior representatividade comercial (BAHIA, 1997).

Serrinha constitui-se como centro comercial de abrangência local e que articula os municípios vizinhos em torno de atividades ligadas ao comércio e serviço, especialmente de educação. Trata-se, portanto, de um subespaço dinâmico; contudo, o município não consegue que o número de imigrantes supere o de emigrantes. Essa situação pode ser associada, talvez, a sua proximidade com o município de Feira de Santana que, em princípio, poderia atuar como "atrativo" de contingentes populacionais, devido a sua diversidade seja na oferta e prestação de serviços, seja nas atividades industriais, educacionais, saúde e lazer por este oferecido.

A proximidade a um município grande e mais dinâmico pode ser fator inibidor do desenvolvimento de um determinado local. Os fluxos econômicos e investimentos tendem a ser direcionados para onde as condições sejam melhores. Isso poderia contribuir para justificar o entendimento do saldo migratório intra-estadual negativo, -2.335 pessoas, apresentado por Serrinha no período estudado (Tabela 2).

Já o município de Itaberaba, localizado na região econômica Paraguaçu, distante aproximadamente 266 km de Salvador, situado ao longo da BR-242 (Cartograma 1), caracteriza-se como centro comercial de abrangência local, destaca-se, também, por sua localização próxima ao município de Feira de Santana e, principalmente, por se constituir como um espaço cujos fluxos de passagem de pessoas e mercadorias na direção Oeste – RMS, e vice-versa, é intenso. Essa condição de passagem pelo município, pode estar influenciando no valor positivo do saldo migratório intra-estadual.

Municípios pertencentes à região econômica Sudoeste - Itapetinga e Jequié caracterizam-se, o primeiro, por estar em situação estratégica entre os municípios de Itabuna e Vitória da Conquista²⁰ o que lhe permitiu consolidar-se na liderança em oferta de serviços e comércio (por exemplo) na região de sua influência, além de contar com uma atividade agropecuária moderna na base econômica, sendo, no estado, o maior pólo produtor de leite. Nos últimos anos, Itapetinga vem sendo favorecido pelos investimentos voltados para a indústria de calçados.

E o segundo, Jequié, localiza-se ao longo da BR-116 destaca-se, também, pela exploração do setor agropecuário, além das atividades industriais fortalecidas pela instalação do Distrito Industrial de Jequié, em que se sobressai a indústria têxtil. Mantém, ainda, intensas relações com os municípios próximos, considerados como pólos horti-frutigranjeiros, Jaguaquara e Maracás.

Os municípios de Itapetinga e Jequié representam importantes centros regionais por suas localizações estratégicas e pelos papéis que desempenham na estruturação eco-

¹⁹ Na Bahia, a Região Sisaleira está composta por cerca de 35 municípios destacando-se: Monte Santo, Euclides da Cunha, Itiúba, Cansanção, Quijingue, Queimadas, Nordestina, Araci, Tucano, Santa Luz, São Domingos, Valente, Retiroândia, Conceição do Coité, Barrocas, Teofilândia, Serrinha, Ichu e Candeal (MOVIMENTO..., 2006).

²⁰ Itabuna e Vitória da Conquista interligam-se ao município de Itapetinga pelas BR-415 e BA-263, respectivamente.

nômica da região e, conseqüentemente, do estado. No período estudado, foram observados saldo migratório intra-estadual negativo e positivo (respectivamente) conforme pode ser visto na Tabela 2.

Em particular, o caso de Itapetinga pode, talvez, ser entendido devido à fase de regressão econômica observada no município, "A microrregião do município de Itapetinga, além dos municípios vizinhos, atravessou uma fase de regressão econômica nos últimos anos, pelo menos até 1996, dependente da pecuária bovina extensiva, destinada principalmente à produção de carne" (O CASO..., 2001, p.6), o que possivelmente tenha ocasionado a saída de migrantes direcionados a outras regiões do estado ou, mesmo, do país.

Já os municípios de Jacobina e Senhor do Bonfim, localizados na região econômica Piemonte da Diamantina, apresentam saldos migratórios intra-estaduais negativos, -1.740 e -767, respectivamente (Tabela 2).

Jacobina, por sua condição histórica de centro regional da mineração, apesar de ter passado por um período de estagnação econômica (quando os grandes circuitos viários se desenvolveram no estado), mantém-se como centro comercial e de serviços na região e, principalmente, como centro da atividade mineradora, além de se destacar pela prática da pecuária (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997).

Senhor do Bonfim também se destaca por mais dois aspectos: desempenho da atividade mineradora e como centro comercial. Localizado ao longo da BR-407, é um município de grande importância para a estrutura econômica da região, pois está em posição estratégica com relação a Salvador e Juazeiro. Ou seja, devido, em grande parte, à sua localização (ligando o litoral ao extremo norte do estado), fortaleceu-se como centro comercial de abrangência local, interligando ainda o Centro-Norte a outras regiões do estado.

O município de Irecê, que também se destaca como centro de abrangência local, está na região econômica Irecê, a cerca de 468 km da capital do estado (Cartograma 1). Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1997), o município, desde a década de 1960, é o maior pólo produtor de feijão da Bahia, atividade que ganhou grande impulso com a construção da BA-052 (para facilitar o escoamento e incremento da produção), além dos incentivos governamentais e da implantação da agricultura irrigada (já na década de 1990), observou uma diversificação da produção e consolidou-o no papel de centro local de comércio e serviços. Mesmo com a crise do preço do feijão nos anos de 1994-95, Irecê vem mantendo-se em posição de destaque na região.

Nessa perspectiva, o saldo migratório intra-estadual positivo apresentado, 841 (Tabela 2), faz com que o município ocupe o 4º lugar, dentre os da rede urbana "secundária", ficando atrás apenas de Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Santo Antonio de Jesus. Essa situação pode ser reflexo das políticas de incentivos governamentais, do crédito rural e dos subsídios, além dos investimentos públicos em infra-estrutura urbana e os modernos padrões tecnológicos usados na prática das atividades agrícola (feijão, milho e mamona), que dinamizaram a economia em Irecê e região. Eventualmente, esses

elementos podem ter atuado como fator atrativo de migrantes e para retenção de moradores, resultando num movimento migratório intra-estadual positivo para o município, no período estudado.

Os municípios que fazem parte da região econômica Serra Geral, Brumado e Guanambi estão distantes cerca de 654 e 796 km de Salvador, respectivamente. Apresentam saldo migratório intra-estadual equivalente a -296 e 528, nessa ordem (Tabela 2). Juntos exercem grande influência sobre o conjunto de municípios da região e áreas vizinhas.

Sucintamente, pode-se dizer que Brumado se destaca pela prática da atividade mineiradora, principalmente da exploração de magnetita e produção de cimento. Guanambi, pelo desempenho da agro-indústria do algodão. Ambos se destacam como centro de abrangência local, ofertando bens e serviços à região.

Por fim, Bom Jesus da Lapa, situado à margem direita do rio São Francisco, na região econômica Médio São Francisco, distante aproximadamente 777 km de Salvador (Figura 1), caracteriza-se pelas constantes peregrinações, que se transformaram em grandes e permanentes romarias de fiéis ao Santuário do Senhor Bom Jesus (que se encontra a 429 metros acima do nível do mar), possui sua história e economia em muito associadas à proximidade ao rio São Francisco e ao turismo religioso.

As atividades fundamentais da economia do município são a agricultura, pesca, comércio e pecuária, destaque ainda para o agronegócio. No estado da Bahia os maiores investimentos nesse setor têm ocorrido tanto em Bom Jesus da Lapa quanto em Juazeiro, municípios que já se consolidaram como áreas irrigadas e produtoras do vale do São Francisco:

Em Bom Jesus da Lapa, os esforços da Codevasf também têm sido intensos. Na região são desenvolvidos os Projetos Barreiras Norte, Ceraíma, Estreito, Formosinho, Formoso, Mirorós, Nupeba/Riacho Grande e São Desidério/Barreiras Sul. Ao todo são mais de 20.270 hectares de terras irrigáveis. Um total de 2.331 produtores trabalham nessas áreas. As principais culturas na região são banana, limão, coco, manga, mamão, pinha, laranja, goiaba, melancia, feijão e milho (CODEVASF Hoje, 2005, p. 2).

Dessa maneira, a chegada de migrantes à região pode estar sendo favorecida pelo crescimento da agricultura irrigada voltada para pequenos agricultores que, possivelmente, estão tendo melhores oportunidades de condições de trabalho no município e região.

É importante salientar o aumento no número de estabelecimentos rurais que, conforme dados do Censo Agropecuário de 1995, totalizam cerca de 3.126 com até 50 hectares, pequenos agricultores portanto, e pouco mais de 65 com área acima de 500 hectares.

Assim, o saldo migratório intra-estadual positivo, 348 pessoas (Tabela 2), deve, muito provavelmente, estar relacionado ao dinamismo observado nas atividades agrícolas. Afinal, a chegada de trabalhadores rurais e/ou pequenos, médios e grandes proprietários de terra, pode estar contribuindo, direta ou indiretamente, para o movimento migratório interno no município ser positivo.

Considerando não apenas a função complementar da rede "secundária" de cidades baianas, como também o destaque assumido pelos municípios que envolvem as referi-

das cidades, as análises realizadas com relação ao saldo migratório intra-estadual e a configuração desta rede urbana nos possibilitou uma compreensão dos possíveis porquês da "atração" e "repulsão" de migrantes nestas áreas, dadas as suas localizações estratégicas, áreas de abrangência e atividades econômicas desenvolvidas.

Conforme pode ser observado no Cartograma 2, dos 28 municípios que englobam as cidades das redes urbanas "principal" e "secundária" baiana, percebe-se que 15 apresentaram saldo migratório intra-estadual positivo, dos quais apenas três exibiram valores acima de 11 mil migrantes, enquanto que sete mostraram valores pouco expressivos, inferiores a 1.000 pessoas. E os outros 12 municípios têm valores negativos para o saldo migratório intra-estadual, sendo que mais da metade (sete municípios, dentre eles, Salvador, Alagoinhas e Itabuna) apresentaram os mais significativos saldos migratórios negativos.

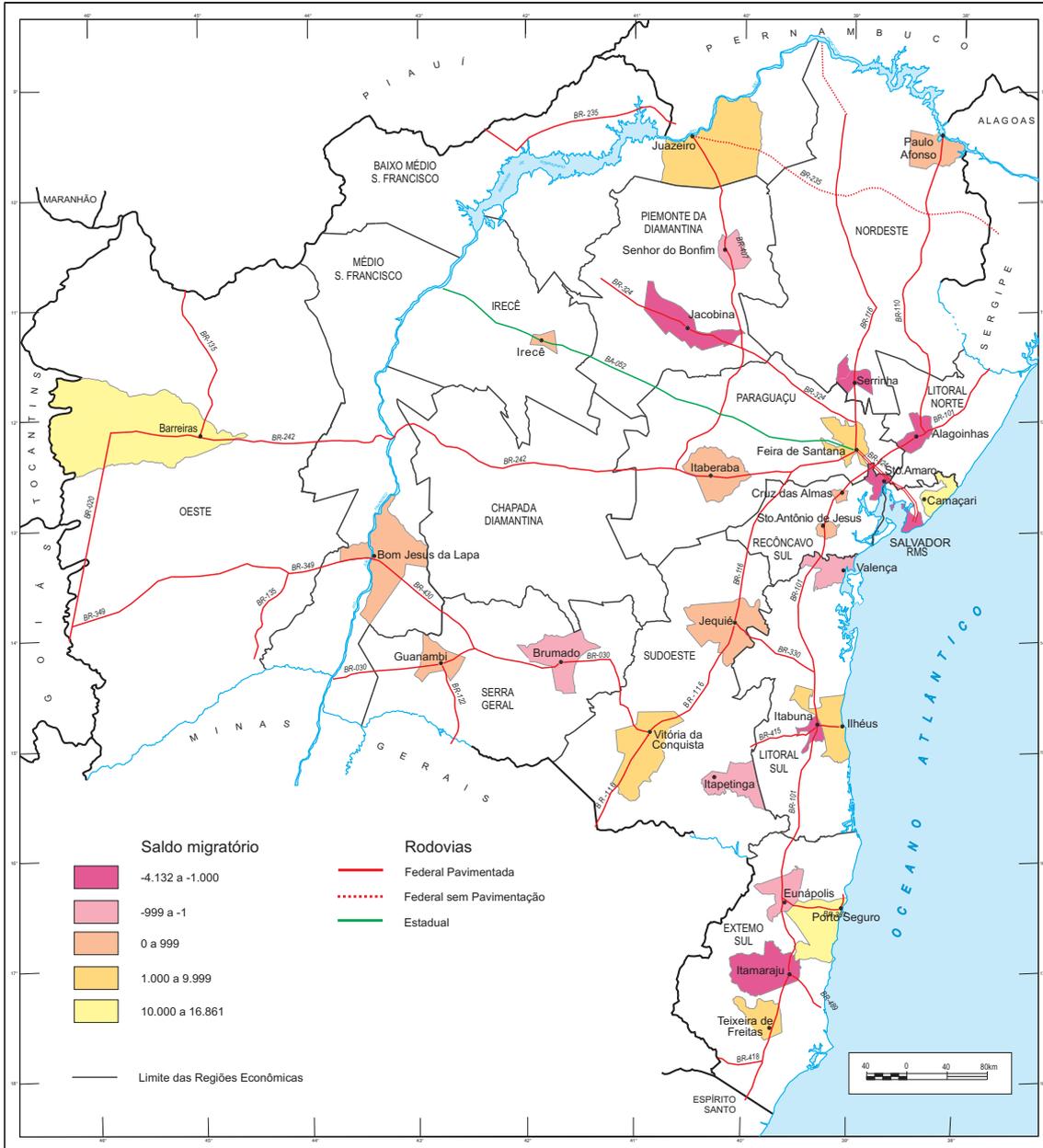
Segundo alguns autores, a idéia de crescimento de determinados setores da economia (indústria, comércio, por exemplo) ocasiona efeitos sobre as regiões em diversas escalas, global, nacional, regional e/ou local, e a migração acaba aparecendo como um vetor de movimento.

Nesse sentido, as análises aqui desenvolvidas devem ser complementadas pela discussão sobre o perfil dos migrantes²¹, estudo onde são apresentadas características sociodemográficas (idade, sexo e escolaridade) dos migrantes da Bahia que realizaram deslocamentos interestaduais e intra-estaduais, entre 1995-2000, bem como pela análise referente à espacialização dos migrantes²², trabalho que identifica a importância da fluidez espacial da população no estado, a partir da assimilação da origem e o destino dos migrantes interestaduais e intra-estaduais na Bahia, no mesmo período.

²¹ Ver Santos, nesta publicação.

²² Ver Pinho, nesta publicação.

Cartograma 2
Municípios da rede urbana “principal” e “secundária” por faixa de saldo migratório intra-estadual



Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborado por COPES / SEI, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a migração não significa analisar, unicamente, os fatores econômicos, uma vez que esta envolve um número muito maior de questões, sobretudo, quando se verifica que a necessidade de migrar se relaciona, na maioria das vezes, à busca por melhores condições de vida e que varia conforme o perfil do indivíduo. De fato, o que influencia a mudança do local de residência de uma pessoa ou grupo não é simplesmente o desejo de migrar e sim um conjunto de elementos (sociais, culturais, econômicos, políticos) que “estimula” ou “impõe” o indivíduo a permanecer ou sair do seu lugar de origem.

De modo geral, os aspectos econômicos não devem ser identificados como os definidores da “expulsão” ou “atração” de contingentes populacionais nos espaços geográficos. A localização destes, por exemplo, pode influir diretamente, na opção do indivíduo ou grupo social em mudar o local de residência. No entanto, neste estudo, a fim de que se pudesse sistematizar as análises, tanto os contextos econômicos quanto a localização dos municípios serviram como aspectos coadjuvantes para compreensão da dinâmica da migração interna no estado. Ou seja, foram utilizados como cenário para facilitar o entendimento dos dados apresentados na composição dos saldos migratórios intra-estaduais da Bahia, no período 1995-2000.

Durante as décadas de 1930, 40 e 50 a população nordestina e também a baiana procurava o Centro-Sul do país; a ida para essas regiões dava-se, em geral, pela busca por melhores condições de vida, pois era no Sudeste que estavam os principais investimentos estatais, onde a indústria e a agricultura eram mais desenvolvidas, a urbanização avançava mais velozmente e, em paralelo a isso, expandia-se e diversificava-se o mercado de trabalho. Nesse período, a economia da região Nordeste do país era influenciada pelo coronelismo, pela estrutura fundiária predominantemente concentrada que, associada às secas, dificultava as condições de sobrevivência dos pequenos agricultores que acabavam buscando alternativas de trabalho. E, na maioria das vezes, essa alternativa estava relacionada à mudança do local de residência, o que ocasionava os grandes movimentos migratórios em que o Nordeste, nesse momento histórico, aparecia como cedente de população.

Durante a década de 30 tem-se que, enquanto o eixo Rio/São Paulo e os estados da Região Sul predominam como principais destinos migratórios, o restante dos estados do leste e a parte meridional do Nordeste eram os cedentes de população. Tal quadro pouco se altera durante os anos quarenta [...]. Durante a década de 50 registram-se as maiores taxas de migração interna da história do país, de acordo com os mesmos movimentos que se desenhavam nas décadas anteriores [...]. Na década de 60 há uma inflexão da tendência observada nos 30 anos anteriores, quando as taxas de emigração passaram a apresentar declínio no Nordeste [...] (GRAHAM; HOLANDA FILHO apud BRAGA, 2006, p. 1).

Os estudos sobre movimentos migratórios na Bahia, inicialmente, estiveram relacionados à aceleração do processo de urbanização. A partir da década de 1960, quando começa a se observar uma tendência de reversão dos fluxos migratórios e acelera-se o processo de urbanização e industrialização no estado, é possível perceber um arrefecimento nas emigrações, bem como o início de um processo de estímulo a imigração de retorno.

Podemos afirmar, com isso, que o estudo da migração baiana está associado a processos globais de mudanças. Desse modo, temos a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970, como uma grande mudança técnica provocando profundas alterações na organização do espaço urbano do município e das áreas próximas. Esse se constituiu um dos momentos fundamentais de transformações na dinâmica econômica da Bahia até então baseado no modelo agro-exportador. Para isso foi determinante a intervenção estatal, decorrente do projeto de desenvolvimento nacional que:

[...] além de visar a expandir a base produtiva anterior, a atuação estatal está direcionada para a elevação da produção de bens de consumo e para a verticalização e articulação de cadeias produtivas. Muito importante também é a iniciativa do governo em desconcentrar a atividade industrial, fortemente centrada na Região Metropolitana de Salvador desde o início da década de 1970, e estimular a geração de empregos no interior, através da implantação de unidades de produção vinculadas a determinados setores industriais (BALANCO; NASCIMENTO, 2006, p. 3).

Esse estímulo à geração de empregos no interior da Bahia fez com que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, os incentivos voltados aos vários setores da economia (turismo, agricultura irrigada, informática, indústria de alimentos, têxtil, calçadista, papel, celulose, madeireiro, petroquímica) proporcionassem um novo dinamismo econômico às diferentes regiões do estado e, conseqüentemente, na dinâmica populacional.

Cabe frisar que a desconcentração da indústria baiana rumo ao interior foi relativamente modesta, segundo Balanco e Nascimento (2006, p. 2),

[...] o governo do estado da Bahia deu início a um processo agressivo de atração de investimentos, visando a promover modificações em sua indústria. Entre os principais objetivos, tendo em vista a duradoura concentração industrial na Região Metropolitana de Salvador (RMS), estava a desconcentração dessa atividade em direção ao interior do estado e a fixação de uma determinada reestruturação da mesma, visando, sobretudo, ao adensamento do parque industrial e à redução relativa da especialização em bens intermediários.

Considerando todos esses aspectos e somando-se ao fato de que, com o processo de urbanização e as inovações resultantes do meio técnico científico informacional, temos os espaços internos da Bahia cada vez mais articulados. Verificamos que a partir de tais processos a configuração da rede de cidades baianas assume importância fundamental, uma vez que a infra-estrutura resultante deste contexto favorecerá o desenvolvimento de ações estratégicas no âmbito das políticas públicas e privadas. Nessa perspectiva, os movimentos migratórios internos no estado podem estar relacionados ao dinamismo e às desigualdades econômicas dos espaços geográficos para onde os migrantes são "atraídos" ou "repelidos".

Poderíamos, assim, concluir que o saldo migratório intra-estadual positivo apresentado pelos municípios de Camaçari, Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Juazeiro (englobam as cidades da rede urbana "principal" da Bahia) e Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Santo Antonio de Jesus, Irecê, Jequié, Guanambi, Itaberaba, Bom Jesus da Lapa, Cruz das Almas (englobam as cidades da rede urbana

“secundária” do estado), provavelmente, relaciona-se às transformações econômicas ocorridas nesses municípios, conforme análise desenvolvida anteriormente.

Tais transformações, possivelmente, se refletiram ainda no saldo migratório intra-estadual negativo apresentado pelos municípios de Salvador, Itabuna, Alagoinhas (englobam as cidades da rede urbana “principal” da Bahia) e Santo Amaro, Itamaraju, Serriinha, Jacobina, Senhor do Bonfim, Valença, Itapetinga, Eunápolis, Brumado (englobam as cidades da rede urbana “secundária”).

Ainda que o dinamismo econômico dos municípios (que integram as redes de cidades “principal” e “secundária”) estudados, tenha ilustrado possíveis respostas a alguns questionamentos quanto ao saldo migratório intra-estadual no período 1995-2000, este não pode ser considerado como o único determinante dos movimentos internos de população na Bahia, no referido período. Vários desses municípios localizam-se em posições estratégicas (próximos a rodovias estruturantes) o que também pode ter influenciado a relação entre a “atração” e/ou “repulsão” de população dado o espaço geográfico onde estes se situam e sua área de influência (Quadro 1).

Quadro 1 Áreas de influência de algumas das “principais” cidades baianas, Bahia, 1995-2000	
Cidades	Área de influência
Ilhéus – Itabuna	De Camamu a Belmonte, pelo litoral. Para oeste: Maracani, Itapetinga, Iguai, Ibicuí, Poções, Encruzilhada e Itambé.
Feira de Santana	Parte do Recôncavo, de Feira de Santana, da encosta da Chapada Diamantina, de Jequié e do Nordeste.
Jequié	Jaguaquara, Itaquara, Santa Inês, Ubaíra, Jequiriça, Mutuípe, Itiruçu, Maracás, Boa Nova, Poções, Ipiaú.
Juazeiro	Barreiras, Sertão do São Francisco, Médio São Francisco e Baixo São Francisco e mais os seguintes municípios: Uauá, Oliveira dos Brejinhos, Santo Inácio, Brotas de Macaúbas, Campo Formoso e Pindobaçu.
Vitória da Conquista	Zonas fisiográficas de Conquista e da Serra Geral e também os municípios: Boa Nova, Poções, Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Ibicuí e Iguai .
Alagoinhas	Ipirá, Serinha, Catu, Pojuca, Mata de São João, Camaçari, em direção norte até Ribeira do Pombal e Tucano.
Senhor do Bonfim	Através da ferrovia: Jaguarari (ao N), Itiuba, Queimadas e Santaluz (a SE) e Campo Formoso, Pindobaçu e Saúde (SW).
Jacobina	Até Irecê e Morro do Chapéu (W). Para L e S faz limites com a região de Feira (Mairi, Macajuba, Itaberaba, Mundo Novo, Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité). Para N encontra a influência de Senhor do Bonfim (Pindoçu, Saúde).
Salvador	Lauro de Freitas, Simões Filho, Dias d’Ávila, Itaparica e Vera Cruz

Fonte: Adaptado por ARAÚJO, Mayara (2006) a partir de SPINOLA, Noelio Dantaslé. *Política de Localização Industrial e Desenvolvimento Regional: A Experiência da Bahia*. Salvador: Universidade Salvador – Unifacs / Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003, p.116.

O fato é que dentre os 28 municípios das redes urbanas da Bahia, 15 apresentaram saldo migratório intra-estadual positivo, 12 mostraram saldo migratório intra-estadual negativo e apenas um exibiu saldo nulo. Note-se que entre os que apresentaram saldo negativo estão

três cidades de grande relevância no contexto baiano, Salvador, Itabuna e Alagoinhas. A indagação então seria: *Por que algumas das cidades mais importantes do estado têm saldo migratório intra-estadual negativo?*

A indicação da resposta pode estar relacionada ao conjunto de elementos descritos no estudo. Essas cidades, apesar de possuírem infra-estrutura urbana básica, concentrar elevados percentuais de investimentos em alguns setores de suas economias e serem consideradas como pólos dinâmicos, aglutinadores de bens e serviços, acabam “atraindo” pessoas que buscam melhores condições de vida (estudar ou na expectativa de inserir-se no mercado de trabalho – por exemplo). Contudo, cabe observar que o crescimento econômico destas cidades não se reflete, necessariamente, em desenvolvimento social. Ou seja, o fato de serem consideradas, também, como pólos estratégicos não implica, obrigatoriamente, na oferta de postos de trabalho e melhores condições de vida de sua população, o que pode resultar na “expulsão” de parte de seus moradores. Nas palavras de Silva (2003), desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, deve ser entendido num sentido mais amplo valorizando a superação dos problemas sociais, a partir de profundas alterações nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma determinada sociedade.

Do ponto de vista econômico espacial, considera-se crescente e diferenciada a estruturação urbano-regional que altera padrões pretéritos, introduzindo novos padrões e contribuindo para uma mais efetiva desconcentração econômica no estado. Nas palavras de Silva (2002),

[...] projetos voltados a descentralização industrial (informática em Ilhéus, indústrias calçadistas, de alimentos e de confecções, em diversos municípios) não conseguem reverter essa situação [posição da RMS como concentrador da dinâmica econômica] em função do fato de que as economias de escala e de aglomeração são muito mais reduzidas (SILVA, 2002 apud SILVA; SILVA, 2003, p. 73).

Essa situação se reflete na desconcentração do emprego, segundo Balanco e Nascimento (2006), os empregos gerados (principalmente no setor calçadista) acabaram por beneficiar parte do interior baiano, ao tempo em que se apresentaram como um dos fatores responsáveis para a desconcentração do emprego industrial da RMS, contribuindo, por isso, para a elevação da renda de várias microrregiões. Entretanto, essa desconcentração não significou o deslocamento geográfico do centro produtor de riqueza no estado, a microrregião de Salvador:

De fato, não obstante a desconcentração do emprego formal, a geração da parte mais representativa do PIB baiano permaneceu circunscrita ao entorno da RMS. Isso revela uma efetiva contradição: a região mais desenvolvida do estado segue produzindo mais da metade de sua riqueza, mas poupando cada vez mais o fator trabalho, enquanto o interior (mais de quatrocentos municípios), ao contrário, cresce em número de empregos, aumenta a renda do fator trabalho, mas sem elevar substancialmente a participação no PIB (BALANCO; NASCIMENTO, 2006, p. 11).

Vale a pena dizer, portanto, que apesar do saldo negativo apresentado por Salvador, alguns municípios da RMS apresentam elevados saldos migratórios positivo²³ Camaçari (por exemplo), o que pode representar a transferência de população da capital baiana para as localidades próximas a ela. Pode-se pensar também que os perfis da maioria dos que se deslocam entre os municípios baianos (pessoas com baixa escolaridade) não encontraria espaço nos modernos setores da economia. Em outros termos, além de as áreas metropolitanas e os maiores núcleos urbanos gerarem, proporcionalmente, menor número de empregos, para ocupá-los também é necessária maior especialização o que não é comum para a maioria dos moradores do estado.

Esses resultados apontam também para a necessidade da realização de estudos que articulem o desenvolvimento econômico e as condições de vida da população, na medida em que seria de se esperar que as principais cidades da Bahia, em termos de crescimento econômico, densidade de equipamentos e de investimentos públicos, apresentassem menores volumes de emigrantes. No entanto, boa parte delas teve saldo negativo o que poderia ser um indicativo de que as atividades decorrentes desse dinamismo econômico também podem ter contribuído para que parcela de seus moradores fossem "expulsos".

Assim sendo, do ponto de vista da articulação territorial, a questão urbana não se resume mais tão somente a Salvador, circunscrita à RMS. Se efetivamente Salvador assume a função de maior centro do estado, outras cidades ao absorverem e responderem às necessidades de moradores de áreas próximas ainda assumem papel importante do ponto de vista da circulação de pessoas, consolidando-se como centros urbanos de relevância no contexto estadual. Contudo, o fato de serem centros não representa necessariamente que "atraiam" novos moradores, mas talvez suas demandas. Em outros termos,

[...] a curto e médio prazos, a Bahia continuará a ter seu crescimento centrado em sua principal região, Região Metropolitana e seu entorno, e em algumas regiões econômicas periféricas dinâmicas, o Extremo Sul, o Oeste e o Baixo Médio São Francisco [...] (SILVA, 2002 apud SILVA; SILVA, 2003, p. 75).

Mesmo considerando as limitações encontradas para elaboração do trabalho, este visa a suprir a escassez de análises demográficas em âmbito municipal, sobretudo na produção de estatísticas acerca dos movimentos migratórios do estado. Procurou-se oferecer uma visão sobre a rede de cidades baianas, os processos por elas experimentados no final do século XX e sua relação com a migração intra-estadual. Afinal, nas últimas décadas, fortes mudanças ocorridas em escala global e local refletiram em alterações na dinâmica populacional levando à emergência de novos padrões de crescimento demográfico e a emergência de novas tendências de distribuição da população no espaço geográfico.

Desse modo, apesar das temáticas redes de cidades e de migração serem complexas, por envolverem vários questionamentos, este estudo buscou sintetizar as características essenciais dos municípios de destaque na rede "principal" e "secundária" de cidades baianas, que são, ao mesmo tempo, fundamentais nas trocas migratórias intra-estaduais.

²³ Ver maiores detalhes no estudo de Dias, nesta publicação.

O artigo se constituiu numa tentativa de esboçar, sumariamente, o que possivelmente estaria afetando os saldos migratórios intra-estaduais apresentados pelos principais municípios da rede urbana da Bahia. Cabe ressaltar que o tema não foi totalmente exaurido, afinal, para o estado, no âmbito da Demografia, esta temática, cujas vertentes são instigantes para aqueles que procuram compreendê-la, ainda é pouco estudada.

Assim, as análises presentes neste trabalho representaram um grande esforço, dada à complexidade das informações demográficas que contemplam a escala geográfica municipal. E essas devem contribuir para a atividade de planejamento governamental ou não-governamental e para a implementação de programas voltados ao desenvolvimento local/regional sustentável, nos distintos níveis, que a cada dia ganham maior relevância.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. *A ferrovia e a configuração urbana da cidade de Alagoinhas-Bahia*. 2005, 113f. Monografia (Graduação em Bacharel em Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil: Municípios Metropolitanos e não-Metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 2000, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 535-591.
- BAHIA. Governador, 2002-2006 (Paulo Souto). *O futuro a gente faz: plano estratégico da Bahia*. Salvador: SEPLAN, 2003. 144p.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. *Guia cultural da Bahia: Nordeste*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, v. 4, p. 219 e 315. 1997.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. *Guia Cultural da Bahia: Piemonte da Diamantina*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, v. 12, p. 75 e 181. 2001a.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. *Guia Cultural da Bahia: Serra Geral*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, v. 14, p. 27 e 103. 2001b.
- BALANCO, Paulo Antonio de Freitas; Nascimento, Marcelo Xavier do. Comportamento Espacial e Estrutural da Indústria Baiana no período 1994-2003. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 2, 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: SEI, 2006, p. 1-19. Disponível em: <http://www.mesteco.ufba.br/scripts/encontro2006/pdf/at_ecobai/01.pdf>. Acesso em: 11 out. 2006.
- BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). *Caminhos de geografia*. Uberlândia, out. 2005. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 10 jul. 2006.
- BRAGA, Fernando Gomes. Migração interna e urbanização no Brasil contemporâneo: um estudo da rede de localidades centrais do Brasil (1980/2000). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 15., 2006, Caxambu. *Anais...*Caxambu: ABEP, 2006, p. 1-20. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2006.
- BRAGA, Fernando; MATOS, Ralfo. Migração e rede urbana: procedências e inserção ocupacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 13., 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, 2002, v. 1, p. 1-35. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso: 12 jul. 2006.
- O CASO da azaléia Nordeste: uma experiência de benefícios sociais gerados em projetos privados*. Maio 2001. 21p. Disponível em: <http://www.bndes-exim.com/conhecimento/relato/rs4_2001.pdf>. Acesso em: 12 set. 2006.
- CASTILHO, Ricardo. Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos. Investigaciones Geográficas. *Boletín del Instituto de Geografía*, UNAM, n. 55, p. 79-96, 2004.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização, novas regiões de produção agrícola e desigualdades sociais. *Caderno CRH*, Salvador, n. 24/25, p. 109-121, jan./dez. 1996.
- CODEVASF Hoje. Encarte especial, out. 2005, p.1-2. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/CodevasfHoje/2005/encarte.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-317.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográfica: cinco pontos para discussão. In: SILVA, Bárbara Christine Nentwig; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello; VASCONCELOS, Pedro de Almeida (Org.). *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: EDUFBA, 1999. p. 65-70.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., 2000, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000. p.117-167.

DIAS, Noilton Jorge. Os impactos da moderna indústria no Extremo Sul da Bahia: expectativas e frustrações. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v.10, n. 4, p. 320-325, mar. 2001.

FUNDAÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS. (Santa Catarina). *Planejamento básico de um arranjo produtivo local voltado para indústria eletroeletrônica e desenvolvimento da indústria microeletrônica*. Relatório Parcial nº 1. Florianópolis: CERTI, jul. 2005, p. 5-132. Disponível em: <http://www.soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=158>. Acesso em: 03 set. 2006.

GOLGHER, André Braz. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004, 49 p.

LEÃO, Sonia de Oliveira. Parte I: Padrões Espaciais de Desenvolvimento Urbano (1500-1930). In: SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello (Org.). *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 21-103.

MENEZES, Vladson. Evolução e alternativas de inserção Industrial: uma proposta para a Bahia. In: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. *Cinco reflexões de economistas baianos*. Salvador: CORECON, 2001, p. 111-141.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. (BA). *Região do sisal*. Feira de Santana. Disponível em: <<http://www.moc.org.br>>. Acesso em: 04 set. 2006.

NUNES, Brasilmar Ferreira. *Urbanização e migrações: reflexões gerais para auxiliar na interpretação do fenômeno no Brasil*. [S.l.: s.n.], [199-?], p.1-8. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/brasilmar/urbanizacao.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2006.

PORTO, Edgar. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003. 111p. (Série estudos e pesquisas, 61).

ROCHA, Georges Souto. Problemas políticos, sócio-econômicos e ambientais de grandes projetos energético-intensivos: o caso da indústria de celulose e papel no Extremo Sul da Bahia. ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba. *Anais...* Indaiatuba, 2002, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>>. Acesso em: 30 ago. 2006.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SEVERO, Claudia. *Valença: Guaibim e Ponta do Curral*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/mochilabrasil/valenca.shtml>>. Acesso em: 09 out. 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwing. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA, 2003.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. *Migração e subemprego em Salvador*. Salvador: CPE, 1978.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. 2003, 342 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano)-Universidade Salvador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II, Salvador, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997. 158 p. (Série estudos e pesquisas, 35).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos*. Salvador: SEI, 2006. 121 p. (Série estudos e pesquisas, 76).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Coordenação de Análise Conjuntural (CAC). *Investimentos industriais realizados no estado da Bahia, por município, complexo, setor de atividade e situação, 1995 – 2000*. Tabela elaborada com base nas informações da Secretária da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e Jornais Diversos. Dados preliminares sujeito a alterações. Coletados até 25 de Ago. 2006

VIEIRA, Edmundo; CAVALCANTE, Ricardo; MACEDO, Walter. *Economia baiana: desempenho e perspectivas*. Salvador: DESENBAHIA, jul. 2000, p. 2-30. Artigo Técnico 01/00 Disponível em: <<http://www.desenbahia.ba.gov.br>>. Acesso em: 22 ago.2006.

ANEXO



Migrantes interestaduais, intra-estaduais e total com 5 anos e mais, segundo as Regiões Econômicas e os municípios de residência em 2000, Bahia, 1995-2000													
RE's	Municípios	Interestaduais				Intra-estaduais				Total			
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Saldo migratório
12-CD	Abaira	263	285	-21	128	434	-306	719	392	719	-327	-327	
6-NOR	Abaré	466	545	-79	323	572	-249	1.117	789	1.117	-328	-328	
2-LN	Acajutiba	279	234	45	493	883	-390	1.117	772	1.117	-345	-345	
6-NOR	Adustina	317	290	27	591	230	361	520	908	520	388	388	
6-NOR	Água Fria	122	404	-281	646	587	59	990	768	990	-222	-222	
4-LS	Alaquara	71	234	-163	492	372	120	606	563	606	-42	-42	
2-LN	Alagoinhas	1.502	3.505	-2.002	6.241	7.326	-1.085	10.830	7.743	10.830	-3.087	-3.087	
5-ES	Alcobaça	632	739	-106	1.799	885	914	807	2.431	1.624	807	807	
2-LS	Almadina	215	587	-372	869	752	116	1.339	1.083	1.339	-256	-256	
3-RS	Amargosa	554	508	46	2.159	2.352	-193	2.860	2.713	2.860	-147	-147	
7-PAR	Amélia Rodrigues	145	381	-236	1.079	1.527	-448	1.908	1.225	1.908	-683	-683	
11-IRE	América Dourada	343	520	-177	453	1.236	-782	-959	797	1.756	-959	-959	
8-SUD	Anagé	256	668	-413	381	1.710	-1.329	-1.742	637	2.379	-1.742	-1.742	
12-CD	Andaraí	69	588	-519	808	1.409	-601	-1.120	877	1.996	-1.120	-1.120	
10-PD	Andorinha	254	162	92	665	296	368	461	919	458	461	461	
15-OES	Angical	195	817	-622	360	1.516	-1.156	-1.777	555	2.333	-1.777	-1.777	
7-PAR	Anguera	27	159	-132	392	841	-449	-582	419	1.001	-582	-582	
6-NOR	Antas	665	447	218	742	958	-216	2	1.407	1.405	2	2	
7-PAR	Antônio Cardoso	48	144	-97	208	645	-437	-534	255	790	-534	-534	
10-PD	Antonio Gonçalves	289	407	-118	532	555	-24	-142	820	963	-142	-142	
2-LN	Aporá	469	516	-46	752	311	441	395	1.222	827	395	395	
4-LS	Apuarema	63	352	-289	516	589	-72	-361	579	941	-361	-361	
2-LN	Araças	47	116	-69	726	569	157	88	774	686	88	88	
13-SG	Aracatu	261	529	-267	271	372	-101	-368	532	900	-368	-368	
6-NOR	Araci	334	1.174	-840	1.097	1.361	-264	-1.104	1.431	2.535	-1.104	-1.104	

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
2-LN	Aramari	24	66	-42	471	425	46	495	491	4
4-LS	Arataca	117	454	-337	1.305	1.815	-509	1.422	2.268	-846
3-RS	Aratuípe	16	61	-45	355	463	-108	370	523	-153
4-LS	Aurelino Leal	131	527	-396	1.718	1.374	344	1.849	1.901	-52
15-OES	Baianópolis	136	495	-360	260	336	-75	396	831	-435
7-PAR	Baixa Grande	86	832	-746	615	1.225	-609	702	2.056	-1.355
6-NOR	Banzaê	276	288	-12	371	1.161	-790	647	1.449	-802
14-MSF	Barra	327	1.978	-1.650	769	1.672	-903	1.097	3.650	-2.553
12-CD	Barra da Estiva	155	865	-710	986	586	400	1.141	1.452	-310
8-SUD	Barra do Choça	555	503	52	1.466	942	524	2.021	1.445	575
11-IRE	Barra do Mendes	255	588	-333	561	327	234	816	915	-99
4-LS	Barra do Rocha	186	453	-266	737	911	-174	923	1.364	-441
15-OES	Barreiras	8.248	7.903	346	16.286	4.568	11.717	24.534	12.471	12.063
11-IRE	Barro Alto	318	219	99	541	738	-198	859	958	-99
4-LS	Barro Preto	46	378	-332	924	471	453	970	850	120
5-ESI	Belmonte	198	751	-554	984	2.463	-1.479	1.182	3.214	-2.033
8-SUD	Belo Campo	381	711	-330	816	306	509	1.196	1.018	179
6-NOR	Birtinga	170	405	-235	450	357	93	620	762	-141
8-SUD	Boa Nova	145	1.001	-856	919	1.402	-483	1.063	2.403	-1.339
7-PAR	Boa Vista do Tupim	174	692	-518	1.328	987	340	1.502	1.679	-177
14-MSF	Bom Jesus da Lapa	1.435	5.858	-4.423	2.806	2.458	348	4.241	8.316	-4.075
8-SUD	Bom Jesus da Serra	216	360	-144	189	461	-272	405	821	-416
12-CD	Boninal	248	350	-103	357	232	125	605	582	23
12-CD	Bonito	257	240	17	1.198	480	718	1.455	720	735
12-CD	Boquira	446	581	-135	211	911	-700	657	1.492	-835

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
12-CD	Botuporá	113	370	-257	192	164	28	305	534	-229
3-RS	Brejões	112	268	-156	844	715	129	956	983	-27
14-MSF	Brejilândia	91	717	-626	258	449	-190	350	1.166	-816
12-CD	Brotas de Macaúbas	273	431	-158	174	305	-131	447	736	-288
13-SG	Brumado	1.041	3.439	-2.399	1.577	1.873	-296	2.617	5.312	-2.695
4-LS	Buerarema	138	1.117	-979	988	2.218	-1.230	1.126	3.336	-2.210
14-MSF	Buritirama	728	433	294	106	130	-24	834	564	271
8-SUD	Caatiba	172	177	-6	504	709	-205	676	886	-210
3-RS	Cabaceiras do Paraguaçu	117	166	-49	551	382	170	668	548	121
3-RS	Cachoeira	398	593	-194	1.340	2.148	-808	1.738	2.741	-1.003
13-SG	Caculé	457	1.121	-664	829	463	366	1.286	1.584	-298
10-PD	Caém	84	158	-74	247	417	-170	330	574	-244
8-SUD	Caetanos	23	286	-263	197	180	17	220	467	-246
11-IRE	Cafarnaum	569	606	-37	685	1.031	-346	1.254	1.638	-384
4-LS	Cairu	38	99	-61	732	697	35	770	797	-26
13-SG	Caetitê	731	1.789	-1.059	1.353	1.122	230	2.084	2.912	-828
10-PD	Caldeirão Grande	94	332	-237	383	252	130	477	584	-107
4-LS	Camacan	607	2.610	-2.004	2.282	4.913	-2.631	2.889	7.524	-4.635
1-RMS	Camaçari	3.882	2.324	1.558	18.691	6.246	12.445	22.573	8.570	14.003
4-LS	Camamu	168	1.198	-1.030	2.131	2.817	-686	2.299	4.015	-1.715
9-BMSF	Campo Alegre de Lourdes	656	1.247	-591	355	168	187	1.011	1.415	-404
10-PD	Campo Formoso	681	2.516	-1.835	1.398	3.748	-2.350	2.079	6.264	-4.185
15-OES	Canápolis	154	662	-508	151	181	-30	305	843	-538
11-IRE	Canarana	491	813	-322	1.049	1.305	-257	1.539	2.118	-579
4-LS	Canavieiras	907	1.984	-1.077	2.456	2.769	-313	3.363	4.753	-1.390

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
7-PAR	Candeal	0	130	-130	291	624	-332	291	753	-462
1-RMS	Candeias	626	869	-243	3.145	3.002	143	3.771	3.871	-99
13-SG	Candiba	107	978	-871	265	448	-183	372	1.426	-1.054
8-SUD	Cândido Sales	685	1.158	-473	701	547	154	1.386	1.705	-319
6-NOR	Cansanção	462	994	-532	966	660	307	1.428	1.654	-226
6-NOR	Canudos	217	356	-139	611	523	88	828	879	-52
7-PAR	Capela do Alto Alegre	279	527	-248	451	597	-146	730	1.124	-394
10-PD	Capim Grosso	896	1.304	-409	1.889	1.332	558	2.785	2.636	149
8-SUD	Caraíba	139	145	-7	431	434	-3	570	579	-9
5-ES	Caravelas	893	990	-97	1.068	1.455	-388	1.961	2.446	-485
2-LN	Cardeal da Silva	106	75	30	565	413	152	671	489	182
14-MSF	Caririnha	250	2.075	-1.825	393	671	-279	643	2.747	-2.104
9-BMSF	Casa Nova	2.169	2.470	-301	872	815	57	3.041	3.285	-244
3-RS	Castro Alves	308	984	-676	808	2.492	-1.684	1.116	3.476	-2.360
15-OES	Catolândia	46	171	-126	145	266	-121	191	437	-247
2-LN	Catu	430	807	-378	1.470	2.360	-890	1.900	3.167	-1.268
12-CD	Caturama	93	654	-561	185	264	-79	278	918	-640
11-Irecê	Central	199	610	-412	687	1.327	-641	885	1.937	-1.052
6-NOR	Chorrochó	72	250	-178	164	786	-622	236	1.036	-800
6-NOR	Cícero Dantas	814	1.322	-508	1.060	1.214	-155	1.874	2.536	-662
6-NOR	Cipó	169	814	-645	779	439	341	948	1.253	-305
4-LS	Coaraci	308	1.854	-1.546	1.406	2.239	-833	1.714	4.093	-2.379
15-OES	Cocos	574	1.504	-930	196	305	-110	770	1.810	-1.040
7-PAR	Conceição da Feira	93	145	-51	759	575	184	852	719	133
3-RS	Conceição do Almeida	102	130	-28	1.027	1.128	-101	1.128	1.258	-129

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
6-NOR	Conceição do Coité	550	936	-386	2.765	2.519	246	3.315	3.455	-140
7-PAR	Conceição do Jacuipe	148	126	22	1.735	1.191	544	1.884	1.318	566
2-LN	Conde	546	337	210	870	730	140	1.416	1.066	350
13-SG	Condeúba	351	975	-624	237	405	-168	587	1.380	-792
13-SG	Contendas do Sincorá	96	172	-76	220	299	-78	316	471	-155
7-PAR	Coração de Maria	67	65	1	731	1.488	-758	797	1.554	-756
13-SG	Cordeiros	268	193	76	177	587	-411	445	780	-335
15-OES	Coribe	155	1.085	-929	301	296	4	456	1.381	-925
6-NOR	Coronel João Sá	403	798	-395	175	131	44	578	929	-351
15-OES	Correntina	1.199	3.299	-2.100	887	580	307	2.086	3.879	-1.792
15-OES	Cotegipe	197	659	-462	880	551	329	1.076	1.209	-133
8-SUD	Cravolândia	18	140	-122	341	341	0	358	481	-122
6-NOR	Crisópolis	398	756	-358	688	439	249	1.086	1.195	-109
15-OES	Cristópolis	143	601	-458	310	370	-60	453	971	-518
3-RS	Cruz das Almas	664	1.457	-793	3.155	2.911	245	3.819	4.368	-549
9-BMSF	Curaçá	839	1.352	-513	567	916	-349	1.406	2.268	-862
4-LS	Dário Meira	96	572	-477	793	1.130	-338	888	1.703	-814
1-RMS	Dias d'Ávila	946	752	194	7.189	1.924	5.266	8.136	2.676	5.460
13-SG	Dom Basílio	87	165	-77	171	220	-49	258	384	-126
3-RS	Dom Macedo	0	0	0	259	247	12	259	247	12
3-RS	Elísio Medrado	101	43	58	481	582	-101	582	625	-43
8-SUD	Encruzilhada	779	667	113	921	602	320	1.701	1.269	432
2-LN	Entre Rios	458	940	-482	2.776	2.457	319	3.234	3.397	-163
12-CD	Érico Cardoso	79	48	31	38	64	-26	117	112	5
2-LN	Esplanada	640	924	-283	1.973	1.677	296	2.613	2.601	12

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
6-NOR	Euclides da Cunha	1.365	2.186	-821	1.932	1.538	393	3.297	3.725	-428
5-ES	Eunápolis	3.779	4.294	-515	5.991	6.336	-345	9.770	10.630	-860
6-NOR	Fátima	337	557	-220	469	326	143	806	883	-77
14-MSF	Feira da Mata	100	235	-135	55	151	-96	155	386	-231
7-PAR	Feira de Santana	6.861	13.731	-6.870	25.945	18.884	7.060	32.806	32.615	191
10-PD	Filadélfia	344	526	-182	937	757	180	1.281	1.283	-2
8-SUD	Firmino Alves	198	205	-7	535	324	211	733	529	204
4-LS	Floresta Azul	209	938	-729	639	1.127	-489	848	2.066	-1.218
15-OES	Formosa do Rio Preto	635	971	-336	370	434	-63	1.005	1.404	-400
4-LS	Gandu	238	1.833	-1.594	2.493	4.313	-1.820	2.731	6.145	-3.414
7-PAR	Gavião	48	239	-191	240	279	-38	288	518	-230
11-IRE	Gentio do Ouro	131	352	-221	256	453	-197	387	805	-418
6-NOR	Glória	284	203	81	144	242	-97	428	445	-16
4-LS	Gongogi	130	765	-635	1.079	583	496	1.209	1.348	-139
3-RS	Governador Mangabeira	197	430	-233	834	802	31	1.031	1.232	-202
13-SG	Guajeru	76	392	-316	133	323	-190	209	715	-506
13-SG	Guanambi	1.022	4.926	-3.904	2.819	2.291	528	3.840	7.217	-3.376
5-ES	Guaratinga	277	1.347	-1.070	898	2.217	-1.319	1.174	3.564	-2.390
6-NOR	Heliópolis	197	366	-169	350	264	86	547	629	-83
7-PAR	Iaçu	327	1.391	-1.064	1.265	1.859	-595	1.592	3.251	-1.659
13-SG	Ibiassucê	81	216	-135	163	139	24	244	356	-111
4-LS	Ibicaraí	337	2.000	-1.664	1.593	2.497	-904	1.930	4.498	-2.568
12-CD	Ibicoara	176	270	-94	1.764	126	1.638	1.940	396	1.544
8-SUD	Ibicui	328	1.158	-830	1.253	1.267	-14	1.582	2.425	-844
11-IRE	Ibipeba	378	456	-78	825	831	-6	1.203	1.287	-85

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
12-CD	Ibipitanga	89	738	-649	401	124	277	490	862	-372
7-PAR	Ibiquera	17	250	-233	181	486	-305	197	736	-538
4-LS	Ibirapitanga	153	870	-717	2.042	2.063	-21	2.195	2.933	-738
5-ES	Ibirapuã	141	533	-392	153	435	-282	294	968	-674
4-LS	Ibirataia	293	1.722	-1.429	1.340	1.992	-652	1.633	3.715	-2.081
12-CD	Ibitiara	73	951	-878	343	252	91	416	1.203	-787
11-IRE	Ibititá	303	477	-174	751	1.172	-421	1.054	1.649	-595
14-MSF	Ibotirama	464	1.198	-734	1.657	1.576	81	2.121	2.774	-653
7-PAR	Ichu	58	21	37	450	298	152	508	319	189
13-SG	Igaporã	126	631	-505	518	869	-352	644	1.500	-857
4-LS	Igrapiúna	72	160	-88	1.058	1.075	-17	1.130	1.235	-104
8-SUD	Iguai	601	804	-203	980	1.227	-247	1.581	2.032	-450
4-LS	Ilhéus	4.472	13.415	-8.943	13.431	9.040	4.392	17.904	22.455	-4.551
2-LN	Inhambupe	352	696	-343	974	1.037	-62	1.327	1.732	-406
7-PAR	Ipecaetá	61	172	-111	289	658	-369	351	830	-480
4-LS	Ipiáú	915	2.783	-1.868	2.873	3.598	-725	3.788	6.381	-2.593
7-PAR	Ipirá	433	3.120	-2.688	1.652	3.107	-1.454	2.085	6.227	-4.142
12-CD	Ipupiara	448	160	288	229	120	109	677	280	397
8-SUD	Irajuba	105	66	39	334	501	-167	439	567	-128
12-CD	Iramaia	126	533	-407	342	1.438	-1.096	468	1.971	-1.503
12-CD	Iraquara	367	333	34	643	411	232	1.010	744	266
7-PAR	Irará	245	214	30	847	2.198	-1.350	1.092	2.412	-1.320
11-IRE	Irecê	1.823	8.044	-6.222	6.356	5.542	814	8.179	13.586	-5.407
5-ES	Itabela	660	1.147	-486	2.242	2.572	-330	2.903	3.719	-816
7-PAR	Itaberaba	876	3.614	-2.738	3.919	3.509	410	4.794	7.123	-2.328

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
4-LS	Itabuna	4.420	15.295	-10.875	11.828	13.059	-1.231	16.248	28.354	-12.106
4-LS	Itacaré	305	647	-342	2.000	1.917	83	2.305	2.565	-259
7-PAR	Itaeté	78	728	-650	417	1.372	-955	495	2.100	-1.605
4-LS	Itagi	254	994	-739	608	1.624	-1.015	863	2.617	-1.755
4-LS	Itagibá	200	813	-613	1.495	1.486	9	1.695	2.298	-604
5-ES	Itagimirim	511	304	207	528	1.017	-489	1.039	1.321	-282
11-IRE	Itaguaçu da Bahia	178	111	67	809	391	418	987	502	484
4-LS	Itaju do Colônia	163	319	-156	891	1.002	-111	1.054	1.321	-267
4-LS	Itajuípe	85	1.506	-1.421	1.475	2.274	-799	1.560	3.780	-2.220
5-ES	Itamaraju	2.563	5.965	-3.402	3.249	5.642	-2.393	5.812	11.607	-5.795
4-LS	Itamarí	48	288	-240	1.117	918	198	1.165	1.206	-42
8-SUD	Itambé	309	1.885	-1.575	1.172	2.544	-1.372	1.481	4.428	-2.948
2-LN	Itanagra	48	11	37	494	407	87	542	419	123
5-ES	Itanhém	826	1.661	-835	591	1.159	-568	1.416	2.820	-1.404
1-RMS	Itaparica	132	245	-113	1.756	1.598	158	1.888	1.843	45
4-LS	Itapé	35	553	-518	604	1.123	-519	639	1.676	-1.037
5-ES	Itapebi	215	452	-237	1.255	1.461	-206	1.470	1.913	-443
8-SUD	Itapetinga	2.421	2.743	-322	3.590	4.011	-421	6.011	6.754	-743
6-NOR	Itapicuru	676	1.133	-457	421	584	-163	1.097	1.717	-620
4-LS	Itapitanga	22	518	-496	273	912	-638	295	1.429	-1.135
8-SUD	Itaquara	6	113	-107	279	646	-367	286	759	-474
8-SUD	Itarantim	207	883	-675	609	890	-281	816	1.773	-957
3-RS	Itatim	189	119	70	701	767	-66	890	886	4
8-SUD	Itiruçu	129	235	-105	603	734	-131	733	969	-236
10-PD	Itiúba	438	1.079	-641	922	1.535	-613	1.360	2.614	-1.254

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
8-SUD	Itororó	698	1.420	-723	1.374	1.474	-99	2.072	2.894	-822
13-SG	Ituaçu	318	528	-210	328	719	-391	647	1.247	-601
4-LS	Ituberá	150	1.108	-958	2.549	2.034	515	2.700	3.142	-443
14-MSF	Iuiú	61	765	-705	183	546	-363	243	1.311	-1.068
15-OES	Jaborandi	153	732	-578	146	355	-209	299	1.087	-788
13-SG	Jacaraci	257	1.010	-753	245	434	-189	502	1.444	-942
10-PD	Jacobina	1.701	5.628	-3.928	4.078	5.818	-1.740	5.779	11.446	-5.667
8-SUD	Jaguaquara	975	1.912	-937	3.208	2.572	636	4.183	4.484	-301
10-PD	Jaguarari	790	1.135	-346	1.086	997	89	1.875	2.132	-257
3-RS	Jaguaripe	22	135	-112	901	647	254	924	782	142
2-LN	Jandaíra	283	235	49	327	327	0	610	561	49
8-SUD	Jequié	2.742	7.428	-4.686	7.267	6.602	665	10.009	14.030	-4.021
6-NOR	Jeremoabo	1.174	1.412	-238	1.399	1.398	1	2.573	2.810	-237
3-RS	Jiquiriça	57	18	39	831	308	524	888	325	563
4-LS	Jitaúna	299	804	-505	895	1.201	-306	1.194	2.006	-812
11-IRE	João Dourado	502	631	-129	1.366	1.517	-150	1.868	2.148	-280
9-BMSF	Juazeiro	10.861	8.094	2.767	8.674	5.585	3.089	19.535	13.679	5.856
5-ES	Jucuruçu	181	567	-386	501	762	-261	682	1.329	-647
12-CD	Jussaipe	78	279	-201	129	522	-393	207	801	-594
11-IRE	Jussara	160	638	-477	563	1.094	-532	723	1.732	-1.009
4-LS	Jussari	82	323	-240	825	1.128	-303	908	1.451	-543
8-SUD	Lafaita Coutinho	6	52	-46	115	366	-251	121	418	-298
13-SG	Lagoa Real	48	168	-120	224	276	-51	272	443	-171
3-RS	Laje	64	264	-200	1.083	1.241	-158	1.147	1.505	-358
5-ES	Lajedão	165	460	-295	176	367	-192	341	827	-486

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
7-PAR	Lajedinho	21	115	-94	213	610	-398	233	725	-492
8-SUD	Lajedo do Tabocal	37	79	-42	598	176	422	635	255	380
6-NOR	Lamarão	42	57	-15	259	398	-139	301	456	-155
11-IRE	Lapão	1.038	431	607	1.142	1.149	-6	2.180	1.579	601
1-RMS	Lauro de Freitas	2.947	639	2.308	21.090	3.246	17.844	24.037	3.885	20.152
12-CD	Lençóis	176	325	-150	687	904	-217	863	1.229	-367
13-SG	Licínio de Almeida	150	560	-410	315	532	-217	465	1.092	-627
13-SG	Livramento do Brumando	851	905	-54	1.159	316	843	2.010	1.221	789
7-PAR	Macajuba	204	220	-16	331	420	-89	535	640	-105
8-SUD	Macarani	436	715	-278	611	1.117	-506	1.048	1.832	-784
12-CD	Macaúbas	620	1.185	-565	663	853	-190	1.283	2.038	-755
6-NOR	Macururé	102	212	-109	353	369	-16	455	580	-125
1-RMS	Madre de Deus	195	103	92	1.083	435	648	1.278	538	741
13-SG	Maetinga	757	345	412	285	109	176	1.042	453	589
8-SUD	Maiquinique	187	311	-124	286	512	-227	473	823	-351
7-PAR	Mairi	232	918	-686	609	1.531	-922	842	2.449	-1.608
14-MSF	Malhada	215	827	-611	528	430	98	744	1.257	-513
13-SG	Malhada de Pedras	66	154	-88	176	195	-19	242	349	-107
8-SUD	Manoel Vitorino	84	697	-613	461	1.100	-639	545	1.797	-1.252
15-OES	Mansidão	210	534	-325	171	142	29	380	676	-296
8-SUD	Maracás	259	798	-539	1.144	1.250	-106	1.404	2.048	-645
3-RS	Maragogipe	54	293	-238	865	3.171	-2.307	919	3.464	-2.545
4-LS	Marauá	113	490	-377	1.032	2.593	-1.561	1.145	3.084	-1.939
7-PAR	Marcionílio Souza	30	238	-208	613	931	-318	643	1.169	-526
4-LS	Mascote	299	411	-112	1.058	1.605	-547	1.357	2.017	-659

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
2-LN	Matia de São João	172	365	-193	2.365	2.823	-458	2.537	3.188	-651
14-MSF	Matina	3	354	-351	140	322	-183	142	676	-534
5-ES	Medeiros Neto	622	1.684	-1.062	702	1.608	-907	1.324	3.292	-1.968
10-PD	Miguel Calmon	336	973	-637	953	1.405	-452	1.289	2.378	-1.089
3-RS	Milagres	109	393	-284	602	1.292	-690	711	1.685	-974
10-PD	Mirangaba	72	281	-209	280	744	-464	352	1.025	-673
8-SUD	Mirante	59	185	-126	238	281	-42	298	465	-168
6-NOR	Monte Santo	563	1.889	-1.326	380	917	-537	943	2.807	-1.863
14-MSF	Morpará	513	230	283	274	346	-72	787	576	211
10-PD	Morro do Chapéu	439	1.567	-1.128	1.963	2.612	-649	2.402	4.179	-1.777
13-SG	Mortugaba	658	912	-253	229	173	56	887	1.084	-197
12-CD	Mucugê	3	180	-176	761	381	379	764	561	203
5-ES	Mucuri	3.579	2.403	1.176	1.437	752	685	5.016	3.155	1.861
11-IRE	Mulungu do Morro	145	276	-131	336	630	-294	481	906	-424
7-PAR	Mundo Novo	292	1.060	-767	777	1.602	-825	1.069	2.662	-1.592
3-RS	Muniz Ferreira	36	20	17	399	393	6	435	413	23
14-MSF	Muquém de São Francisco	127	99	29	436	726	-290	563	824	-261
3-RS	Muritiba	229	218	11	1.417	1.330	87	1.646	1.548	98
3-RS	Mutiipe	211	498	-287	838	1.872	-1.033	1.049	2.369	-1.320
3-RS	Nazaré	137	316	-179	1.344	1.021	324	1.481	1.337	145
4-LSI	Nilo Peçanha	2	115	-114	766	818	-52	768	933	-165
6-NOR	Nordestina	313	197	116	357	220	137	670	417	253
8-SUD	Nova Canaã	185	605	-420	580	724	-144	765	1.329	-564
7-PAR	Nova Fátima	123	510	-387	641	502	139	763	1.012	-249
4-LS	Nova Ibiá	100	228	-128	387	507	-120	488	735	-248

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
3-RS	Nova Itarana	28	146	-118	261	509	-247	289	654	-365
12-CD	Nova Redenção	68	485	-417	366	478	-112	434	963	-529
6-NOR	Nova Soure	578	951	-373	759	1.259	-500	1.337	2.210	-872
5-ES	Nova Viçosa	2.377	1.844	533	1.443	1.402	40	3.819	3.246	573
12-CD	Novo Horizonte	123	224	-100	132	187	-55	255	411	-155
6-NOR	Novo Triunfo	388	383	5	239	210	29	627	593	34
6-NOR	Olindina	583	750	-168	821	768	52	1.404	1.519	-115
12-CD	Oliveira dos Brejinhos	542	673	-130	643	834	-191	1.186	1.507	-322
2-LN	Ouriçangas	0	40	-40	244	197	47	244	237	7
10-PD	Ourolândia	195	186	10	1.281	713	568	1.476	899	577
13-SG	Palmas de Monte Alto	160	1.076	-915	354	782	-428	515	1.858	-1.343
12-CD	Palmeiras	147	643	-496	286	482	-196	433	1.124	-692
12-CD	Paramirim	309	928	-619	455	404	51	764	1.332	-568
14-MSF	Paratinga	374	1.451	-1.077	562	987	-425	936	2.438	-1.502
6-NOR	Paripiranga	832	1.924	-1.092	279	684	-405	1.112	2.608	-1.497
4-LS	Pau Brasil	87	1.327	-1.240	717	2.220	-1.503	804	3.547	-2.743
6-NOR	Paulo Afonso	7.114	9.597	-2.483	2.299	2.299	0	9.413	11.896	-2.483
7-PAR	Pé de Serra	197	442	-246	496	463	33	693	906	-213
2-LN	Pedraão	14	89	-75	122	684	-562	136	774	-638
6-NOR	Pedro Alexandre	329	480	-151	139	328	-189	468	808	-340
12-CD	Piatã	341	1.043	-702	452	314	138	793	1.357	-564
9-BMSF	Piãão Arcado	350	1.934	-1.584	470	671	-201	820	2.605	-1.785
13-SG	Pindaí	149	932	-783	198	361	-163	347	1.294	-946
10-PD	Pindobaçu	1.012	703	308	1.838	994	843	2.850	1.698	1.152
7-PAR	Pintadas	120	761	-642	288	218	70	408	979	-571

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
4-LS	Pirai do Norte	4	144	-140	480	593	-113	485	737	-253
13-SG	Piripá	790	407	383	908	205	702	1.698	612	1.086
7-PAR	Piritiba	244	555	-311	1.112	1.066	46	1.356	1.621	-265
8-SUD	Planaltino	30	232	-202	298	597	-299	328	829	-501
8-SUD	Planalto	514	526	-12	923	798	125	1.438	1.324	113
8-SUD	Poções	2.291	2.539	-247	3.018	1.594	1.424	5.309	4.133	1.177
2-LN	Pojuca	313	464	-151	1.585	2.044	-458	1.899	2.507	-609
10-PD	Ponto Novo	563	360	203	1.452	367	1.084	2.015	727	1.288
5-ES	Porto Seguro	5.923	5.018	906	20.966	4.086	16.881	26.890	9.103	17.787
8-SUD	Potiraguá	157	379	-222	533	1.014	-480	690	1.393	-703
5-ES	Prado	1.330	1.480	-150	2.269	1.337	932	3.598	2.817	781
11-IRE	Presidente Dutra	334	582	-248	467	395	72	801	977	-176
13-SG	Presidente João Quadros	254	563	-308	341	248	93	595	810	-215
4-LS	Presidente Tancredo Neves	65	255	-190	1.179	963	217	1.244	1.218	27
6-NOR	Queimadas	626	730	-105	905	1.762	-858	1.530	2.493	-962
6-NOR	Quijique	405	445	-40	611	772	-161	1.016	1.218	-201
10-PD	Quixabeira	343	220	123	377	239	138	720	459	261
7-PAR	Rafael Jambeiro	196	386	-190	295	1.082	-787	491	1.468	-977
9-BMSF	Remanso	1.452	2.918	-1.466	737	875	-138	2.189	3.793	-1.604
6-NOR	Retirolândia	82	255	-172	580	907	-327	662	1.161	-499
15-OES	Riachão das Neves	252	1.258	-1.006	966	1.347	-381	1.217	2.605	-1.388
7-PAR	Riachão do Jacuípe	234	652	-418	1.394	2.970	-1.577	1.627	3.622	-1.995
14-MSF	Riacho de Santana	59	1.100	-1.041	623	1.062	-439	682	2.162	-1.480
6-NOR	Ribeira do Amparo	394	499	-106	378	464	-86	772	963	-191
6-NOR	Ribeira do Pombal	1.806	2.027	-221	2.077	2.023	55	3.883	4.050	-166

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
8-SUD	Ribeirão do Largo	323	323	1	785	216	569	1.108	538	570
12-CD	Rio de Contas	170	793	-623	519	476	43	689	1.268	-580
13-SG	Rio do Antonio	94	434	-340	225	203	22	319	637	-318
12-CD	Rio do Pires	75	1.041	-966	182	254	-72	257	1.295	-1.038
2-LN	Rio Real	783	1.202	-419	876	1.875	-999	1.659	3.077	-1.418
6-NOR	Rodelas	512	180	332	380	308	72	892	487	404
7-PAR	Ruy Barbosa	269	682	-413	902	1.899	-998	1.171	2.582	-1.411
3-RS	Salinas das Margaridas	51	19	31	642	373	269	692	392	300
1-RMS	Salvador	35.714	55.499	-19.785	89.073	91.372	-2.299	124.787	146.871	-22.084
7-PAR	Santa Bárbara	132	242	-110	654	1.256	-602	786	1.499	-713
6-NOR	Santa Brígida	579	990	-411	292	389	-98	871	1.379	-508
5-ES	Santa Cruz Cabrália	1.464	310	1.154	4.638	622	4.016	6.102	932	5.170
4-LS	Santa Cruz da Vitória	77	439	-363	463	544	-81	540	984	-444
8-SUD	Santa Inês	32	193	-161	624	911	-288	656	1.104	-448
4-LS	Santa Luzia	340	714	-374	1.237	1.838	-601	1.576	2.552	-975
15-OES	Santa Maria da Vitória	947	5.174	-4.227	1.910	1.420	490	2.857	6.595	-3.737
15-OES	Santa Rita de Cassia	367	1.786	-1.418	469	753	-284	836	2.539	-1.702
3-RS	Santa Terezinha	71	186	-115	470	625	-155	541	812	-270
6-NOR	Santaluz	194	79	115	1.459	17	1.442	1.653	96	1.557
15-OES	Santana	502	1.616	-1.114	369	639	-270	871	2.255	-1.384
7-PAR	Santanópolis	35	21	13	320	446	-126	355	467	-112
3-RS	Santo Amaro	152	4.817	-4.665	2.222	6.354	-4.132	2.374	11.171	-8.798
3-RS	Santo Antonio de Jesus	607	772	-165	5.834	4.885	949	6.441	5.658	783
7-PAR	Santo Estêvão	585	1.486	-902	2.208	1.095	1.112	2.793	2.582	211
15-OES	São Desidério	583	529	54	834	932	-98	1.417	1.461	-44

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
6-NOR	São Domingos	76	223	-147	207	379	-172	283	602	-319
3-RS	São Felipe	79	363	-284	953	909	45	1.033	1.272	-240
3-RS	São Félix	47	687	-640	450	810	-360	497	1.497	-1.001
15-OES	São Félix do Coribe	359	363	-4	613	257	356	972	619	352
1-RMS	São Francisco do Conde	124	150	-26	1.334	830	504	1.458	979	479
11-IRE	São Gabriel	253	554	-301	729	1.171	-442	982	1.725	-743
7-PAR	São Gonçalo dos Campos	182	200	-17	1.424	1.052	372	1.606	1.251	355
4-LS	São José da Vitória	215	296	-81	821	650	171	1.036	946	90
10-PD	São José do Jacuípe	84	98	-14	836	406	430	920	504	416
3-RS	São Miguel das Matas	13	23	-10	476	711	-234	490	734	-244
2-LN	São Sebastião do Passé	286	487	-202	1.394	2.175	-781	1.680	2.662	-982
3-RS	Sapeaçu	61	269	-208	740	994	-253	801	1.263	-462
2-LN	Sátiro Dias	155	122	34	867	582	286	1.023	703	319
3-RS	Saubara	87	18	69	971	269	702	1.058	287	771
10-PD	Saúde	250	359	-109	597	631	-34	847	990	-143
12-CD	Seabra	647	1.904	-1.257	1.759	1.012	747	2.407	2.916	-509
13-SG	Sebastião Laranjeiras	351	929	-578	277	150	127	628	1.079	-451
10-PD	Senhor do Bonfim	1.877	3.265	-1.387	3.007	3.774	-767	4.884	7.039	-2.155
9-BMSF	Sento Sé	376	780	-404	644	1.437	-793	1.020	2.217	-1.198
14-MSF	Serra do Ramalho	1.492	978	514	1.523	735	788	3.015	1.713	1.302
15-OES	Serra Dourada	332	998	-667	386	498	-111	718	1.496	-778
7-PAR	Serra Preta	32	392	-360	586	1.374	-788	618	1.766	-1.148
6-NOR	Serrinha	693	1.279	-585	2.599	4.933	-2.335	3.292	6.212	-2.920
10-PD	Serrolândia	158	577	-419	433	951	-518	590	1.527	-937
1-RMS	Simões Filho	1.621	665	956	11.186	3.081	8.105	12.807	3.746	9.061

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
14-MSF	Sítio do Mato	430	145	285	1.458	298	1.160	1.888	443	1.444
6-NOR	Sítio do Quinto	88	178	-90	894	389	504	982	567	415
9-BMSF	Sobradinho	1.065	2.192	-1.127	971	1.003	-32	2.036	3.195	-1.159
12-CD	Souto Soares	185	602	-416	265	309	-44	450	910	-461
15-OES	Tabocas do Brejo Velho	137	201	-64	310	398	-88	447	600	-153
13-SG	Tanhaçu	127	477	-351	279	388	-110	405	865	-460
12-CD	Tanque Novo	73	501	-428	270	250	20	343	750	-408
7-PAR	Tanquinho	4	98	-94	380	573	-192	385	671	-286
4-LS	Taperoá	0	60	-60	601	799	-198	601	859	-257
7-PAR	Tapiramutá	123	293	-170	1.028	701	327	1.152	994	157
5-ES	Teixeira de Freitas	5.782	9.743	-3.961	9.799	4.547	5.252	15.582	14.291	1.291
7-PAR	Teodoro Sampaio	0	87	-87	573	664	-91	573	751	-178
6-NOR	Teofilândia	170	395	-225	822	636	186	993	1.031	-39
4-LS	Teolândia	38	171	-133	789	1.544	-755	827	1.715	-888
7-PAR	Terra Nova	6	308	-302	334	952	-617	341	1.260	-919
8-SUD	Tremedal	485	1.413	-928	314	887	-573	799	2.300	-1.502
6-NOR	Tucano	603	1.530	-927	1.721	1.587	134	2.325	3.118	-793
6-NOR	Uauá	303	478	-175	462	654	-191	765	1.131	-366
3-RS	Ubaíra	114	374	-260	868	1.384	-517	982	1.758	-776
4-LS	Ubatuba	506	2.535	-2.029	3.344	3.510	-167	3.850	6.045	-2.196
4-LS	Ubatã	397	2.068	-1.671	1.390	3.173	-1.782	1.787	5.240	-3.453
11-IRE	Uibaí	261	319	-58	478	475	3	739	794	-55
10-PD	Umburanas	350	178	173	809	354	456	1.160	531	628
4-LS	Una	399	1.502	-1.103	2.243	2.436	-193	2.642	3.938	-1.296
13-SG	Urandi	349	987	-638	381	262	119	730	1.249	-519

continua

continuação

RE's	Municípios	Interestaduais			Intra-estaduais			Total		
		Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
4-LS	Uruçuca	204	1.384	-1.180	1.362	2.502	-1.140	1.566	3.886	-2.320
12-CD	Utinga	182	454	-272	1.020	982	39	1.202	1.435	-233
4-LS	Valença	836	1.110	-274	4.723	5.394	-671	5.559	6.504	-945
6-NOR	Valente	280	448	-168	1.594	1.182	411	1.874	1.630	243
7-PAR	Várzea da Roça	404	346	58	752	894	-141	1.156	1.240	-84
10-PD	Várzea do Poço	125	325	-200	389	180	209	514	505	9
10-PD	Várzea Nova	371	414	-43	750	973	-223	1.121	1.387	-266
3-RS	Varzedo	10	30	-20	377	386	-9	387	415	-28
1-RMS	Vera Cruz	324	156	168	3.471	1.245	2.226	3.795	1.401	2.394
5-ES	Vereda	76	326	-249	550	702	-152	627	1.028	-401
8-SUD	Vitória da Conquista	7.193	14.466	-7.274	15.078	8.523	6.556	22.271	22.989	-718
12-CD	Wagner	136	270	-133	1.053	580	473	1.189	850	339
15-OES	Wanderley	119	417	-298	197	487	-290	315	904	-588
4-LS	Wenceslau Guimarães	31	561	-531	868	2.259	-1.391	898	2.820	-1.922
11-IRE	Xique-Xique	973	2.840	-1.867	1.707	2.398	-691	2.680	5.238	-2.558
	S/declaração de origem					30.910		0	30.910	0
	Bahia	253.238	487.694	-234.456	651.969	651.969	0	905.207	1.139.663	-234.456

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000. Elaborada pela COPES / SEI, 2006.